**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM**

LUCIMARA FABIANA FORNARI

**POTENCIALIDADES E LIMITES DO JOGO VIOLETAS PARA O
ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

**SÃO PAULO
2018**

LUCIMARA FABIANA FORNARI

**POTENCIALIDADES E LIMITES DO JOGO VIOLETAS PARA O
ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades de Doutorado da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo e Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo – EERP/USP e EE/USP para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Área de Concentração: Enfermagem

Orientadora: Prof^a Dr^a Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca

VERSÃO CORRIGIDA

A versão original encontra-se disponível na Biblioteca da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo e da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo.

**SÃO PAULO
2018**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Assinatura: _____ Data: 27 / 03 / 2019

Catálogo na Publicação (CIP)
Biblioteca “Wanda de Aguiar Horta”
Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

Fornari, Lucimara Fabiana

Potencialidades e limites do jogo violetas para o enfrentamento da violência de gênero / Lucimara Fabiana Fornari. São Paulo, 2018.

270 p.

Tese (Doutorado) – Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca
Área de concentração: Enfermagem

1. Violência contra a mulher. 2. Gênero e saúde. 3. Educação.
4. Enfermagem. 5. Jogos experimentais. I. Título.

Nome: Lucimara Fabiana Fornari

Título: Potencialidades e limites do jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero.

Tese apresentada ao Programa Interunidades de Doutorado em Enfermagem - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Aprovada em: 27/03/2019

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca

Instituição: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

Assinatura: _____

Prof. Dra. Eleonora Menicucci de Oliveira

Instituição: Universidade Federal de São Paulo

Julgamento: Aprovada

Assinatura: _____

Prof. Dra. Ana Flavia Pires Lucas d'Oliveira

Instituição: Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

Julgamento: Aprovada

Assinatura: _____

Prof. Dra. Maria Raquel Gomes Maia Pires

Instituição: Universidade de Brasília

Julgamento: Aprovada

Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às gerações de mulheres que lutam contra as diversas formas de violência baseada no gênero.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Dra. Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca, pela importante orientação e pelo apoio na minha evolução como mulher, enfermeira e pesquisadora. Muito obrigada por compartilhar sua sabedoria sobre o tempo, a Enfermagem e as questões de gênero.

À Profa. Dra. Emiko Yoshikawa Egry pelo conhecimento transmitido no decorrer do doutorado. Nossas conversas sempre foram motivo de inspiração e significativo crescimento pessoal, profissional, ético e político.

À banca examinadora pela disponibilidade em participar desse importante momento da minha trajetória acadêmica e científica. Vocês sempre estiveram presentes por meio dos seus escritos, hoje concretizamos a materialização do nosso diálogo.

Ao grupo de pesquisa “Gênero, Saúde e Enfermagem”, especialmente a Rafaela, a Danyelle e a Rebeca, pelas conversas, experiências e produções elaboradas coletivamente no decorrer desses quatro anos.

Às amigas Eloá, Karen, Paula e Vânia e ao amigo João, por ouvirem minhas problematizações e revoltas diante das contradições do mundo. Seus abraços calorosos sempre foram doses homeopáticas de esperança.

Aos docentes da Escola de Enfermagem e aos colegas de pós-graduação pelo processo de aprendizado compartilhado durante as disciplinas.

Ao Programa de Pós-Graduação Interunidades e aos demais trabalhadores da Escola de Enfermagem da USP pelo suporte prestado no percurso do doutorado.

Ao departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva pelo acolhimento e pela partilha das jornadas diárias de trabalho. Agradeço às professoras, às especialistas e às secretárias pela amizade construída a cada dia.

À Fapesp pelo apoio financeiro concedido para a concretização desta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos durante todo o período de realização do doutorado.

Aos professores Dr. António Pedro Costa e Dr. António Moreira pelo acolhimento e conhecimento desenvolvido sobre o software webQDA durante o estágio na Universidade de Aveiro, Portugal.

Às Casas da Mulher Brasileira de Brasília, Campo Grande e Curitiba, pela abertura das suas portas para a pesquisa. Agradeço às profissionais que dividiram seu tempo durante a coleta de dados e garantiram que os dias em cada cidade fossem motivo de grande emoção, conhecimento e motivação para a continuidade dos estudos nessa temática.

Aos meus pais, Gilmar Fornari e Terezinha Forchesatto Fornari, pelo amor e suporte incondicional. Agradeço pelo estímulo na minha formação como mulher educada para conhecer o mundo.

As minhas irmãs, Liamara e Lilian, pelo afeto, pela presença constante e amiga em todos os momentos da minha vida.

À jovem Catarina e ao pequeno Vicente, meus amados sobrinhos. O sorriso e a alegria de vocês garantiram que sempre houvesse amor na minha caminhada.

Ao meu ciclista extraordinário, Tuco, pelo carinho incondicional e por me fazer recordar a ludicidade e felicidade que encontro no movimento dos pedais e na sensação do vento.

Enfim, agradeço à todas e todos que colaboraram na minha história de vida e na construção do conhecimento sobre esse complexo fenômeno social, que para além da pesquisa se tornou a causa da minha vida.

Fornari LF. Potencialidades e limites do jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero [tese]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2018.

RESUMO

Introdução: A violência contra a mulher é um fenômeno social complexo e historicamente construído que requer dos profissionais que atuam nos serviços de atendimento conhecimento sobre a desnaturalização das violações e o empoderamento das mulheres envolvidas. Os jogos apresentam-se como instrumentos adequados para tal propósito. **Objetivo:** Compreender as potencialidades e os limites do jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero. **Método:** Estudo exploratório, descritivo e interventivo, de abordagem qualitativa. As categorias analíticas foram gênero, violência de gênero e educação crítico-emancipatória. O cenário foi constituído por três unidades da Casa da Mulher Brasileira situadas em Brasília, Campo Grande e Curitiba. Os participantes foram os profissionais responsáveis ou envolvidos no atendimento de mulheres em situação de violência. Os dados foram coletados por meio de Oficina de Trabalho Crítico-emancipatória e os dados foram gravados e transcritos na íntegra. Os participantes jogavam as partidas e depois comentavam a experiência do jogo. O tratamento dos dados foi realizado segundo a proposta de Bardin, com o apoio do Software WebQDA. **Resultados e discussão:** emergiram três categorias empíricas: Percepções das profissionais em relação à violência contra a mulher; Percepções das profissionais em relação ao Jogo Violetas; Os limites e as potencialidades do jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero. As questões de gênero foram associadas às concepções de feminilidade e masculinidade, determinadas biologicamente e responsáveis pela construção dos papéis sociais no contexto da vida pública e privada. O jogo permitiu identificar violações visíveis e invisíveis perpetradas contra as mulheres por meio das respostas sobre os filmes que constituem as questões e da dinâmica da partida. Emergiram sugestões de medidas para a prevenção e o enfrentamento da violência de gênero mediante ações individuais e coletivas das jogadoras. Os limites do jogo se relacionaram à ausência de proximidade das participantes com tecnologias lúdicas, ao entendimento das regras e à interpretação de algumas perguntas. As potencialidades foram associadas à estética, à sensação de desafio e à interação estabelecida entre as jogadoras para a elaboração das respostas e estratégias para contenção da violência no tabuleiro. A tecnologia lúdica provocou o surgimento dos sentimentos de tensão e alegria, bem como o compartilhamento de experiências e o estímulo à aquisição de conhecimentos sobre a violência de gênero. **Conclusão:** O jogo proporcionou reflexões sobre as expressões da violência de gênero, a atuação das profissionais no atendimento às vítimas e a análise sobre a rede de enfrentamento, conformada por serviços especializados e não especializados. Dessa forma, consiste em importante tecnologia para a formação e qualificação das profissionais, pois promove o pensamento crítico e emancipatório sobre a prevenção e o enfrentamento da violência de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Violência contra a mulher. Gênero e saúde. Enfermagem. Educação. Jogos experimentais.

Fornari LF. Potentials and limits of the game Violetas for confronting gender violence [thesis]. São Paulo: School of Nursing, University of São Paulo; 2018.

ABSTRACT

Introduction: Violence against women is a complex and historically built social phenomenon which demands knowledge on denaturalization of violations and the empowerment of women involved. Games are adequate instruments for such purpose.

Objective: Understanding the potentials and limits of the game *Violetas* for confronting gender violence.

Method: This is a descriptive and interventive qualitative approach exploratory study. The analytical categories were gender, gender violence and emancipatory critical education. The scenario included three units of *Casa da Mulher Brasileira*; they were located in Brasília, Campo Grande and Curitiba. Participants were professionals responsible for or involved in the care of women in situations of violence. Data collection was carried out by means of a critical-emancipatory workshop recorded and transcribed in full. Participants played the matches and then spoke about the experience of the game. The data treatment was performed according to Bardin's proposal, with the support of WebQDA Software. **Results and discussion:** three empirical categories emerged: Perceptions of professionals in relation to violence against women; Perceptions of professionals regarding the game *Violetas*; The limits and potentialities of the game *Violetas* for confronting gender violence. Gender issues were associated with conceptions of femininity and masculinity, which are biologically determined and responsible for the construction of social roles in the context of public and private life. The game led to the identification of visible and invisible violations perpetrated against women by means of answers about movies mentioned in the questions and in the dynamics of the game. Suggestions of measures for the prevention and confrontation of gender violence emerged through individual and collective actions of the players. The limits of the game were related to the lack of exposure of the participants to recreational technologies, the understanding of the rules and the interpretation of some questions. The potentials were linked to the aesthetics, the feeling of challenge and interaction established between the players for the preparation of answers and strategies for containment of violence on the board. The recreational technology has conducted to the emergence of feelings of tension and joy, as well as the sharing of experiences and the encouragement to acquire knowledge about gender violence. **Conclusion:** The game provided reflections on the expressions of gender violence, the performance of the professionals in the care of the victims and the analysis of the network of violence confrontation composed of specialized and non-specialized services. Hence, this is an important technology in training and qualifying professionals, because it promotes critical and emancipatory thinking for the prevention and confrontation of gender violence.

KEYWORDS: Violence against women. Gender and Health. Nursing. Education. Games Experimental.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Apresentação dos componentes do jogo Violetas.....	40
Figura 2	Estrutura física da Casa da Mulher Brasileira.....	66
Figura 3	Fachada de entrada da Casa da Mulher Brasileira de Brasília	67
Figura 4	Fachada de entrada da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande.....	69
Figura 5	Fachada de entrada da Casa da Mulher Brasileira de Curitiba	71
Figura 6	Estágios da estratégia de pesquisa da revisão de escopo	99
Figura 7	Nuvem de palavras mais frequentes nos artigos da revisão de escopo	102
Figura 8	Nuvem de palavras mais frequentes nas partidas em Brasília	113
Figura 9	Nuvem de palavras mais frequentes nas partidas em Campo Grande	113
Figura 10	Nuvem de palavras mais frequentes na partida em Curitiba	114

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Distribuição das participantes segundo faixa etária.....	109
Gráfico 2	Distribuição das participantes segundo profissão ou ocupação.....	110
Gráfico 3	Distribuição das participantes segundo tempo de experiência profissional .	110
Gráfico 4	Distribuição das participantes segundo setor da Casa da Mulher Brasileira	111
Gráfico 5	Distribuição das participantes segundo tempo de experiência na Casa da Mulher Brasileira	112
Gráfico 6	Número de referências por participante nas partidas segundo faixa etária .	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Programação das duas sessões de OTC	85
Quadro 2	Bases de dados consultadas na revisão do tipo escopo e suas respectivas estratégias de busca	97
Quadro 3	Descrição da estratégia PIC e dos critérios de inclusão	98
Quadro 4	Descrição dos artigos selecionados na revisão de escopo.....	100

LISTA DE SIGLAS

APS	Atenção Primária à Saúde
GSE	Gênero, Saúde e Enfermagem
DEAM	Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher
ESF	Estratégia Saúde da Família
CMB	Casa da Mulher Brasileira
EUA	Estados Unidos da América
EEUSP	Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo
UnB	Universidade de Brasília
OTC	Oficina de Trabalho Crítico-emancipatória
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
SEDESTMIDH	Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos
CEAM	Centro Especializado de Atendimento à Mulher
WebQDA	Web Qualitative Data Analysis
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	23
1.1.1 As políticas públicas de enfrentamento da violência de gênero	25
1.1.2 A violência de gênero e seu enfrentamento nos serviços de atendimento às mulheres envolvidas	35
2 OBJETIVOS.....	43
2.1 OBJETIVO GERAL.....	45
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	45
3 MÉTODO	47
3.1 REFERENCIAL TEÓRICO-FILOSÓFICO-METODOLÓGICO	49
3.1.1 Gênero	49
3.1.2 Violência de Gênero	51
3.1.3 O jogo como tecnologia para o enfrentamento da violência de gênero	53
3.1.4 Educação crítico-emancipatória.....	59
3.1.5 Oficinas de Trabalho Crítico-emancipatórias	63
3.2 CENÁRIO DE ESTUDO	65
3.2.1 Unidade Casa da Mulher Brasileira de Brasília	66
3.2.2 Unidade Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande	68
3.2.3 Unidade Casa da Mulher Brasileira de Curitiba	70
3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA	73
3.4 COLETA DE DADOS	73
3.5 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	88
3.6 ASPECTOS ÉTICOS.....	89
4 RESULTADOS	93
4.1 JOGOS EDUCATIVOS PARA A PREVENÇÃO E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA REVISÃO DE ESCOPO.....	95
4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES	108
4.3 CARACTERIZAÇÃO DAS PARTIDAS DO JOGO VIOLETAS	112
4.4 CATEGORIAS EMPÍRICAS	117
4.4.1 Percepções das profissionais em relação à violência contra a mulher.....	117
4.4.2 Percepções das profissionais em relação ao Jogo Violetas.....	130
4.4.2.1 Jogo Violetas: arte que imita a vida e promove a desconstrução dos estereótipos de gênero	130
4.4.2.2 Jogo Violetas: quando a ação e a omissão são recriadas no tabuleiro	134

4.4.2.3	<i>Pedagogia do jogo Violetas: a construção do conhecimento para o enfrentamento da violência de gênero .....</i>	138
4.4.3	Os limites e as potencialidades do jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero.....	149
4.4.3.1	<i>Limites do jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero .....</i>	149
4.4.3.2	<i>Potencialidades do jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero.....</i>	157
4.4.3.3	<i>Reflexões estimuladas pelo jogo Violetas sobre a prática profissional .....</i>	169
5	DISCUSSÃO	185
5.1	PERCEPÇÕES DAS PROFISSIONAIS EM RELAÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	187
5.2	PERCEPÇÕES DAS PROFISSIONAIS EM RELAÇÃO AO JOGO VIOLETAS.....	195
5.2.1	Jogo Violetas: arte que imita a vida e promove a desconstrução dos estereótipos de gênero	195
5.2.2	Jogo Violetas: quando a ação e a omissão são recriadas no tabuleiro	199
5.2.3	Pedagogia do jogo Violetas: a construção do conhecimento para o enfrentamento da violência de gênero	203
5.3	OS LIMITES E AS POTENCIALIDADES DO JOGO VIOLETAS PARA ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	207
5.3.1	Limites do jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero	207
5.3.2	Potencialidades do jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero	209
5.3.3	Reflexões estimuladas pelo jogo Violetas sobre a prática profissional.....	216
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
	REFERÊNCIAS	235
	APÊNDICES	253
	APÊNDICE A – Autorização da Casa da Mulher Brasileira de Brasília	255
	APÊNDICE B – Autorização da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande	257
	APÊNDICE C – Autorização da Casa da Mulher Brasileira de Curitiba	259
	APÊNDICE D – Termo de consentimento livre e esclarecido	261
	APÊNDICE E – Instrumento Coleta de Dados Revisão de Escopo	263
	ANEXO	265
	ANEXO 1 – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da EEUSP	267

APRESENTAÇÃO

Minha aproximação com a temática da violência contra a mulher iniciou-se em 2007, mediante o ingresso na graduação em Enfermagem. Participei do projeto de extensão universitária intitulado “Entre João e Maria: conversando com a Lei Maria da Penha”, da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, que apresentava como objetivo promover, divulgar e efetivar a Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006, na região centro-sul do Paraná.

O ingresso nesse projeto possibilitou a minha primeira aproximação com o tema e com as mulheres em situação de violência doméstica. A experiência cotidiana nas ações de extensão universitária permitiu conhecer as diferentes interfaces desse fenômeno social que, na maioria dos casos, está restrito ao contexto da vida privada.

Em 2008, participei de outro projeto de extensão universitária, que tinha como objetivo capacitar enfermeiros e agentes comunitários da Atenção Primária à Saúde (APS) do município de Guarapuava, Paraná, para atendimento de mulheres em situação de violência doméstica. A capacitação revelou que essa problemática não era considerada relevante para os participantes, porquanto a maioria entendia a violência contra a mulher como um problema exclusivamente social e não de saúde.

Em 2010, optei por desenvolver a monografia de conclusão de curso de graduação sobre a violência institucional perpetrada contra as mulheres nos serviços de APS. Constatei que as mulheres não estavam vulneráveis apenas à violência praticada por parceiros ou familiares; os profissionais de saúde também poderiam ser responsáveis por violações dos direitos das usuárias.

Considerando a assistência realizada pelas enfermeiras às mulheres, percebi a necessidade de investigar a percepção dessas profissionais, bem como das usuárias, sobre a violência institucional na APS. Essa pesquisa permitiu constatar que esse tipo de violência está presente nos serviços de saúde e, em algumas situações, é perpetrada pela enfermeira. Entretanto, sua expressão geralmente é velada e marcada pela invisibilidade.

Após finalizar a graduação, em 2011, comecei a trabalhar como enfermeira na área hospitalar. Na prática profissional, me deparei com o atendimento de casos de mulheres que procuravam apoio após sofrer violência doméstica. Minha inquietação em relação ao enfrentamento desse problema recorrente me fez perceber a

importância de dar seguimento ao processo de construção do conhecimento sobre o tema. Diante disso, optei por retornar para a academia, para realizar o Mestrado.

Em 2013, ingressei no Mestrado Acadêmico em Enfermagem da Universidade Federal do Paraná, que me possibilitou investigar o percurso de resiliência das mulheres vítimas de violência sexual a fim de compreender como elas conseguiam enfrentar essa experiência traumática vivida e seguir adiante.

Os resultados dessa pesquisa revelaram que o percurso de resiliência não depende exclusivamente das mulheres que vivenciaram a situação de violência sexual, mas requer a participação de uma rede de apoio, formada por familiares, amigos e serviços especializados no atendimento às vítimas.

A fim de dar continuidade à construção do conhecimento sobre a violência contra as mulheres, em 2015, ingressei no Doutorado Acadêmico em Enfermagem da Universidade de São Paulo, concomitantemente ao início da minha participação no grupo de pesquisa Gênero, Saúde e Enfermagem (GSE). As discussões e as produções científicas oriundas do grupo de pesquisa me possibilitaram a delimitação do tema e do objeto de estudo da presente pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

As diferenças entre homens e mulheres não estão restritas aos aspectos biológicos que determinam características específicas ao sexo masculino e ao sexo feminino. Também é possível percebê-las nos atributos sociais que definem o ser homem e o ser mulher na sociedade, marcados principalmente pelas relações sociais de poder.

As relações de poder, historicamente construídas de modo desigual entre homens e mulheres, são responsáveis por incitar situações de violência, que se expressam de diferentes maneiras na vida das mulheres, independentemente da classe social, raça-etnia e geração, tanto no espaço público como privado (BRASIL, 2011). Também são responsáveis por desencadear danos para a saúde e a qualidade de vida de quem as vivenciam.

A desigualdade nas relações de gênero se expressa por meio da subalternidade, evidenciando desvalorização e desempoderamento feminino, em diferentes espaços, como no âmbito doméstico, do trabalho e das religiões, entre outros. Diante disso, a violência contra a mulher se apresenta como consequência máxima dessa subalternidade, na medida em que compreende a violação dos direitos humanos das mulheres (BRASIL, 2013a).

No mundo, a prevalência da violência contra a mulher perpetrada por parceiros íntimos e não-íntimos varia de 27,2% a 45,6%. Do total de assassinatos de mulheres, 38% são provocados por parceiros íntimos. Além disso, 42% das mulheres que sofreram violência física ou sexual apresentam lesões decorrentes das agressões (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2013).

O Brasil é o quinto país do mundo com maior número de assassinatos de mulheres, com uma taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres. Entre os anos de 2003 e 2013, houve um aumento de 21% no número de vítimas do sexo feminino, que passou de 3.937 para 4.762. Em 2013, os índices revelam o homicídio de 13 mulheres por dia (WASELFISZ, 2015).

No primeiro semestre de 2015, a Central de Atendimento à Mulher registrou 32.248 relatos de violência contra a mulher no Brasil. Destes, 51,16% foram violência

física; 30,92% psicológica; 7,13% moral; 4,23% cárcere privado; 4,06% violência sexual; 1,95% violência patrimonial; e 0,55% tráfico de pessoas (BRASIL, 2015a).

Estudo realizado em Rio Branco, no Acre, com mulheres vítimas de agressão e homicídio, utilizando registros do Sistema de Informação de Mortalidade, entre os anos de 2002 e 2010, revela o impacto desse problema na produtividade das mulheres. O número de anos potenciais de vida perdidos devido à violência foi elevado na faixa etária de 21 a 25 anos (753 anos), enquanto o número de homicídios foi maior na terceira década de vida (1.427 anos) (AMARAL; AMARAL; AMARAL, 2013).

Outro estudo, realizado no Irã, pesquisou a relação entre a violência doméstica e a qualidade de vida das mulheres em idade reprodutiva. Verificou-se que o impacto da violência sobre a saúde das mulheres e suas famílias dificilmente pode ser mensurado e os danos podem perdurar pela vida toda. Além disso, foi constatado que a elevação dos níveis de violência é responsável por diminuir a qualidade de vida das mulheres (ASADI et al., 2017).

Ressalta-se que a violência contra a mulher implica demandas para os serviços de atendimento nas áreas da saúde, justiça, educação e assistência social. Estudo realizado com 42 mil mulheres em 28 países da União Europeia verificou que a intensidade do controle e da violência dos agressores sobre as vítimas influenciou a denúncia e a busca de apoio nos serviços de atendimento (NEVALA, 2017).

O aumento da intensidade da violência é responsável pela mobilização das mulheres vitimadas na procura de ajuda para o enfrentamento da situação. Dessa forma, é possível supor que o número de violações é superior ao valor apontado nas estatísticas produzidas a partir dos atendimentos realizados pelos serviços de apoio. A denúncia geralmente acontece quando a magnitude da agressão excede o limite suportado pelas vítimas.

Além disso, destaca-se que o problema da violência não está limitado à vida das mulheres vitimadas, ou seja, não pode ser captado e interpretado somente na perspectiva da singularidade da mulher. Também é necessário analisar esse fenômeno social nas diversas dimensões da sociedade, a fim de identificar suas contradições, planejar e implementar medidas de intervenção, com vistas à transformação da realidade objetiva.

Estudo verificou que as violações contra as mulheres também são um reflexo da violência estrutural, uma vez que as normas e as intuições culturais produzem e reproduzem papéis sociais de gênero. Esse aspecto pode ser observado por meio da

dominação masculina, do estigma relacionado ao divórcio e do expressivo número de mulheres que dependem economicamente do companheiro (MONTESANTI; THURSTON, 2015).

Nesse sentido, as intervenções na realidade objetiva com vistas ao enfrentamento da violência de gênero precisam desdobrar-se nas dimensões singular, particular e estrutural da sociedade. A dimensão singular está pautada nos processos que influenciam o adoecer e morrer, assim como o desenvolvimento bio-psíquico, mediante a participação individual do ser humano. A dimensão particular está associada aos processos de reprodução social, expressos principalmente pelos perfis socioeconômicos e epidemiológicos de grupos sociais. A dimensão estrutural está relacionada à capacidade produtiva, às relações de produção, à formação econômica e social e às formas político-ideológicas presentes na esfera social superior (EGRY, 1996).

Geralmente, no fenômeno da violência contra a mulher, a dimensão singular diz respeito às mulheres que vivenciam as violações ou aos serviços de atendimento especializados. A dimensão particular está ligada aos grupos sociais nos quais essas mulheres estão inseridas, influenciados pelas categorias sociais de gênero, geração, raça-etnia e classe social. Por fim, a dimensão estrutural está relacionada às políticas públicas destinadas para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher.

Há diferentes concepções que partem do termo "violência contra a mulher", como: violência conjugal, que intitula as situações de violência que ocorrem nas relações matrimoniais; violência doméstica e familiar, que envolve as relações intrafamiliares; e a violência de gênero (DEBERT; GREGORI, 2016), que aborda as violações resultantes da naturalização dos padrões sexistas, nos quais as mulheres estão sujeitas à dominação masculina (GUEDES; FONSECA, 2011). Nesta pesquisa, optou-se por adotar a concepção da violência de gênero.

1.1.1 As políticas públicas de enfrentamento da violência de gênero

O reconhecimento da mulher como cidadã é recente na história da humanidade. A emergência do movimento feminista foi primordial para a promoção da participação feminina no espaço público e, conseqüentemente, para a conquista da cidadania.

O movimento feminista impulsionou a criação, a implementação e o monitoramento das políticas públicas para as mulheres, com a finalidade de promover sua emancipação e autonomia. Mesmo diante dos avanços e direitos conquistados, ainda há muito a ser feito. Os movimentos de mulheres e o movimento feminista têm cada vez mais direcionado suas ações ao empoderamento das mulheres e à resistência contra a produção e reprodução social da subalternidade das mulheres.

Ao considerar que a desigualdade nas relações de poder entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens apresenta como consequência a violência de gênero, ressalta-se que o enfrentamento desse fenômeno social requer a participação de todos os cidadãos, concomitantemente, à responsabilização do Estado para a garantia dos direitos humanos dos envolvidos, mediante a elaboração e implementação de políticas públicas e a criação e manutenção de serviços de atendimento.

A implementação de políticas públicas deve ocorrer nos níveis sistêmicos para promover condições de saúde, sociais e econômicas para as mulheres garantirem sua subsistência, bem como desenvolverem sua autonomia e participação nos processos de tomada de decisão. A garantia de educação e emprego, por exemplo, possibilita que as mulheres adquiram habilidades pessoais que favoreçam o reconhecimento da violência (MONTESANTI; THURSTON, 2015).

Desde o final da década de 1970, o Estado brasileiro tem vivenciado transformações sociais relacionadas à democratização e à superação da situação econômica do país. Na década de 1980, foi possível observar mudanças nos movimentos de mulheres que passaram a enfatizar suas demandas e reivindicações como o direito a creches, direito à saúde sexual e reprodutiva, livre expressão da sexualidade, contracepção e não violência. Estes movimentos buscavam transformar a condição das mulheres na sociedade, bem como incluir a questão de gênero na agenda das políticas públicas (FARAH, 2004).

No que se refere ao enfrentamento da violência contra a mulher, o Estado brasileiro foi signatário de duas importantes convenções internacionais: a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (1979) e a Convenção de Belém do Pará (1994).

A Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, foi o primeiro tratado internacional sobre os direitos humanos das mulheres. Ele propõe aos Estados Partes a condenação e a eliminação da

discriminação contra as mulheres nas esferas política, social, econômica e cultural (BRASIL, 2016). Contudo, somente no ano de 1984 foi ratificada pelo Estado Brasileiro (BUGNI, 2016).

Os Estados Partes são responsáveis pela adoção de medidas legais, políticas e programáticas de enfrentamento da discriminação contra as mulheres, nos poderes legislativo, executivo e judiciário (BRASIL, 2016). Apesar de a Convenção determinar a proposição e a implementação de tais medidas, é preciso considerar que os papéis sociais designados ao sexo feminino e ao sexo masculino perpassam a história de vida de homens e mulheres, que são sujeitos e objetos dos padrões sexistas.

Pontua-se que as diferentes concepções de gênero no cenário civil, econômico, político, social e cultural podem influenciar a perpetração e o enfrentamento das desigualdades sociais e historicamente construídas entre os sexos. Portanto, a garantia de direitos humanos das mulheres não pode estar limitada à Convenção; ela precisa avançar para a proposição de transformações efetivas nos espaços públicos e privados da sociedade.

A participação das mulheres nos diversos contextos sociais também é defendida pela Convenção de Belém do Pará, de 1994. Compreende a violência contra a mulher como qualquer ato ou conduta baseada nas relações de gênero responsável por gerar dano ou sofrimento psicológico, físico ou sexual ou até morte, tanto no espaço público quanto no privado. Além disso, responsabiliza os Estados Partes pela adoção de políticas para prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher (COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, 2016).

A violência de gênero desponta como ausência de direito, uma vez que a sociedade não consegue garantir a igualdade entre homens e mulheres. Diante disso, essa Convenção se tornou significativa pelo fato de reconhecer as situações de violação vividas pelas mulheres e destacar a implementação de políticas que visassem ao seu enfrentamento.

No ano seguinte à Convenção de Belém do Pará, foi realizada, na China, a VI Conferência Mundial sobre a Mulher, com a participação do Estado brasileiro. Nesta Convenção foi definido que a mulher deveria ser alvo prioritário das políticas de combate à pobreza, assim como de outras políticas sociais (FARAH, 2004), como no caso do enfrentamento da violência de gênero.

Ao considerar a responsabilidade do Estado brasileiro na garantia dos direitos das mulheres, no ano de 2003, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva

publicou a Medida Provisória nº 103, que prevê a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, responsável pela formulação, coordenação e articulação de políticas nacionais para as mulheres (BRASIL, 2003a).

No ano de 2010, o mesmo Presidente da República publicou a Lei nº 12.314, que estabelece a ascensão da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres ao status de Ministério, reafirmando a responsabilidade do Estado na formulação e implementação de políticas públicas para as mulheres no país (BRASIL, 2010a).

A conformação de um aparato administrativo responsável pela gestão de políticas públicas para as mulheres consiste em uma maneira de efetivar os direitos e as reivindicações dos movimentos de mulheres. Além disso, possibilita a transversalidade da perspectiva de gênero no planejamento, na implementação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas (SPM, 2016).

Os números expressivos de casos de violência contra as mulheres registrados no Brasil, em conjunto com as reivindicações dos movimentos de mulheres, também foram responsáveis pela criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher, em 1985, na cidade de São Paulo, com o intuito de investigar e punir os crimes cometidos contra as mulheres por meio de atendimento diferenciado. Acrescenta-se que, após a implementação da Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, as diretrizes desse serviço foram reformuladas (BRASIL, 2010b).

As Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres (DEAM) foram criadas com o objetivo de oferecer assistência qualificada às mulheres em situação de violência, principalmente, no que se refere ao reconhecimento das implicações das questões de gênero na ocorrência dos casos. Além disso, representa uma importante porta de entrada para a rede de atendimento especializada. Essas instituições desenvolvem atividades que visam à prevenção e à repressão da violência contra a mulher (BRASIL, 2010b).

Segundo o relatório da Secretaria Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, existiam no Brasil, em 2012, 963 serviços especializados no atendimento a mulheres em situação de violência, sendo que 374 eram DEAM (BRASIL, 2013b). Todos os estados possuíam pelo menos uma unidade deste tipo de Delegacia (SANTOS, 2015).

A norma técnica de padronização das DEAM também salienta a importância da qualificação dos profissionais em relação às questões associadas à violência de

gênero, assim como propõe uma estrutura física que tenha capacidade para acolher as mulheres, evitando a revitimização (BRASIL, 2010b).

Entretanto, estudo verificou que as DEAM apresentavam problemas relacionados à deficiência de materiais e recursos humanos, como ausência de profissionais e de plantão 24 horas, desmotivação dos servidores, estrutura inadequada para atendimento das vítimas, falta de campo específico para anotações a respeito da Lei nº 11.340 nos boletins de ocorrência, agendamento da oitiva dos depoimentos das vítimas e carência de sistema informatizado (CAMPOS, 2015).

Outro estudo identificou que uma parte expressiva dos profissionais das DEAM apresentava uma abordagem idealizada que valorizava a instituição familiar e o matrimônio no processo de atendimento às mulheres em situação de violência. Além disso, restringiam sua atuação à investigação criminal e à efetivação das medidas protetivas e ao diálogo com os demais serviços da rede de atendimento, com exceção do Judiciário e do Ministério Público (SANTOS, 2015).

A complexidade do fenômeno da violência de gênero requer atendimento multiprofissional às mulheres vitimadas. Para tanto, no âmbito da saúde, houve a promulgação da Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, que estabelece a notificação compulsória para os casos de violência contra a mulher atendidos em serviços de saúde públicos e privados, para garantir a identificação dos agravos e o sigilo das informações (BRASIL, 2003b).

A Lei nº 10.778 determina para os profissionais de saúde a notificação obrigatória dos casos suspeitos ou confirmados de violência contra a mulher. Essa medida visa à identificação das violações, à produção de estatísticas sobre a violência, à proposição de políticas públicas relacionadas à temática e à implementação de medidas para intervenção e enfrentamento.

Apesar de a notificação ser obrigatória, estudo realizado com profissionais que atuavam no programa Estratégia Saúde da Família (ESF) verificou que esta não é uma prática constante nos serviços de saúde. Os participantes relataram dificuldade na identificação das violações e no atendimento das necessidades de saúde das usuárias em situação de violência (CORDEIRO et al., 2015).

Essa dificuldade pode estar associada à formação e qualificação dos profissionais, na medida em que, no ensino dos cursos de graduação na área da saúde, prevalece a centralidade na dimensão biológica. Diante disso, parte dos profissionais de saúde se sente inaptos para atender as mulheres em situação de

violência que buscam os serviços, pois a consideram um problema de caráter exclusivamente social, fora da área da saúde. Somente a entendem como parte da saúde nos casos de agravos físicos ou psicológicos graves.

Além disso, estudo constatou o despreparo dos profissionais de saúde na abordagem da usuária como motivo para não preenchimento da ficha de notificação. Os profissionais referiram dificuldades no preenchimento devido à extensão da ficha, à ausência de um espaço físico adequado para atendimento individualizado e à dificuldade de dialogar, devido à fragilidade das mulheres vitimadas (SOUZA et al., 2015).

Outro estudo verificou como limitações para a notificação da violência contra a mulher nos serviços de APS: medo de retaliação do agressor, tempo restrito para atendimento das usuárias e desconhecimento da ficha de notificação por uma parcela dos profissionais (KIND et al., 2013).

Constata-se que a obrigatoriedade imposta pela legislação não garante a efetividade das notificações de violência contra a mulher. Para tanto, também é importante o investimento na qualificação dos recursos humanos, no processo de trabalho e na estrutura física dos serviços de saúde.

O enfrentamento da violência de gênero requer ações intersetoriais, incluindo os serviços de saúde, educação, justiça, assistência social e economia, uma vez que as violações podem produzir agravos que incidem sobre as diferentes dimensões da vida das mulheres.

Em resposta a essa demanda, em 2006, foi elaborada a Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, com base no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, produzido a partir da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2004.

Este Plano foi responsável pela definição e organização das políticas públicas para as mulheres. Foi constituído a partir de conferências municipais, estaduais e federal, que se fundamentaram no protagonismo e na participação da sociedade civil sobre o tema. A gestão e o monitoramento do Plano competia ao Comitê de Articulação e Monitoramento, constituído por 33 órgãos governamentais e três representações do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (SPM, 2016).

A Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres compreende a violência como um fenômeno complexo, que requer abordagem intersetorial e multidimensional. Reconhece as distintas formas de violência

perpetrada contra as mulheres, como: doméstica, sexual, abuso e a exploração sexual, assédio sexual no trabalho, assédio moral, tráfico humano, violência institucional e cárcere privado. Apresenta como eixos estruturantes o combate e a prevenção das violações, a assistência e a garantia de direitos às mulheres (BRASIL, 2013a).

Tal Política promoveu a visibilidade da violência contra a mulher como um problema que atravessa os diversos setores da sociedade, como saúde, educação, assistência social, justiça e economia. Responsabiliza o Estado pela criação de serviços especializados e pela formação e qualificação dos profissionais no atendimento às mulheres vitimadas.

Concomitantemente, no ano de publicação da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, foi promulgada também a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha. Essa lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, determina a instituição dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e promove medidas de assistência e proteção às vítimas (BRASIL, 2006).

A Lei Maria da Penha é resultado da expressiva luta dos movimentos de mulheres para o reconhecimento da violência de gênero como crime, descaracterizando-a da condição de menor potencial ofensivo. Essa lei foi criada após denúncia do Estado brasileiro para órgãos internacionais de defesa dos direitos humanos das mulheres, devido à negligência no julgamento e na punição dos casos de violência contra a mulher.

O objetivo da Lei Maria da Penha não é exclusivamente punitivo, pois indica mudanças no tratamento da violência doméstica e familiar pelo Judiciário, ressalta o atendimento intersetorial (justiça, saúde, educação, assistência social, trabalho e previdência social) para as mulheres e assegura a proteção através de medidas preventivas (PASINATO, 2015).

Todavia, a Lei Maria da Penha ainda se encontra em processo de consolidação. Apesar de amplamente aplicada, verifica-se que uma parcela expressiva das decisões do Judiciário é orientada por valores morais e políticos. Esses valores influenciam diferentes interpretações na implementação da Lei, evidenciando-se a valorização da família em detrimento da repercussão da violência na vida das mulheres vitimadas (BRAGAGNOLO; LAGO; RIFIOTIS, 2015; DEBERT; GREGORI, 2016).

Para promover a implementação da Lei Maria da Penha, em 2007, foi lançado o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que considera a transversalidade de gênero nas políticas públicas, a intersetorialidade e a capilaridade dos serviços especializados e não especializados no atendimento das mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011).

O Pacto Nacional envolve os três níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal) para realizar o gerenciamento das políticas públicas destinadas ao enfrentamento da violência contra a mulher. Destaca-se o papel do Estado e da sociedade no monitoramento das ações que promovam a igualdade entre homens e mulheres e reduzam as consequências das violações.

Além disso, o Pacto Nacional apresenta cinco eixos estruturantes relacionados às seguintes temáticas: Lei Maria da Penha, rede de serviços para mulheres em situação de violência, segurança e acesso à justiça, direitos sexuais e reprodutivos, exploração sexual e tráfico de mulheres, autonomia e ampliação dos direitos das mulheres vitimadas (BRASIL, 2011).

A fim de fortalecer a rede de serviços para as mulheres em situação de violência, em 2013, a Presidente da República Dilma Rousseff promulgou o Decreto nº 8.806, que institui o Programa Mulher: Viver sem Violência. O objetivo do programa foi integrar e ampliar os serviços públicos que compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, a partir da articulação dos setores especializados da saúde, justiça, rede socioassistencial e promoção da autonomia financeira (BRASIL, 2013c).

O gerenciamento do Programa é realizado pelo Comitê Gestor Nacional, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, e pelo Grupo Executivo, da Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres (SPM, 2016).

O Programa Mulher: Viver sem Violência apresenta como ações: a implementação das Casas da Mulher Brasileira; a ampliação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; a organização, integração e humanização do atendimento às mulheres vítimas de violência sexual; a ampliação dos Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteiras Secas; a implantação de Unidades Móveis para atendimento às mulheres do campo, da floresta e das águas; e a promoção de campanhas para o enfrentamento da violência contra a mulher (BRASIL, 2013c; SPM, 2016).

A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 foi criada no ano de 2005, com a finalidade de informar e acolher as mulheres em situação de violência. A partir do Programa Mulher: Viver sem Violência, foi transformada em disque-denúncia por meio da parceria com a Segurança Pública e o Sistema de Justiça. No ano de 2015, ampliou a abrangência internacional, disponibilizando o atendimento telefônico para mais de 13 países (SPM, 2016).

No que se refere ao atendimento das mulheres vítimas de violência sexual, o Programa Mulher: Viver sem Violência estimulou a criação de leis e portarias. As novas legislações foram associadas ao atendimento obrigatório e integral das vítimas; ao estabelecimento de diretrizes para o atendimento das vítimas, à organização e integração dos profissionais de segurança pública e do Sistema Único de Saúde; e, a redefinição do funcionamento dos Serviços de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual. Além disso, no ano de 2015, houve uma parceria entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça, a fim de elaborar a Norma Técnica para Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios (SPM, 2016).

Os Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteira Seca consistem em serviços especializados para o atendimento das mulheres em situação de violência, tráfico humano e migração. No início do ano de 2016, haviam dois centros em funcionamento, situados na cidade de Oiapoque (Amapá), fronteira com Guiana Francesa, e na cidade de Pacaraima (Roraima), fronteira com Venezuela (SPM, 2016).

No que diz respeito às Unidades Móveis para o enfrentamento da violência contra as mulheres do campo, da floresta e das águas, foram criadas com a finalidade de superar a dificuldade de acesso aos serviços públicos, assim como para promover ações educativas, preventivas, assistenciais, investigativas e legais. Elas consistem em ônibus adaptados e equipados para o atendimento por meio de equipe multidisciplinar. Desde a criação da proposta, foram investidos aproximadamente R\$ 30 milhões de reais para aquisição de 54 veículos (SPM, 2016).

A Casa da Mulher Brasileira se configura como espaço público com a presença dos principais serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência, a fim de oferecer assistência multidisciplinar. Ressalta-se a capacitação das

equipes desse serviço sobre os temas relacionados às questões de gênero (BRASIL, 2013d).

Atualmente, no país existem cinco unidades da Casa da Mulher Brasileira (CMB) em funcionamento, nas cidades de Brasília (Distrito Federal), Campo Grande (Mato Grosso do Sul), Curitiba (Paraná), São Luís (Maranhão) e Fortaleza (Ceará). Estão em processo de implantação as unidades de Boa Vista (Roraima) e São Paulo (São Paulo). O Governo Federal prevê a criação dessas Casas em todas as capitais brasileiras, exceto Recife, pois o estado de Pernambuco não aderiu à proposta (BRASIL, 2016b).

A Casa da Mulher Brasileira apresenta espaço adequado para o atendimento de até 90 mulheres ao mesmo tempo. O funcionamento é 24 horas nos sete dias da semana. Dessa forma, tem a capacidade de atender até 4.500 mulheres por mês. O custo estimado da infraestrutura da edificação é aproximadamente de 9,5 milhões (SPM, 2016).

O gerenciamento da Casa da Mulher Brasileira é realizado por Colegiado Gestor, formado a partir dos representantes dos diversos serviços, visando a elaboração de intervenções proativas e humanizadas às mulheres em situação de violência. O caráter executivo do Colegiado Gestor compete à Coordenação Compartilhada entre os governos federal, estadual e municipal (SPM, 2016).

Apesar do avanço das ações implementadas pelo Programa Mulher: Viver sem Violência, é possível verificar que as políticas públicas brasileiras de enfrentamento à violência contra a mulher são insuficientes, na medida em que os indicadores e as estatísticas nacionais revelam um número expressivo de mulheres que vivenciam violações e que, em alguns casos, apresentam como consequência máxima o homicídio feminino.

Considerando esse cenário, em 2015, foi criada a Lei nº 13.104, que compreende o feminicídio como situação que pode qualificar o crime de homicídio simples, uma vez que considera a exposição do sexo feminino à violência doméstica e familiar e à experiência de situações de menosprezo e discriminação em relação ao sexo masculino (BRASIL, 2015b).

As políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero constituem importantes medidas do Estado brasileiro para redução do número de mulheres em situação de violência. Entretanto, há necessidade de investimento contínuo no seu desenvolvimento e implementação, considerando que se trata de um problema

construído social e historicamente, enraizado nas relações sociais de tal forma que frequentemente é naturalizado.

Segundo relatório da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no mês de junho de 2015, o Brasil apresentava 1.560 serviços de atendimento especializado, destes: 482 serviços de saúde especializados no atendimento à violência sexual, 369 delegacias especializadas de atendimento à mulher, 239 centros referência de atendimento à mulher, 131 núcleos de atendimento às mulheres nas delegacias comuns, 80 juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, 78 serviços de abrigo, 59 promotorias especializadas e núcleos de ministérios públicos, 54 unidades móveis de atendimento, 43 núcleos de defesa dos direitos da mulher da defensoria pública, e 22 varas adaptadas de violência doméstica e familiar (SPM, 2016).

Além disso, o relatório revela que entre os anos de 2011 e 2014 houve o aumento de aproximadamente R\$ 100 milhões de reais do orçamento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. O orçamento aprovado no ano de 2015 foi 83% maior do que o orçamento aprovado no ano de 2011 (SPM, 2016). Esses dados revelam o crescente investimento financeiro no desenvolvimento das políticas públicas para as mulheres entre os anos de 2011 e 2015.

Todavia, no ano de 2016, iniciou-se o desmonte da estrutura da Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, uma vez que passou a ser de responsabilidade do Ministério da Justiça e Cidadania. No ano de 2017, foi transformada em Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (MARQUES; SILVA, 2017).

1.1.2 A violência de gênero e seu enfrentamento nos serviços de atendimento às mulheres envolvidas

A implementação e a efetivação das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero se dá a partir da criação de serviços de atendimento especializados que possam contribuir para a promoção da autonomia, do empoderamento e da emancipação das mulheres vitimadas.

A criação de serviços especializados visa ao fortalecimento da rede de atendimento às mulheres envolvidas, uma vez que a violência é um fenômeno social

complexo que requer a participação de diversos setores para seu enfrentamento. Os setores da saúde, educação, assistência social, justiça e economia, destacam-se como fundamentais para o desenvolvimento de intervenções que promovam a igualdade de gênero, o empoderamento feminino e a garantia de assistência àquelas que foram vitimadas. Portanto, o enfrentamento relaciona-se ao combate, à prevenção, à assistência e à promoção dos direitos humanos das mulheres (BRASIL, 2013a).

Os serviços de atendimento especializados, bem como sua articulação, são fundamentais para medidas de enfrentamento à violência de gênero. Estudo realizado a partir de 191 casos notificados de violência doméstica e agressão sexual contra mulheres em Nova York, nos Estados Unidos da América (EUA), constatou a necessidade de implementação do atendimento intersetorial a partir do momento da denúncia. A denúncia deve ser seguida por resposta continuada, a fim de facilitar a documentação e a responsabilização dos autores e o fortalecimento do vínculo entre a vítima e os serviços de saúde, uma vez que a violência pode manifestar agravos a longo prazo (CERULLI et al., 2009).

Assim, ressalta-se a necessidade de articulação entre os setores e os serviços especializados responsáveis pelo atendimento das mulheres em situação de violência, assim como a formação de recursos humanos qualificados para responder às demandas produzidas pela problemática.

Estudo realizado no Rio de Janeiro, a partir da Rede de Atenção às Mulheres em situação de Violência, verificou que as vítimas estabeleceram relações primárias e secundárias para o enfrentamento. Nas relações primárias, destacaram-se os familiares e amigos, por meio da ajuda emocional e material. Nas relações secundárias, identificaram-se as instituições de educação, saúde, segurança, justiça e assistência social que participaram da ruptura do ciclo da violência ao estimular a autonomia, a autoestima e o empoderamento feminino (NETTO et al., 2017).

Apesar de as mulheres buscarem as instituições como forma de apoio para enfrentar a violência, verifica-se que parte das DEAM e dos serviços públicos apresentaram restrições no atendimento das usuárias e na capacitação e sensibilização dos profissionais, manifestadas principalmente pela reprodução dos estereótipos de gênero e pela ineficiência na investigação e monitoramento dos casos (BANDEIRA, 2014).

A reprodução dos estereótipos de gênero nos serviços de atendimento pode ser justificada pela percepção das identidades masculina e feminina projetadas sobre as vítimas, os agressores e, até mesmo, os profissionais. Esse aspecto é influenciado pela naturalização da subalternidade do sexo feminino e da dominação do sexo masculino, associada à negligência dos casos (ALMEIDA; SILVA; MACHADO, 2013).

O conhecimento sobre as questões de gênero fornece subsídios para a desconstrução de estereótipos atribuídos para homens e mulheres reproduzidos nos serviços de atendimento. Por isso, os profissionais precisam receber qualificação para identificar as situações de violência e aprimorar o pensamento crítico e reflexivo, desenvolvido a partir das diferenças socialmente construídas para o sexo feminino e o sexo masculino (DUARTE et al., 2015).

Além disso, nos serviços de saúde, por exemplo, é possível identificar o imperativo de que as usuárias precisam reconhecer e confessar a violência sofrida, a fim de que suas necessidades sejam atendidas. Observa-se que os profissionais apresentam aptidão para intervir em situações explícitas e objetivas, entretanto expressam dificuldade para reconhecer o fenômeno, enfatizando as demandas de rotina (ALMEIDA; SILVA; MACHADO, 2013).

Estudo brasileiro realizado com profissionais que atuavam nas equipes de APS constatou despreparo e desqualificação no atendimento dos casos de violência contra a mulher e na articulação em rede com outros serviços (SILVA; PADOIN; VIANNA, 2015). Estudo espanhol realizado com 167 enfermeiras da APS verificou baixa autopercepção do conhecimento sobre a violência de gênero, responsável por influenciar a detecção dos casos e a execução dos protocolos de atendimento (SÁNCHEZ; FERNÁNDEZ; DÍAZ, 2016).

Além desses, estudo realizado com enfermeiras que trabalhavam em serviços de urgência e emergência, verificou que o cuidado prestado às mulheres vitimadas se mostrou como técnico, pois foram tratadas prioritariamente as lesões, realizada a administração de medicamentos, a aferição dos sinais vitais e o encaminhamento para exames clínicos. Somente em um segundo momento foram realizados cuidados caracterizados pela conversa, escuta e orientação (CORTES et al., 2015).

No que se refere à participação das enfermeiras no atendimento das mulheres em situação de violência, uma revisão integrativa em periódicos nacionais, entre os anos 2000 e 2012, sobre o uso da categoria gênero assinalou que os profissionais de saúde são primordiais para o reconhecimento da violência, uma vez que as mulheres

vitimadas geralmente procuram os serviços de saúde em decorrência de queixas físicas e psicológicas. Contudo, o despreparo de uma parcela dos profissionais no atendimento das usuárias revela reprodução da desigualdade de gênero (DUARTE et al., 2015).

Estudo constatou que as ações das enfermeiras nas situações de violência contra a mulher ficaram limitadas ao senso comum, expressas pelo sentimento de revolta, conforto e carinho pela usuária que buscou o serviço de saúde após agressão provocada pelo marido, namorado, companheiro ou conhecido (LEAL; LOPES; GASPAR, 2011).

Também se ressalta uma prática profissional tecnicista, orientada pela execução de protocolos clínicos, tornando limitada a motivação das mulheres para a construção da igualdade de gênero, da autonomia e da consciência crítica para ruptura do ciclo de violência (RODRIGUES et al., 2014).

Outro estudo realizado com profissionais da APS identificou a importância de reforçar as ações de acolhimento e escuta qualificada para compreender o contexto da violência e realizar uma assistência que atenda às necessidades em saúde das mulheres. Para tanto, é fundamental o trabalho em equipe e intersetorial para superar a desarticulação e a ausência de práticas profissionais integrativas (ARBOIT et al., 2017).

Todavia, é possível encontrar profissionais que reconhecem a complexidade e a repercussão da violência na qualidade de vida das mulheres, compreendendo-a como um problema social. Eles consideram a necessidade de promover atendimento multiprofissional e intersetorial. Relatam a realização do que está ao seu alcance e o encaminhamento para outros profissionais, porém geralmente desconhecem a efetividade da assistência, pois nem sempre há comunicação e acompanhamento entre os serviços de atendimento (CORTES et al., 2015).

Diante do exposto, evidencia-se a importância da qualificação dos profissionais responsáveis pelo atendimento das mulheres em situação de violência para promover reflexões sobre as questões de gênero, planejar uma assistência pautada no contexto de vida das vítimas, valorizando sua dimensão humana e social. Além disso, a qualificação profissional pode estimular o empoderamento feminino e o exercício da cidadania a partir da singularidade das experiências vividas (MOREIRA et al., 2014; RODRIGUES et al., 2014).

Os serviços de atendimento às mulheres precisam abordar conceitos associados aos direitos humanos e à igualdade de gênero, a fim de desnaturalizar e desculpabilizar as mulheres submetidas a situações de violência, permitindo sua emancipação em relação à opressão por meio da qual foram subalternizadas (ALMEIDA; SILVA; MACHADO, 2013).

A abordagem desses conceitos nos serviços de atendimento pode ser concretizada por meio de palestras, oficinas, cursos de curta-duração, capacitações e discussões em grupos de estudo.

Esta pesquisa se propõe a utilizar uma tecnologia educativa, criativa e lúdica, conhecida como jogo Violetas (Figura 1), desenvolvida pelos grupos de pesquisa “Gênero, Saúde e Enfermagem” da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP) e “Gestão, Educação e Prática Social em Saúde e Enfermagem” e “Núcleo de Estudos Promoção da Saúde e Projetos Inclusivos do Centro de Estudos Avançados”, os dois últimos da Universidade de Brasília (UnB).

Trata-se de um jogo de tabuleiro cooperativo e estratégico, que visa subsidiar a aprendizagem e a troca de experiências entre os profissionais que conformam ou influenciam as políticas de enfrentamento para a violência de gênero. Está baseado nos conceitos de poder, subjetividade, gênero, cidadania e ludicidade. Desses conceitos, foram geradas quatro categorias analíticas que influenciaram a concepção, a dinâmica e o jogo: subjetividades plurais e em disputa por espaços de cidadania; redes de poder e políticas para conter a opressão sobre o feminino; as violências visíveis e invisíveis como alvo; e o campo do lúdico e o lúdico no campo (PIRES et al., 2017).

No jogo Violetas cada jogador(a) assume o papel de um dos personagens (educador(a), operador(a) de direito, integrante de políticas públicas ou profissional de saúde, cidadã(o) do movimento de mulheres), todos jogando coletivamente contra o tabuleiro para conter a violência contra a mulher. Os jogadores enfrentam a violência por meio de respostas a perguntas relacionadas a cenas de filmes e ações estratégicas em defesa da cidadania.

O jogo tem no mínimo quatro e no máximo oito jogadores por partida. Apresenta como componentes quatro peões, cinco estações de redes cidadãs, 20 peças cidadania, 20 peças violência, um tabuleiro, quatro cartas-referência, um caderno de perguntas, um folheto de respostas, 35 cartas cine-cidades, 20 cartas violetas *versus*

violência, 15 cartas omissões, 10 cartas violetas-cidadãs e quatro *tokens* (voz, luz, redes e acolhida).

No início da partida cada jogador recebe uma carta-referência que irá indicar o personagem e suas possibilidades de ações. Todos os jogadores se locomovem no tabuleiro no intuito de cercar os casos de violência contra a mulher. Na medida em que as perguntas são respondidas corretamente, as cartas se acumulam entre os participantes para aquisição dos *tokens* que garantem a vitória. Entretanto, quando as respostas estão incorretas, a violência se dissemina pelo tabuleiro e pode resultar na derrota do grupo.

Figura 1 – Apresentação dos componentes do jogo Violetas

As pesquisas sobre a utilização de jogos no processo educativo demonstram que sua relevância é conhecida, porém o uso não é avaliado na promoção do aprendizado. Verifica-se o aprimoramento de métodos de investigação estatísticos e de medição, no entanto, há insuficiência de metodologias que possam avaliar a captação da aprendizagem gerada pelos jogos (ABDULMAJED; PARK; TEKIAN, 2015).

Diante disso, o presente estudo apresenta como **objeto de pesquisa** as potencialidades e os limites do jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero. O **problema de pesquisa** é como o jogo Violetas pode estimular

pensamentos e reflexões nos profissionais que atuam no atendimento de mulheres em situação de violência a respeito do enfrentamento à violência de gênero.

Parte-se do **pressuposto** de que a violência de gênero é um fenômeno social, complexo e historicamente construído. Está pautada nas relações de poder desiguais que determinam papéis sociais distintos para homens e mulheres. Devido à sua complexidade, requer conhecimento generificado dos profissionais que trabalham nos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência.

Esse conhecimento visa à desnaturalização das violações e promoção da emancipação das mulheres vitimadas que buscam os serviços de atendimento para o enfrentamento do problema. Para tanto, se faz necessária a utilização de estratégias educativas inovadoras que estimulam a compreensão das questões que cercam a violência de gênero.

Sob essa perspectiva, o jogo Violetas mostra-se como uma tecnologia educativa que possibilita aos jogadores uma aproximação com a temática da violência de gênero, pois aborda elementos que podem subsidiar o desenvolvimento e a implementação de medidas de enfrentamento para as mulheres em situação de violência.

Este estudo **justifica-se** pela necessidade de formar e qualificar os profissionais que realizam o atendimento das mulheres vitimadas em relação à violência de gênero, a fim de instrumentalizá-los para uma prática profissional dotada de saberes técnicos, científicos e subjetivos. Dessa forma, é importante a utilização de estratégias educativas tendo em vista a participação, o pensamento crítico e reflexivo, o desenvolvimento do conhecimento e a emancipação dos participantes inseridos no processo de ensino e aprendizado.

O presente estudo possui a **finalidade** de desenvolver o conhecimento sobre as potencialidades e os limites do jogo Violetas para a ampliação da consciência crítica dos profissionais sobre o enfrentamento da violência de gênero. Na condição de tecnologia lúdica e educativa inovadora, o jogo promove a participação dos jogadores, ao mesmo tempo em que pode possibilitar a formação e a qualificação dos profissionais.

Entende-se que a **relevância** deste estudo está associada à utilização do jogo Violetas como tecnologia educativa, pautada na perspectiva da educação crítico-emancipatória, que busca estimular o sujeito do aprendizado para intervir e transformar a realidade na qual está inserido por meio da participação crítica, reflexiva

e emancipatória. Destaca-se ainda a valorização das experiências e das emoções dos jogadores no processo de ampliação da consciência no que se refere à perspectiva de gênero.

2 OBJETIVOS

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- ➔ Compreender as potencialidades e os limites do jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Identificar e analisar as percepções dos profissionais em relação à violência contra a mulher, à luz da categoria gênero.
2. Identificar e analisar as percepções dos profissionais em relação ao jogo Violetas, à luz das categorias gênero, violência de gênero e educação crítico-emancipatória.
3. Verificar e analisar as potencialidades e os limites do jogo Violetas para o enfrentamento à violência de gênero.

3 MÉTODO

3 MÉTODO

Trata-se de um estudo exploratório, descritivo e interventivo, de abordagem qualitativa. A aproximação e a compreensão do objeto de pesquisa foram realizadas a partir das categorias analíticas gênero, violência de gênero e educação crítico-emancipatória, ancoradas no materialismo histórico e dialético.

3.1 REFERENCIAL TEÓRICO-FILOSÓFICO-METODOLÓGICO

3.1.1 Gênero

O termo gênero começou a ser utilizado no final da década de 1960, com a finalidade de diferenciar-se da palavra sexo (LOURO, 2014; SAFFIOTI, 2004). A palavra sexo está relacionada às diferenças anatômicas e fisiológicas entre o masculino e o feminino, enquanto o termo gênero está associado aos aspectos que determinam as identidades sociais de homens e mulheres.

Ao considerar o termo gênero como primordialmente social, não existe a negação da biologia ou da sua constituição com ou sobre corpos sexados, mas destacam-se as identidades construídas social e historicamente sobre essas características biológicas (LOURO, 2014).

Observa-se uma contraposição entre a perspectiva biológica e os significados históricos, culturais e sociais, atribuídos a homens e mulheres (DUARTE et al., 2015). A categoria gênero foi proposta para discussão das relações sociais construídas entre os sexos, no sentido de romper com a dualidade, geralmente marcada pela perpetração do poder masculino (EGRY; FONSECA; OLIVEIRA, 2013).

A diferença entre os sexos é marcada pela polarização das relações de poder, na qual o sexo masculino representa a racionalidade, a força e a iniciativa, enquanto o sexo feminino, a emotividade, a fragilidade e a passividade. Diante disso, a relação entre homens e mulheres pode ser assinalada pelo domínio e pela subordinação (BOURDIEU, 2010).

A categoria gênero está alicerçada na diferença entre homens e mulheres, que compõe as relações sociais e a construção de significados sobre as relações de poder.

Enquanto componente das relações sociais, a distinção entre os sexos está associada a quatro elementos: o primeiro está pautado nos símbolos culturalmente disponíveis; o segundo, nos conceitos normativos; o terceiro, nas instituições e organizações sociais; e o quarto, na construção de identidades subjetivas, que compreende as relações complexas estabelecidas no processo de interação humana (SCOTT, 1989).

Portanto, os papéis sociais designados para homens e mulheres são determinados por regras e padrões socialmente construídos, que visam definir o comportamento dos seus membros. Assim, transmite-se a ideia de que o sujeito social precisa aprender o que é adequado e aceitável para cada sexo. A masculinidade e a feminilidade são produzidas tanto por mecanismos de repressão quanto por meio de práticas e relações que determinam posturas, formas de ser e estar no mundo e modos de falar e de agir (LOURO, 2014).

As características determinadas para cada sexo são construídas a partir do próprio sujeito, da família, do sistema educacional e da mídia. Observa-se, por exemplo, que os papéis sociais podem ser modificados a começar das diferenças na educação de meninos e meninas (ÁLVAREZ; GÓMEZ; JARA, 2012). Nesta perspectiva, afirma-se que o ser humano quando criança não percebe a si mesmo como sexualmente diferenciado, mas o processo civilizatório modifica-o (BEAUVOIR, 1970).

O processo civilizatório garante a naturalização e a transmissão das características atribuídas para cada sexo. Assim, compreende-se o papel social da mulher como subalterna, sendo qualificada como insuperavelmente inferior (GUEDES; FONSECA, 2011). Cabe a ela ser discreta, submissa e passiva, sendo coibida qualquer propensão à agressividade (SAFFIOTI, 1987). Além disso, estão destinadas a exercer suas atividades no espaço da vida privada, valorizadas pela capacidade de reproduzir a espécie humana, de constituir um conjunto familiar e de cuidar dos filhos e das tarefas domésticas (GUEDES; FONSECA, 2011).

As questões de gênero exercem influência sobre a saúde, a educação e os recursos financeiros e materiais das mulheres. Portanto, essa instituição simbólica interage com outras estruturas sociais e culturais e, por consequência, apresenta a capacidade de criar e de reproduzir riscos para o desencadeamento da violência (MONTESANTI; THURSTON, 2015), principalmente mediante situações de desigualdade entre homens e mulheres.

Da mesma forma que a desigualdade nas relações entre homens e mulheres é socialmente e historicamente construída, considera-se que a compreensão das questões de gênero também perpassa o contexto social, no sentido de que os estereótipos associados às masculinidades e às feminilidades hegemonicamente dominantes podem ser desconstruídos.

Destarte, verifica-se a importância da reflexão e da discussão sobre as questões de gênero nos espaços privados e públicos da sociedade, destacando-se as instituições políticas, econômicas, religiosas, de justiça, saúde, educação e assistência social. Essas ações visam promover a cidadania das mulheres por meio da autonomia e da emancipação feminina, bem como reduzir a produção e a reprodução das desigualdades de gênero.

3.1.2 Violência de Gênero

O movimento feminista foi responsável pela ascensão do termo gênero, assim como correlacionou a violência e as condições de gênero. Desse modo, houve a desconstrução da concepção de que a violência contra a mulher estava associada exclusivamente aos significados culturais atribuídos à masculinidade, à feminilidade e às relações entre os sexos (BANDEIRA, 2014).

Para a Convenção de Belém do Pará, a violência contra a mulher consiste em toda e qualquer violação de caráter psicológico, físico e sexual com ocorrência tanto no contexto familiar ou doméstico quanto na comunidade, sendo que os autores das agressões geralmente são conhecidos das vítimas e mantêm com elas alguma forma de relacionamento (BRASIL, 2016).

A violência de gênero é compreendida como um fenômeno social constante, multiforme e que articula aspectos psicológicos, morais e físicos. Geralmente, visa ao estabelecimento de relações de poder, marcadas pelo medo, isolamento, dependência e intimidação. Além disso, a pessoa que a pratica busca restringir a vontade e a liberdade do outro (BANDEIRA, 2014).

Essa violência pode ser compreendida como um problema complexo, na medida em que seu enfrentamento requer intervenções intersetoriais, interprofissionais e interjudiciais. Nesse contexto, considera-se que o conhecimento, as práticas e as políticas relacionadas ao tema podem ser influenciados por crenças, valores, normas

e atitudes socialmente construídas. Portanto, a prevenção e o enfrentamento se tornam desafiadores (BOYKO; WATHEN; KOTHARI, 2017).

Pesquisa documental realizada em uma Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, a partir da análise de 902 ocorrências registradas entre agosto de 2009 e dezembro de 2011, revela que a violência de gênero costuma ser degradante para as mulheres, pois o agressor manteve alguma relação de afeto e de intimidade com a vítima. A maior parte das violações foram perpetradas no espaço privado, presumido pelas mulheres como local de acolhimento e conforto (ACOSTA et al., 2015).

Os agressores utilizam a intimidação como recurso para demarcar e reforçar a subalternidade feminina. As mulheres, por sua vez, podem responder de forma ativa ou passiva diante das situações de violência (TAVARES, 2015). Esse aspecto depende das características da relação, dos níveis de dependência emocional e financeira, bem como da rede de apoio para o reconhecimento e a denúncia da violação.

Esse tipo de violência assinala-se como forma de controle social sobre o corpo, a sexualidade e a consciência das mulheres. Identificam-se diferenças na inserção dos homens e das mulheres na estrutura familiar e societal, assim como na manutenção das relações de poder e de dominação, reflexos do sistema patriarcal (BANDEIRA, 2014).

Estudo americano descreve o casamento como um instrumento de legitimação das mulheres, da mesma forma que as responsabiliza pela manutenção da unidade familiar. Esse papel designado para as mulheres expressa relações desiguais de poder no espaço privado, legitimando situações de violência doméstica e intrafamiliar (CHOUP, 2016).

A desigualdade entre homens e mulheres é assinalada como uma das principais contradições mantidas no processo civilizatório (GUEDES; SILVA; FONSECA, 2009). Ela se expressa por meio de diferenças no acesso à informação, ao exercício de poder, à obtenção de recursos sociais, à tomada de decisões, responsabilidades e expectativas (MALDONADO; CUEVAS; TORRES, 2011).

Nesse cenário, os homens costumam exercer o domínio sobre o poder público e o espaço doméstico e, conseqüentemente, podem sentir-se capazes de controlar as atitudes e os corpos das mulheres. A violência é utilizada como um mecanismo de reafirmação da autoridade masculina de modo efetivo ou subliminar (IPEA, 2014).

A desigualdade oriunda das relações de poder entre homens e mulheres, quando transformada em conflito, apresenta a violência como uma das principais expressões e se traduz por manifestações de força e dominação (FORNARI; LABRONICI, 2018). Dessa forma, a violência de gênero interfere no modo de viver, adoecer e morrer das mulheres vitimadas (GUEDES; SILVA; FONSECA, 2009)

Estudo realizado com 427 mulheres do município de João Pessoa, estado da Paraíba, verificou que a qualidade de vida das mulheres em situação de violência é inferior em relação às demais. Esse aspecto está relacionado aos danos biológicos, psicológicos e sociais decorrentes das agressões, as quais são geralmente persistentes e múltiplas (LUCENA et al., 2016).

No que diz respeito à violência, verifica-se seu caráter instrumental e racional, na medida em que busca alcançar um fim justificável. Mostra-se como uma ferramenta que torna as queixas privadas em públicas, se expressando principalmente quando o poder está em risco. Diante disso, tem a capacidade de ser planejada e utilizada como uma forma de potencializar a força (ARENDT, 2016).

Nessa perspectiva, ressalta-se o crime de honra contra a mulher como importante demonstração do poder masculino, uma vez que preserva a subalternidade e pune a insubordinação feminina. Portanto, a violência se apresenta como justificativa para reforçar o poder, bem como provar a virilidade e defender a dominação masculina (GRZYB, 2016).

3.1.3 O jogo como tecnologia para o enfrentamento da violência de gênero

O jogo é considerado como uma atividade ou ocupação livre, que tem a capacidade de promover o repouso, a distração e a imaginação. A liberdade dos jogadores na tomada de decisões durante a partida favorece a improvisação e, conseqüentemente, o divertimento (CAILLOIS, 1990; HUIZINGA, 2014).

A improvisação é responsável pelas incertezas da partida, na medida em que o resultado não pode ser previamente definido (CAILLOIS, 1990). Ele dependerá das ações dos jogadores, que deverão respeitar as regras obrigatórias e consentidas no regulamento do jogo (HUIZINGA, 2014).

Apesar de o jogo garantir aos jogadores liberdade na tomada de decisões, ele obrigatoriamente apresenta regras que determinam o que é permitido e proibido durante a partida. Além disso, tem uma limitação de tempo e espaço; assim, consiste em uma ocupação isolada que possui um ambiente próprio para sua concretude (ALVES, 2011; CAILLOIS, 1990; HUIZINGA, 2014).

Nesta perspectiva, verifica-se que o jogo tem um fim em si mesmo, mediado por sentimentos de alegria e de tensão. Esses sentimentos proporcionam a sensação do lúdico, que motiva a ousadia, o risco e a incerteza nas decisões dos jogadores. Diante disso, a ludicidade se torna fundamental por elevar o interesse e o comprometimento dos jogadores na partida (BRANCO et al., 2015; HUIZINGA, 2014).

As ações dos jogadores, na maior parte das vezes, são orientadas pela subjetividade e pelo próprio ato de agir, pois durante a partida não é possível alcançar um resultado previamente definido (LEONTIEV, 2012). Também se observa a suspensão temporária das regras e a promoção da criação quando os jogadores esquecem que estão somente jogando (ALVES, 2011).

Isto posto, verifica-se que a tomada de decisões viabiliza o envolvimento dos jogadores com a partida, bem como a ascensão de experiências emocionais a partir da interação entre os participantes e do cenário de desenvolvimento do jogo (STIELER-HUNT et al., 2014).

No que se refere à composição dos jogos, destacam-se quatro categorias fundamentais: *agôn* (competição), *alea* (sorte), *mimikry* (imaginação) e *lilnx* (vertigem). Essas categorias influenciam a tipificação dos jogos como de competição, sorte ou azar, simulação, destreza, construção e paciência (CAILLOIS, 1990).

Além disso, os jogos apresentam como características a tradição, a interpretação, a objetividade e a subjetividade, ancoradas em uma metodologia que orienta as ações dos jogadores. Do mesmo modo, apresentam a capacidade de desenvolver o conhecimento, o pensamento e o ensino mediante a participação dos jogadores na partida (ALVES, 2011).

Para tanto, a autonomia dos jogadores na promoção da tomada de decisões durante a partida e a possibilidade de ressignificar experiências externas desencadeadas a partir do jogo compreendem-se como formas de aprendizado (BROUGÈRE, 2002).

As tomadas de decisão no decorrer da partida dependem do pensamento autêntico, reflexivo e crítico dos jogadores (CICCHINO, 2015). Portanto, consiste em

uma forma de aprendizado que não se dá pela repetição, uma vez que cada partida possui um caráter singular (BRANCO et al., 2015).

O jogo e a educação são convergentes, pois apresentam regras e contam com a iniciativa e a interação dos participantes (BROUGÈRE, 2002). Dessa forma, compreende-se que o comportamento dos jogadores na partida e dos educandos no processo de aprendizagem são equivalentes. O jogo como tecnologia que promove o aprendizado pode ser incorporado no ensino como forma de estimular a produção do conhecimento mediante a efetiva participação do educando na discussão sobre determinada temática proposta na partida.

O aprendizado produzido com o apoio dos jogos não está restrito à análise e à reflexão sobre aspectos externos à partida. Também está associado à compreensão dos processos informais de produção e de reprodução do conhecimento apreendido pelos jogadores (BROUGÈRE, 2002).

Os processos informais de geração do conhecimento estão ligados ao diálogo, à criatividade, à inovação, à reflexão e ao desenvolvimento pessoal dos jogadores (MAGALHÃES, 2007). Esses processos são promovidos a partir das relações estabelecidas entre os participantes e o cenário do jogo, geralmente marcado por situações inusitadas e imprevistas que determinam a tomada de decisão por meio da resposta individual e coletiva durante a partida.

Estudo verificou que a utilização de jogos no processo de aprendizagem é promissora, pois consiste em uma estratégia que estimula o aprendizado mediante a formulação de situações que precisam ser respondidas pelos jogadores, ao mesmo tempo em que se apresenta como ferramenta suplementar para a produção de conhecimento (CAIN; PIASCIK, 2015).

Outro estudo identificou que quando utilizados no processo de aprendizagem, os jogos têm capacidade de aumentar o desempenho dos educandos por meio da participação, da retenção de informação através de perguntas e respostas, da interatividade, da avaliação da quantidade de informações apreendidas e do monitoramento do processo de aprendizado ao melhorar aspectos que podem ter sido pouco compreendidos pelos educandos (ABDULMAJED; PARK; TEKIAN, 2015).

Os jogos educativos podem ser empregados na educação básica e no ensino superior. No que se refere ao uso de jogos na educação infantil, uma revisão sistemática da literatura constatou como tipos mais frequentes os jogos de quebra-cabeça, simulação, representação, aventura e estratégia (HAINEY et al., 2016).

Em relação ao ensino superior, estudo revelou as áreas acadêmicas nas quais se destacam o uso de jogos no processo de aprendizagem, como: ciência, matemática, engenharia, administração, política, literatura e linguagem. Nesses cenários, os jogos favorecem a identificação de informações, a compreensão de conceitos, o desenvolvimento do conhecimento processual e a resolução de problemas (KE, 2016).

No ensino superior na área da saúde, estudo mostrou que, após a realização de partidas, identificou-se a construção de aprendizados e de habilidades pelos discentes. Destacaram-se a capacidade de trabalhar em equipe, interagir com os demais participantes, reinventar regras e criar diferentes contextos para as situações apresentadas nos dois jogos estudados (SILVA; TANAKA; PIRES, 2015).

No ensino profissionalizante também no campo da saúde, uma revisão sistemática da literatura verificou que a utilização de jogos tem o potencial de melhorar o desempenho dos profissionais, principalmente na execução de diretrizes clínicas, por meio do aprimoramento do conhecimento, das atitudes e das habilidades dos participantes (AKL et al., 2013).

Nesta pesquisa, destaca-se a criação e o desenvolvimento do jogo “Violetas: cinema & ação no enfrentamento da violência contra a mulher”. Esse jogo apresenta como público alvo estudantes e profissionais interessados na discussão sobre as questões de gênero.

Trata-se de um jogo de tabuleiro de caráter tradicional. Os jogos tradicionais são considerados como de simples acesso, não requerem habilidade técnica e são baseados em padrões de jogabilidade previamente testados. Consistem em uma atividade presencial que depende da interação dos jogadores. Geralmente promovem a discussão e a comunicação entre os participantes e, portanto, são facilmente adaptados para o contexto de aprendizagem (WHITTON, 2014).

O jogo Violetas consiste em um tecnologia educativa, lúdica e criativa, desenvolvida com o objetivo de promover a aprendizagem e o compartilhamento de experiências entre os sujeitos sociais envolvidos nas políticas de prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher, influenciando na formação e qualificação profissional (PIRES et al., 2017).

Foi desenvolvido a partir da aprovação do projeto de pesquisa na Chamada Pública, divulgada no ano de 2012, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, da

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Esta Chamada Pública teve como objetivo subsidiar financeiramente pesquisas relacionadas às questões de gênero, às mulheres e aos feminismos, tanto no contexto urbano, quanto no contexto do campo e da floresta.

O projeto de pesquisa relacionado ao jogo Violetas apresentou como objetivo desenvolver uma tecnologia educativa que permitisse a produção de conhecimentos à respeito do enfrentamento da violência contra a mulher, e que possibilitasse a utilização na formação e qualificação dos profissionais envolvidos no atendimento das mulheres vitimadas.

Os temas relacionados à violência contra a mulher abordados no jogo Violetas (tipos de violações, legislação brasileira, serviços de atendimento, direitos sexuais e reprodutivos), foram selecionados a partir dos resultados dos estudos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa GSE.

O grupo de pesquisa GSE foi criado no ano de 1990 pela Professora Doutora Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca, da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. No decorrer dos últimos 29 anos, as pesquisas do grupo foram dedicadas para a compreensão do processo histórico e social da construção das feminilidades e masculinidades, analisada sob a perspectiva da categoria Gênero.

Estudo realizado a partir das publicações do grupo de pesquisa GSE, verificou que, entre 1990 e 2003, a maior parte dos estudos apresentou como objeto de investigação os fenômenos ligados à vida das mulheres, ao processo saúde-doença e ao trabalho da Enfermagem. Também, identificou que a partir do ano de 2005 os estudos sobre a violência contra as mulheres e os adolescentes tiveram maior ênfase (FONSECA et al., 2011).

Os resultados dos estudos sobre a violência contra as mulheres foram utilizados para orientação e elaboração das questões do jogo Violetas. Além disso, as questões foram elaboradas com base em narrativas de personagens mulheres de filmes analisados pelo grupo de pesquisa no decorrer das disciplinas de graduação e pós-graduação da EEUSP, ligadas à análise de gênero no campo epistemológico da Enfermagem em Saúde Coletiva.

A definição do conteúdo abordado no jogo Violetas envolveu pesquisa exploratória dividida em três etapas: elaboração de abecedário de termos sobre a violência contra a mulher; seleção de filmes com abordagem das diferentes formas da

violência contra a mulher; e revisão sistemática da literatura relacionada ao atendimento dos profissionais às mulheres vitimadas (PIRES et al., 2017).

No que se refere à utilização das cenas dos filmes, a equipe de pesquisa teve o intuito de demonstrar as múltiplas realidades produzidas no contexto das violações, mediante as narrativas de personagens mulheres, a fim de que os jogadores pudessem criar estratégias para o enfrentamento da violência instalada no tabuleiro (PIRES, 2017).

A perspectiva simbólica, social e lúdica do jogo está inserida em um tabuleiro, composto por cidades brasileiras com nomes de mulheres. As situações de violência se disseminam quando os jogadores desconhecem as interfaces do fenômeno. As questões e as cartas-omissão revelam a produção, a reprodução e a desconstrução das violações perpetradas contra as mulheres (PIRES et al., 2017).

O desenvolvimento do jogo Violetas foi feito em duas etapas:

1. Criação do jogo: elaboração das regras, das questões e do tabuleiro. Também houve a definição dos personagens da partida, ligados aos eixos estruturantes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (prevenção, assistência, enfrentamento e combate, e acesso e garantia de direitos).

No decorrer da criação do jogo houve a realização de partidas teste com três grupos: consulta (pesquisadores, docentes e especialistas), específico (estudantes, profissionais de saúde, profissionais das políticas públicas e dos movimentos de mulheres) e aperfeiçoamento (estudantes e profissionais de saúde).

2. Avaliação da ludicidade: houve a avaliação do perfil dos jogadores, dos componentes da partida, das emoções e atitudes dos jogadores, e das estratégias adotadas pelos participantes.

Após a conclusão da pesquisa, o jogo Violetas teve seu lançamento no 67º Congresso Brasileiro de Enfermagem (2015), realizado na cidade de São Paulo; no 5º Congresso Ibero-americano de Investigação Qualitativa (2016), realizado na cidade do Porto, Portugal; e no 13º Congresso Mundo de Mulheres e Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 (2017), realizado na cidade de Florianópolis.

Vem sendo utilizado no ensino de graduação e pós-graduação, projetos de extensão de serviços à comunidade e outros espaços, para subsidiar a qualificação

de estudantes e trabalhadores da saúde e áreas afins para o enfrentamento da violência contra a mulher à luz de gênero.

3.1.4 Educação crítico-emancipatória

O ato de conhecer é dinâmico, uma vez que não é finito, limitado ou acabado. O conhecimento está ancorado na realidade e nas relações sociais, é desenvolvido histórica e dialeticamente a partir das motivações e dos aprendizados orientados por problemas e referenciais teóricos, metodológicos e políticos (ROLO; RAMOS, 2012).

O processo de conhecer ocorre mediante a transmissão do conteúdo aprendido entre os seres humanos. Além disso, o sujeito e o objeto do conhecimento coexistem e estabelecem uma relação dialética, que é marcada por rupturas e continuidades (ROLO; RAMOS, 2012).

Essas rupturas e continuidades se originam nas contradições. O processo educativo é concebido como contraditório, na medida em que pode superar a alienação ou ser alienante. Dessa forma, as contradições presentes na educação implicam a autenticidade humana e a apropriação do conhecimento (TONET, 2005).

As contradições apresentam uma relação dialética, na qual observa-se a interação e a oposição entre aspectos que compõem um mesmo fenômeno. Essa oposição gera a negação de algo anteriormente definido em uma nova base superior, num sentido ascendente e espiral. Nesta perspectiva, se processam as mudanças quantitativas e qualitativas responsáveis por modificar um determinado fenômeno (CHEPTULIN, 1982).

Ao considerar a relação dialética constante no processo educativo, identifica-se a conservação do saber existente, uma vez que esse processo se dá por meio da assimilação do conhecimento. Entretanto, não é exclusivamente conservador, pois tem a capacidade de estimular a criação do novo (TONET, 2005).

O processo de conhecer consiste em um movimento espiral, cujo início parte de uma compreensão relativamente abstrata. Essa compreensão é oriunda da realidade, na qual existe a interação do sujeito com o mundo exterior, promovendo o desenvolvimento da consciência e, conseqüentemente, a antecipação do futuro (KOSIK, 1976). Esse caráter é o que diferencia entre o comportamento dos seres

humanos, pautado na atividade racional, e o dos animais, orientado por ações instintivas (CHEPTULIN, 1982).

O processo de conhecer tem início no concreto, que é base e suporte para o desenvolvimento da cognição. O pensamento parte da observação imediata, seguida pela análise que apresenta categorias simples de abstração. Posteriormente, há um retorno para o todo reproduzido, porém com a construção do pensamento, decorrente da síntese de relações e determinações (SAVIANI, 2013).

O processo de aprendizagem é compreendido como uma atividade intelectual responsável pela transmissão de modos estruturais que determinam a execução de diferentes tarefas. Assim, o aprendizado consiste na capacidade do educando de construir uma estrutura de pensamento, independentemente da disposição de materiais e elementos (VIGOTSKII, 2012).

Diante disso, constata-se que o processo de conhecer apresenta uma base abstrata, concreta e estruturada, que se transforma mediante a interação e a oposição entre as características que conformam determinado fenômeno, no sentido de alcançar uma superação.

Por este ângulo, o desenvolvimento do conhecimento ocorre segundo estas categorias e critérios (VASCONCELLOS, 1992):

- a) Significação: está relacionada à vinculação entre o sujeito e o objeto de conhecimento para promoção de um sentido. Ela parte de uma necessidade do indivíduo que busca conhecer sua representação diante da realidade.
- b) Práxis: o conhecimento é resultado da ação do sujeito sobre a realidade. Assim, a aquisição do conhecimento depende do desempenho de uma atividade e apresenta um substrato material socialmente determinado.
- c) Problematização: está ligada ao papel ativo do sujeito na construção do conhecimento, que se sente mobilizado para buscar respostas para a resolução de um problema.
- d) Continuidade-ruptura: está associada à mediação do conhecimento e à construção da análise e da síntese de relações constitutivas de um objeto, a fim de superar a alienação e alcançar um conhecimento elaborado.
- e) Criticidade: está relacionada ao conhecimento dos fenômenos para além da aparência, buscando sua verdadeira causa. Ressalta-se que o conhecimento, sendo socialmente construído, não é neutro.

- f) Historicidade: a história se mostra como importante para a ressignificação do conhecimento.
- g) Totalidade: o conhecimento tem origem no contexto social; logo, está articulado à totalidade da sociedade.

A construção do conhecimento depende do sujeito e do contexto social. Os processos psicológicos estão associados ao espaço no qual o indivíduo está inserido. Desse modo, a origem da consciência está nas relações sociais do ser humano com o mundo exterior (LURIA, 2012).

O ser humano e o mundo exterior estão em constante interação e são modificados pelo tempo. Assim, as experiências dos sujeitos sociais podem modificar sua visão de mundo e refletir em seus posicionamentos e ressignificações (KOSIK, 1976). Nesse sentido, contata-se a relação do conhecimento com a prática, que determina o sujeito como histórico e social (VÁSQUEZ, 2011).

A educação, na condição de promotora do conhecimento, é potente para transformar o contexto social, da mesma forma que é considerada como um instrumento para libertação e emancipação dos sujeitos, quando participativa, reflexiva e problematizadora.

Para tanto, a educação depende da interação entre os sujeitos sociais. Está associada à comunicação entre pessoas livres com graus diferenciados de maturação do conhecimento (SAVIANI; DUARTE, 2010). Desse modo, o processo de conhecer inclui a participação e o desenvolvimento de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo.

A educação também pode ser instrumento que promove a liberdade dos sujeitos sociais, na medida em que não exerce dominação. Logo, o ser humano é compreendido como concreto, participativo e integrado com o mundo exterior (FREIRE, 2005).

Essa característica libertadora da educação permite que o processo do conhecimento se reflita em intencionalidade interventiva e transformadora da realidade, pois os seres humanos apresentam a capacidade de compreender os fenômenos sociais e promover mudanças estruturais e funcionais (SANTOS, 2016).

Sob esse olhar, o ser humano não pode ser considerado como depósito de conteúdo, mas como sujeito problematizador da realidade mediante as relações que estabelece com o mundo exterior e os outros seres humanos (FREIRE, 2005). Nesse sentido, a educação assume o papel de transmissora do conhecimento e formadora

dos sujeitos sociais, pois apresenta a capacidade de produzir e de construir o conhecimento (FREIRE, 2004).

A prática educativa pautada na problematização possibilita aos educandos a captação e a compreensão do mundo exterior, considerando que a realidade está em transformação (FREIRE, 2005). Além disso, os educandos são estimulados para a interação e a comunicação dos conteúdos apreendidos (FREIRE, 2004).

Portanto, a educação também pode ser compreendida como um fenômeno social, uma vez que tem a possibilidade de produzir e ser produto das determinações sociais (GADOTTI, 1992). É responsável pela transmissão do conhecimento, no sentido de instrumentalizar o educando para intervir e promover transformações na realidade social (FONSECA; AMARAL, 2012).

A instrumentalização do educando reflete na formação de um sujeito social que reconhece sua liberdade e autonomia, assim como as contradições dos fenômenos sociais produzidos na realidade. Para tanto, precisa percorrer um processo de conhecimento reflexivo e crítico, a fim de elaborar medidas de intervenção responsáveis pela transformação do mundo exterior.

A educação, na condição de libertadora e promotora da autonomia humana, também pode ser considerada como emancipadora. O processo educativo é emancipador na medida em que tem capacidade para estimular uma transformação interna no indivíduo que se expressa na sociedade. Desse modo, a educação emancipadora envolve o domínio do saber articulado com a prática social (TONET, 2005).

Sob esse olhar, destaca-se o papel da educação no aprimoramento de estratégias que promovam alterações na consciência dos indivíduos e nas condições de reprodução social. A educação mostra-se como importante para a transformação social emancipadora, uma vez que está associada à prática social. É articulada e redefinida constantemente a partir da relação dialética entre as condições cambiantes e as necessidades de mudança em curso (MÉSZÁROS, 2008).

Além disso, a educação é responsável pela reprodução ampliada das habilidades fundamentais para a atividade produtiva. Assim, pode ser considerada como produtora e reprodutora de referências para a constituição dos valores, por meio dos quais os indivíduos determinam seus objetivos e fins (MÉSZÁROS, 2016).

3.1.5 Oficinas de Trabalho Crítico-emancipatórias

As Oficinas de Trabalho Crítico-emancipatórias (OTC) foram desenvolvidas na perspectiva da educação crítico-emancipatória e da pedagogia feminista. Essa pedagogia vislumbra a valorização das emoções manifestadas pelas mulheres, em contrapartida à limitação da produção do conhecimento ao aspecto racional. As emoções são socialmente construídas e historicamente produzidas, expressando os sentidos do mundo. Envolvem aspectos mentais e físicos, tanto de caráter voluntário quanto involuntário, pressupondo o estabelecimento de uma linguagem e ordem social (JAGGAR, 1997).

A pedagogia feminista se caracteriza por estimular a fala e acreditar que todas as mulheres apresentam alguma experiência ou sabedoria que merece ser compartilhada, comunicada e visibilizada. Há o estabelecimento de um espaço de cooperação, no qual a construção do conhecimento é coletiva, colaborativa e apoiada na vivência das participantes. Além disso, são emancipatórias, pois buscam conscientizar, libertar e transformar os sujeitos sociais e a realidade (LOURO, 2014).

No Brasil, em meados dos anos 1970, o movimento feminista incorporou as oficinas de trabalho na área da educação. Essa incorporação visava proporcionar espaços de reflexão em relação à feminilidade e às relações de gênero vividas pelas mulheres no cotidiano. Também buscava contribuir para o desenvolvimento individual e para as mudanças do contexto coletivo feminino (FONSECA; AMARAL, 2012).

Na enfermagem, o Grupo de Pesquisa Gênero, Saúde e Enfermagem elaborou uma matriz de Oficina de Trabalho chamada Crítico-emancipatória (OTC) que tem sido utilizada há mais de duas décadas tanto na intervenção de enfermagem como na pesquisa. Esse espaço é utilizado tanto para coleta de dados quanto para constituir um espaço de intervenção, a fim de transformar e valorizar os participantes no que tange ao tema em pauta. Consiste em um momento de reflexão, expressão e aquisição de conhecimentos por meio da participação e da interação grupal. A transformação do conhecimento ocorre de forma prazerosa e agradável para além da qualificação profissional (FONSECA; OLIVEIRA; FORNARI, 2017).

A construção da OTC está pautada no compartilhamento de experiências e conhecimentos, por meio da participação e reflexão dos sujeitos sociais, com o intuito de promover a compreensão dos conteúdos, o desenvolvimento e a transmissão do conhecimento (FONSECA; AMARAL, 2012).

A OTC constitui um espaço de construção coletiva, uma vez que os participantes se apropriam do conhecimento por meio da fala e da escuta, que é estimulada a partir de práticas pedagógicas incentivadoras e da relação horizontal estabelecida entre os envolvidos (FONSECA; OLIVEIRA; FORNARI, 2017).

Assim, tais indivíduos despontam como passíveis de provocar transformações imediatas e mediatas, pois estabelecem conexão entre o presente e o futuro. Consideram que a transformação se dá a partir do movimento dialético, que inclui a compreensão e a possibilidade de superação das contradições da realidade. O movimento dialético é estabelecido entre os participantes e a realidade objetiva. Os sujeitos são responsáveis por captar, interpretar, transformar e intervir no mundo exterior por meio do conhecimento. Conhecer é um processo contínuo e dinâmico, uma vez que o ser humano transforma e é transformado pela realidade. Essa relação resulta na característica transformadora da educação e na ampliação da visão de mundo dos sujeitos sociais (FONSECA; AMARAL, 2012).

Destarte, a educação pode ser compreendida como uma prática constituída pelos sujeitos sociais, que estão inseridos em uma realidade objetiva marcada pela historicidade, pela dinamicidade e pelas relações humanas. Portanto, a produção do conhecimento está pautada na perspectiva social em constante movimento e, conseqüentemente, em constante transformação. As transformações acontecem nas dimensões singular, particular e estrutural da sociedade. A dimensão singular está relacionada aos processos de ensinar e avaliar e operacionaliza os referenciais pedagógicos que compõem a dimensão particular, responsável por integrar o sujeito e a realidade. Elas se articulam com a dimensão estrutural, mediante a produção e reprodução social (FONSECA; AMARAL, 2012).

As OTC apresentam a capacidade de transformar os sujeitos sociais, uma vez que valorizam suas vivências e possibilitam a compreensão e a intervenção na realidade objetiva, buscando transformá-la por meio da superação das suas contradições. São baseadas em quatro pressupostos: participação, responsabilidade compartilhada, autoestima e empoderamento. A participação permite que todos os participantes possam manifestar seus posicionamentos e modificá-los mediante a contraposição de outros. A responsabilidade compartilhada envolve os resultados positivos e negativos das iniciativas implementadas como produto grupal, em autoria. A autoestima garante a valorização de cada participante por si mesmo, a partir da convivência e das relações sociais com os demais participantes. O empoderamento

promove a tomada de decisões responsáveis, considerando suas consequências (FONSECA; OLIVEIRA; FORNARI, 2017).

No que se refere à estrutura, as OTC incluem quatro momentos: Aquecimento: é realizada uma atividade com o fim de preparar o grupo e fortalecer as relações interpessoais; Reflexão individual: é baseada na experiência vivida e observada pelos participantes; Reflexão grupal: é promovido um momento de discussão coletiva para síntese das informações; Síntese: são analisados os principais pontos discutidos nos momentos anteriores e introduzidos novos conhecimentos. Por fim, há uma avaliação da oficina, oriunda da percepção dos participantes e dos condutores do processo (FONSECA; OLIVEIRA; FORNARI, 2017).

3.2 CENÁRIO DE ESTUDO

O presente estudo utilizou como cenário de investigação as três primeiras unidades da Casa da Mulher Brasileira (CMB) em funcionamento no país, localizadas nas capitais dos estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná, e do Distrito Federal.

Justifica-se a seleção dessas instituições devido ao tempo de funcionamento das atividades, pois elas apresentavam data de abertura superior a dois anos. Por conta disso, se supôs que o processo de trabalho dos profissionais nos setores de atendimento encontrava-se consolidado, tendo como base a rotina dos serviços.

A CMB constitui uma estratégia de enfrentamento à violência contra as mulheres que tem como objetivos integrar, ampliar e articular os equipamentos públicos que compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, a fim de promover a proteção integral e a autonomia (BRASIL, 2013d).

A estratégia articula serviços especializados como: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, Centro de Referência de Atendimento à Mulher, Casa Abrigo, Defensoria Especializada, Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Promotoria Especializada, rede socioassistencial, rede de saúde e órgãos da medicina legal.

A estrutura da CMB (Figura 2) é composta por recepção, acolhimento, triagem, apoio psicossocial, delegacia especializada, juizado especializado em violência doméstica e familiar contra as mulheres, promotoria especializada, defensoria pública,

serviço de promoção de autonomia financeira, brinquedoteca, alojamento de passagem e central de transporte (BRASIL, 2013d).

Figura 2 – Estrutura física da Casa da Mulher Brasileira

Fonte: <https://www.arcoweb.com.br/noticias/arquitetura/casas-acolhimento-mulheres-vitimas-violencia>

3.2.1 Unidade Casa da Mulher Brasileira de Brasília

O município de Brasília é a capital federal e a sede do governo do Distrito Federal. Localiza-se na região Centro-Oeste do Brasil e apresenta fronteira com os estados brasileiros de Goiás e Minas Gerais. A população estimada é de 3.039.444 habitantes e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,824 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018a).

Segundo o último censo demográfico realizado em 2010, Brasília apresenta 2.570.160 habitantes, sendo a população feminina maior que a masculina, 1.341.280 e 1.228.880, respectivamente. Do total de habitantes, 140.920 mulheres têm de 25 a 29 anos de idade, 134.291 mulheres têm de 30 a 34 anos e 125.420 mulheres têm de 20 a 24 anos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016a).

Esses números comprovam que a maior parte da população feminina está em idade economicamente ativa.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,824. No que se refere à educação, 761.013 pessoas não têm instrução ou possui o ensino fundamental incompleto, enquanto 382.917 pessoas apresentam ensino superior completo. Em relação ao trabalho, 669.343 mulheres referiram ser economicamente ativas e 480.860 mulheres não são economicamente ativas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016a).

No ano de 2013, o município registrou uma taxa de homicídio de mulheres de 5,6 por 100 mil mulheres (WASELFSZ, 2015). No primeiro semestre de 2015, a Central de Atendimento à Mulher registrou 60 relatos por 100 mil mulheres em situação de violência na cidade de Brasília (BRASIL, 2015a).

A CMB de Brasília (Figura 3) é a segunda existente no país, tendo sido inaugurada no dia dois de junho de 2015. Atualmente, a administração é realizada pela Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH) do Governo do Distrito Federal, com a colaboração do Governo Federal.

Figura 3 – Fachada de entrada da Casa da Mulher Brasileira de Brasília

Localiza-se na Asa Norte do município, próximo ao terminal rodoviário do Plano Piloto. O horário de funcionamento é das 08h às 19h, de segunda a sexta-feira. O atendimento realizado pela Delegacia, pelo Tribunal de Justiça, pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público é das 12h às 19h, de segunda a sexta-feira. Somente a recepção permanece aberta nos finais de semana.

Trabalham nessa instituição 24 profissionais: um coordenador, três técnicos administrativos, dois assessores, um assessor do serviço de promoção da autonomia econômica, um gerente de serviços, um gerente de assuntos administrativos, cinco coordenadores de Núcleos (Recepção e Acolhimento, Psicossocial, Brinquedoteca, Serviços Gerais, Operações e Gestão de convênio), um agente social, um gestor em políticas públicas, um técnico em saúde, quatro assistentes sociais, um psicólogo e um motorista.

Atualmente, a instituição contém oito setores: Núcleo de Recepção e acolhimento, Núcleo Psicossocial, Núcleo da Brinquedoteca, Centro Judiciário da Mulher, Posto avançado da Delegacia Especial de Atendimento às Mulheres, Núcleo do Ministério Público, Núcleo da Defensoria Pública e Centro Especializado de Atendimento à Mulher.

Em relação à estrutura física, possui dois blocos interditados, o azul e o laranja, devido ao risco de fissuras e rachaduras.

Segundo o seu relatório de produção, no ano de 2016, aproximadamente 5.008 pessoas participaram de atendimentos, palestras, cursos e visitas guiadas. No segundo semestre de 2017, foram registradas 724 ações desenvolvidas pelos profissionais: 235 atendimentos telefônicos e orientações, 168 acompanhamentos, 123 atendimentos iniciais, 42 atendimentos em grupo, 42 eventos internos, 24 estudos de caso, 21 retornos, 21 encaminhamentos internos, 18 encaminhamentos externos, 14 eventos externos, 11 capacitações, quatro estágios supervisionados e uma visita guiada.

3.2.2 Unidade Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande

O município de Campo Grande é a capital do estado do Mato Grosso do Sul. Localiza-se na região Centro-Oeste do Brasil e faz fronteira com os países Bolívia e Paraguai e com os estados brasileiros do Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Paraná e Minas Gerais. A população estimada é de 2.713.147 habitantes e o IDH de 0,729 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018b).

Segundo o último censo demográfico de 2010, Campo Grande tem 786.797 habitantes, sendo a população feminina maior que a masculina, 405.464 e 381.333, respectivamente. Do total de habitantes, 37.004 mulheres têm de 25 a 29 anos,

36.719, de 20 a 24 anos e 35.218, de 15 a 19 anos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016b). Portanto, a maior parte da população feminina se encontra na faixa etária relativa à juventude.

O IDHM é de 0,784, mostrando-se superior ao do estado do Mato Grosso do Sul. No que se refere à educação, 263.883 pessoas não têm instrução ou têm ensino fundamental incompleto e 86.897 pessoas possuem ensino superior completo. Em relação ao trabalho, 201.985 mulheres referiam ser economicamente ativas e 148.034 mulheres não são economicamente ativas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016b).

No ano de 2013, o município registrou uma taxa de homicídio de mulheres de 5,0 por 100 mil mulheres (WASELFSZ, 2015). No primeiro semestre de 2015, a Central de Atendimento à Mulher registrou 110 relatos de violência por 100 mil mulheres (BRASIL, 2015a).

A CMB de Campo Grande (Figura 4) foi a primeira CMB, tendo sido inaugurada no dia três de fevereiro de 2015. Atualmente, a administração é realizada pela Gestão Municipal de Campo Grande, por meio da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres, com a colaboração dos Governos Federal e Estadual.

Figura 4 – Fachada de entrada da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande

A CMB localiza-se no bairro Jardim Ima, próximo à Avenida Duque de Caxias e ao Aeroporto Internacional de Campo Grande. O horário de funcionamento é 24 horas em todos os dias da semana. Somente o serviço jurídico não funciona nos finais de semana.

Trabalham na instituição 226 profissionais: quatro da Polícia Militar, nove da Defensoria Pública, 14 do Ministério Público, 22 da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, 25 da Guarda Municipal, 76 da DEAM e 76 da Secretaria Municipal.

Atualmente, a instituição possui 12 setores: Recepção, Psicossocial, 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, DEAM, Defensoria Pública, 72ª Promotoria de Justiça, Guarda Municipal e Patrulha Maria da Penha, Polícia Militar, Autonomia Econômica, Brinquedoteca, Alojamento e Central de Transportes.

Segundo o relatório, no ano de 2017, foram realizados 5.506 atendimentos e encaminhamentos; desses, 1.806 foram prestados pela DEAM, 1.791 pela equipe da atenção psicossocial, 1.124 pela recepção, 572 pela Guarda Municipal e Patrulha Maria da Penha, 462 pela 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, 209 pela Central de Transportes, 158 pela Defensoria Pública, 152 pela Brinquedoteca, 113 pela Polícia Militar, 106 pelo Serviço de Autonomia Econômica, 86 pela 72ª Promotoria de Justiça e 23 mulheres e 26 crianças foram atendidas pelo Alojamento.

Desde a data de inauguração até o final do ano de 2017, a recepção realizou 34.631 atendimentos, 179.429 atendimentos e encaminhamentos pelos setores integrados, 19.955 boletins de ocorrência, 8.387 concessões de medidas protetivas, 4.640 atendimentos pela 72ª Promotoria de Justiça, 8.412 pela Defensoria Pública e 16.410 pela Guarda Municipal e Patrulha Maria da Penha.

Segundo o relatório da DEAM, no ano de 2017, foram registrados 27 casos de feminicídio, 4.215 registros por ameaça, 3.819 por injúria, 1.763 por lesão corporal, 1.453 por agressão, 122 por estupro, 47 por importunação ofensiva ao pudor e 10 por assédio sexual. Os tipos de violência psicológica e moral foram as principais motivações das denúncias.

3.2.3 Unidade Casa da Mulher Brasileira de Curitiba

O município de Curitiba é a capital do estado do Paraná. Localiza-se na região Sul do Brasil, faz fronteira com os países Argentina e Paraguai e com os estados brasileiros do Mato Grosso do Sul, São Paulo e Santa Catarina. A população estimada

é de 11.320.892 habitantes e o IDH é de 0,749 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018c).

Segundo o último censo demográfico de 2010, Curitiba tem 1.751.907 habitantes, sendo a população feminina maior que a masculina, 916.792 e 835.115, respectivamente. Do total de habitantes, 84.484 mulheres têm de 25 a 29 anos, 79.990 mulheres têm de 30 a 34 anos e 79.897 mulheres têm de 20 a 24 anos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016c). Assim, a maior parte da população feminina está em idade economicamente ativa.

O IDHM é de 0,823 e, portanto, superior ao do estado do Paraná. No que se refere à educação, 485.443 pessoas não têm instrução ou têm ensino fundamental incompleto e 307.175 têm ensino superior completo. Em relação ao trabalho, 468.886 mulheres referiram ser economicamente ativas e 340.096 mulheres não são economicamente ativas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016c).

No ano de 2013, o município registrou uma taxa de homicídio de mulheres de 6,2 por 100 mil mulheres (WASELFISZ, 2015). No ano de 2015, foram notificados 2.280 casos de violência contra a mulher, sendo que cerca de 61,7% das mulheres apresentavam de 18 a 39 anos (CURITIBA, 2015).

A CMB de Curitiba (Figura 5) é a terceira CMB, tendo sido inaugurada no dia 15 de junho de 2016. Atualmente, a administração é realizada pela Gestão Municipal de Curitiba, por meio da Secretaria Municipal da Mulher, com a colaboração dos Governos Federal e Estadual.

Figura 5 – Fachada de entrada da Casa da Mulher Brasileira de Curitiba

A instituição localiza-se no bairro Cabral, próximo ao Terminal de Ônibus do Cabral. O horário de funcionamento é 24 horas, todos os dias da semana. O atendimento realizado pelo Juizado Especializado em Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres funciona das 12h às 18h. Pela Defensoria Pública, o horário é das 08h às 18h e, pelo Ministério Público, é das 08h às 18h, de segunda a sexta-feira.

Trabalham na instituição 94 profissionais: um Coordenador Geral, um Gerente Administrativo, três da Coordenação Estadual, nove da Administração, nove do Ministério Público, 16 do Juizado Especializado em Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres, 10 da Defensoria Pública, 12 da Patrulha Maria da Penha, sete da Polícia Militar, quatro da Psicologia, três da Assistência Social, dois da Brinquedoteca, um da Autonomia Econômica, quatro da Limpeza, dois da Portaria e 10 da Central de Transportes.

Atualmente, a instituição tem 11 setores: Recepção, Psicossocial, Autonomia Econômica, Juizado Especializado em Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres, Defensoria Pública, Ministério Público, Polícia Militar, Patrulha Maria da Penha, Brinquedoteca, Alojamento e Central de Transportes.

Segundo o relatório de produção, no ano de 2017 foram realizados 11.490 atendimentos e 18.653 encaminhamentos. Desses, 11.490 foram realizados pela recepção, 6.611 pela equipe da atenção psicossocial, 5.739 pelo Juizado Especializado em Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres, 4.767 pela Defensoria Pública, 2.570 pela Patrulha Maria da Penha, 1.886 pela Autonomia Econômica, 1.014 pela Brinquedoteca, 531 pela Central de transportes, 385 pelo Ministério Público, 346 pelo alojamento e 109 pela Polícia Militar.

Nesse relatório também constavam os tipos de violência atendidos no período: 1.674 casos de violência psicológica, 1.054 de violência física, 775 de violência moral, 218 de violência patrimonial e 77 de violência sexual. Além disso, no mesmo ano foram concedidas 4.999 medidas protetivas pelo Juizado Especializado em Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres.

3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Participaram da pesquisa 30 profissionais que atuavam nas CMB localizadas nas capitais Brasília, Campo Grande e Curitiba, responsáveis ou envolvidos no atendimento a mulheres em situação de violência.

Todos os profissionais foram convidados por meio das Coordenadoras para participar voluntariamente da pesquisa. A seleção foi aleatória, conforme conveniência dos participantes. Foram excluídos os profissionais que não atenderam casos relacionados às mulheres em situação de violência ou que não participaram da primeira sessão da coleta de dados. Baseando-se nesse critério, foram excluídos dois profissionais, um de Brasília e um de Campo Grande, pois não participaram integralmente na primeira sessão da coleta de dados. Assim, foram incluídos na pesquisa: oito participantes de Brasília, 16 de Campo Grande e seis de Curitiba.

As sessões para coleta de dados ocorreram de acordo com a disponibilidade e interesse dos participantes, garantindo-se que participariam no mínimo quatro e no máximo 16 profissionais em cada unidade da CMB. Tal procedimento foi adotado porque o jogo Violetas permite de quatro a oito jogadores. Durante as oficinas de coleta de dados, foi possível realizar até duas partidas concomitantemente.

Destaca-se que, pelo fato dessa pesquisa apresentar 27 profissionais do sexo feminino e três profissionais do sexo masculino, nos capítulos subsequentes, será adotado o gênero gramatical feminino para referenciar os discursos dos participantes.

3.4 COLETA DE DADOS

A pesquisa envolveu uma fase de aproximação com os cenários para promover a integração da pesquisadora com as profissionais e com a realidade objetiva das instituições. Essa aproximação teve duração de cinco dias e foi realizada por meio da observação dos atendimentos às mulheres em situação de violência e das práticas profissionais.

a) Observação em Campo Grande:

O primeiro contato foi realizado por telefone com a Coordenadora Federal da instituição, quando houve a apresentação da pesquisadora e do grupo de pesquisa.

Em seguida, foram encaminhados para o endereço eletrônico da instituição o projeto de pesquisa na íntegra e o documento de aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da EEUSP. A partir desse contato prévio, a definição do período da coleta de dados foi estabelecida para os dias 15 a 18 de janeiro de 2018, de acordo com a disponibilidade das profissionais.

No primeiro dia, foi apresentado o projeto de pesquisa para a responsável pela Subsecretaria de Políticas para as Mulheres e pela gestão municipal da CMB, juntamente com sua equipe de trabalho. Posteriormente, foi realizada uma reunião conjunta com a Coordenadora Federal, que relatou o histórico da instituição.

Observou-se que a construção e a implantação daquela Casa contou com o apoio dos movimentos de mulheres campo-grandenses. Além disso, as elevadas estatísticas da violência de gênero registradas em Campo Grande e a mobilização das lideranças políticas femininas foram primordiais para que se tornasse a primeira CMB em funcionamento no território nacional.

Segundo as Coordenadoras Federal e Municipal, no ano de 2016, a instituição apresentou significativa crise devido à ausência de financiamento. Depois, o município assumiu a responsabilidade pela contratação e pela capacitação dos servidores municipais. Essa medida tinha como objetivo reduzir a rotatividade dos recursos humanos e garantir a manutenção das atividades independentemente dos gestores municipais, estaduais e federais.

No decorrer dos dias de observação, foi possível acompanhar o fluxo de atendimento às mulheres em situação de violência, desde a entrada até a saída da instituição. A Coordenadora Federal organizou uma visita em cada setor, com profissionais designados para esclarecimentos sobre as atividades. Essas visitas permitiram a aproximação da pesquisadora com as profissionais e com as usuárias da CMB e, conseqüentemente, o conhecimento dos processos de trabalho desenvolvidos.

A recepção da instituição se mostrou como um espaço acolhedor. Apresentava um mural na porta do acesso principal com frases de empoderamento para as mulheres que buscavam atendimento (“quem ama respeita”, “valorize-se”, “acabe com o sofrimento”, “chega de violência”, “não se sinta culpada”, “vire a página”, “não aceite humilhação”, “coragem”, “é hora de dar um basta”, “amor não bate, nem mata” e “ciúme não é prova de amor”).

O atendimento na recepção é realizado de forma individualizada. Notou-se a presença de um guarda municipal próximo à entrada. No momento da visita, havia três profissionais recepcionando as usuárias. Apesar de a instituição ser destinada ao acolhimento das vítimas, a recepção contém um espaço específico para recepção dos agressores convocados pela 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

O setor de acolhimento tem uma sala de espera, duas salas de atendimento individualizado, uma sala para as profissionais da psicologia e outra para as profissionais da assistência social. O atendimento psicossocial é realizado de forma qualificada, humanizada e sigilosa por uma dupla de profissionais (psicóloga e assistente social). Diante da necessidade de encaminhamento externo, uma das profissionais acompanha a vítima. Além disso, a instituição tem uma equipe formada por duas assistentes sociais e uma psicóloga, responsável pela assistência das usuárias após o primeiro atendimento.

A brinquedoteca possui uma profissional responsável pelo cuidado das crianças enquanto suas responsáveis são atendidas. O alojamento permite a estada das usuárias com seus dependentes, por até 48 horas. Nesses dois espaços, é garantida alimentação, higiene e segurança. Cessado o período de permanência no alojamento, as usuárias são encaminhadas para a Casa Abrigo ou para a residência de um familiar.

A DEAM possui uma delegada titular, uma delegada adjunta e seis delegados plantonistas. Está dividida em sala de registros e denúncias, sala espelhada para reconhecimento dos agressores, sala de cartórios, sala da Central Disque 180, sala de atendimento e sala de descanso. Também conta com duas celas, que têm capacidade para receber até seis agressores nos casos de prisão em flagrante. Eles acessam o local somente através da parte externa.

Segundo a Delegada de Polícia em exercício no momento da visita, todas as denúncias do Disque 180 são investigadas, assim como todos os casos de feminicídio. Ela relata que a maior parte das denúncias são devido a ameaça e, na maioria dos casos, os autores das agressões estão sob efeito de álcool e drogas.

Na 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as profissionais ressaltaram a concessão de medidas protetivas de urgência, seguidas por entrevista e visita domiciliar para acompanhamento. A assistente social do setor destacou a

prevalência de casos de violência intergênero, intragênero, intergeracional e intrafamiliar.

Na Promotoria de Justiça são desenvolvidos programas de prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher, como: Dossiê Ministério Público do Mato Grosso do Sul – Feminicídio: Menina dos Olhos; Sensibilize-se; Capacite-se; Vozes; e Capacitação no combate a violência doméstica.

A Patrulha Maria da Penha se responsabiliza pelos atendimentos e pela vigilância dos casos de violência contra a mulher. O profissional responsável presente no momento da visita relatou que diariamente são registrados descumprimentos de medidas protetivas de urgência.

O setor de Autonomia Econômica realiza a captação de vagas de emprego no município para oferecer às usuárias. A profissional do setor relatou como limitações para o emprego: a ausência de experiência das mulheres, a desqualificação profissional, a baixa escolaridade, a dificuldade de acesso ao local de trabalho e a indisponibilidade, por serem as únicas responsáveis pelo cuidado dos filhos.

A instituição apresenta três sistemas informatizados: Sistema Integrado de Gestão Operacional (SIGO) da Delegacia de Polícia, o Disque 180 e o Sistema Iris, desenvolvido pela Agência Municipal de Tecnologia da Informação e Inovação de Campo Grande.

O Sistema Iris foi desenvolvido exclusivamente para a CMB. Está pautado nas diretrizes gerais e nos protocolos de atendimento do Programa Mulher: Viver sem Violência. Criado em 2016, encontra-se em processo de implementação. Ele possibilita o acompanhamento dos atendimentos das usuárias e a emissão dos relatórios.

O setor administrativo conta com profissionais que atuam na instituição desde a data da abertura. Assim como elas, inicialmente, a maior parte das servidoras não tinha experiência relacionada à temática da violência de gênero. Também salientaram o atendimento a mulheres indígenas, quilombolas e estrangeiras.

As mulheres em situação de violência recebem atendimento imediato e são acompanhadas por profissionais nos encaminhamentos internos e externos. Além disso, recebem auxílio financeiro para deslocamentos após atendimento inicial na instituição. Os encaminhamentos externos mais frequentes são para o Instituto de Medicina e Odontologia Legal e para os serviços de saúde.

São realizadas reuniões mensais do colegiado gestor, nas quais participam representantes de todos os setores e da rede de atendimento para as mulheres em situação de violência de Campo Grande. Nessas reuniões, são deliberadas ações relacionadas ao planejamento e ao funcionamento da instituição.

As sessões da coleta de dados foram realizadas nos dias 15 e 17 de janeiro, das 14h00 às 17h00, a pedido da Coordenadora Federal da instituição. Participaram da oficina pelo menos uma profissional de cada setor, indicada pelo seu respectivo responsável. O único setor que não indicou representante foi a Promotoria Pública, devido ao número reduzido de profissionais. Durante a coleta de dados, o atendimento às usuárias não foi interrompido.

A oficina foi realizada no auditório da instituição, que dispõe de mesas e cadeiras móveis, facilitando a organização do espaço físico para execução das partidas do jogo Violetas e dos momentos de reflexão individual e grupal realizados na segunda sessão.

Devido ao número de participantes, foram realizadas duas partidas ao mesmo tempo, com oito jogadores em cada grupo e os quatro personagens do jogo sendo representados por duplas. Os participantes escolheram de forma espontânea participar do Grupo A ou do Grupo B.

No que se refere à partida do Grupo A, as duplas de jogadores optaram pelos personagens de acordo com a afinidade. O jogo teve duração de uma hora e 41 minutos, sendo que 17 minutos foram destinados exclusivamente para leitura e compreensão do livro de regras.

Em relação à partida do Grupo B, as duplas de jogadores escolheram os personagens de forma aleatória. O jogo teve duração de uma hora e 40 minutos, sendo que nove minutos foram destinados exclusivamente para leitura e compreensão do livro de regras.

b) Observação em Curitiba:

O primeiro contato foi realizado por telefone com a Coordenadora Municipal, para apresentação da pesquisadora e do grupo de pesquisa. Em seguida, foi encaminhado para o endereço eletrônico da instituição o projeto de pesquisa na íntegra, bem como a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da EEUSP. A partir desse contato prévio e de outras ligações telefônicas, o período da coleta de dados foi marcado para ocorrer entre cinco e nove de março de 2018, de acordo com a disponibilidade das

profissionais. Essas datas foram sugeridas pela Coordenadora Municipal pelo fato de oito de março ser celebrado como Dia Internacional da Mulher.

No período da observação, foi possível participar de quatro eventos relacionados ao Dia Internacional da Mulher: A força da mulher a gente vê no olhar, organizado pelo Governo do Estado do Paraná; A mulher no contexto global, promovido pela Federação das Mulheres do Paraná; Concerto das Rosas, apoiado pela CMB de Curitiba; Todos por elas: Viver sem violência no Paraná, organizado pela Secretaria de Estado da Saúde.

Frequentemente, os profissionais da CMB recebem convites para participar de eventos relacionados à mulher, para representação e esclarecimento sobre as ações desenvolvidas pela instituição no município e na região metropolitana de Curitiba.

Na primeira reunião com a Coordenadora Municipal da instituição, foi feita a apresentação do trabalho desenvolvido pelas profissionais no atendimento às mulheres em situação de violência. Ela relatou que no momento da abertura da instituição, os recursos humanos indicados para ocupar os setores não apresentavam experiência associada ao tema. Esse conhecimento foi construído no decorrer dos atendimentos.

A CMB de Curitiba teve sua abertura realizada sem que todos os setores previstos no Programa Mulher: Viver sem Violência estivessem funcionando, como, por exemplo, a DEAM. As usuárias que precisam do atendimento desse setor são conduzidas para a DEAM do município, a partir de encaminhamento externo prioritário.

Além do encaminhamento externo para a DEAM, quando necessário, as usuárias são encaminhadas para o Instituto Médico Legal e para os serviços de saúde do município. Na CMB estão em funcionamento o Juizado Especializado em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, o Núcleo da Polícia Militar, a Patrulha Maria da Penha, a Defensoria Pública, o Ministério Público e o setor de Apoio Econômico, que tem parceria com o projeto Mulheres do Brasil para qualificação profissional das usuárias.

A recepção das mulheres em situação de violência é realizada por três profissionais em atendimento individualizado. Nesse momento, é preenchida a ficha de recepção e o formulário de acolhimento e triagem, utilizados também nos demais setores da instituição. As profissionais relataram que os principais encaminhamentos

são para o setor Psicossocial, Juizado Especializado em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e para a Defensoria Pública.

Na recepção, existe maior concentração de mulheres e de homens nos períodos que antecedem as audiências realizadas pelo Juizado. As profissionais comentaram que, no início da semana, constata-se maior número de atendimentos. Verificou-se que as principais demandas relatadas pelas usuárias estão associadas à manutenção ou à retirada das medidas protetivas de urgência. No período da noite, um Guarda Municipal faz a vigilância da porta de entrada da instituição.

O setor Psicossocial realiza a escuta qualificada da queixa, a acolhida dos casos e o encaminhamento para os outros setores internos e externos. Possui uma sala de atendimento grupal, duas salas de atendimento individual, uma sala para as profissionais da psicologia e uma sala para as profissionais da assistência social. Esse setor desenvolve um projeto com as mulheres alojadas, no qual elas produzem peças artesanais que são aplicadas na Árvore da Esperança, localizada na entrada da instituição. Essa árvore é coletivamente preservada e construída pelas usuárias e pelas profissionais.

A brinquedoteca é um espaço destinado para o cuidado e o acolhimento das crianças de zero a 12 anos de idade que estejam sob responsabilidade das mulheres que buscam atendimento na CMB.

O alojamento de passagem é garantido por curta duração para mulheres e seus dependentes com risco eminente de morte, permanecendo preferencialmente até 48 horas. Posteriormente, são encaminhadas para Casa Abrigo ou residência de um familiar. No período da observação, havia uma mulher com três filhos. Eles estavam aguardando a liberação da vaga na Casa Abrigo, sob responsabilidade da assistente social. O desligamento do alojamento é comunicado ao Juizado, ao Ministério Público e à Defensoria Pública da instituição.

O auditório da instituição é utilizado pelas profissionais, pelos setores e pela comunidade, por meio de entidades e organizações, para realização de eventos associados às mulheres e ao enfrentamento da violência. O compartilhamento desse espaço visa promover a divulgação e a visibilidade da instituição no município.

A Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres também está alocada na instituição. É responsável pela gestão do ônibus lilás do Programa Mulher: Viver sem Violência. Esse ônibus percorre a capital para realizar ações de orientação e divulgação da Lei Maria da Penha e da rede de enfrentamento da violência contra a

mulher. Nos municípios do interior do estado, é utilizado como espaço de acolhimento e atendimento das denúncias realizadas por mulheres em situação de violência.

Durante a observação, foi possível acompanhar uma das ações desenvolvidas pelo ônibus lilás. Ele estava estacionado próximo à Prefeitura Municipal de Curitiba, tinha uma mesa na parte externa com folhetos informativos sobre medidas de enfrentamento da violência contra a mulher. As mulheres que transitavam pelo local buscavam informações relacionadas ao procedimento de denúncia e comentavam situações de violência vividas ou relatadas por outras mulheres.

A instituição realiza reuniões bimestrais do Colegiado Gestor, composto por representantes de todas as instituições que atendem as mulheres em situação de violência no município de Curitiba. Segundo a Coordenadora Municipal, no período de abertura da instituição, as reuniões para elaboração do Regimento Interno, que regulamenta a organização, a estrutura e o funcionamento dos setores, eram semanais. Os relatórios mensais são gerados a partir dos registros dos atendimentos, realizado em uma planilha preenchida por profissional específica.

Apesar de a instituição estar situada na capital, as profissionais realizam o atendimento inicial e o encaminhamento das mulheres que residem na região metropolitana para os Centros de Referência e Atendimento para Mulheres em Situação de Violência.

No decorrer da observação, as profissionais relataram que a maior parte das mulheres faz a denúncia em decorrência de agressão física. Citam um número expressivo de casos de violência intergeracional e intrafamiliar. Também comentaram situações que envolviam o atendimento de mulheres estrangeiras e de vítimas do tráfico humano. Essas situações demandaram apoio da rede externa à instituição.

As sessões da coleta de dados foram realizadas nos dias seis e sete de março, das 15h às 18h, a pedido das profissionais da instituição, uma vez que era o período com menor número de atendimentos. Entretanto, na segunda sessão da oficina, duas participantes precisaram se ausentar para prestar assistência às mulheres que estavam aguardando na recepção.

A oficina de coleta de dados foi realizada na sala de reuniões da instituição, que dispõe de mesas e cadeiras móveis, facilitando a organização do espaço físico para execução das partidas do jogo Violetas e dos momentos individuais e grupais.

Devido ao número de participantes, foi realizada uma partida com seis jogadoras. Desse modo, os quatro personagens do jogo foram divididos em duas duplas de

participantes e duas participantes individuais. A distribuição das jogadoras ocorreu de modo espontâneo; entretanto, a escolha dos personagens foi feita por meio de afinidade pessoal. O jogo teve duração de uma hora e 45 minutos, sendo que 14 minutos foram destinados exclusivamente para leitura e compreensão do livro de regras.

c) Observação em Brasília:

O primeiro contato foi realizado pelo endereço eletrônico da instituição, com apresentação da pesquisadora e do grupo de pesquisa. Em seguida, foi encaminhado o projeto de pesquisa na íntegra e a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da EEUSP. A partir desse contato prévio e de outras ligações telefônicas para a assessoria da coordenação, o período da coleta de dados foi marcado para 12 a 15 de março de 2018, de acordo com a disponibilidade das profissionais. Essas datas foram sugeridas pela instituição devido ao menor número de profissionais em período de férias.

No primeiro dia, a Coordenadora do setor Psicossocial realizou a recepção e apresentou a Coordenadora da CMB de Brasília. Nessa primeira reunião, informou que as profissionais se encontravam em greve, com os setores funcionando parcialmente. A equipe responsável pela coordenação estava em processo de transição. De qualquer forma, as profissionais haviam se comprometido previamente a participar das duas sessões da oficina.

No primeiro ano, as profissionais promoveram atividades para garantir a visibilidade da instituição. No segundo ano, a estrutura foi interditada e, conseqüentemente, os atendimentos foram interrompidos, devido a danos na infraestrutura que colocavam em risco as profissionais e as usuárias. Na época da coleta de dados, dois blocos se encontravam interditados.

Diante disso, houve realocação e readaptação de parte dos setores previstos nas diretrizes do Programa Mulher: Viver sem Violência. A instituição possui um Núcleo do Juizado da Mulher e um Núcleo da DEAM, e não possui alojamento de passagem.

Quanto às atividades desenvolvidas pelos setores em funcionamento na instituição, no Núcleo do Juizado da Mulher, destacou-se o projeto “Maria da Penha vai à Escola”, cujo objetivo é promover e divulgar a Lei Maria da Penha nas escolas públicas do Distrito Federal. No Serviço de Promoção da Autonomia Financeira,

ressaltou-se a parceria com o Programa Mulheres Mil, responsável pela educação financeira, qualificação profissional e inserção das usuárias no mercado de trabalho. Segundo o relatório desse serviço, no ano de 2016, foram qualificadas 130 mulheres e 49 foram inseridas no mercado de trabalho.

O Serviço de Promoção da Autonomia Financeira oferece cursos de recepcionista, assistente administrativo, massagista e cuidadora de idosos. Além disso, uma porcentagem das vagas de trabalho nos serviços públicos do Distrito Federal é destinada para mulheres em situação de violência atendidas pela CMB.

O Núcleo da DEAM tem dois profissionais responsáveis pelo registro das ocorrências e pelo desenvolvimento do termo circunstanciado. Quando necessário, realizam o encaminhamento das usuárias para a DEAM da capital federal.

A recepção tem quatro profissionais em cada turno de trabalho, responsáveis pelo acolhimento individualizado. As profissionais desse setor são contratadas por serviço terceirizado. Esse espaço é chamado Maria da Penha e possui fotografias de mulheres historicamente conhecidas pelas suas conquistas.

No primeiro atendimento, para cada usuária, é feita a abertura de um prontuário integrado com número único, no qual é preenchida a ficha de recepção, a evolução da profissional responsável pela assistência em cada setor e os encaminhamentos internos e externos. Os prontuários ficam armazenados em uma sala da instituição com possibilidade de acesso pelas profissionais.

O setor Psicossocial realiza atendimentos individuais e grupais. Possui uma sala para reunião de grupo, uma sala para a coordenação do setor, duas salas para atendimento individual, uma sala para a equipe de psicólogas e assistentes sociais e uma sala para o Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM).

Os atendimentos são realizados de forma individualizada e acolhedora. As profissionais abordam temáticas relacionadas à interrupção do ciclo da violência e à Lei Maria da Penha. Uma das psicólogas também utiliza como metodologia de atendimento o Mapa da Vida. Essa metodologia envolve os diversos aspectos da vida da mulher, como: lazer, financeiro, profissional, intelectual, emocional, espiritual, físico, relacionamento íntimo, relacionamento social e relacionamento familiar. As usuárias são questionadas em relação ao desejo, ao tempo, às atitudes e às realizações. Também são abordadas as vontades, as escolhas, as responsabilidades e as percepções sobre o processo de enfrentamento da violência.

A instituição desenvolve o Grupo Vida Mulher, que acontece semanalmente, com duração de aproximadamente três horas. A demanda das participantes é espontânea, sendo indicado após o atendimento individual. As reuniões utilizam como metodologia o Mapa da Vida e o jogo Jornada da Vida, criado por um dos profissionais da instituição. A reunião consiste em um espaço de acolhimento e reflexão para mulheres em situação de violência.

No período da observação, foi possível participar de uma reunião do Grupo Vida Mulher. Ele foi conduzido por uma psicóloga e uma assistente social. Nesse dia, havia cinco mulheres participando, sendo que duas delas estavam com seus filhos e neta na brinquedoteca. A reunião consistiu em um momento de troca de experiências, emoção, empatia e empoderamento coletivo.

As profissionais do setor Psicossocial também são responsáveis pela participação em eventos, a fim de divulgar o trabalho desenvolvido na CMB. Durante a observação, houve uma Roda de Conversa no Instituto Federal de Brasília campus Gama, para professoras e servidoras, coordenada por uma assistente social da instituição.

No setor Psicossocial, encontra-se alocado em uma das salas o CEAM, que realiza o atendimento e o acompanhamento das mulheres em situação de violência por profissionais da área de psicologia, da assistência social e do direito. O Distrito Federal apresenta quatro unidades em funcionamento: 102 Sul, Planaltina, Ceilândia e CMB. Esses Centros também possuem Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica. Na instituição, as profissionais do CEAM realizam o atendimento inicial uma vez por semana a partir de prontuário específico, seguido por assistência continuada.

Recentemente, iniciou-se na instituição o atendimento integrado, com reuniões semanais com discussão dos casos apontados pelos setores. As reuniões resultam no desenvolvimento dos protocolos de encaminhamentos considerando a perspectiva de cada profissional envolvida no atendimento.

As deliberações da instituição ocorrem em reuniões com o Colegiado Gestor, formado por representantes de todos os setores. Além disso, os setores são integrados com a Rede Especializada de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência de Brasília, que possui 19 Juizados e Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, 41 promotorias especializadas do Ministério Público, DEAM, Núcleo Especializado de Defensoria Pública, Casa Abrigo, três

Centros de Atendimento às Mulheres e nove Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica.

Segundo o relato das profissionais, a instituição também faz o atendimento inicial das mulheres residentes nas regiões administrativas próximas a Brasília, bem como das mulheres estrangeiras, mulheres com transtornos mentais e de diferentes classes sociais.

As sessões da coleta de dados foram realizadas nos dias 15 e 17 de janeiro, das 14h às 17h, a pedido das profissionais da instituição, uma vez que estavam em período de greve. Destaca-se que os participantes foram prevalentemente do setor Psicossocial.

A oficina foi realizada na sala de reuniões da instituição, que dispõe de mesas e cadeiras móveis, facilitando a organização do espaço físico para realização das partidas do jogo Violetas e dos momentos individuais e grupais.

Dado o número de participantes, foram realizadas duas partidas ao mesmo tempo e cada grupo contou com quatro jogadoras. Desse modo, os quatro personagens do jogo foram distribuídos individualmente entre as jogadoras. As participantes escolheram de forma espontânea participar do Grupo A ou do Grupo B.

No que refere à partida do Grupo A, as jogadoras optaram pelos personagens de acordo com a afinidade. O jogo teve duração de uma hora e 20 minutos, sendo que quatro minutos foram destinados exclusivamente para leitura e compreensão do livro de regras.

Em relação à partida do Grupo B, as jogadoras escolheram os personagens por sorteio das cartas-referência. O jogo teve duração de 61 minutos, sendo que seis minutos foram destinados exclusivamente para leitura e compreensão do livro de regras.

A fase da aproximação realizada nos três cenários da pesquisa possibilitou conhecer a prática profissional, o funcionamento dos setores e o atendimento às mulheres em situações de violência. Constatou-se que as instituições são singulares, na medida em que estão inseridas em espaços geopolíticos heterogêneos, marcados por distintos processos de produção e reprodução social.

Apesar de o fenômeno social, objeto de trabalho das profissionais, e a infraestrutura das instituições se mostrarem semelhantes, verificaram-se particularidades atribuídas a cada cenário, associadas à historicidade e à

dinamicidade do processo de implementação. Portanto, evidencia-se que a concepção a respeito das Casas da Mulher Brasileira não pode ser generalizada.

O conhecimento construído no decorrer da observação possibilitou o estabelecimento de vínculo com as profissionais que atuam no atendimento das mulheres em situação de violência, favorecendo melhor captação, exploração e interpretação do material empírico produzido em cada oficina.

A oficina foi realizada em duas sessões de três horas, totalizando seis horas em cada unidade da CMB. Como instrumento para implementação dessa técnica, foi utilizada uma programação (Quadro 1), com questões norteadoras que serviram de guia no processo de compreensão das potencialidades e dos limites do jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero.

No início da primeira sessão, as participantes foram informadas sobre os objetivos de cada sessão e a metodologia desenvolvida para a OTC. Além disso, houve a apresentação dos objetivos e da finalidade da pesquisa para a qual estavam sendo convidadas a participar. Destaca-se que, na coleta de dados, somente as participantes estiveram presentes no espaço das oficinas de trabalho.

Quadro 1 – Programação das duas sessões de OTC

Oficina de Trabalho (OTC)
As potencialidades e os limites do jogo Violetas para enfrentamento à violência de gênero   Objetivo: Coletar dados para investigar as potencialidades e os limites do jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero.   Participantes: Profissionais da Casa da Mulher Brasileira que atuam no atendimento de mulheres em situação de violência.   Número de participantes: Participarão de cada oficina de quatro a 16 profissionais, na medida em que o jogo pode ser jogado por no mínimo quatro e no máximo oito jogadores.   Estrutura: A oficina será realizada em uma sala que tenha disponibilidade de mesas, cadeiras, computador e multimídia.   Duração: A oficina será desenvolvida em dois períodos de três horas, totalizando seis horas.
Sessão 1: Os profissionais jogam para o enfrentamento da violência contra a mulher   Objetivos: - Apresentar o jogo Violetas para os profissionais da Casa da Mulher Brasileira.   - Observar expressões, comentários, pensamentos e sentimentos manifestados pelos participantes durante a partida.   - Conhecer a experiência dos jogadores após o término da partida do jogo de tabuleiro.

Momentos	Conteúdo	Estratégia/material
Aquecimento (30 minutos)	1. Apresentação da pesquisadora, do grupo de pesquisa, do projeto de pesquisa e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. 2. Identificação (preenchimento da caracterização dos participantes) e assinatura na lista de participação. 3. Apresentação das regras do jogo por meio de leitura em voz alta pela pesquisadora e demonstração das peças no tabuleiro. 4. Formação das equipes de jogadores. Os grupos serão formados a partir da afinidade e livre escolha dos participantes. Conforme as regras do jogo, cada equipe será composta por no mínimo quatro e no máximo oito jogadores.	Computador e multimídia.
Desenvolvimento (120 minutos)	1. Realização de uma partida do jogo Violetas. 2. A partida será gravada por meio de áudio e vídeo. 3. A pesquisadora anotará em diário de campo as expressões, os comentários, os pensamentos e os sentimentos manifestados pelos jogadores.	Jogo de tabuleiro Violetas. Observação participante. A pesquisadora não irá interagir com os jogadores durante a realização da partida do jogo.
Momentos	Conteúdo	Estratégia/material
Síntese (30 minutos)	Os participantes serão questionados sobre as expectativas apresentadas no início do jogo, como se sentiram no decorrer da partida e após o término do jogo. Cada participante escreverá suas expectativas e em seguida as apresentarão para o grupo.	Roda de conversas, na qual cada participante expressará sua opinião.
Sessão 2: O enfrentamento da violência contra a mulher por meio do jogo Violetas Objetivos: - Conhecer a percepção dos participantes sobre os conceitos de gênero e violência de gênero. - Conhecer a percepção dos participantes no que se refere à estrutura e ao conteúdo do jogo. - Identificar as facilidades e as dificuldades apresentadas pelos profissionais no jogo Violetas. - Conhecer a percepção dos participantes sobre a relação do jogo com os conceitos de gênero e violência de gênero. - Refletir sobre o enfrentamento da violência de gênero mediante as potencialidades e os limites do jogo Violetas apresentados pelos participantes.		
Momento	Conteúdo	Estratégia/material
Aquecimento (40 minutos)	Cada participante deverá citar o nome de um filme contido no jogo e relacioná-lo aos conceitos de gênero e violência de gênero. Os participantes escreverão o nome do filme em uma folha sulfite e fixá-la em um mural. Em seguida, realizarão	Folha sulfite, caneta colorida, cartolina e cola.

	comentários a respeito do conceito de gênero e violência de gênero.	
Momento	Conteúdo	Estratégia/material
Desenvolvimento (110 minutos)	Momento individual: Como você descreve sua participação no jogo? Cada jogador escreverá uma palavra que defina sua participação no jogo e, em seguida, apresentará para o grupo justificando sua escolha. Momento grupal: Os participantes serão divididas em dois grupos. Cada grupo deverá elencar em um relatório as facilidades e os limites do jogo. Ao término, o relatório será apresentado para todos. Serão disponibilizados para os participantes três murais: gênero, violência de gênero e enfrentamento da violência de gênero. Todos os participantes deverão escrever uma frase que expresse a relação do jogo Violetas com o termo descrito no título do mural.	Folha sulfite e canetas coloridas. Folha sulfite e canetas coloridas. Cartazes e canetas coloridas.
Síntese (20 minutos)	Reflexão sobre os conceitos de gênero e violência de gênero, e mecanismos de enfrentamento da violência de gênero. Será realizada uma apresentação oral pela pesquisadora, a partir de referências da área.	Exposição dialogada. Computador e multimídia.
Avaliação (10 minutos)	Os participantes escreverão uma palavra que expresse sua avaliação da oficina.	Nuvem de palavras.

Referências utilizadas:

1. Bandeira LM. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. Revista Sociedade e Estado. 2014;29(2):449-69.
2. Bourdieu P. A dominação masculina. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2010.
3. Brasil. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres; 2013.
4. Brasil. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Casa Civil; 2006.
5. Egry EY, Fonseca RMGS, Oliveira MAC. Ciência, Saúde Coletiva e Enfermagem: destacando as categorias gênero e geração na episteme da práxis. Rev Bras Enferm. 2013;66(esp):119-33.
6. Fonseca RMGS, Oliveira RNG. Mulher, direito e saúde: um ensaio à luz de gênero. In: Oguisso T, Freitas GFF, organizadores. Legislação de enfermagem e saúde: histórico e atualidades. Barueri: Manole; 2015. p. 227-61.
7. Louro GL. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 16ª ed. Petrópolis: Editora Vozes; 2014.
8. Saffioti HB. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; 2004.
9. Scott JW. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. 1995;20(2):71-99.
10. WHO. Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence. Genebra: World Health Organization; 2013.

Para testar o instrumento da OTC proposta nessa pesquisa, foi realizada uma oficina piloto com sete profissionais estudantes dos programas de pós-graduação da EEUSP, matriculadas na disciplina “A Pesquisa de Gênero na Saúde e na Enfermagem” e que apresentaram interesse e disponibilidade em participar voluntariamente. Os dados produzidos foram utilizados exclusivamente para aprimoramento do instrumento, através da identificação das suas potencialidades e dos seus limites.

3.5 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

A partir das OTC, os dados foram produzidos nos formatos de texto, áudio, imagem, vídeo e notas de campo. Esses diversos formatos permitiram explorar os sentimentos, as expressões e as emoções das participantes, para aprofundar e contextualizar a análise dos dados.

Os dados qualitativos gerados a partir dos textos e dos áudios das OTC foram gravados, transcritos na íntegra e analisados mediante a análise de conteúdo temática, que prevê as seguintes etapas: pré-análise, exploração de material, tratamento dos resultados, interpretação e inferência (BARDIN, 2011).

O *software Web Qualitative Data Analysis* (WebQDA) também foi utilizado para análise dos dados da pesquisa. Esse *software* permitiu tratar os dados provenientes dos textos e dos áudios produzidos na OTC. O *software* é acessado pela internet, apresentando compatibilidade com distintos sistemas operacionais e possibilita o compartilhamento das informações entre os pesquisadores (FREITAS et al., 2017).

O *software* possibilitou a organização e a sistematização dos dados produzidos durante as OTC, apresentados nos formatos de texto e áudio. Também permitiu a configuração dos resultados conforme a necessidade da pesquisa, devido à capacidade e à flexibilidade de gerenciar as informações (COSTA; AMADO, 2018).

Está estruturado em três partes: fontes, o espaço destinado para inserção dos dados; codificação, responsável pela criação das categorias descritivas ou interpretativas; e questionamento, que dispõe de ferramentas que auxiliam a questionar os dados (COSTA, 2016).

As fontes estão divididas em internas, externas e notas. A codificação apresenta como possibilidade a construção de códigos livres e árvore, descritores e

classificações. Os questionamentos podem ser realizados a partir das palavras mais frequentes, pesquisa de texto ou código e matrizes. O *software* dispõe ainda de um espaço de gestão do projeto de pesquisa, no qual é permitida a inclusão de utilizadores e a elaboração do diário de bordo (COSTA; AMADO, 2018).

Nesta pesquisa, os dados foram agregados de acordo com cada cenário de pesquisa e inseridos no *software* como fontes internas. Após a leitura dos dados, foram utilizados os códigos árvores para definição das categorias empíricas. Também foram adotados os códigos descritivos para caracterização das participantes de acordo com o sexo, a faixa etária, o estado civil, o número de filhos, a religião, a raça, a escolaridade, a formação complementar, a profissão, o tempo de experiência profissional, o vínculo empregatício, o setor de atuação na CMB e o tempo de experiência na CMB.

No que se refere aos questionamentos, foi realizada uma pesquisa de palavras mais frequentes em cada partida do jogo Violetas nos três cenários, bem como quatro matrizes de análises cruzando as codificações descritivas e as fontes de dados internas.

3.6 ASPECTOS ÉTICOS

Esta pesquisa atendeu a todos os requisitos propostos pela Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre as normas e diretrizes da pesquisa envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012).

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da EEUSP e aprovado sob o número do parecer 2.026.647 e CAAE 66467517.2.0000.5392 (Anexo 1). Também foi apresentado às unidades da CMB de Brasília (Apêndice A), Campo Grande (Apêndice B) e Curitiba (Apêndice C) para conhecimento e autorização da coleta de dados.

A coleta de dados ocorreu a partir do esclarecimento das questões relacionadas ao desenvolvimento da pesquisa e da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelas participantes (Apêndice D). A participação na pesquisa foi voluntária e o anonimato foi garantido mediante a substituição do nome das participantes pela letra “P”, seguida de um algarismo arábico (Ex.: P1; P2 e, assim, sucessivamente).

No que se refere à inclusão das participantes na pesquisa, inicialmente foi realizado um convite a todas as profissionais que trabalhavam nas unidades da CMB. Posteriormente, foram incluídas na amostra somente aquelas que demonstraram interesse pela temática e disponibilidade para participar das duas sessões da OTC.

A pesquisadora foi responsável pela condução da OTC nos três cenários de pesquisa. Para tanto, houve uma preparação por meio de formação e qualificação na técnica da coleta de dados promovida pela coordenadora do grupo de pesquisa GSE. A pesquisadora também realizou a transcrição dos áudios e a validação do conteúdo produzido nas oficinas.

Em relação ao respeito à dignidade das participantes, somente a pesquisadora e a orientadora tiveram acesso ao banco de dados, que está armazenado em uma pasta sob responsabilidade da pesquisadora. Além disso, os dados foram submetidos à análise e ao tratamento para divulgação em eventos e periódicos científicos, de modo a garantir a confidencialidade das profissionais.

Os dados apresentados como resultados dessa pesquisa foram consentidos pelas participantes. Assim, foi assegurado o respeito aos valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos das informações. Esta pesquisa também garantiu a não utilização das informações em prejuízo das profissionais.

A pesquisa apresentou como benefício a construção do conhecimento sobre o jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero, bem como promoveu a formação e a qualificação das profissionais que atuam no atendimento das mulheres vitimadas.

Apesar de existir risco das participantes se sentirem desconfortáveis ou emocionadas, antes, durante e após a participação nas sessões da oficina, uma vez que poderiam recordar alguma situação de violência presenciada, atendida ou sofrida, não foram observados e relatados sentimentos prejudiciais pelas profissionais. Caso isso fosse identificado, imediatamente haveria o encaminhamento para um serviço de apoio psicológico.

A pesquisa está adequada aos princípios científicos que justificam sua realização, assim como possibilitou responder a incertezas relacionadas ao fenômeno social da violência de gênero e ao jogo lúdico como estratégia educativa crítico-emancipatória.

Sobre o mérito científico, essa pesquisa utilizou o instrumento *Consolidated criteria for reporting qualitative research* (COREQ), no qual são apresentados 32 itens

de conferência (TONG; SAINSBURY; CRAIG, 2007). Também contou com a utilização do *software* webQDA, que permitiu a organização e a qualidade na análise e no tratamento dos dados.

Ressalta-se que os resultados provenientes da pesquisa serão apresentados às profissionais que participaram da coleta de dados e às unidades da CMB que configuraram cenário desta pesquisa. Além disso, será encaminhado um relatório final para o Comitê de Ética em Pesquisa da EEUSP.

4 RESULTADOS

4 RESULTADOS

Os resultados estão divididos em quatro seções. A primeira consiste em uma revisão do tipo escopo relacionada aos jogos educativos para abordagem da violência de gênero. Essa revisão foi realizada para construir um panorama da produção e da utilização de jogos no contexto do ensino associados à violência de gênero, bem como subsidiar a discussão das categorias empíricas que emergiram das OTC.

A segunda seção apresenta a caracterização das profissionais que participaram da pesquisa. Essa caracterização visa aproximar os leitores das participantes e conhecer os sujeitos sociais produtores dos discursos analisados.

A terceira seção retrata a caracterização das partidas do jogo Violetas. Essa caracterização busca demonstrar de que forma ocorreram as cinco partidas, considerando principalmente as respostas às perguntas e as intervenções realizadas por meio dos comentários das participantes durante o jogo.

A quarta seção descreve as categorias empíricas que emergiram dos discursos das participantes das OTC realizadas nas unidades da CMB de Brasília, Campo Grande e Curitiba, mediante a utilização da técnica de análise de conteúdo temática e do *software* WebQDA.

4.1 JOGOS EDUCATIVOS PARA A PREVENÇÃO E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA REVISÃO DE ESCOPO

A revisão de escopo foi realizada para conhecer, na produção científica existente sob a forma de artigos de divulgação, os jogos educativos utilizados para abordagem da violência de gênero. Essa revisão também subsidiou a discussão dos resultados produzidos nas oficinas de trabalho sobre o jogo Violetas.

A revisão de escopo foi escolhida devido à abordagem ampliada do tema de pesquisa e à inclusão de diferentes tipos de metodologias de estudo. Esse tipo de revisão propõe a identificação da extensão, do alcance e da natureza das pesquisas, por meio da análise narrativa e descritiva. Ela consiste em um importante instrumento para verificar as lacunas do conhecimento na literatura científica (ARKSEY; O'MALLEY, 2005).

Esse tipo de revisão busca fornecer um mapa das evidências que foram produzidas na literatura no que se refere a determinada temática de pesquisa (PETERS et al., 2017). O mapeamento consiste na síntese de pesquisas a partir da classificação no tempo, no espaço, da fonte e da origem; das políticas que versam sobre o rastreamento de documentos relevantes; e dos conceitos, considerando a terminologia de tópicos específicos, compreendendo o uso, os sujeitos e a finalidade. Geralmente, essa forma de mapeamento fornece resultados indicativos e sugestivos para novos estudos (ANDERSON et al., 2008).

Assim, foi desenvolvido um protocolo de revisão de escopo baseado no processo do Instituto Joanna Briggs (PETERS et al., 2017), com o intuito de realizar uma busca bibliográfica da literatura científica relacionada aos jogos educativos utilizados para a abordagem da violência de gênero. Esse protocolo orientou a procura de estudos que atendessem aos critérios de elegibilidade propostos para a revisão.

O protocolo apresentou como questão de revisão: Quais os jogos educativos utilizados para abordagem da violência de gênero? A pergunta foi construída utilizando-se a estratégia PICo, que preconiza como elementos fundamentais o acrônimo mnemônico: P – Problema; I – Interesse e C – Contexto. Foram definidos os elementos: P (violência de gênero); I (jogos) e C (educação).

A estratégia de busca bibliográfica para a identificação dos estudos foi realizada mediante consulta nas bases Prospero, Instituto Joanna Briggs e Cochrane para verificar a existência de revisões em andamento ou concluídas relacionadas ao tema proposto. Nenhuma revisão sobre jogos educativos associados à violência de gênero foi constatada até o momento.

A pesquisa foi realizada em dezembro de 2017, nas bases de dados acadêmicas e na literatura cinzenta (inclui documentos produzidos sem intenção de publicação científica) que apresentavam interface multidisciplinar sobre o fenômeno da violência de gênero, como Saúde, Psicologia e Educação.

A busca bibliográfica foi abrangente, visando encontrar estudos publicados que versavam sobre a temática, considerando as barreiras do tempo e os recursos. Na revisão de escopo, foram incluídos estudos publicados em língua inglesa, espanhola e portuguesa sem limite de tempo. A busca foi feita em três etapas, realizadas por duas pesquisadoras independentes.

A primeira etapa foi a busca nas bases de dados Scopus e Psycinfo, para identificar estudos primários sobre o tema e possíveis descritores nos títulos e

resumos com o fito de ampliar a pesquisa. A segunda etapa foi constituída pela definição dos descritores, expandindo a busca para outras bases de dados. A terceira etapa foi formada pelo acesso às listas de referências dos artigos selecionados nas bases de dados e na literatura cinzenta.

Na segunda etapa, foram utilizadas as bases de dados: Cinahl, Embase, Eric, Pubmed, Science Direct e Web of Science. Na terceira, foram acessadas as bases de literatura cinzenta: Banco de teses e dissertações da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Google Scholar, NYAM Grey Literature e OpenGrey.

Os títulos e os resumos dos estudos foram lidos na íntegra e analisados para identificar os elegíveis para a revisão. Nas situações em que houve dúvidas a respeito da elegibilidade, tais estudos foram mantidos para a próxima etapa. A leitura completa foi realizada pelas revisoras independentes para verificar a pertinência da pergunta para a extração dos dados.

Para a revisão de escopo, foram definidos e utilizados os seguintes termos de pesquisa *violence AND game* ou *games in education AND education*. A estratégia de busca foi adotada de acordo com a especificidade de cada base de dados, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Bases de dados consultadas na revisão do tipo escopo e suas respectivas estratégias de busca

Base de Dados	Estratégia de busca
Cinahl	games in education
Embase	game AND violence AND education
Eric	game AND violence AND education
Psycinfo	game AND violence AND education
Pubmed	game (title) AND violence AND education
Science Direct	games in education AND violence (title)
Scopus	game AND violence AND education
Web of Science	game AND violence AND education
NYAM Grey Literature	game AND violence AND education
Open Grey	game AND violence AND education

Base de Dados	Estratégia de busca
Google Scholar	game AND violence AND education
Banco de teses e dissertações Capes	game AND violence AND education
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	game AND violence AND education

No que refere ao tipo de estudo, foram incluídas pesquisas primárias, empíricas, quantitativas e qualitativas de qualquer desenho ou metodologia. Os critérios de inclusão (Quadro 3) foram pautados no objetivo da revisão de escopo: identificar os jogos educativos utilizados para a abordagem da violência de gênero.

Quadro 3 – Descrição da estratégia PIC e dos critérios de inclusão

Estratégia	Descrição	Crítérios de inclusão
P	Violência de gênero	Esta revisão considerou estudos que incluíram a abordagem da violência de gênero como conceito central do jogo. A violência de gênero está pautada na desigualdade das relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres
I	Jogos	O foco do estudo foram os jogos desenvolvidos para a abordagem da violência de gênero.
C	Educação	Estudos desenvolvidos na perspectiva das tecnologias educativas para a prevenção e o enfrentamento da violência de gênero.

Foram excluídos os estudos que não envolviam a temática da violência de gênero como conceito do jogo e que não abordavam os jogos como tecnologias educativas.

A seleção dos estudos para revisão foi realizada mediante dupla conferência, seguindo os critérios de inclusão descritos no protocolo. Os dados foram inicialmente extraídos com base nos títulos e nos resumos. Em seguida, foram acessados os artigos completos para avaliar a elegibilidade adicional.

A Figura 6 apresenta um fluxograma detalhado dos estágios da estratégia de pesquisa da literatura.

Figura 6 – Estágios da estratégia de pesquisa da revisão de escopo

* Os artigos produzidos pelo grupo de pesquisa foram incluídos na revisão de escopo, pois não foram encontrados nas bases de dados pesquisadas; todavia, têm relevância na produção científica brasileira sobre a temática.

A extração dos dados foi realizada por meio de instrumento (Apêndice E), elaborado conforme a pergunta da revisão. Esse instrumento foi incorporado ao *software* de análise qualitativa WebQDA. Os estudos foram codificados de acordo com

a classificação das fontes, associada à caracterização dos estudos e dos códigos árvore, relacionados às informações-chave dos estudos e à emergência das categorias empíricas.

A revisão foi composta por 11 artigos (Quadro 4), publicados entre os anos 2004 e 2017 (um artigo publicado em 2004 e 2015, dois artigos em 2016, três artigos em 2014 e quatro artigos em 2017). No que se refere ao país de origem dos estudos, cinco artigos foram dos Estados Unidos da América, quatro do Brasil, um da Austrália e um era de autores residentes em mais de dois países. No que diz respeito ao idioma, oito artigos foram publicados na língua inglesa e três artigos na língua portuguesa.

Quadro 4 – Descrição dos artigos selecionados na revisão de escopo

Nº do artigo	Autores	Título	Jogo
1	Melissa Gilliam, Patrick Jagoda, Erin Jaworski, Luciana E. Hebert, Phoebe Lyman, M. Claire Wilson	“Because if we don’t talk about it, how are we going to prevent it?”: Lucidity, a narrative-based digital game about sexual violence	Lucidity
2	Leonard Fontana, Adela Beckerman	Childhood Violence Prevention Education Using Video Games	Invasion of the Fozzles
3	Kristen N. Jozkowski, Hamid R. Ekbia	“Campus Craft”: A Game for Sexual Assault Prevention in Universities	Campus Craft
4	Drew Crecente	Gaming Against Violence: A Grassroots Approach to Teen Dating Violence	Grace’s Diary e Love in the Dumpster
5	Colleen Stieler-Hunt, Christian M. Jones, Ben Rolfe, Kay Pozzebon	Examining key design decisions involved in developing a serious game for child sexual abuse prevention	Orbit
6	Erica Bowen, Kate Walker, Matthew Mawer, Emma Holdsworth, Emma Sorbring, Bo Helsing, Annette Bolin, Eline Leen, Paul Held, Valère Awouters, Sebastian Jans	“It’s like you’re actually playing as yourself”: Development and preliminary evaluation of ‘Green Acres High’, a serious game-based primary intervention to combat adolescent dating violence	Green Acres High
7	Madelaine Adelman, Karen E. Rosenberg, Margaret Hobart	Simulations and Social Empathy: Domestic Violence Education in the New Millennium	In Her Shoes
8	Fabricio Meyer	Análise do jogo “Trilha da Proteção” como auxiliar na diminuição da vulnerabilidade para a violência sexual infantil	Trilha da Proteção

Nº do artigo	Autores	Título	Jogo
9	Maria Raquel Gomes Maia Pires, Laianna Victória Santiago Silva, Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca, Rebeca Nunes Guedes Oliveira, Rafaela Gessner, Ethel de Paula Gouveia	Violetas: cinema & ação no enfrentamento da violência contra a mulher: concepção de subjetividade, gênero, cidadania e ludicidade nas regras e nas cartas do jogo	Violetas: cinema & ação no enfrentamento da violência contra a mulher
10	Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca, Danyelle Leonette Araújo dos Santos, Rafaela Gessner, Lucimara Fabiana Fornari, Rebeca Nunes Guedes de Oliveira, Michaela Chiara Schoenmaker	Gender, sexuality and violence: perception of mobilized adolescents in an online game	Papo Reto
11	Rebeca Nunes Guedes de Oliveira, Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca	Adolescentes e violência nas relações de intimidade: uma abordagem lúdico-educativa por meio de um jogo on-line	Papo Reto

Sobre a área do conhecimento, seis artigos foram publicados por autores das ciências da educação, quatro das ciências da saúde e um das ciências sociais. O referencial metodológico mais utilizado foi a pesquisa qualitativa (cinco artigos), seguido pelo relato de experiência (dois artigos), estudo experimental, estudo de caso, método misto e ensaio teórico (um artigo cada).

Em relação aos jogos, destacou-se o referencial teórico dos *serious games* (seis artigos) e dos jogos lúdicos (cinco artigos). O principal tipo de jogo utilizado nos estudos foi no formato digital (sete artigos), acompanhado pelos jogos de simulação e de tabuleiro (dois artigos cada).

Os jogadores foram primordialmente adolescentes (seis artigos), seguidos por crianças (três artigos), adultos (um artigo) e profissionais (um artigo). A abordagem dos jogos foi voltada à prevenção e o enfrentamento da violência em cinco artigos, somente em relação à prevenção em quatro artigos e ao enfrentamento em dois artigos. Sete artigos trataram das diversas formas de violência e, quatro artigos, da violência sexual.

Os jogos de simulação foram identificados nos estudos que envolveram adolescentes e adultos, os jogos digitais foram relacionados às crianças e aos adolescentes e os jogos de tabuleiro foram associados às crianças e aos profissionais que atuavam na rede de atendimento.

Para o público infantil, os jogos abordaram medidas preventivas; para o público adolescente, envolveram medidas preventivas, de enfrentamento e de prevenção e enfrentamento concomitantemente. Para o público adulto, as medidas foram exclusivamente para o enfrentamento da violência de gênero.

As ciências da educação e da saúde desenvolveram jogos de simulação, de tabuleiro ou digitais, enquanto as ciências sociais produziram somente jogo digital. Os jogos de tabuleiro apresentaram referencial teórico pautado na ludicidade. Em contrapartida, a maior parte dos jogos de simulação e digitais foram fundamentados na concepção dos *serious games*.

Nos artigos selecionados para revisão de escopo, foram ressaltadas as palavras *game* (611 citações), *sexual* (498 citações), *jogo* (348 citações), *violence* (343 citações), *learning* (298 citações), *students* (236 citações), *adolescentes* (181 citações), *abuse* (175 citações), *social* (165 citações) e *education* (143 citações), conforme é possível observar na nuvem de palavras elaborada com o apoio do *software* WebQDA (Figura 7).

Figura 7 – Nuvem de palavras mais frequentes nos artigos da revisão de escopo

No que se refere aos objetivos dos estudos incluídos na revisão de escopo, evidenciaram-se pesquisas destinadas à avaliação dos jogos através da percepção dos jogadores em relação à identificação, à prevenção e ao enfrentamento das situações de violência, principalmente do abuso sexual perpetrado contra crianças e

adolescentes (ADELMAN; ROSENBERG; HOBART, 2016; BOWEN et al., 2014; FONTANA; BECKERMAN, 2004; JOZKOWSKI; EKBIA, 2015; MEYER, 2017; OLIVEIRA; FONSECA, 2017).

No que diz respeito às metodologias dos estudos selecionados, destacou-se a abordagem qualitativa (ADELMAN; ROSENBERG; HOBART, 2016; FONSECA et al., 2018; GILLIAM et al., 2016; OLIVEIRA; FONSECA, 2017; PIRES et al., 2017) e os métodos mistos (BOWEN et al., 2014; JOZKOWSKI; EKBIA, 2015), ressaltando como técnica para a coleta de dados a utilização de grupos focais (ADELMAN; ROSENBERG; HOBART, 2016; BOWEN et al., 2014; GILLIAM et al., 2016; JOZKOWSKI; EKBIA, 2015). A maior parte dos estudos (oito artigos) envolveu adolescentes (ADELMAN; ROSENBERG; HOBART, 2016; BOWEN et al., 2014; CRECENTE, 2014; FONSECA et al., 2018; FONTANA; BECKERMAN, 2004; GILLIAM et al., 2016; JOZKOWSKI; EKBIA, 2015; OLIVEIRA; FONSECA, 2017).

Nessa revisão de escopo, foram identificados 11 jogos educativos associados à violência de gênero. Nas pesquisas brasileiras, foram destacados três jogos: “Violetas: cinema & ação no enfrentamento da violência contra a mulher”, “Papo reto” e “Trilha da proteção”.

O jogo “Violetas: cinema & ação no enfrentamento da violência contra a mulher” consiste em uma tecnologia lúdica, estratégica e cooperativa, com momentos de tensão e alegria, e narrativas fílmicas. Os jogadores são personagens da rede de enfrentamento e possuem habilidades especiais. Eles são responsáveis pela contenção da violência no tabuleiro. O sucesso das jogadas resulta na conquista de quatro *tokens*: voz (oposição ao silêncio), luz (contraponto à invisibilidade), redes (ao invés de impotência) e acolhida (contra a medicalização) (PIRES et al., 2017).

O jogo “Papo reto” é uma tecnologia digital que simula situações-problemas vividas pelos adolescentes nos cenários do domicílio, da escola, internet, balada e rua. Está fundamentado na perspectiva de gênero e no protagonismo dos adolescentes quanto à sexualidade. Durante a partida, os jogadores respondem questões dissertativas e de múltipla escolha, que estimulam questionamentos a respeito das inequidades de gênero e das violações cometidas por parceiros íntimos (FONSECA et al., 2018; OLIVEIRA; FONSECA, 2017).

O jogo “Trilha da Proteção” consiste em um tabuleiro, no qual os jogadores se movem por um percurso composto por casas com símbolos e perguntas. Ele é jogado por crianças com a supervisão de adultos. As perguntas estão relacionadas às

atitudes dos agressores, às situações de risco, à denúncia e ao enfrentamento do problema. O jogo visa prevenir a violência sexual contra crianças, diminuindo a vulnerabilidade mediante o reconhecimento e a comunicação (MEYER, 2017).

Os demais jogos identificados na revisão de escopo foram “Lucidity”, “Invasion of the fozzles”, “In her shoes”, “Orbit”, “Green acres high”, “Grace’s diary”, “Love in the dumpster” e “Campus craft”.

O “Lucidity” é um jogo multimídia, constituído por narrativas lineares e baseado na tomada de decisão dos jogadores. Desenvolve-se a partir da história de vida de uma jovem mulher abusada sexualmente pelo namorado. O jogo é composto por textos, vídeos e quatro pequenos jogos (quebra cabeça, aventura, desafio e labirinto) (GILLIAM et al., 2016).

O “Invasion of the fozzles” é um jogo de vídeo, formado por exercícios que propiciam aos jogadores a aquisição de conhecimentos e habilidades a respeito da prevenção e do enfrentamento da violência perpetrada contra crianças (FONTANA; BECKERMAN, 2004).

O “In her shoes” é um jogo de simulação relacionado à violência contra a mulher. Apresenta seis versões, elaboradas de acordo com as experiências dos pesquisadores. Cada versão envolve a identificação de violações no âmbito familiar, judicial, religioso, hospitalar e da assistência social, bem como as possibilidades de superação. O jogo estimula o conhecimento e a empatia dos jogadores sobre a violência contra a mulher, bem como as possibilidades de intervenção junto à rede de apoio (ADELMAN; ROSENBERG; HOBART, 2016).

O “Orbit” é composto por uma narrativa e uma série de jogos. A história é constituída por seis personagens, tendo cinco capítulos e quatro jogos. A partida aborda o conceito de abuso sexual infantil, o comportamento dos autores das agressões e as barreiras para a denúncia. Ao término, os jogadores têm a capacidade de identificar as partes privadas do corpo humano. Ele permite a participação de crianças e adultos (STIELER-HUNT et al., 2014).

O “Green acres high” é um jogo de computador com a finalidade de resolver problemas ligados à violência no namoro. Apresenta como objetivo promover intervenções primárias relacionadas ao conhecimento e à mudança de atitudes e comportamentos dos adolescentes (BOWEN et al., 2014).

O “Grace’s diary” e o “Love in the dumpster” são dois jogos premiados em um concurso. O primeiro destaca o protagonismo dos jogadores no apoio de pessoas

próximas que estão em situação de violência. O segundo ressalta a promoção da empatia dos jogadores sobre a violência vivida por um dos personagens do jogo (CRECENTE, 2014).

O “Campus craft” é um jogo de simulação virtual baseado no contexto universitário. Os jogadores, por meio de personagens, participam de atividades, conversas e jogos ligados à tomada de decisão saudável, ao consentimento informado e à violência sexual. Esse jogo engendra mudanças de atitudes, comportamentos, normas e controles (JOZKOWSKI; EKBIA, 2015).

Os estudos selecionados na revisão de escopo tiveram como conclusão quatro temáticas centrais: a desnaturalização dos papéis masculinos e femininos, o reconhecimento da violência de gênero, os mecanismos para o enfrentamento do problema e a interação como elemento fundamental para o aprendizado.

Durante a realização dos jogos, os estudos descreveram a reiteração dos estereótipos de gênero e dos padrões sexistas, a culpabilização e a subalternidade do sexo feminino e a propagação dos discursos abusivos (ADELMAN; ROSENBERG; HOBART, 2016; FONSECA et al., 2018; JOZKOWSKI; EKBIA, 2015; OLIVEIRA; FONSECA, 2017; PIRES et al., 2017).

Os jogadores também identificaram situações de violência cometidas contra crianças, adolescentes e mulheres. Compreenderam a autonomia das vítimas na tomada de decisões como medida para a prevenção e o enfrentamento do problema. Destacaram o reconhecimento das violações como potencialidade e limite para a comunicação dos casos (ADELMAN; ROSENBERG; HOBART, 2016; BOWEN et al., 2014; CRECENTE, 2014; FONSECA et al., 2018; JOZKOWSKI; EKBIA, 2015; MEYER, 2017; OLIVEIRA; FONSECA, 2017; PIRES et al., 2017; STIELER-HUNT et al., 2014).

O desvelamento do problema pelas vítimas e a comunicação da situação para a família, amigos ou profissionais dos serviços da rede de atendimento foram entendidos como mecanismos essenciais para o enfrentamento da violência de gênero (FONSECA et al., 2018; GILLIAM et al., 2016; OLIVEIRA; FONSECA, 2017; PIRES et al., 2017; STIELER-HUNT et al., 2014).

Os estudos também destacaram a necessidade de os jogadores modificarem atitudes e comportamentos que predispõem à violência de gênero para propor e implementar medidas para a prevenção e enfrentamento do problema (FONTANA; BECKERMAN, 2004).

A interação estabelecida entre os jogadores no decorrer das partidas foi primordial para o reconhecimento da violência, compartilhamento de experiências e para a transformação de atitudes e comportamentos dos participantes (ADELMAN; ROSENBERG; HOBART, 2016; BOWEN et al., 2014; GILLIAM et al., 2016; JOZKOWSKI; EKBIA, 2015; MEYER, 2017; OLIVEIRA; FONSECA, 2017).

Assim, os jogos potencializaram a produção do conhecimento sobre as questões que conformam a violência de gênero e evidenciaram a possibilidade de uso nos contextos de ensino formal (escola) e informal (domicílio) (ADELMAN; ROSENBERG; HOBART, 2016; FONTANA; BECKERMAN, 2004; GILLIAM et al., 2016; MEYER, 2017). Outros estudos demonstraram a utilização dos jogos como complemento ao ensino tradicional (ADELMAN; ROSENBERG; HOBART, 2016; BOWEN et al., 2014; CRECENTE, 2014; STIELER-HUNT et al., 2014).

Os estudos apontaram como limitação o número reduzido de participantes, devido ao período da coleta de dados. Esse aspecto influenciou a interação dos participantes com o jogo, e, conseqüentemente, a eficácia da intervenção educativa (FONSECA et al., 2018; JOZKOWSKI; EKBIA, 2015; OLIVEIRA; FONSECA, 2017).

O formato do jogo também foi descrito como barreira em alguns estudos. Constatou-se a contradição estabelecida entre o jogo físico e online. O jogo físico se mostrou restrito devido à menor interatividade e atratividade (MEYER, 2017), enquanto o jogo online se apresentou limitado em virtude do acesso ao computador e da velocidade ligada à tecnologia (BOWEN et al., 2014; FONTANA; BECKERMAN, 2004).

Dois estudos constataram a necessidade de tornar as regras do jogo mais intuitivas, a fim de facilitar a navegação e a autonomia dos jogadores (BOWEN et al., 2014; MEYER, 2017). Três estudos indicaram a presença de facilitadores qualificados devido à complexidade do tema e à possibilidade de vítimas participarem da partida (ADELMAN; ROSENBERG; HOBART, 2016; BOWEN et al., 2014; MEYER, 2017; OLIVEIRA; FONSECA, 2017).

Evidenciou-se que os jogos promoveram a participação ativa e a autonomia dos jogadores, bem como o desenvolvimento da crítica e da reflexão sobre o fenômeno (ADELMAN; ROSENBERG; HOBART, 2016; BOWEN et al., 2014; CRECENTE, 2014; FONTANA; BECKERMAN, 2004; GILLIAM et al., 2016; JOZKOWSKI; EKBIA, 2015; MEYER, 2017; OLIVEIRA; FONSECA, 2017; PIRES et al., 2017; STIELER-HUNT et al., 2014).

Os jogos permitiram aos participantes o planejamento e a implementação de estratégias individuais e coletivas para a prevenção e o enfrentamento da violência de gênero. Nisso, seis estudos abordaram o trabalho em equipe e a construção conjunta do conhecimento para a conquista da partida (FONSECA et al., 2018; GILLIAM et al., 2016; MEYER, 2017; OLIVEIRA; FONSECA, 2017; PIRES et al., 2017; STIELER-HUNT et al., 2014).

Os estudos revelaram a proximidade entre o jogo e a realidade. Os pesquisadores destacaram semelhanças nas situações de violência vividas na ficção do jogo e na realidade dos participantes. Esse aspecto propiciou a identificação das formas visíveis e invisíveis da violência de gênero (BOWEN et al., 2014; JOZKOWSKI; EKBIA, 2015; OLIVEIRA; FONSECA, 2017; PIRES et al., 2017).

Essa revisão de escopo demonstrou a potencialidade dos jogos educativos para a problematização, interpretação e compreensão da violência de gênero, para o fortalecimento da rede de apoio e para a captação das percepções dos jogadores a respeito do tema (FONSECA et al., 2018; MEYER, 2017; PIRES et al., 2017).

Nos estudos selecionados, os jogos educativos se apresentaram como estratégias interventivas, nas quais os jogadores compartilharam os conhecimentos produzidos no jogo com seus pares e relataram mudanças comportamentais em relação à resolução de conflitos e desconstrução de padrões sexistas (ADELMAN; ROSENBERG; HOBART, 2016; FONTANA; BECKERMAN, 2004; GILLIAM et al., 2016; JOZKOWSKI; EKBIA, 2015).

A revisão demonstrou a importância da avaliação dos jogos; todavia, sugere-se a realização de pesquisas analíticas com maior número de participantes, a fim de verificar as potencialidades e os limites das tecnologias educativas em relação à usabilidade dos jogos por grupos heterogêneos de jogadores.

Além disso, a compreensão dos aspectos educativos dos jogos depende do acompanhamento dos jogadores a curto, médio e longo prazo, com o intuito de identificar a efetividade do aprendizado e das medidas interventivas propostas pela tecnologia educativa.

Constatou-se que os aspectos positivos e negativos de cada formato de jogo precisam estar salientados nas pesquisas, para que as limitações sejam minimizadas no processo de criação e na atualização das versões da tecnologia educativa.

A partir da revisão de escopo, recomenda-se o desenvolvimento de jogos para o público adulto, principalmente para os profissionais dos setores da saúde, educação,

assistência social e justiça, com vistas a propor ações preventivas. Ressalta-se a elaboração de jogos que visam à prevenção e ao enfrentamento da violência de gênero para diferentes gerações.

Sugere-se a criação de jogos educativos com regras intuitivas que favoreçam o envolvimento e a autonomia dos participantes na ausência de facilitadores. De qualquer forma, a complementação das partidas com a realização de grupo focal e/ou oficina de trabalho se mostra potente para o fortalecimento das discussões e o aprofundamento das reflexões sobre a temática.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES

Participaram da pesquisa seis profissionais da CMB de Curitiba, oito da CMB de Brasília e 16 da CMB de Campo Grande. Assim, participaram da pesquisa 30 profissionais.

No que se refere ao sexo, 27 participantes eram do sexo feminino e três do sexo masculino. Apesar de as mulheres representarem a maior parte da amostra, cada cenário de pesquisa contou com um homem. Dois profissionais trabalhavam no setor policial e um profissional atuava no setor administrativo.

Em relação à idade, a maioria das participantes situava-se na faixa etária entre 30 a 39 anos (Gráfico 1). Somente uma participante tinha idade superior a 60 anos. Observou-se que as profissionais iniciaram seus trabalhos na CMB a partir dos 30 anos de idade.

Gráfico 1 – Distribuição das participantes segundo faixa etária

Quanto ao estado civil, 13 participantes eram solteiras, 12 casadas, quatro estavam em união estável e uma era divorciada. Sobre os filhos, 18 mulheres eram mães e um participante era pai. Quanto ao número de filhos, houve uma variação entre dois a cinco filhos, sendo que 12 participantes tinham dois filhos.

Ao cruzar estado civil e filhos, verificou-se que 13 participantes com companheiros e seis participantes sem companheiros tinham filhos. Somente três participantes que estavam em união estável não possuíam filhos.

No que diz respeito à religiosidade, três participantes se declararam ateus. Das participantes que tinham religião, 15 se declararam católicas, seis evangélicas e seis espíritas. Em relação à raça, 20 participantes se consideravam brancas, oito pardas e duas negras.

Sobre a escolaridade, duas profissionais tinham ensino médio completo e 28 profissionais ensino superior completo. Destes, 15 participantes tinham especialização e três mestrado. A temática de especialização com maior representatividade foi na área de gestão (oito participantes), destacando-se os subtemas: políticas públicas, estratégica e recursos humanos.

A maioria das participantes trabalhava como servidora pública, com exceção de uma que estava ligada à instituição como estagiária de Serviço Social. Quanto ao tipo de vínculo, 16 profissionais ingressaram na CMB por meio de concurso municipal e 13 profissionais de concurso estadual.

As profissionais que participaram das oficinas de trabalho foram principalmente assistentes sociais (11) e psicólogas (11) (Gráfico 2). Esse aspecto se justifica devido ao número de trabalhadoras que atuam no setor Psicossocial.

Gráfico 2 – Distribuição das participantes segundo profissão ou ocupação

As profissionais que trabalham na CMB possuem significativo tempo de experiência profissional, pois 19 participantes tinham prática profissional superior a 10 anos. O menor período de experiência apresentado foi de cinco meses e o maior período foi de 30 anos de profissão (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Distribuição das participantes segundo tempo de experiência profissional

O setor com expressivo número de representantes nas oficinas de trabalho foi o Psicossocial (16), seguido pelo Juizado especializado (3) e pela Secretaria de Políticas para Mulheres (3) (Gráfico 4). Devido ao número reduzido de trabalhadores, não participaram da coleta de dados profissionais da Defensoria Especializada, do Alojamento de Passagem, da Autonomia Econômica e da Central de Transportes.

Gráfico 4 – Distribuição das participantes segundo setor da Casa da Mulher Brasileira

Verificou-se que 10 participantes tinham experiência inferior a 12 meses na CMB (Gráfico 5). Em contrapartida, somente quatro profissionais referiram três anos de atuação profissional na instituição. É preciso destacar que as unidades da CMB possuem no máximo três anos de funcionamento, uma vez que se trata de um programa do governo federal criado no ano de 2013 e que se encontra em processo de implantação.

Também se revelou que apesar de inserção profissional inferior a dois anos na CMB, o tempo de profissão foi acima de cinco anos. Das 10 participantes classificadas entre zero a 11 meses de atuação na instituição, sete tinham tempo de profissão superior a sete anos, sendo que duas tinham 22 e 30 anos de experiência profissional.

O menor número de participantes com experiência de três anos na CMB pode estar associado à rotatividade dos profissionais nos diferentes serviços públicos de acordo com a gestão municipal e estadual, devido à política de cargos comissionados.

Também pode estar relacionado à recente contratação de servidores efetivos em virtude da abertura de concurso público para provimento de vagas na instituição.

Gráfico 5 – Distribuição das participantes segundo tempo de experiência na Casa da Mulher Brasileira

Segundo a caracterização das participantes, evidencia-se que as profissionais da CMB são majoritariamente do sexo feminino, estão na faixa etária entre 30 e 39 anos de idade, são solteiras com, em média, dois filhos, possuem religião e se declaram brancas. Ingressaram na instituição por meio de concurso municipal, graduadas e após 10 anos de profissão. Trabalham principalmente no setor Psicossocial, sendo responsáveis pela ocupação do cargo de psicóloga ou de assistente social.

4.3 CARACTERIZAÇÃO DAS PARTIDAS DO JOGO VIOLETAS

Nesta pesquisa, foram realizadas cinco partidas do jogo Violetas: duas na CMB de Brasília, duas na CMB de Campo Grande e uma na CMB de Curitiba, conforme a disponibilidade das profissionais que atuavam nessas instituições no momento da coleta dos dados.

Com o apoio do *software* de análise qualitativa, foram elencadas as palavras mais citadas pelas profissionais no decorrer das partidas do jogo Violetas nos cenários. Nas duas partidas realizadas em Brasília, destacaram-se as palavras

relacionadas ao tema (violência, mulher, gênero, saúde e direito), bem como ao jogo (carta, pergunta, filme e risos) (Figura 8).

Figura 8 – Nuvem de palavras mais frequentes nas partidas em Brasília

Entre as duas equipes que jogaram a partida em Campo Grande, foram ressaltadas as palavras associadas ao assunto (violência, mulher e gênero). Nesse cenário, também emergiu a palavra enfrentamento (Figura 9).

Figura 9 – Nuvem de palavras mais frequentes nas partidas em Campo Grande

Na partida realizada em Curitiba, se sobressaíram palavras ligadas ao jogo Violetas, como perguntas, cartas e violência. Não foi identificada a palavra gênero mas, em contrapartida, apareceram as palavras prostituição e violência sexual (Figura 10).

Figura 10 – Nuvem de palavras mais frequentes na partida em Curitiba

O jogo Violetas é constituído por 35 perguntas; destas, 12 questões são dissertativas e 23 de múltipla escolha. A Tabela 1 apresenta a caracterização das partidas no que se refere ao número de perguntas respondidas pelas cinco equipes, bem como o número de acertos e erros.

Tabela 1 – Caracterização das partidas do jogo Violetas nos cenários de pesquisa, São Paulo, SP

Partida	Questões respondidas	Questões dissertativas	Questões múltipla escolha	Acertos	Erros
CMB Brasília equipe A	10	3	7	7	3
CMB Brasília equipe B	9	6	3	8	1
CMB Campo Grande equipe A	8	3	5	8	0
CMB Campo Grande equipe B	15	3	12	13	2
CMB Curitiba	14	4	10	10	4

As partidas contaram com no mínimo oito e no máximo 15 questões por grupo. Destacou-se, pelo maior número de perguntas respondidas, o grupo B da CMB de Campo Grande e, pelo menor número de respostas, o grupo A do respectivo cenário.

A média aritmética das questões dissertativas foi 3,8 por equipe e das questões de múltipla escolha foi 7,4 por equipe. Somente a equipe B da CMB de Brasília respondeu maior número de questões dissertativas se comparadas com as questões de múltipla escolha.

As equipes apresentaram a partir de sete acertos por partida, ressaltando-se que somente a equipe A de Campo Grande respondeu corretamente todas as questões. Foram registradas de uma a quatro respostas incorretas por partida, contabilizando-se maior número de erros pela equipe da CMB de Curitiba.

No que se refere à proporção de respostas corretas por incorretas de cada equipe, o grupo B da CMB de Campo Grande apresentou uma diferença de 11 acertos, seguido pela equipe A da CMB de Campo Grande (oito acertos), equipe B da CMB de Brasília (sete acertos), equipe da CMB de Curitiba (seis acertos) e equipe A da CMB de Brasília (quatro acertos).

A pergunta respondida com maior frequência em todas as partidas foi “Sensibilidade Enclausurada” (quatro), acompanhada pelas questões: “A vida como mercadoria” (três), “E se não houver o que decidir?” (três), “Em briga de marido e mulher quem mete a colher?” (três), “Por justas causas” (três) e “Uma doce vida” (três). Somente três questões do livro de perguntas não foram respondidas por nenhum dos grupos (“A única prisão real é o medo”, “Escolher é preciso” e “Mordança nunca mais”).

Observou-se que, durante a partida, quatro perguntas apresentaram maior tempo de discussão entre as participantes para a decisão da resposta. A questão amplamente discutida pelas equipes foi a intitulada “Por justas causas”. Ela tem como tema o assédio sexual e a Lei Maria da Penha. Duas equipes acertaram e uma equipe errou a resposta.

As outras perguntas mais comentadas foram: “Dor de amor”, que está associada às ações dos serviços de saúde junto às vítimas de violência, respondida corretamente por uma equipe e erroneamente por outra; “Uma doce vida”, que está ligada às estratégias para identificar as situações de violência nas Unidades Básicas de Saúde, respondida assertivamente por todas as equipes; e “Tal mãe tal filha”, que está relacionada à violência intragênero e intrafamiliar, respondida adequadamente por todas as equipes.

Quanto às perguntas menos comentadas pelas participantes e respondidas incorretamente, destacaram-se: “Somos todas histéricas”, que está associada aos agravos da violência contra a mulher; “Em briga de marido e mulher quem mete a colher?”, que está ligada à atenção que deve ser dada nos serviços de saúde para as mulheres em situação de violência; e “E se não houver o que decidir”, que está relacionada à sexualidade como exercício da cidadania.

Nos discursos das participantes, verificou-se que todas as questões dissertativas foram consideradas corretas pelas equipes. Assim, somente as questões de múltipla escolha foram marcadas como incorretas no decorrer das cinco partidas.

Na análise das respostas, constatou-se que a questão de múltipla escolha intitulada “Em briga de marido e mulher quem mete a colher?” foi respondida incorretamente pelas três equipes que haviam retirado a carta cine-cidade relativa à pergunta. Cada equipe correspondeu a um dos cenários da pesquisa.

No que se refere à caracterização das profissionais mediante o número de referências produzidas, segundo faixa etária (Gráfico 6), verificou-se que a faixa etária entre 30 e 39 anos apresentou maior número de códigos nos três cenários. Somente na CMB de Curitiba houve comentários das participantes acima de 60 anos de idade.

Gráfico 6 – Número de referências por participante nas partidas segundo faixa etária

O número de referências por participantes nas partidas em relação ao tempo de experiência profissional revelou 31,43% (127) dos códigos no período de 10 a 14 anos de profissão, seguido por 21,28% (86) dos códigos de 20 a 24 anos e 14,60% (59) dos códigos de 25 a 29 anos. As demais faixas etárias representaram menos de 10% dos códigos cada.

Além disso, o número de referências por participantes nas partidas correspondentes ao tempo de experiência na CMB demonstrou que 37,52% (176) comentários foram feitos por profissionais que atuavam há um ano na instituição, acompanhados por 27,93% (131) com menos de um ano, 22,60% (106) com dois anos e 11,94% (56) com três anos de prática profissional na CMB.

Esses resultados demonstram que os profissionais com mais de 10 anos de experiência profissional tiveram maiores espaços de fala durante o jogo Violetas. Em contrapartida, as participantes com menos de um ano de prática profissional na CMB conformaram a maior parte dos discursos na partida.

4.4 CATEGORIAS EMPÍRICAS

4.4.1 Percepções das profissionais em relação à violência contra a mulher

As participantes consideraram que a violência contra a mulher está fundamentada nos estereótipos de gênero. Eles foram percebidos como papéis sociais atribuídos para homens e mulheres. Assim, definem os seres humanos como diferenciados sexualmente devido às características correspondentes ao sexo feminino e ao sexo masculino.

Gênero significa o encaixe em algum lugar. Para mim é como se ele fosse um script, um local de encaixe, o papel que é exercido, que é esperado de uma pessoa, é o gênero masculino e o gênero feminino. Então entendo que é como se fosse um script, ações e comportamentos esperados de um papel (P27).

(...) tem uma discussão do que é ou não é, o que a mulher faz, o que o homem faz (P26).

Os homens exerceriam papéis exclusivos do sexo masculino, enquanto as mulheres, do sexo feminino. Para P18, os seres humanos, desde o nascimento, são programados para cumprir essas atribuições relativas ao padrão sexual. Diante de um problema, por exemplo, cabe ao sexo masculino se responsabilizar pela resolução e é pertinente ao sexo feminino compartilhar a tomada de decisão com familiares e amigos.

Os homens devem constantemente demonstrar atitudes que reforçam a coragem, ao mesmo tempo que os sentimentos de medo e insegurança precisam se manter submersos e restritos ao indivíduo.

Somos culturalmente programados, os homens e as mulheres, de que os homens têm que resolver os seus problemas por si só. Ele tem que se fechar na casca dele, ele tem que ser forte, ele tem que aguentar a pressão, ele tem que resolver, o problema é dele. Não é do amigo, é dele. Então o homem que tem de ser forte para resolver seus próprios problemas. As mulheres, quando elas têm os seus problemas, elas já correm para as amigas, para a mãe, para os parentes e abrem os seus problemas (P18).

A força do sexo masculino e a fragilidade do sexo feminino foram apontadas como características inerentes ao corpo biológico e os papéis sociais de gênero são construídos a partir da genética humana, que determina desde a gestação o que é ser homem e o que é ser mulher.

A mulher se torna socialmente frágil em virtude do biotipo corporal e, conseqüentemente, é vulnerável à força do homem. Mesmo assim, as participantes P14 e P9 ponderam que o sexo masculino e o sexo feminino podem expressar potenciais sociais semelhantes.

É um conceito arraigado por toda a existência, onde vemos a mulher como lado mais frágil da relação (P17).

(...) as situações ocorreram pelo fato de a mulher ser mulher, e ainda hoje ser vista como vulnerável e mais fraca. Embora eu não concorde, acho que somos fortes. A gente só perde para os homens na força física por questão muscular. Somos tão fortes quanto eles, só perdemos na força física, na natureza física (P14).

Uma cena que me marcou foi a da perseguição policial e do treinamento de guerrilha que ela passou, que ela demonstrou ali garra na questão de gênero, tão forte ou muito mais do que, às vezes, até um homem. Ela mostrou competência ali naquele treinamento, naquela guerrilha, para a guerra, como se ela fosse um homem. Ela não mostrou nada dessa fragilidade que pregam que a mulher é frágil. Ela era uma pessoa frágil, uma mulher. Ela demonstrou a força dela para lutar por aquilo que acreditava (P9).

A fragilidade feminina reforça o estereótipo de que as mulheres, no relacionamento afetivo, buscam proteção, da mesma forma que os homens procuram companheiras que despertam sua atenção em relação ao cuidado.

Você é homem ou você é mulher, seu gênero é X, definido biologicamente. (...) acredito que seja algo biológico da mulher querer a proteção. Como é biológico do homem uma mulher que agrada ele visualmente, é biológico, não tem como negar isso (P18).

As participantes reconhecem que os estereótipos de gênero são reforçados pelas diferenças biológicas, se tornando passíveis de naturalização. As relações e os discursos sociais são responsáveis pela legitimação da reprodução e do fortalecimento dos papéis masculinos e femininos na sociedade.

Os estereótipos são construídos, então tem coisas, como você falou agora, parece natural no teu discurso, porque você é assim, tem uma formação que te permite ser assim, e não é verdade. E, às vezes, a pessoa até se violenta em alguns momentos, porque ela não é daquele jeito, e ela se autocobra ser, é bem complicado (P22).

Às vezes, a gente entende que é normal o que a sociedade coloca (P3).

O social é exatamente essa dinâmica que a gente vem reproduzindo e fortalecendo, o papel de cada um dentro da sociedade que agora está em transformação, que está em cheque, inclusive com coisas que a gente tem um olhar de transformar aquilo, mas ao mesmo tempo mantenho o preconceito porque não me dei conta, essas coisas vão sendo puxadas. Cultural, porque a gente tem isso, responsável em todos os locais, seja nos textos teóricos, nas produções artísticas, inclusive no próprio papelzinho que você nos deu, tem um casado e não tem casada. Então isso é tão forte que quase sempre é difícil escrever, sobre essa perspectiva, sobre as diversas perspectivas, pois a gente ainda não saiu do binário (P30).

O poder dos homens na sociedade foi percebido como resultante das atitudes, dos comportamentos, da representatividade e do próprio órgão sexual masculino.

O homem já está ali, está colocado que é ele que determina, ele que manda, ele que faz (P11).

O poder mora entre as pernas, o falo, nossa gente. (...) porque o poder, por exemplo, está nas mãos dos homens (P10).

A subalternidade das mulheres foi descrita como resultado da opressão social e do enclausuramento no espaço doméstico.

Acho que por mais que a gente tente respirar nesse mundo, que ainda é de homens, a gente é enclausurada. Como mulher, vivo numa sociedade que entendo que ela me oprime. Ela me oprime o tempo todo. Ela me cobra determinados posicionamentos, e quando não me enquadro naquele posicionamento passo a sofrer coisas que é de um mundo dominado por homens (P24).

A subalternidade das mulheres no espaço doméstico foi constatada nas relações afetivas e intrafamiliares, devido à restrição feminina para as atividades produtivas remuneradas, para a comunicação e a liberdade sobre suas escolhas.

(...) das relações de domínio, das relações de poder, de a mulher precisar ficar no ambiente doméstico, de ela não ser autorizada a ter liberdade; às vezes até de comunicação, de ter celular, ter uma vida monitorada, essas relações de poder (P16).

A ausência de remuneração resulta na dependência econômica das mulheres. Constatou-se a crença de que, na maior parte das vezes, as mulheres buscam companheiros para sustentá-las financeiramente e que os homens são responsáveis pela subsistência da família.

A dependência econômica também determina a dependência emocional, a qual reflete o estereótipo de gênero que considera mulher solteira como “mal amada” e, portanto, infeliz.

Por mais que se tenha uma busca por individualidade, a mulher ainda, às vezes, se coloca na condição de dependente, no sentido de que ela busca sempre um companheiro que a supra financeiramente. Independente da mulher, se ela tem condição financeira ou se não tem, se você vai em busca de um relacionamento em qualquer lugar que seja, social ou numa balada, você vê nitidamente, independentemente de quais sejam as mulheres, o foco delas são os homens que elas notam com alto poder aquisitivo. Não são os homens que elas acham interessantes como companheiros, mas aqueles que vão suprir elas de alguma forma. O homem não procura, não quer saber quem é a mulher, não quer saber o que ela tem, agradou aos olhos do homem, é isso que ele vai buscar, não se importa se ele vai ter que sustentar, se ele vai ter que dar seus pulos para conseguir ter ela. Vejo pelo olhar masculino, acredito que todos os homens são dessa forma, veem dessa forma (P18).

Fica muito naquela de dependência econômica; parece que as mulheres, mesmo as que tem certa condição financeira, elas parecem, sei lá, parecem que têm uma necessidade de ter alguém, um companheiro. Não sei se é cultural isso, não vejo somente pelo lado financeiro, acho que é meio que uma coisa cultural. Eu estou sozinha, sou mal-amada (P22).

Além da desqualificação das mulheres solteiras, as participantes relataram que os companheiros ofendem as mulheres casadas, especialmente quando elas buscam atendimento na Casa.

Porque é uma questão de gênero, o discurso já está pronto. Você atende 100 mulheres aqui, 90 delas dizem que o marido bebe e chama de vagabunda. A primeira coisa que o cara fala para a mulher quando ela vem na Casa é vagabunda, é a primeira, todas são prostitutas, então é cultural isso (P17).

As mulheres são cobradas pela manutenção do padrão social determinado ao sexo feminino. As participantes relataram que as exigências masculinas são distintas

das femininas, principalmente no que se refere às relações extraconjugais e ao reconhecimento e à qualificação profissional.

(...) se fosse um homem, será que iriam fazer tudo isso que fizeram com ela (personagem)? (P9).

[o filme] retrata a invisibilização da mulher como artista. Ela era amante de outro artista e depois ela é rejeitada. Ela também era artista, mas não teve essa visibilidade que o Rodin teve, então me marcou (P16).

Esse filme chamou a atenção porque ela foi queimada nas mãos pela esposa e humilhada pelo escultor. Fiquei pensando em que lugar que é colocada a mulher nessa situação, porque quem traiu realmente foi o homem. Ou foram os dois? É como se ela tivesse sido rechaçada, toda a situação foi para a mulher. Então ela sofreu todo o impacto e toda a consequência enquanto mulher, na condição de mulher, se fosse diferente, se fosse ao contrário? Como seria o tratamento? (...) A mãe cobraria da menina, dessa filha, igual cobraria de um filho, se tivesse um filho? Seria dos dois da mesma maneira? (P27).

Os estereótipos de gênero conferem ao sexo feminino uma posição desprivilegiada no espaço público. As participantes ressaltaram barreiras para a ascensão das mulheres em determinadas carreiras profissionais historicamente compreendidas como masculinas.

Acerca do filme *Papisa Johana*, as participantes destacaram que, pela condição feminina, a protagonista não poderia assumir o cargo mais elevado da igreja católica. Entretanto, disfarçada de homem, conseguiu conquistar a posição de liderança.

O outro filme sobre a Papisa, que precisou se disfarçar de homem para poder seguir o que ela queria fazer, que era seguir uma carreira religiosa, tanto que ela alcançou o patamar mais alto de fato (P9).

O filme que mais me chamou a atenção foi o da Papisa e a parte do apedrejamento. Aquele desejo daquela mulher de ascender a esse espaço de poder dentro dessa ordem da igreja católica e a derrubada dela (...). Ela não conseguiu ascender como mulher, ela teve que se esconder e se mostrar como um homem para que ela pudesse ter essa ascensão. A gente vê que até hoje isso foi muito reprimido, mesmo dentro da gente que é mulher, como espaço de poder, não sendo um espaço onde eu como mulher possa participar (P24).

Uma mulher que é como se travestisse numa persona de homem para lutar por questões. Mas assim, o que vejo de triste nisso é que ainda que a luta seja em prol de um fortalecimento à condição da mulher, da igualdade, que ela vinha propondo nas lutas que ela se propôs a fazer, ainda tem que ser pelo viés do olhar; tenho que passar isso por uma sociedade pelo viés do olhar do homem (P30).

As participantes evidenciaram a ausência das mulheres nas posições de liderança, principalmente nas instituições religiosas, militares e políticas.

Até hoje a mulher é discriminada no trabalho. As mulheres não estão na liderança de igrejas, são poucas; no mundo militar, ainda são poucas as mulheres (P9).

A mulher na política não tem voz, ou então essa mulher está falando, é senadora ou deputada, até nos movimentos mesmo, e o cara desqualifica o argumento (P23).

Porque qualquer mulher que se manifeste de alguma forma diferente ou que tenha determinados pontos de vista, a gente vê na política, as mulheres não vão para a política. Você vê toda a construção de uma história. A gente vê; olha, se você tentar entrar nós vamos derrubar (...). Quando uma mulher faz alguma coisa errada, o que acontece com ela nas redes sociais?! Me lembro muito até da Presidente, das coisas que colocavam em relação a ela (...). Entendo que de alguma forma a gente é bastante apedrejada (P24).

P10 compreende que a participação das mulheres no espaço público está fundamentada na lógica dos estereótipos de gênero, que reforçam as diferenças entre os sexos, classificando o sexo feminino como inferior ao masculino no desempenho das atividades produtivas remuneradas.

Existe uma lógica perversa na desigualdade de gênero: no mundo do trabalho, desigualdade salarial, desigualdade de ocupação de cargos de poder, de decisão, o assédio no mundo do trabalho (...). Então a gente precisa mesmo pensar em estratégias para reduzir as desigualdades de gênero no âmbito social (P10).

Além de os padrões sexistas influenciarem o trabalho das mulheres, as participantes reconheceram as interferências sociais sobre o corpo feminino, cuja interpretação se mostrou alternada entre o profano e o sagrado.

Nos relatos das participantes P29 e P26, a percepção sobre o corpo feminino foi associada à objetificação, sobretudo, nas campanhas publicitárias que interpretam a mulher como símbolo do desejo e consumo.

A mulher é colocada como objeto, o corpo em exposição é o que realmente tem valor (P29).

A mulher continua sendo sexualizada pelo corpo, como a gente vê muito em propagandas de cerveja, principalmente. Porque era sempre associada a mulher gostosona e a cerveja. O visual da mulher ainda é muito sexualizado (P26).

Na fala de P30, a percepção em relação ao corpo feminino foi ligada à reprodução humana, que revela a maternidade como essência feminina, uma vez que se entende que todas as mulheres serão (ou deveriam ser) mães em algum momento da vida.

Então não posso ser a mulher que faz isso. Sou atraída exatamente por aquilo que tenho de mais feminino, vamos dizer assim, é o que tenho de natural, vem enquanto biológico, de ser mãe, por exemplo. E isso me revela. É o meu feminino que me revela, que me desnuda diante da trama toda (P30).

Na perspectiva da reprodução humana, as participantes também identificaram os direitos reprodutivos garantidos para as mulheres. A legalidade do aborto foi defendida para as situações específicas contidas na legislação brasileira, assim como houve destaque para a realização do procedimento de modo clandestino. No discurso de P6, foram constatadas as concepções religiosa e criminal sobre o ato de abortar.

Então, mas já foi legalizado o aborto (P1).

Não, só em alguns casos (P10).

Elas fazem aborto clandestino (P3).

Quando há estupro. Agora, isso aí (o aborto), cada um vai ter uma opinião diferente também. É pecado ou é crime? Cada um tem uma opinião, não precisa nem falar. Só para falar, não acho que é pecado, acho que é crime, só para deixar minha opinião clara (P6).

Algumas participantes afirmaram que os direitos reprodutivos são respeitados quando as mulheres têm autonomia para decidir pela interrupção ou pela continuidade da gestação. Além disso, para elas, a maternidade não está restrita ao período gestacional.

É o direito de ter o bebê, porque ela não quer ser mãe. Ela mantém a gestação, mas não será a mãe da criança. Ela não quer, mas opta por ter. Ela assumiu a questão de não abortar, por mais que não fique com a criança. Eu não vou tirar a criança (P29).

Dar à luz não significa ficar com o bebê. Acho que, se a gente for pensar numa coisa ampla, é o direito reprodutivo (P27).

Se fosse uma coisa mais ampla, é direito sexual e reprodutivo, porque entra a questão do aborto, do direito dela de escolher, do próprio corpo, direito de ter o bebê (...). Os grupos e o movimento feminista não falam do direito de ter o bebê. É o direito de escolha, então entra nesse leque maior (P23).

Desse modo, as mulheres têm direito de decidir se querem ou não ter filhos. As participantes consideraram essa possibilidade como manifestação decorrente da emancipação feminina.

Eu acho que é a liberdade de dizer o que ela quer (P20).

Mas esse é um comportamento que se cobra da mulher. Casou, tem que ter filhos. E nem toda mulher é assim hoje em dia. Foi-se esse tempo (...). É emancipação porque ela quer ser livre. Quem diz que eu quero ter filhos? (P22).

Para ela, a família não é marido, mulher e filhos. Eu me emancipo, eu não quero saber, eu não quero ser casada, eu não quero ter família (P21).

Os discursos das participantes revelaram várias concepções a respeito dos direitos sexuais. Na fala de P10, é usado o termo binário para definir o ser humano que tem características masculinas e femininas. Todavia, o relato de P30 revela uma crítica à ideia binária da sexualidade, pois ela acredita em novas possibilidades para a expressão de gênero, que superam a concepção masculina e feminina determinada biologicamente.

Até porque ela nasceu com os dois sexos, ela é binária (P10).

A pergunta que ela faz é: preciso decidir, necessariamente tenho que tomar essa decisão? Não posso conviver com esse corpo que tenho? Qual é o problema? Posso conviver com isso? E é assim, e é sempre isso, a gente pensa no binário. E aí, outra possibilidade é monstruosa? A natureza assim não permite? É uma aberração ou coisa do tipo? As outras coisas que vieram ao longo da história que eram consideradas uma aberração ou mais um jeito de ser? (P30).

As desigualdades entre os sexos masculino e feminino foram observadas pelas participantes nas relações intragênero (homem e homem, mulher e mulher) e nas relações intergênero (homem e mulher).

Nas relações intragênero se destacaram os relacionamentos homoafetivos e intrafamiliares. Nos relacionamentos homoafetivos, as participantes reconheceram as violações perpetradas, principalmente pela sociedade, devido à orientação sexual.

(Segredos íntimos) acho que não foi respeitada a vontade e a decisão dela. A família impôs e ela acabou cedendo, foi fraca, acabou não vivendo aquele amor que ela queria viver. Acho que a violência foi nesse sentido (P15).

(XXY) era uma adolescente que nasceu com ambos os sexos. A família acolheu. Só que a sociedade zombava, não entendia, não compreendia, fazia um certo bullying com ele (P30).

(Meninos Não Choram) nesse filme tinha a questão da violência sexual, porque ela foi agredida, estuprada, porque ela não queria mudar. Então você se garante? Achei esse filme bem forte (P22).

Nos relacionamentos intrafamiliares, as participantes ressaltaram as relações de poder estabelecidas no contexto familiar. Evidenciaram a cobrança da mãe em relação à eficiência profissional da filha como um tipo de violação.

Pensei: nossa, realmente a violência é de mãe para filha. Eu achava será que ela é bipolar? Uma hora ela aparecia de branco, uma hora aparecia de preto. Na verdade, o filme queria retratar isso, que foi isso que me chamou a atenção para a situação de violência. A exigência dela querendo que a filha fosse melhor (P12).

Acho que é mais uma violência psicológica mesmo, porque ela está impondo a vontade dela para a filha realizar. Ela não está respeitando. Ela não perguntou para a filha: é isso que você quer? Não, é isso o que eu quero e você vai fazer (P15).

Primeiro pelo fato dessa necessidade de sempre se mostrar melhor ainda, estar sempre em primeiro lugar. Como isso pode ser traumático e gerar problemas físicos, emocionais e psicológicos. Ela sofria muita violência psicológica nesse sentido (P28).

A bailarina que vê na filha a continuidade do seu sucesso. A tamanha violência que foi imposta para a menina. Não foi dada a ela a pergunta se era aquilo mesmo que ela gostaria de fazer. Isso mostra que a violência não mexe e não é só da parte do marido, do homem, porque ali foi de mãe para filha (P1).

As relações intergêneros referem-se aos relacionamentos heterossexuais. As participantes relataram que a maior parte das usuárias da CMB buscam apoio por causa da violência de gênero perpetrada nas relações de intimidade com homens. Elas consideraram que as vítimas geralmente procuraram ajuda quando se deparam com estado de intenso sofrimento e de solidão.

Retrata muito dos casos que a gente recebe aqui. O casamento perfeito, que ela está o tempo todo com ele; todo mundo acha que não tem nada e vive a violência. Até que chega um dia que ela resolve sair dali. No caso, é o que a gente vivência aqui, muitas delas não fogem, não simulam a morte, mas elas conseguem vir até a Casa da Mulher Brasileira, conseguem pedir ajuda, chegam aqui mal. Você vê que está nas últimas forças, às vezes, e que conseguem. Esse filme retrata muito o caso, pelo menos de todos que já atendi. Acho que a maioria dos casos que aparecem aqui estão bem relacionados com esse filme (P11).

Retrata bem a violência doméstica. Ele faz com que ela chegue ao extremo de quase morrer fugindo do cara, como única esperança que ela tinha de sobrevivência daquilo e tentar uma vida nova (...). A gente vê muito isso aqui, esse pedido de socorro: olha, não tenho para onde ir, não tenho quem me acolha, minha família é de outro estado, outra cidade, ou não tenho vínculo

com tal pessoa que mora aqui. Como a mulher do filme, não lembro o nome dela, tinha isso, a gente percebe esse pedido de socorro dela, de fazer alguma coisa para sair daquilo. A gente vê isso aqui no dia-a-dia (P20).

Acho que pelo nome do filme é isso mesmo. Acho que o nome inimigo também é muito forte. Porque o marido tenta controlar ela. Ele retrata bem quando fala da situação dela que vive e busca o enfrentamento (P4).

No relato das participantes, constatou-se que a violência de gênero modificou a cumplicidade nos relacionamentos e representou uma ameaça à vida das mulheres. A relação de intimidade estabelecida entre as vítimas e os agressores dificultaram a percepção e a denúncia das agressões.

O que chama muitas vezes a atenção nossa aqui é que a mulher entende que está sofrendo uma violência, que aquele companheiro está fazendo mal para ela, como se fosse realmente o inimigo; mesmo assim, ela ainda tem um certo receio de as vezes só querer dar um susto nele, acha que vindo aqui e ele recebendo uma intimação vai parar (P3).

Essa parte de como a mulher lida com o amor e o ódio serem da mesma pessoa, ser tão difícil de ver. Agora você vai me cuidar, vai me tratar bem, vai me dar amor, vai casar comigo. Agora não, agora vai me bater. A mulher fica nesses altos e baixos mesmo (P6).

É tanta violência que se comete em nome do amor; está protegendo de fato mesmo? (P30).

A violência oculta nas relações de intimidade fomenta a dependência emocional das mulheres. As participantes citaram situações de exploração financeira das vítimas, que dificilmente são identificadas, devido aos estereótipos de gênero que corroboram a percepção de dominação do sexo masculino.

Ela era explorada pelo marido a fazer filme pornô, obrigada por ele. Quando ela consegue se livrar desse marido, passa a ser militante feminista. Vejo muitas vezes, não só nesta questão da exploração sexual, mas quantas mulheres vêm e nos contam histórias de que elas têm uma relação com o companheiro, o marido, ela trabalha, ela tem independência financeira, ela muitas vezes também é quem garante e ela não se dá conta, ela atribuiu isso ao homem. Então não é tão raro encontrar mulheres que estão nesse processo (P30).

Chamou a atenção essa falta de apoio. A violência praticada pela própria família, o preconceito, a questão de que o companheiro também explorava, os produtores também exploravam. A polícia também quando ela pediu socorro, a omissão. Porque ele falou: sou o marido dela, cuido dela. A polícia saiu naquele momento, não averiguou mais profundamente. Por todo o contexto que ela viveu, foi isso que me chamou a atenção (...). Ela pediu ajuda desesperadamente. Quando ela descobriu que só tinha ela mesma, ela fez de todo esse sofrimento transformação dela em luta (...). Não é fácil viver tudo isso, cheio de preconceito, cheio de exploração, cheio de falta de direitos, que o pessoal se omite. Vou dizer que até hoje muita gente se omite, a verdade é

essa, a gente vê as coisas e a omissão ainda está presente, apesar de a gente ter avançado em alguma coisa (P25).

Diante da subalternidade das mulheres nas relações de gênero, as participantes salientaram o sentimento de culpa das vítimas. P25 acredita que esse aspecto está associado à perspectiva da dominação masculina reafirmada pelo sexo feminino.

Porque a mulher chega achando que é culpada de muita coisa. A culpa é a coisa que mais assombra as mulheres que chegam aqui. Quando a gente começa a refletir com elas sobre o que realmente é aquilo, começa a entender que é pelo olhar masculino que a coisa está sendo vista, pela imposição masculina que a coisa está sendo vista, aí a culpa fica imensa para aquela mulher. É tipo uma aceitação da divindade feminina, tenho que ser perfeita. A gente sabe que está muito longe disso. É você se empoderar disso, se fortalecer, tomar posse da sua vida para além. A gente vê a fragilidade da existência feminina nessa cultura toda que está muito fortalecida (P25).

Além da culpa, as participantes destacaram o sentimento de impotência e a sensação de confinamento expressa pelas mulheres em situação de violência.

Essa palavra enclausurada quando falou da violência, ela foi a palavra que mais mexeu comigo. Porque quando a gente atende é isso mesmo, é como se essas mulheres se sentem assim enclausuradas. Achei uma palavra forte (P24).

Se ela não tem condições, se ela se sente incapacitada, é impotência (P25).

Porque a família e o médico precisam falar que você está sã. Ela fica totalmente impotente. Para quem vou recorrer? Ela recorreu ao irmão que faz parte da família. São as duas instituições, a família e o médico. O médico que vai detectar se ela realmente está doente. A família que vai tirar ela de lá. Se as duas instituições estão contra ela, está impotente (P4).

Para as participantes, esses sentimentos são responsáveis pelo silêncio das vítimas, que evitam compartilhar a experiência vivida por conta dos julgamentos sociais e da dependência do agressor. As mulheres buscam os serviços de atendimento para resolução de outros problemas, sem citar o sofrimento relacionado à violência de gênero.

A mulher que é vítima mesmo ela não fala, ela é mais reservada, por exemplo (P15).

Porque talvez ela se sente culpada pelas coisas que estão acontecendo. E de repente ela acha que tem que se calar (P19).

Mulheres que vivem em situação de violência em silêncio, sem coragem de enfrentar, umas pelas condições sociais, emocionais, dependência financeira, que são agravantes (P11).

Ela tem vergonha porque tem criança, a criança fica doente, o filho fica doente, ela tem que levar lá pelo motivo da criança estar doente. Aquela profissional de saúde já sabe que ela sofreu violência doméstica, então ela fica constrangida. A saúde acho que é um lugar em que a mulher em situação de violência mais mente por causa disso (P21).

A violência de gênero nas relações de intimidade rompe a invisibilidade e, consequentemente, se torna pública, quando se tornam visíveis as marcas deixadas nos corpos das vítimas.

Acho que é uma realidade que a maioria das mulheres vivem. Todo mundo aqui conhece uma amiga que vive a situação, todo mundo tem uma vizinha. E a gente só acha que é violência doméstica às vezes, as pessoas acham que é o espancamento, quando a mulher está com olho roxo, toda lascada, aí é violência (P11).

Quando a violência de gênero não ocasiona marcas visíveis, é apontada a necessidade de que a vítima tenha subsídios para reconhecer o problema e buscar apoio para o enfrentamento da situação e o rompimento do ciclo de violações.

O que mais me preocupa é o enfrentamento da questão. Entendo que não adianta pegar uma pessoa, alojar ela por um ou dois dias, pôr essa pessoa no abrigo, daqui a pouco ela vai sair de lá, se ela não estiver absolutamente consciente, pois faz 20 anos que ela sofre o mesmo tipo de violência, o cara não vai mudar. Acho que o empoderamento é a consciência que essa mulher tem que ter. O objetivo do enfrentamento é possibilitar que essa mulher seja suficientemente apoiada. Ajudá-la no empoderamento da sua posição na sociedade, como uma pessoa que determina suas escolhas, não fique presa numa relação que a humilha e subestima, em nome de um amor que não é correspondido, ele não atende as necessidades de afeto e respeito. Ela fica ali esperando a vida inteira que o cara mude (P17).

O empoderamento das mulheres foi ressaltado no relato de P17 como possibilidade para o enfrentamento da violência, para que elas se sintam amparadas para a tomada das próprias decisões. Nas falas da P9 e do P28 defendeu-se que o empoderamento feminino precisa estar fortalecido nas diferentes dimensões da sociedade.

A violência de gênero requer o compromisso social, político e pessoal. Toda a sociedade deve quebrar de uma vez por todas, aquele ditado em briga de marido e mulher não se mete a colher. Então são vários pensamentos tradicionais que você quebrando poderá salvar uma vida (...). Vontade política para atuar nessa área que não dá lucro (...). Cada uma de nós fazendo sua

parte em casa, na educação dos filhos, principalmente dos meninos. Educar esses meninos de uma forma que entendam que a mulher não é subjugada ao homem, que o homem e a mulher têm direitos iguais (P9).

É porque a Lei tem uma parte que é preventiva, então se eu coíbo o estereótipo de gênero estou coibindo a violência. Então a Lei diz que até os meios de comunicação precisam estar atentos (...). A violência de gênero atinge as mulheres por conta de sua identidade, fere, oprime e violenta, denigra e obriga mulheres a viverem o enfrentamento constante. Ser mulher é resistir para existir (P28).

As participantes consideraram como forma de empoderamento a capacidade de a mulher confrontar e modificar os valores morais e as relações de poder construídas historicamente entre os sexos.

É a história de uma mulher que confronta os valores cristãos da cidade, o conservadorismo, através dos hábitos e das crenças que ela tem. Pela leitura o jogo coloca que desvelou aquele conservadorismo, a partir daquilo emergiram as violências que eram veladas na cidade (P16).

Acho que essa questão de confrontar esses valores que estão postos e impostos de uma forma tão violenta. Ele trata também da questão da violência doméstica, tem um casal que tem a mulher que procura a personagem principal que faz chocolate, que é uma mulher empoderada. Chama bastante a atenção como que uma mulher empoderada pode transformar também as suas relações e das pessoas que estão ao seu redor. Ela coloca, ela confronta, ela argumenta. Até o prefeito da cidade, que no início era uma pessoa fechada. A gente percebe que ele também foi socializado dessa forma rígida, com toda essa repressão. No final ele passa a perceber que existe algo bom naquela outra forma de viver. Me chama bastante a atenção essa força que a mulher empoderada pode ter nas suas relações e transformar também a sua realidade (P10).

Como exemplos do empoderamento feminino, as participantes citaram o protagonismo dos personagens dos filmes *A Excêntrica Família de Antônia* e *Frida Kahlo*, na medida em que tais personagens questionaram e superaram os estereótipos de gênero relativos à maternidade e à sexualidade.

Porque você vê que o jogo aborda principalmente quando vêm as cartas dos filmes, relatos como, por exemplo, do homem que chega com sete filhos na fazenda e a mulher precisa aceitar os setes filhos, o papel dela como mãe é aceitar (P18).

Realmente ela era uma mulher emancipada. Por que eu quero ser mãe? Uma que ela já tinha filho mesmo, para que ela queria mais um? Mais sete. Acho o máximo ela não querer sete filhos. Também tem o filme da Frida Kahlo, a questão da liberdade dela de ter escolhas e de se garantir no gênero que ela tinha, sou mulher e tenho direito de escolher com quem quero estar, não sou propriedade sua. Achei legal que tem coisas assim de emancipação, de mulheres que se sobressaíram, mas ainda não é uma realidade, o que não quer dizer que a gente não tenha que lutar para que isso aconteça (P22).

Contudo, P20 considera que, na realidade concreta, as mulheres aceitam a responsabilidade sobre o cuidado das crianças mesmo que não sejam seus filhos.

A questão dos filhos não é comum como no filme. A maioria das mulheres aceita sim os filhos. E pior, larga a mão dos filhos dela, muitas vezes de outro relacionamento, para investir num relacionamento novo. Isso é bem triste. Vejo aqui, às vezes tem um aninho, dois, três, estão com a mãe, a tia paterna ou materna. E essa mulher nesse novo relacionamento, às vezes grávida num relacionamento que também não está dando certo, se ela está aqui (P20).

O empoderamento feminino proporciona às mulheres a compreensão e as incentiva à superação dos papéis sociais determinados historicamente, bem como o reconhecimento dos padrões sexistas que favorecem as situações de violência de gênero.

4.4.2 Percepções das profissionais em relação ao Jogo Violetas

4.4.2.1 Jogo Violetas: arte que imita a vida e promove a desconstrução dos estereótipos de gênero

As participantes relataram que o jogo Violetas permitiu recordar e elaborar novas perspectivas de superação para as questões contidas nas cenas descritas na introdução das questões. A partida despertou o desejo de assistir aos filmes para assim identificar mais claramente as situações de violência de gênero.

Ao mesmo tempo que você aprende algo novo, você percebe o filme que você assistiu, ou tem vontade de assistir o que você não viu (P28).

Os filmes foram bastante ilustrativos e possibilitaram a discussão do tema de forma lúdica e estimularam os profissionais a assistirem os filmes (P10).

Não assisti esse filme [Dormindo com o inimigo]. Sei que quando a gente assiste fica até mais fácil para falar, porque o que é visual você absorve mais. Quero até assistir (P3).

Não vi esse filme [Meninos não choram]; quero até assistir, porque achei que me chamou a atenção (P22).

As questões trouxeram novas perspectivas de compreensão dos filmes. As participantes afirmaram que as cenas são passíveis de diferentes interpretações e o jogo favorece a percepção das questões de gênero.

Alguns filmes você assiste, outros você não sabe. Outros você já assistiu, mas em uma outra época da vida que você não teve esse olhar e agora tem esse novo olhar, vai assistir com esse novo olhar (P30).

Só queria fazer uma observação com relação a questão dos filmes. Achei muito legal, me deu vontade voltar e assistir novamente os filmes, porque acho que traz outras perspectivas. Vários filmes eu já tinha assistido, adoro filmes, então já gosto muito de assistir, mas trouxe novas perspectivas, outros olhares. Então dá para assistir de novo e ir lembrando dos questionamentos, do que a gente viu aqui. Acho que vai agregar ainda mais coisas (P29).

Segundo as participantes P12 e P29, o jogo Violetas possibilitou transformar a concepção que haviam construído a respeito do filme “Cisne Negro”. A narrativa da questão apresentou elementos que permitiram reconhecer a violência psicológica vivida pela protagonista da película.

No caso do filme Cisne Negro, eu não tinha essa visão da violência, então me chamou a atenção (P12).

Assisti ao filme mais de uma vez, só que não conseguia lembrar exatamente desse ponto, porque o filme tem outras características com relação à psicologia que chamam nossa atenção. Nunca tinha parado para prestar atenção nele. Inclusive é um dos filmes que quero assistir novamente para ver esse viés da violência de gênero. Porque realmente não tinha parado para observar ele nessa condição (P29).

Para P23, o Jogo permitiu reconhecer a interface dos direitos sexuais e reprodutivos contida no filme “Juno”.

Esse filme assisti há bastante tempo. Então me chamou atenção agora porque a primeira vez que assisti não tinha essa consciência de gênero, toda essa discussão. O machismo me incomodava, mas não sabia como. Lembro claramente que eu não tinha essa discussão de gênero. Hoje vendo essa situação, o movimento feminista se pontuando sobre a importância dos direitos sexuais e reprodutivos, naquela época nem sabia, não tinha elementos (...). Em 2007 já estava no serviço social, mas não tinha essa percepção de gênero. Hoje você vê os filmes e parecem outros (P23).

A experiência no atendimento às mulheres em situação de violência tem a capacidade de ampliar a percepção dos profissionais acerca das questões de gênero no cotidiano. Todavia, no relato de P22, observa-se que isso não é garantido em todos os momentos. Os filmes propiciaram a ampliação dessa percepção.

Achei interessante porque a maioria dos filmes já tinha assistido. Olha só, trabalho na Casa da Mulher Brasileira e alguns filmes não tinha me tocado das questões de gênero, a questão da violência. O filme da Julia Roberts sim, porque é aquele do assédio sexual, acho que é clássico e todo mundo

conhece. Alguns vou até tentar rever. A Excêntrica Família de Antônia, olha que interessante, já tinha assistido e não tinha me tocado da coisa da emancipação dela (P22).

As cenas dos filmes chamaram a atenção de P10 para a realidade concreta, pois expressam de modo semelhante a violência de gênero. Possibilitou às profissionais pensar e refletir sobre as situações vivenciadas pelas mulheres e relatadas nos serviços de atendimento especializado.

Os filmes são muito ilustrativos, possibilitam a gente a pensar, a refletir e a associar com a nossa realidade, estimula também a gente querer ver o filme depois, porque esse já vi, mas esse não vi e gostaria de assistir. Acho que também é um bom recurso para a gente utilizar na nossa formação (...). Cada pessoa tem um jeito de apreender o mundo, a realidade (P10).

Na fala de P24, observou-se que a opressão de gênero das mulheres é percebida tanto no cinema quanto na realidade concreta.

Essa opressão dentro dos relatos das personagens a gente vê, essa questão da sociedade o tempo todo cobrando dessa mulher um determinado papel e desqualificando o tempo todo, isso é um viés dessa violência de gênero (P24).

No relato de P15, as situações de violência narradas pelos personagens dos filmes não causaram espanto, pois diariamente ela atende mulheres com histórias de vida marcadas por essa violência.

Os fatos não me chamam a atenção porque eles já são fatos bem conhecidos da gente, que a gente se depara no dia-a-dia, principalmente aqui que a gente só trabalha com isso. Então os fatos não são novidade, são fatos que a gente vê diariamente aqui (P15).

As participantes consideraram os filmes como ferramentas potenciais para a reflexão sobre as questões de gênero e a violência contra as mulheres. Eles permitiram interpretar as relações de poder dos personagens a partir de um determinado contexto. O exercício de compreensão do fenômeno na realidade concreta pode ser utilizado na prática dos profissionais como recurso para os atendimentos.

Uma coisa que me chama atenção no jogo é essa possibilidade de olhar para uma realidade, para um estudo de caso, para um filme. O filme se transforma nessa possibilidade de ver na prática aquilo que gente tem lido, estudado e

aquilo também que pode ser comparado ao próprio atendimento. Então muitas mulheres chegam nos nossos serviços trazendo experiências muito próximas dessa realidade do cinema, é a arte que imita a vida (P28).

As cenas dos filmes tratam dos estereótipos. Então, a gente visualiza melhor os estereótipos de gênero, que são os mesmos que a gente identifica nos relatos das mulheres atendidas (...). As cenas dos filmes auxiliam a refletir sobre os papéis de gênero, especialmente relacionados com os casos que atendemos na Casa da Mulher Brasileira (P16).

No jogo, acho que principalmente é a questão dos estereótipos, ele reproduz diversos estereótipos com relação à questão da mulher. Por exemplo, no filme que fala sobre a mulher que abriu mão de um relacionamento homoafetivo para seguir um padrão social, por uma imposição. A própria questão da posição da mulher no casamento, de submissão, da questão da violência. Acho que principalmente nos faz refletir sobre os diversos estereótipos de gênero, machismos que a gente vive na sociedade. O jogo estimula um olhar sobre esse fenômeno da violência a partir dos filmes, de diversas formas de violência de gênero. A questão da violência psicológica no filme do Cisne Negro, da violência física no filme Dormindo com o inimigo e do empoderamento da mulher no filme Chocolate (P10).

A análise das cenas dos filmes foi interpretada pelas participantes como estímulo para o desenvolvimento da consciência crítica relacionada às questões de gênero. O Jogo incentiva a percepção das violações visíveis e invisíveis contra as mulheres, produzidas e reproduzidas na sociedade.

O jogo permite a percepção da violência de gênero saindo do senso comum. Achei que, no jogo, ele estava te alertando a todo tempo sobre algumas coisas que às vezes a gente acha cotidiana, ditados populares, a gente acaba até às vezes repetindo, eu não repito, mas as vezes a gente acaba aceitando e não fala nada para não entrar em atrito. A gente teve uma percepção boa de tudo que a gente vê e que todo mundo acha normal (P6).

As cartas de sorte e azar trazem discussões, embora tragam azar no jogo, também trazem discussões muito importantes. Até coloquei com relação às omissões nas práticas culturais, que nós vemos todos os dias, as músicas de funk tocando nas rádios, que de alguma forma ofendem a imagem da mulher. Tudo isso acaba propiciando a perpetração da violência de uma forma até inconsciente (P20).

As participantes P6 e P20 destacaram que o Jogo Violetas adverte sobre as violações invisíveis perpetradas contra o sexo feminino. Consideram que geralmente são naturalizadas e, conseqüentemente, reproduzidas e omitidas por homens e mulheres na vida cotidiana.

4.4.2.2 Jogo Violetas: quando a ação e a omissão são recriadas no tabuleiro

As participantes destacaram que o jogo apresenta dois aspectos fundamentais para o enfrentamento da violência de gênero: a ação e a omissão dos jogadores. Consideraram que a omissão ocorre devido à ausência de medidas de prevenção e de intervenção no problema. As medidas de prevenção buscam evitar a proliferação das peças pretas no tabuleiro. Elas ocorrem por meio da assertividade das respostas e da colocação das peças cidadania cercando a violência.

O jogo é tipo uma prevenção, a questão é não deixar ampliar a violência. Sempre você pensa em isolar. Principalmente acho assim que o foco é na prevenção. Nunca esperar que essa violência se espalhe, tem que agir antes (P24).

Me senti preocupada porque a gente se inteirou tanto do jogo, que a gente ficou preocupada em realmente não deixar a violência se instalar. A gente não estava pensando em ganhar o jogo, a gente estava pensando em montar uma estratégia, muito preocupado mesmo, para que a gente não ganhasse nem uma bolinha preta mais, porque aquilo ali já estava bom (P9).

Me senti assim como se fosse conquistando, parecia até aquele jogo de conquista de territórios, porque a gente parecia conquistando a não violência, o combate à violência naquele território, a gente ia cercando. Quando cercava parecia que estava em guerra, me sentia como se estivesse aniquilando a violência com a rede, com os roxinhos (P6).

A eficiência das medidas de prevenção foi associada ao menor número de peças pretas nas regiões do tabuleiro. Para P10, o jogo foi considerado um desafio para os profissionais, pois a preocupação com a prevenção da violência impossibilitava responder errado as questões.

Se instalar só vai disseminar mais a violência (...). Em todos os momentos, a gente ficava querendo acertar. O acertar parece que não era somente no jogo, a gente falava: nossa, mas foi instalada a violência aqui. Aí essa preocupação toda de conter, de enfrentar. Acho que foi um desafio mesmo. O jogo representando um desafio para nós enquanto profissionais, pensar em como o jogo de certa forma fez a gente pensar na nossa realidade de trabalho (P10).

As medidas de intervenção foram centradas nos locais do tabuleiro com concentração de peças pretas. As participantes acreditavam que, apesar da complicada situação das mulheres em algumas regiões do território, os jogadores tinham a possibilidade de ajudá-las.

Aqui está feia a coisa. Pelo jogo a coisa ficou preta! Roxinho para cá, vamos salvar essa, onde está mais preta a coisa? A coisa está preta para cá, tem que cercar. Está ficando preta a coisa (P1).

Está bem feia a coisa aqui. Ainda dá para salvar a vida dessa cidade. Dá uma segurada nesses homens aí. Vamos salvar esse povo aqui gente. Como aquele está vazio está controlada a violência de lá (P3).

Já estamos cercando a violência. Ali já não chega violência, está contida. Ali lascou-se, a violência dominou. Nossa, o negócio está escuro aqui (P22).

As participantes utilizaram as estações redes cidadãs como reforço para as medidas de intervenção. As redes representaram uma garantia contra o avanço da violência em determinadas regiões do tabuleiro.

Ali ficou preto. Acho que aqui já garante que a violência não está acontecendo, porque é a rede que está ali (P16).

Vamos colocar a rede em cima, sabe porquê? A rede é mais forte, a gente esmaga essa peça preta (P23).

Aqui não tem nenhuma rede. A gente está cercando a violência. Porque aqui está vendo? Consigo proteger essas duas (...). Posso criar uma rede? Porque aqui o negócio está feio (...). Eu olhava que ali sempre aumentava a violência, então aumentava a implementação de rede (P30).

A inserção das peças pretas no tabuleiro suscitava o sentimento de culpa nas participantes. As respostas incorretas responsabilizaram as jogadoras pela ocorrência da violência no território. Apesar da estratégia colaborativa do jogo, cada personagem julgava suas atitudes vistas como favoráveis para a derrota na partida.

Principalmente quando dava errado, me sentia responsável pela violência ter se instaurado. Me senti responsável para que tudo pudesse dar certo, é lógico que com todas as meninas, era tudo integrado, todas responsáveis (P4).

É que a gente não quer errar. Tinha que dentro do tabuleiro controlar a situação da violência. Pelo fato de ter mais uma ali, eu não sei, fiquei com um sentimento estranho. Mas não foi nada, porque não estava sozinha, foi meio que revoltante (P3).

Eu olhava o tabuleiro, gente não posso deixar essa violência aumentar. Criou essa expectativa do que a gente pode fazer para que essa violência não aumente. Quando nossas pecinhas pretas foram acabando, pensava "a gente vai perder isso aqui", perder no sentido de a estratégia não está funcionando. Quando de repente uma luz surgiu e a gente conseguiu combater a violência (P23).

Constatou-se que a inserção contínua das peças pretas no tabuleiro provocou estranheza e preocupação nas participantes, pois havia uma rápida intensificação da

violência. Da mesma forma, destacou-se a necessidade de que as medidas de intervenção ocorressem em curto período de tempo.

Pensando aqui quando você teve três fatores seguidos de violência, quando incidiu, a coisa foi ficando estranha. Quando o fato se repete, a coisa se agrava. A violência proliferou ali no meu espaço, a gente teve que agir rápido. A gente olhou novamente para o território. A gente precisava isolar de alguma forma. Estava até comentando com as meninas, para você ver quando existe o fator imprevisível da coisa se espalhar, como é importante fazer a previsão de colocar mais redes aonde a coisa vai se espalhando mais (P25).

Outra coisa que me fez pensar: nossa, se aqui nós estamos fazendo um jogo a gente já consegue perceber o quanto a violência se dissemina, se instala, aparece, imagina na vida real, imagina no dia-a-dia (...). Como ela se instalou facilmente (P19).

A ausência de intervenções para o enfrentamento da violência no tabuleiro foi interpretada pelas participantes como omissão. Na fala de P26, observou-se o desconhecimento da amplitude das violações na realidade concreta e, por consequência, a passividade dos profissionais em relação à superação do problema.

Reflexão sobre a amplitude da violência de gênero, do quanto a gente não tem noção da violência de gênero que existe. Então isso acaba demonstrando bastante, principalmente nos exemplos dos filmes, junto com os filmes, porque querendo ou não acaba retratando, o filme acaba sendo uma vivência de uma pessoa, real ou de alguma forma fictícia. Então de quanto isso acontece e às vezes a gente não tem noção (P26).

As participantes ligaram as cartas omissão à passividade, pois não permitiam nenhuma medida para reprimir a instalação da violência no tabuleiro. Apesar da posição de neutralidade assumida pelo jogador nessa situação, P25 e P30 interpretaram isso como revitimização das mulheres nos serviços de atendimento especializado.

Sobre a questão de gênero fiz uma reflexão sobre a cultura machista, a omissão e a ação. Foi a primeira coisa que lembrei, porque é o que me chamou a atenção naquelas cartinhas. Aquelas cartinhas me marcaram muito com relação a isso, como estavam presentes na questão dos filmes, essa cultura machista que muitas vezes a mulher reproduz (...). Também tem essa questão de achar que não fazendo, não está praticando a violência. A omissão se confunde com neutralidade. É interessante você refletir sobre sua ação e omissão. Está nas suas mãos, aliás nas mãos das pessoas a ação e a omissão. Como é importante as duas coisas, as duas coisas têm efeito (P25).

Podemos, nas nossas ações, provocar a violência, que foi o que aconteceu na carta omissão que você tirou do montinho do horror. Muitas vezes, as

nossas ações também podem provocar violência se não forem bem refletidas (P30).

A revitimização é decorrente da concepção que naturaliza os estereótipos de gênero. As participantes evidenciaram a sutileza da reprodução dos padrões sexistas, principalmente nos momentos informais das relações humanas.

A partir do momento que a gente começa a jogar, a questão dos filmes, a gente vai trazendo um pensar sobre a violência de gênero, o que tem acontecido. Nas próprias frases, que às vezes a gente até achou engraçado, mas claro que não é, tem uma violência transvestida ali (P27).

(... muitas só encontram a felicidade no tanque) mas é para rir, a carta é só para explicar (risos) (P18).

(...é que nem pernilongo, só sossega com um tapa) que horror, meu Deus! Fiquei horrorizada com essa frase (P29).

A sutileza da violência propicia que homens e mulheres reiterem os papéis sociais masculinos e femininos. As participantes relataram violações de gênero nas piadas, nas músicas, nas rodas de conversa entre amigos e na educação de meninos e meninas.

O jogo deixa bem explícito os tipos de violência. Uma que me chamou até a atenção foi quando a gente tirava aquela cartinha da caveirinha, que vinha ali uma forma de tratamento através de piadas. Então retrata bastante essa violência de gênero e que agora a gente observa que existe muito, principalmente no nosso país. A gente vê que é algo gritante, de certa forma são criadas pelo homem e absorvidas pela mulher. Ela mesma muitas vezes reproduz essa violência. A gente percebe até na criação dos filhos, numa roda de amigos onde um inferioriza e a outra dá risada (P3).

Os filmes trazem questões construídas socialmente que fogem da nossa percepção. Essa questão do micromachismo de algumas coisas, da música que a gente acaba que não percebe, você acaba cantando, você acaba dançando, você acaba falando nas brincadeiras e nas piadinhas, você não se toca disso às vezes (P8).

Como isso permeia o cotidiano da gente, o dia-a-dia, e a gente não percebe, fica falando besteira. Essas piadinhas de salão de beleza, odeio, piada de negro, piada de loira, nunca gostei, não acho legal (P22).

As participantes reconheceram limites no combate a todos os tipos de violência de gênero na sociedade, pois, apesar da dedicação profissional para o enfrentamento do problema, as peças pretas continuaram sendo inseridas no tabuleiro, assim como os casos de violações na realidade concreta.

Essa carta da sorte que a gente vai lá e pega uma opção, traz e me fez refletir sobre a questão da nossa impotência diante de algumas situações. A gente estuda, tenta de todas as formas estabelecer as redes, desenvolver estratégias, mas nem sempre consegue (P10).

Quem que gosta de omissão? Pior que isso acontece, a gente nem vê acontecer (P7).

O enfrentamento da violência de gênero no jogo Violetas era feito por meio de ações que resultavam na contenção ou na disseminação do problema. Contudo, a percepção da magnitude do problema gera o sentimento de impotência nos profissionais.

4.4.2.3 Pedagogia do jogo Violetas: a construção do conhecimento para o enfrentamento da violência de gênero

A participação no jogo Violetas foi motivada pela curiosidade acerca do que consistia essa tecnologia e pelo desafio proposto.

O jogo, achei interessante, principalmente porque gosto de tudo que instiga, me frustra muito fácil, mas também me recupero muito fácil (risos) (P2).

No início, me gerou a curiosidade do jogo. Então ter um jogo é algo bem instigante, queria saber o que é esse jogo (P21).

Para mim o que me motivou a participar é pelo fato de ser um jogo, achei interessante, fiquei curiosa em saber como esse jogo vai funcionar. A expectativa foi muito grande, gosto muito de jogar (P11).

O jogo Violetas propôs desafios individuais e coletivos às participantes. Os desafios individuais remeteram ao conhecimento sobre a importância de cada personagem na partida. As habilidades especiais garantiram que todas as jogadoras tivessem ação sobre o tabuleiro.

O jogo possibilita quatro personagens, não são só quatro pessoas, a função dos personagens era mais por estar jogando, cada um tinha sua função, cada um salvava uma vida. Foi o trabalho colaborativo dos personagens (P1).

A função colaborativa dos personagens no jogo estimula a ajuda mútua. Aquelas quatro cartas que a gente tinha, uma delas poderia doar a sua vez para a outra, então a gente falou: agora é sua vez de ajudar. Então essa questão colaborativa a gente achou bem interessante (P10).

As participantes ressaltaram o papel da Operadora de Direito na partida, a qual apresentava a habilidade de se deslocar a cada jogada para regiões distintas do tabuleiro, sendo a ação identificada como de maior liberdade e abrangência.

Vocês são os operadores do direito, vocês são chiques. Vocês dois que vão poder salvar mais (P2).

Você é poderosa. Tem mais abrangência (P28).

Você vê que até no jogo a liberdade maior é do operador de direito (P24).

As participantes associaram as habilidades dos personagens na partida com as funções dos profissionais que atuam nos serviços de atendimento na realidade concreta.

Ter utilizado os personagens que compõem a rede na vida real (P28).

Utilização de personagens com linguagem que aproxima da realidade do enfrentamento da violência (P27).

Parte dos desafios propostos pela partida envolveu o conhecimento e a participação de todas as jogadoras. No relato da P30, evidenciou-se a importância do olhar de cada personagem sobre o fenômeno e da proposição de ações intersetoriais para o enfrentamento da violência de gênero.

A dinâmica do jogo leva para esse olhar transversal. O jogo o tempo todo provoca esse olhar transversal. Às vezes, a pessoa que está naquele foco de ser educador tem um olhar mais transversalizado. O operador de direito está ali para garantir os direitos; muitas vezes, ele tem que fazer um alinhamento com a parte que educa (...). Muitas vezes, o judiciário tem que transversalizar. Ele entende que, para garantir isso, tem que começar daqui. Essa é uma área de competência de um outro setor, de um outro órgão, de um outro operador de direito, que no caso é a educação. Eu ficava: gente, vamos botar uma rede aqui. A educadora dizia: mas aqui não, porque desse jeito a gente tem como atingir essa área, aqui tem mais violência. O movimento dizia: mas aqui é que estão proliferando. Eu dizia: a gente tem que ver porque já tem uma rede aqui, porque também fortalece o território, tem outro lugar que está mais escasso, completamente desprovido. É o olhar sempre cooperativo, transversalizado, acho que a dinâmica provoca isso a todo tempo (P30).

A estratégia conjunta foi construída a partir do diálogo estabelecido entre os jogadores. As participantes consideraram que a presença de um inimigo e a existência de um propósito comum estimulou a sororidade e a interação da equipe.

Senti a sororidade do grupo. Teve uma hora que a P26 foi a primeira que respondeu à pergunta, foi quando a gente falou: não, a gente pode dividir e nos ajudar na resposta da pergunta. Acho que sororidade é exatamente isso, você tem um objetivo comum e, para alcançar, você se importa com o outro, que todo mundo possa caminhar junto, no sentido de chegar nessa meta, chegar nesse propósito. Acho que sororidade é isso, é ter esse olhar voltado para além de você, para além do seu individualismo, olhar para o outro, estar junto realmente com o outro. É extremamente rica essa oportunidade de a gente interagir. O fato de não ser individual, ser o grupo mesmo, acho que isso facilitou muito. O bom do jogo é que não tem ganhador, todo mundo ganha (P24).

Uma das coisas que achei mais legal no jogo é o grupo jogar contra o tabuleiro, acho que esse é o ponto mais relevante do jogo, porque você acaba trabalhando todo mundo em conjunto. Isso não cria competitividade das pessoas, todo mundo quer trabalhar no coletivo. Isso é muito legal! Acho que ele traz duas coisas: você ir atrás do enfrentamento e conseguir trabalhar no coletivo, sem ninguém estar competindo (P11).

Acho que a ideia de o jogo ser toda a equipe contra o tabuleiro é muito legal. É uma competição, mas que a equipe se une para vencer. O jogo tem essa estratégia colaborativa, então não somos umas contra as outras, somos nós contra o tabuleiro. Então todo mundo se uniu, foi uma forma de estimular a participação colaborativa e não colocar uma rivalidade entre os participantes, a gente achou bem positivo (P10).

(...) a gente sabia que tinha um objetivo, mas o mais legal foi poder compartilhar e ajudar. Acho que me diverti nisso, de ficar torcendo pelo grupo, de conseguir todo mundo chegar no mesmo objetivo. Para mim foi válido por isso. Essa questão de a gente vestir a camisa, não no sentido empresa, mas no sentido das coisas que a gente acredita. O engraçado foi que a gente começou a trabalhar tanto no coletivo que o objetivo chegou mais rápido (P25).

Apesar de o jogo conter o elemento competitivo, a estratégia conjunta favoreceu a compreensão de que a conquista da não violência dependia do esforço de todos. As participantes relataram que a cooperação motivou o compartilhamento de experiências, informações e ideias.

Estimula as pessoas a jogarem contra o tabuleiro, também estimula a socializar. Não foi só um jogador, só uma dupla, a gente acabou e venceu o grupo todo (P12).

Acho que houve uma troca entre nós, cada um foi falando alguma coisa, cada um foi trazendo um pouco da sua experiência, foi uma questão de cooperação (P8).

Senti o tempo todo trocando informação e ideias. A gente não estava entendendo o peão, então uma procurava, vamos ver o que realmente o dado azul significa, o que ele pode fazer. Senti que foi uma troca o tempo todo (P2).

Achei interessante pois tinha que interagir entre a gente, porque se a gente queria ganhar o jogo tinha que estar muito esperto. Em alguns momentos de dúvidas, a gente até se ajudou e outros se atrapalhou, mas faz parte. O grupo inteiro tem que estar junto para a coisa fluir. Mesmo ela estando com pouca

sorte o grupo conseguiu ganhar. Lembro que chegou uma hora que faltava uma peça, o P18 disse assim: se você errar, o grupo vai perder. A gente acertou, fomos e conseguimos ganhar. Mas tem a coisa do grupo mesmo, de se sentir parte do grupo e que todo mundo tem que estar junto, senão a coisa não flui; não adianta só saber de filme, não adianta só saber de jogo, porque são as relações e o que acontece que vai fazer a coisa fluir (P22).

Constatou-se a cooperação entre os jogadores desde o início da partida, especialmente no momento em que deveriam situar duas peças pretas em cada região do tabuleiro. As equipes realizaram discussões para definir as posições que facilitariam a vitória no jogo.

São duas peças pretas, se a gente colocar aqui? Não pode ser colocada uma do lado da outra? Qual é o objetivo do jogo? É você trabalhar as redes e combater a violência. Então no momento em que a gente colocar em pontos estratégicos a violência, colocar em pontos mais fáceis de combater, a gente ganha o jogo, é mais fácil ganhar (P2).

A maior parte das equipes escolheu situar as peças pretas nas cidades periféricas do tabuleiro. A região central do tabuleiro permaneceu livre para favorecer a movimentação dos peões na partida.

Tem que cercar a violência, acho que tem que colocar na beiradinha (P10).

Se a gente deixar todo o meio livre será que não vai ficar mais espaço para jogar? (P16).

Se a gente distribuir pelas beiradas, vai sobrar o espaço interno para a gente percorrer. Geralmente a violência está mais na periferia. Então talvez está ligado a isso. Claro que tem que ser nas beiradas, porque você cerca elas, é mais fácil cercar as peças pretas (P7).

Outras equipes optaram por distribuir aleatoriamente as peças pretas no tabuleiro ou inseriram-nas nas cidades brasileiras que possuem maiores índices de violência.

Coloca aleatório ali (P27).

Espalhem duas pretas em qualquer canto (P25).

Dá para colocar nas cidades mais perigosas? Cuiabá, Brasília, Altamira no Pará (risos). É que se deixar muito fácil para fechar não tem graça. Tem que ir perto das pretas para cercar (P18).

As participantes enfatizaram as ações nas cidades com concentração de peças pretas. A principal estratégia adotada foi o combate da violência no tabuleiro.

Coloca mais perto da violência (P10).

Se você ganhar aqui, você ganha tanto para esse quanto para aquele (P28).

Se você colocar aqui, só uma peça já vai prender essa daqui. Depois, se conseguir colocar uma roxa aqui, essas duas ficam presas. Vamos deslocar para desbloquear aqui embaixo (P18).

A implantação das estações redes cidadãs para o enfrentamento da violência no tabuleiro ocorreu de duas formas: uma unidade para cada região do tabuleiro ou nos locais com maior número de peças pretas.

Tinha que ter um dadinho para cada região (P5).

A hora que começar a ficar preta a coisa, literalmente preta, a gente pega mais um dadinho para por onde estiver preto (P1).

Eu já posso instalar? Sou uma pessoa planejada. O planejamento não é para apagar fogo. Botar a rede não é uma questão de sorte, é uma questão de planejamento (P30).

Na fala de P30, constatou-se preocupação com a prevenção e o combate da violência de gênero no tabuleiro. Ela afirma que o jogo Violetas evidencia a importância da rede de enfrentamento, uma vez que os personagens precisam estar atentos ao desenvolvimento da partida para verificar a eficiência das estratégias adotadas pela equipe.

O jogo evidencia a importância da rede. Isso fica bem evidente quando ele é dividido por territórios; a dinâmica do jogo também. Ela te mobiliza, ainda que não seja a sua vez, mas você tem que estar atenta ao movimento dos colegas. Todo tempo você sendo colocada em cheque para poder pensar em termos de estratégia, isso provoca por demais a responsabilidade de promover a rede, porque muitas vezes a rede está lá, mas ela está eficaz? É eficiente? De fato ela está garantindo? É uma coisa que não está sendo tão aproveitada? Como pode ser, porque ela está estrategicamente inadequada. Então esse olhar de gerar a rede onde é que ela fica melhor? Onde é que ela vai garantir mais direitos? (P30).

O fortalecimento da rede de enfrentamento foi considerado crucial para a contenção da violência. As participantes perceberam a necessidade de os serviços de atendimento estarem articulados para ampliar a atuação da rede no território.

O fortalecimento da rede é essencial para a desconstrução e reconstrução de uma sociedade sem violência. No jogo, vi a importância da rede articular, deu para sentir visualmente, sentir e perceber visualmente a capacidade de extensão de uma rede, eu vou para cá, eu vou para lá, nem a gente tinha a noção disso (P23).

O jogo possibilita a reflexão sobre as práticas de como enfrentar esse tipo de violência, mas de uma forma colaborativa e de um trabalho em rede. A ideia é que essa rede funcione. É gostoso de você ver ali a possibilidade de algo dar certo (P3).

As participantes relataram que o jogo possibilita a experiência de participar de uma rede de atendimento que conta com os diversos profissionais dos serviços especializados para o enfrentamento da violência.

Pontualmente o jogo passa essa ideia de rede, o que é rede e como funciona (...). O enfrentamento da violência que a gente pontua dentro do jogo é muito forte, a construção e o fortalecimento dessa rede e das ações planejadas (P24).

O enfrentamento da violência é construído com a atuação em rede. Por isso o jogo Violetas descreve com maestria ao exemplificar e caracterizar a atuação coletiva multiprofissional (P28).

A relevância das estações redes cidadãs no tabuleiro foi associada às CMB e aos demais serviços de atendimento especializado existentes na realidade concreta.

Tem a função igual da Casa da Mulher Brasileira (P1).

No jogo aparece a rede principalmente nessa função dos dados azuis onde eles representam as redes que são o CRAS, UBS, PSF, o CEAM, a CMB, que atendem a mulher (P2).

A P1 me contou uma história real que me remeteu ao tabuleiro. Quando ela me contou pensei: se não existisse a CMB a violência iria se alastrar (P16).

O jogo Violetas se reportou à realidade concreta das participantes da pesquisa. Permitiu o desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento da violência, tanto no cenário fictício quanto no real, assim como o reconhecimento da vulnerabilidade feminina conforme sua inserção no espaço geopolítico.

Penso que o jogo remete muito a realidade, tinham momentos que dava a impressão que não estava no jogo e aquele mapa não parecia um tabuleiro, ele parecia realmente um mapa e que a coisa estava ficando preta, a gente responsável também por tudo aquilo ali. Os textos e os filmes todos são parecidos com os casos que a gente atende, então assim, fica entre jogo e realidade, muito perto. Então acho que tem que construir uma estratégia para sempre estar garantindo acabar com a violência (P3).

Em termos de território, quantas vezes a mulher fica numa determinada vulnerabilidade, ou aquela determina população, bairro, zona, área urbana, fica vulnerável porque está nesse limite entre um território e outro, quem vai cuidar dessas mulheres? A disposição das peças no tabuleiro também pode remeter a essa reflexão (P30).

Para as participantes, o jogo se aproxima da realidade concreta quando a partida coloca como barreira a contenção de todas as peças pretas inseridas no tabuleiro. A partida viabilizou a reflexão sobre os limites e as potencialidades das profissionais para o enfrentamento da violência de gênero. Os limites estiveram ligados ao sentimento de frustração e de impotência diante das intervenções que não foram efetivas.

Achei que é como se fosse tudo realidade concreta (...). Acho interessante que para você completar o jogo não precisa acabar com toda a violência, basta você ter agido na área que você conquistou. Quero dizer, a atuação foi positiva ou ainda faltou atingir os objetivos? Isso que é interessante. Porque quando a gente acaba com uma, consegue resolver o problema? Não dá para agir em todos, mas você pode ganhar o jogo (...). É porque sempre tem uma expectativa e uma frustração (P7).

Na realidade a gente não combateria tudo. Ficou uma frustração no jogo (P2).

Essa pedrinha preta me fez sentir essa questão da impotência mesmo, porque as vezes a gente no atendimento, em algumas situações, se sente de mãos atadas, vai até um determinado ponto, aí a mulher retira a medida protetiva, vê que ela volta para o companheiro. Acho que a contenção da violência depende de muitos fatores, não só da nossa atuação como profissional. Ela depende de muitos fatores que às vezes fogem do nosso controle (...). Senti alívio por ter vencido o jogo, mas pesar por não ter conseguido conter a propagação da violência (P10).

Posteriormente à partida, as participantes avaliaram a participação e as estratégias elaboradas pela equipe para o enfrentamento da violência de gênero. Elas criticaram a estratégia adotada no início da partida que definiu cada peão para uma região do tabuleiro. Reconheceram que se os personagens tivessem trabalhado juntos na mesma região, a vitória teria sido obtida em menor tempo.

Acredito que a gente escolheu uma estratégia meio errada, porque a gente deveria focar todos juntos, as peças no mesmo lugar, ganharia mais rápido. Se nós já conhecêssemos o jogo concentraríamos as peças pretas e enfrentaríamos os problemas mais rápido. Porém, por não conhecer o jogo, distribuímos aleatoriamente prejudicando a nossa situação (P18).

Lá no final que a gente foi entender que poderia cercar uma região primeiro e depois as outras. A gente acabou que cada personagem ficou ali na sua região tentando cercar a sua e perdemos a possibilidade de utilizar essa estratégia (P10).

Não é que é difícil, mas é porque a estratégia não foi bem montada. Eu tinha entendido que a gente teria que conquistar as regiões e não uma só já ganhava. Tinha entendido que a gente tinha que conquistar várias regiões. Então fiquei preocupada em cada um atuar em uma região. Acho que a estratégia teria que se focar numa região só e todo mundo pensar numa região só. Então a nossa estratégia não foi boa (P29).

No que se refere ao compartilhamento e à produção do conhecimento sobre a violência de gênero durante as partidas do jogo Violetas, foram observadas dúvidas em relação à legislação que regulamenta a prostituição, à criminalização dos adolescentes autores da violência, à concepção da violência sexual e à Lei Maria da Penha.

As participantes relataram conhecimento da legislação brasileira sobre a regulamentação da prostituição. Ressaltaram a responsabilidade do Estado na configuração dos crimes de favorecimento e o julgamento moral da atividade pelos profissionais.

A prostituição não é proibida. A prostituição não é crime, porém favorecer a prostituição é crime. Dentro da prostituição tem o certo e o errado. (...) porque é o estado que delibera o que é proibido ou não é proibido pelo código penal. Não é o povo que faz isso, é o estado que delimita (...). Ela não é crime, mas depende do ato como é cometida. Se não cabe ao estado definir o que são atos tortos, para quem cabe? Cabe ao estado definir leis (P18).

As prostitutas têm carteirinha e tudo, licença sanitária. A prostituição tem julgamento moral, mas não é crime. O ato torto é preconceituoso, está errado isso. Atos tortos não tem isso em código nenhum (...). Valor moral não pode ser tipificado (P22).

A criminalização dos adolescentes autores de violência apresentou opiniões divergentes. As participantes consideraram que tais adolescentes estavam sujeitos ao cumprimento das medidas socioeducativas, porém não tinham clareza sobre o julgamento e a punição devido à faixa etária.

Pode sim ser julgado se for pego, ele não pode cercear da liberdade. Ele pode levar uma advertência e ter a liberdade privada. Ele pode ser julgado (P3).

Tem a medida socioeducativa. Ela é punição, pois é privativa de liberdade. Tem o juiz da infância, tem o promotor da infância (P15).

Ele é sujeito ao cumprimento de medida socioeducativa, o adolescente vai ser julgado pelo juiz ou pela justiça? (P10).

Tem a reabilitação. Mas não é punição. Então, toda vez que tem esse promotor que vive fazendo punição, ele é taxado por tudo que é lado, ele sempre está fazendo errado (P11).

As participantes concordaram que o assédio sexual no contexto de trabalho é crime, pois envolve relação hierárquica entre a vítima e o agressor. Contudo, fizeram questionamentos a respeito dos tipos de violência sexual.

É crime. Senão o juiz não pode olhar o comportamento perante o funcionário. Ele não está tipificado, essa é a palavra. Se ele não estivesse tipificado não existiria ação. O assédio sexual só se caracteriza se ele for de um superior para um inferior hierárquico. Não cabe um assédio sexual; vamos supor que encontro ela na rua e assédio. Não cabe como assédio sexual, não posso ser preso por assédio sexual. Pode se eu for o chefe dela. Cabe essa discussão, se não a lei não vale (P18).

Assédio sexual é uma atitude machista e é crime, é sempre de um nível superior (...). O assédio é diferente do abuso. O abuso é o ato em si? O abuso pode ser considerado como estupro, como assédio. Abuso é tudo? O estupro é a consumação do ato sexual que não é permitido? (P17).

O assédio é um tipo de abuso? (P20).

A Lei Maria da Penha também motivou a emergência de discussões durante a partida. As participantes comentaram a criminalização dos agressores, o processo de denúncia e a garantia das medidas protetivas para as mulheres vitimadas.

As participantes levantaram questionamentos relacionados às violações cometidas nos relacionamentos intragênero. Para as participantes P29, P28 e P27, a Lei Maria da Penha é destinada à criminalização da violência de gênero, portanto, necessariamente, a vítima deve ser do sexo feminino e o agressor do sexo masculino.

Ela está fazendo uma coisa que na cabeça dela não acha que está fazendo mal para a filha; ela quer que a filha seja perfeita no que faz. Ela quer o sucesso da filha. Não é por questão de gênero. A gente sai da figura de gênero. Não se configura como violência de gênero (P29).

Violência doméstica existe entre mãe e filha? É Maria da Penha? Acho que não entra se é mãe e filha. Ela quer que a filha seja perfeita, não tem a ver. Nem toda violência psicológica é violência de gênero. Acho que não se configura. Está no seio familiar, mas não é de gênero. A Lei Maria da Penha é violência de gênero, se não for de gênero não entra. Posso brigar com minha filha ou a mãe briga com minha filha, mas não pelo gênero, por ser mulher (...). Por exemplo, se você tem uma filha, você só quer que ela tire nota 10 na escola, você está fazendo uma pressão psicológica nela. Não é gênero, não entra na Lei Maria da Penha, é maus tratos (P28).

A mulher como vítima e o agressor? Não tem a questão de gênero por causa do agressor, porque é mãe e filha. Se fosse pai e filha já configurava como violência doméstica. É doméstica, mas não sei se é Maria da Penha. É uma violência doméstica, dentro de uma relação de vínculo doméstico, mas a agressora é mulher. Porque acho que a Lei Maria da Penha vem para a questão de gênero. Porque se a mãe talvez tivesse alguma coisa com a questão de gênero, exercesse o papel de gênero masculino, não sei se entraria uma interpretação. Porque senão todas as situações de conflitos

familiares iriam entrar na Lei Maria da Penha. Agora, se é o pai é diferente, o pai com a filha entra na Lei Maria da Penha (P27).

Em contraposição, as participantes P12, P6 e P23 defenderam que a violência de gênero é caracterizada pela vítima ser do sexo feminino e pela relação estabelecida com o agressor.

Por ser mulher já é de gênero. É quando as mulheres são agredidas pelo simples fato de serem mulheres (P12).

Elas moram no mesmo ambiente, na mesma casa. Eu acho que é uma violência de gênero (P6).

É sempre a mulher como vítima, a justiça já tem o entendimento disso. Nesse caso, a menina sofre violência de gênero e violência psicológica. É a mãe fazendo violência na filha. A justiça já tem o entendimento de que mãe batendo em filha, principalmente numa relação homoafetiva, de mulher transexual, é violência também (P23).

Ao término da discussão sobre a tipificação dos agressores, as participantes P23 e P29 recordaram situações de atendimentos a mulheres que foram violentadas por pessoas do sexo feminino. Observou-se no relato de P29 que os comentários da equipe transformaram sua opinião.

Sempre a mulher como vítima, por exemplo, o pai com a mãe, o primo, a empregada doméstica e a patroa, briga entre irmãs, entra como Maria da Penha. A Lei vai pontuar a mulher vítima. Claro que tem alguns contornos de caso que você obviamente exclui. Por exemplo, uma briga na rua, duas mulheres brigando não é Maria da Penha. Se elas tiverem vínculo, aí sim, é vínculo familiar (...). Eu atendi uma menina, uma lésbica, a mãe dela a agredia. Ela entrou como Maria da Penha (...) (P23).

A gente já atendeu casos aqui de briga entre irmãs, entra como Maria da Penha. Dentro do nosso próprio formulário da Casa da Mulher Brasileira, se você observar, lá mesmo ele coloca por quem foi feita a violência. Ali você preenche se foi pelo pai ou pela mãe, por exemplo. Quem vai aplicar a Lei Maria da Penha é o juiz, não somos nós. Mas na hora a gente faz o registro e passa para a defensoria pública. A defensoria pode entender que pode ser aplicada a lei abrindo um processo, mesmo sendo mulher com mulher, sendo mãe com filha (P29).

As participantes discordaram a respeito da pessoa responsável pela denúncia da violência de gênero. Houve a defesa de que somente a vítima é que deve concretizar o registro do crime, em oposição à opinião de que qualquer indivíduo que tenha presenciado a violação pode fazer a acusação e apontar o agressor.

A Lei Maria da Penha tem que ser a vítima que tem que vir aqui denunciar. A gente atende isso. Mas para fazer valer a lei tem que ser a vítima. Pode chamar a polícia, mas a formalização da violência é a vítima. Para fazer o processo, quem pede medida protetiva é a vítima (P22).

Porque só a mulher pode ir lá na delegacia, mas você pode, por exemplo, ir na rua e falar: olha ela está passando por violência. Mas quem pode fazer o registro é somente a mulher (P23).

Na Lei Maria da Penha, um terceiro pode denunciar. Se um vizinho ligar já é instaurado um inquérito. Se eu não estou enganado, se o vizinho te vê sendo espancada por alguém e a polícia for atender. É incondicional, não depende dela, qualquer um pode denunciar (P18).

Por exemplo, na situação de cárcere privado, quando alguém sabe, pode denunciar (P20).

As participantes apontaram barreiras para o cumprimento das medidas protetivas e afirmaram que o Estado não consegue garantir segurança para todas as mulheres em situação de violência que solicitam proteção ao sistema de justiça.

A Lei Maria da Penha por si só não garante segurança, ela garante direitos (P16).

A Lei Maria da Penha garante a proteção? Ela faz parte da política, mas ela não garante. A gente vê que, apesar de a medida protetiva, isso não garante que o agressor não vai se aproximar dela (P14).

A Lei Maria da Penha veio justamente para proteger. O que ocorre é que o Estado, ele não tem como salvaguardar a vida de todas as mulheres que estão sofrendo violência. Por exemplo, não tem um guarda municipal para estar 24 horas com ela. Mas a Lei veio para proteger. Essas são as garantias da Lei (P9).

Apesar dessas barreiras, P2 defende a importância das medidas protetivas para manter o agressor temporariamente afastado da vítima. O descumprimento da determinação das medidas protetivas gera punição pelo sistema de justiça.

Ela garante no sentido de que, no momento em que a mulher faz a denúncia, é concedida medida protetiva. No momento em que é concedida medida protetiva, o autor da agressão é notificado e intimado para afastamento da vítima e, caso ele se aproxime, vai responder por isso. Tanto que várias mulheres vêm aqui denunciar o descumprimento da medida. No descumprimento da medida, esse suposto autor da agressão vai receber a torção ou vai preso (...). Uma observação: os casos de morte que aconteceram foram porque elas pediram revogação da medida (...). Se eu enquanto profissional não vestir a camisa de que a essa Lei garante, se eu não tiver essa certeza, como que vou passar certeza para as mulheres que a gente trabalha? (P2).

Além disso, a participante destaca que os profissionais precisam conhecer e defender a Lei Maria da Penha, a fim de que as mulheres vitimadas tenham segurança para procurar apoio nos serviços de atendimento especializado.

4.4.3 Os limites e as potencialidades do jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero

4.4.3.1 Limites do jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero

As participantes citaram como limitações no jogo Violetas a pouca experiência com jogos, as dificuldades de entendimento das regras e a interpretação de determinadas perguntas da partida.

Logo no início, foi constatada apreensão das participantes sobre as regras e a dinâmica das jogadas. Elas não tinham proximidade com jogos, portanto acreditavam que seria impossível chegar à vitória.

Eu não gosto de jogo, nunca joguei, não sei se vou conseguir jogar, já estou avisando. Posso até entender o espírito da coisa, mas não sei jogar. Não sei nem que cor nós somos (risos). Fiquei bastante preocupada porque sou uma negação total quando se trata de jogo. Não sei jogar, tenho dificuldade para entender essas coisas (P19).

Não tenho familiaridade nenhuma com jogo, então no primeiro momento foi a preocupação do jogo e não com a temática. Depois veio tudo isso que as meninas falaram de cooperação, de responsabilidade, a apreensão já mudou de foco com o tempo também. Mas no primeiro momento foi por causa da questão do jogo mesmo. Não conheço nada de jogo, então imaginei: não sei nada de jogo, vou perder (risos) (P12).

Quanto à situação aqui do jogo complicadíssimo, a minha inteligência não permite. Achei que a dinâmica tem mesmo um pouco de facilidade, mas tenho muita dificuldade com essas coisas todas. Então eu fui junto com o povo (P17).

O primeiro contato com o jogo já foi apontado como uma dificuldade, destacando que o jogo somente pode ser aprendido a partir do envolvimento dos jogadores com a partida.

Não tenho o hábito de jogar. No ano novo foram lá para casa e levaram um jogo. Demorei para entender o negócio. Ele é bem mais complicado que esse. Depois que entendi a dúvida acabou (P5).

Como todo jogo é difícil até aprender (P28).

Acho que o jogo só se entende jogando mesmo (P16).

O problema é que só jogando você vai aprender o jogo para acabar entendendo (P14).

As participantes expressaram surpresa ao conhecer um jogo que aborda a violência de gênero. Compreenderam a tecnologia educativa como inovadora, na medida em que não imaginavam que poderia existir um jogo de tabuleiro que propiciasse a discussão do tema.

Fiquei meio assim, o jogo foi um susto. Pensei o que é que estou fazendo aqui. Fiquei surpresa com o jogo, pois nunca tinha ouvido falar em um método assim (P15).

Eu nem sabia que era um jogo (risos). Então na hora que você começou a falar pensei: nossa, me ferrei. Foi a primeira coisa que pensei, porque falei nem sabia que era um jogo (P8).

Eu achava que era um troço meio sem graça. Não imaginava que o jogo teria um nível tão alto quanto tem, muito bom, gostei bastante da experiência (...). Porque quando a proposta foi apresentada como um jogo imaginei que deveria ter algum desafio. Vai participar de um jogo, por mais que seja um quiz. Eu não sabia que iria chegar aqui e era um tabuleiro (P18).

O entendimento das regras foi aflitivo para as participantes. Acreditavam que a compreensão seria imediata no início da partida. Além disso, somente a leitura do caderno de regras não foi suficiente para dominar a dinâmica do jogo.

Acho que a gente começa, senão não vai conseguir entender (P8).

A gente começou a ficar aflita, porque primeiro começou a estudar as regras. De repente, percebi que tinham algumas pessoas no grupo que estavam começando a ficar aflitas: vamos começar logo, porque se a gente não começar, não vai aprender. E realmente foi o que aconteceu, se a gente não começasse logo, a gente não iria aprender (P9).

Quero ver como inicia isso. Vamos para a prática, quero fazer coisas práticas. Gosto da coisa na prática, a explicação na prática (risos) (P25).

À medida que as participantes faziam a leitura das regras, adquiriam consciência da complexidade do jogo. Relataram que, inicialmente, foi difícil entender, pois não tinham proximidade com as peças, as cartas e o tabuleiro.

Quando você começou a passar as regras, achei um pouco complicado, mas é como qualquer jogo. Qualquer jogo na primeira jogada é um pouco complicado até você entender a interação das peças, a dinâmica, o objetivo, o porquê está ali (P20).

O limite, acredito que seja por ser um jogo novo com regras novas. Isso gerou um limite, que foi esse jogo novo, não estávamos tão familiarizados (P18).

Primeiro eu estava tentando entender o jogo, estava observando muito a coisa do cercar; ficava bem atenta, ficava vendo as coisas para cercar, fiquei bem atenta a isso (P22).

A dificuldade do primeiro contato motivou a atenção das participantes ao jogo. A complexidade foi associada ao número de componentes (personagens, cartas, dados, *tokens* e tabuleiro) com funções específicas. O entendimento da mecânica do jogo foi considerado cansativo.

Estava complexo porque a gente não conseguia ter o entendimento da função (P2).

Achei muita informação no jogo, tinham quatro cartas personagens, tinham seis dados, tinham essas cartinhas que são os *tokens*. Achei que era muita coisa e tinha que fazer cada coisa. Ele é bem complexo (P4).

Acho que uma complicação, por exemplo, é a dificuldade de compreender essa carta é para quê, aquela outra carta é para quê. Eu não sei, senti que a gente ficou meio confuso. Como para mim é uma coisa nova, acho que ficou cansativo. Acho que a dinâmica do jogo teria que ser diferente. Se a dinâmica for muito lenta, você fica cansado (P24).

A apropriação da ação específica de cada componente foi apontada como barreira para o desenvolvimento da partida. As participantes ressaltaram que o tempo destinado para esse entendimento foi crucial para a duração da disputa.

A complexidade é um limite para identificar o papel de cada peça no jogo e as regras. Acredito que o tempo para estudar a regra. O nosso limite foi o tempo (P7).

O tempo que ficou para a gente fazer isso. Acredito que o tempo para estudar a regra foi um limite (P5).

Até porque a gente tem que pensar que é a primeira vez que a gente joga. A gente vai levar um tempo para entender (P8).

A gente acha que deveria ter um tempo maior para a gente ter estudado as regras para detonar a violência (P9).

O tempo para apropriação das regras foi associado à linguagem utilizada para transmitir as informações. As participantes ressaltaram a necessidade de simplificar a descrição das regras para facilitar o entendimento e diminuir o tempo gasto na leitura. Sugeriram a criação de um resumo com comandos objetivos.

Porque se você for ver o manual, é completo, ele é bem explicativo. Achei que parecia interessante nos objetivos e na dinâmica. No entanto, entendi muito pouco o passo-a-passo, é muito difícil (...). Pode simplificar. Então é a ausência de um passo-a-passo simplificado. É o que tem em todo joguinho. Acho que deveria ser mais direito, mais simplificado para a gente entender (P7).

No livrinho até tem, mas é porque tem muita informação no livrinho. Eu pelo menos senti dessa forma. Não é que a informação não está lá, é que são muitas informações juntas (...). A impressão que tenho é que o conteúdo é muito bom, mas às vezes dá para simplificar a apresentação para quem vai jogar a primeira vez conseguir jogar mais fácil. Porque agora que a gente já jogou a gente não teria mais dificuldade. O livro de regras poderia ser como um texto, mais enxugado e objetivo. Porque acho que, para simplificar, não precisa mudar a regra do jogo, mas ela precisa ser explicada de uma maneira mais objetiva. A impressão quando a gente fala simplificar as regras parece que a gente quer mudar as regras, não é isso. É manter as mesmas regras, a mesma dinâmica do jogo, só que com uma linguagem na hora de explicar mais simplificada. Tanto é que agora que a gente já jogou pela primeira vez jogaria da segunda vez mais fácil (P16).

É uma ferramenta que pode ser mais simplificada. Acho que as regras deveriam ficar mais claras. Acho que a linguagem e a descrição do jogo. O problema não é a regra, é de comando mesmo. É uma linguagem muito complicada (P23).

Foi a questão da linguagem, de ser uma linguagem mais direta, objetiva. Acho que basicamente a dificuldade da compreensão está na linguagem mais direta. Porque o jogo geralmente ele é bem direto. Ele usa até os verbos na forma imperativa, que é para a gente compreender melhor. Então seria a linguagem que realmente é utilizada para fazer a sintaxe, que é a forma imperativa da língua portuguesa, tipo, faça isso, que é para você ser direta (P9).

Segundo P2, a linguagem dificultou a compreensão das regras e promoveu a impressão de que o jogo fosse complexo.

O que é complexo? De apreensão muitas vezes difícil pelo intelecto e que em geral apresentam diversos aspectos. Na verdade, no momento que li as regras senti dúvidas. Então se você clarifica facilita para o jogador. Hoje a gente conseguiria jogar. Por exemplo, a gente terminou mais rápido quando foi esclarecido, clarificado. Particularmente, na hora que li não consegui ter esse entendimento. Então tive uma dificuldade no meu intelecto para compreender essa regra. Achei que o manual poderia ser mais explicativo (P2).

A incompreensão das regras foi constatada na participação das jogadoras somente na elaboração das respostas às questões, sendo que não manifestaram opiniões a respeito das estratégias do jogo. Um ponto positivo foi que o movimento dos personagens no tabuleiro foi auxiliado pelos demais membros da equipe.

Eu fiquei só discutindo os temas (P22).

Eu só sei fazer a discussão (P17).

Além disso, após a conclusão da partida, as participantes atribuíram o não entendimento das regras como justificativa para a manipulação imprecisa dos componentes, responsável pela ampliação das peças pretas no tabuleiro. Elas avaliaram que parte das jogadas foram realizadas incorretamente.

Primeiro a gente foi meio que tateando. Quando você reconhece, até você entender a regra, a gente fica assim, a gente vai lendo, vai entendendo. Se a gente tivesse as regras bem claras, a gente não tinha se perdido tanto (risos) (P27).

Acho que a gente fez muita coisa errada. Primeiro a gente tinha que ler isso com calma (P15).

Não consegui muito entendimento do jogo na explicação, achei muita coisa para fazer ao mesmo tempo. Também acredito que jogamos errado, não houve entendimento do grupo com clareza (P11).

A minha dúvida também foi essa, será que a gente fez alguma coisa errada? Foi rápido demais, muito fácil (P30).

Quanto à manipulação dos componentes, as participantes expressaram dúvidas a respeito dos peões, das estações redes cidadãs, das cartas cine-cidades e do tabuleiro.

As participantes questionaram a escolha das cores dos peões de acordo com os personagens e as formas de movimentação entre as cidades do tabuleiro. Uma participante afirmou não encontrar informação no livro de regras sobre a permanência do peão na cidade até a próxima jogada.

Eu não entendi como escolhe a cor do peão (P11).

Pode escolher qualquer cor? E a cor do peão? (P20).

Eu fico em baixo da casinha ou vou para a próxima? (P21).

No meu caso, que ganhei a carta, mas não respondi uma pergunta, fico aqui mesmo? Espero até a próxima rodada para sair? (P29).

Outra coisa também que não tem especificado: quando você movimenta o peão e ganha um roxinho. Se tinha, não entendi. Mas, no momento que a gente movimenta, deveria estar escrito que o peão tem que permanecer em cima da fichinha aguardando a próxima jogada para se movimentar. Porque no jogo normalmente você anda com o peão, não fica em cima (P2).

A compreensão da funcionalidade das estações redes cidadãos foi um problema identificado. As participantes não entenderam qual seria o momento propício para implantação dessas redes no tabuleiro.

Confesso para você que não entendi direito o que essas pecinhas azuis significam (P21).

Para que serve esse dado azul? Qual é a função dele? A gente teve dificuldade de entender os dados. Ele é importante, a gente poderia ter salvo (P2).

Ela pode distribuir todas as casinhas? Pode colocar em qualquer horário? (P20).

Entendi a função, não entendi como usa (risos). A função seria me comunicar com a outra jogadora e passar a minha carta para você, por exemplo, para poder formar um *token*. Só que como faz isso não entendi. Então acho que isso no livro de regras não está bem explicado. Poderia pontuar especificamente sobre o dado azul, foi a última coisa que a gente entendeu, ele é importante no jogo (P16).

As participantes tiveram também dificuldade para assimilar como as cartas cine-cidades eram adquiridas e descartadas e de que forma os *tokens* poderiam ser conquistados.

Só não entendi qual carta que pega, cine-cidades? (...). Descarta das que a gente conquistou? Que horas a gente ganha esse negocinho? A hora que juntar mais uma dessa cor diferente? (P3).

Como ganha uma daquelas cartas? Eu não entendi (P18).

Não deve ser quando o comando fala: você ganhou uma carta (P27).

Será que vai sair na carta quando a gente pode pegar um *token*? (P11).

As participantes relataram dúvidas sobre as fronteiras estabelecidas entre as regiões do tabuleiro. No decorrer da partida, observaram que haviam cinco regiões para quatro personagens. Questionaram a estratégia adotada pela equipe que determinou um peão para cada região.

Cada uma vai andar na sua cor ou pode mudar? (P7).

Uma região interfere na outra? Será que se fechar uma preta aqui interfiro nessa outra região? (P14).

Também fiquei na dúvida nessa questão das duas regiões. Tem alguma coisa errada aqui. Por exemplo, são quatro duplas e são cinco regiões (P10).

Acho que não deveria ter colocado dois pretinhos em uma região, já que não tinha uma dupla para ela (P12).

A dificuldade de entendimento acerca das delimitações das regiões foi fundamentada na gradação das cores do tabuleiro.

Ele não está visualmente bom. Faltou contornar melhor cada cor, mais definida (P24).

Acho que precisa identificar melhor algumas coisas no tabuleiro. A divisão das cidades, pois às vezes, de uma para outra, não sabia se era minha ou se era sua, tinha hora que elas se mesclavam. Teve uma hora que a P24 botou e não sei se a P30 também botou. Ela passou porque era vizinho, porque tinha hora que misturava a cor dentro das cidades, nos territórios. Tem uma hora que eles se mesclam um pouco e fica visualmente um pouco confuso. Não é uma coisa complicada, é só um ponto que chamou a minha atenção. Está mal ressaltada essa divisão, fiquei na dúvida (P25).

Além disso, segundo as participantes P11, P4 e P10, o tipo de letra e o espaçamento do caderno de perguntas interferiram na leitura do texto.

Vou fazer uma crítica. Achei que essa fonte que está aqui ela não tem um espaço legal entre uma letra e outra. Fica ruim de ler. Acho que é a fonte. Não sei se estou meio cega, mas para mim falta aquele distanciamento. A fonte está decrescente, mas acho que é o distanciamento que tem entre as letras (P11).

Na diagramação tem um nome para quando você escolhe uma letra que dificulta o teu cérebro de fazer a leitura. Você lembra que sempre lia uma palavra que era errada? É por isso (P4).

O tipo de fonte, teve uma jogadora que estava lendo, sempre lia vítima e última. Então a gente teve dificuldade um pouquinho com essa fonte, esse tipo de fonte (P10).

As participantes também citaram como limitação do jogo Violetas a formulação de perguntas ambíguas, extensas para a leitura e interpretação, e que não especificavam o contexto da resposta.

Algumas questões foram interpretadas de diferentes maneiras pelas participantes, pois não houve consenso sobre as respostas. Esse aspecto influenciou a duração da partida devido à intensa discussão sobre a abordagem correta da temática.

Teve algumas perguntas que a gente ficou com dúvida. Teve uma que a gente não soube dizer se era verdadeiro ou falso (...). Tivemos dificuldade com algumas perguntas que pareciam dúbias, a gente lia e falava: mas será que

está perguntando isso? Será que ela quer saber a parte positiva? A parte negativa? Então foi uma dificuldade de talvez interpretar a pergunta (P10).

As questões dúbias a gente discutiu bastante se estavam certas (P20).

A extensão das perguntas foi apontada como barreira para a interpretação do conteúdo. O excesso de fundamentação dificultou a leitura e a compreensão de determinadas questões.

Também achei um pouquinho complexo, porque realmente a pergunta contextualiza e depois joga para uma realidade, que são os questionamentos. Algumas questões davam um entendimento generalizado e você tinha que colocar uma assertiva, aquilo virou uma dúvida comum (P3).

Poderiam ser mais pontuais as questões. O que me incomodou foram questões longas demais, por isso às vezes você fica um pouco perdido. Porque você fica pensando: estou pensando numa perspectiva do Brasil como um todo ou do que a gente conhece? Porque as redes são diferentes (...). Os comandos grandes e depois vem a pergunta. Dava um ar para uma outra interpretação. Acho que falta uma linguagem mais assertiva, comandos mais assertivos (P23).

Na fala de P23, percebe-se a dificuldade para compreender se a resposta diz respeito ao contexto do filme ou à realidade concreta. Além disso, a participante ressaltou que, diante da realidade concreta, é preciso considerar as diferenças entre as redes de atendimento no território brasileiro. Esse aspecto pode influenciar na assertividade diante das questões do jogo.

Quanto ao perfil dos jogadores, parte das participantes discorda sobre a aplicação do jogo Violetas com pessoas que não tenham envolvimento no tema da violência de gênero. P15 pondera que, se as jogadoras fossem mulheres em situação de violência, os resultados da partida seriam diferentes.

Talvez se fizesse esse jogo com vítimas, talvez surgisse algo diferente. Tanto porque nas questões, para a gente, surgiram algumas dúvidas. A gente já está um pouco mais habituada. Mas acho importante conhecer o que as vítimas pensam, o que elas querem, o que elas acham que pode melhorar por nós profissionais (P15).

Segundo as participantes P22 e P1, as vítimas não podem participar do jogo, em virtude do desconhecimento das questões de gênero e destacam que quando as mulheres procuram apoio na CMB estão em busca exatamente das informações tratadas na partida.

Não vejo uma mulher vítima de violência jogando. Acho que talvez ela não conseguisse participar, porque ela ainda não está assim dominando essas categorias (P22).

Não concordo em falar que esse jogo daria para aplicar em vítima, porque ela chega na maioria das vezes sem esse conhecimento de como ela pode ser ajudada, ela vem buscar ajuda, então a gente mostra como ela pode receber ajuda. Mas normalmente ela não sabe como fazer, ela vem até nós justamente para procurar esse conhecimento (P1).

As participantes compreenderam que é preciso dominar as questões de gênero para possibilitar o enfrentamento e a superação da violência de gênero.

4.4.3.2 Potencialidades do jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero

As participantes relataram que a estética do jogo motivou o ingresso na partida. Os desenhos e as cores despertaram a atenção e a curiosidade. O *design* foi associado à ideia de beleza que reporta ao universo feminino.

Também fiquei muito curiosa. Na hora que sentei aqui, estava esperando os outros chegarem, achei tudo lindo, o design e as cores. O nome Violetas que pode ser associado às flores, ao universo feminino, ou mesmo a cor violeta. O nome das mulheres nos estados do tabuleiro, as cartas cine-cidades, as cores. Sou artesã, então presto atenção nessas coisas (P20).

O design do jogo, porque a gente achou o jogo bem colorido, bem interessante e que nos instigou, estimulou. Ele é estimulador (P27).

O material em si, o design, as cores do jogo, instiga a vontade de conhecê-lo e jogar. É um jogo bem estruturado, as cores dele são bonitas (P9).

Acho que o fato dele ser bonito dá vontade de jogar. O fato de ser um jogo de verdade dá vontade de usar (P16).

Segundo as participantes P9 e P27, os cadernos de perguntas e respostas foram elaborados de modo que favoreceu a utilização pelos jogadores durante a partida.

O caderno de perguntas e respostas são bem elaborados, tanto em conteúdo, quanto na apresentação, pesquisa e criatividade (P9).

Livro de perguntas e respostas com fácil identificação. As respostas do caderninho de resposta estão facilmente identificadas (P27).

A participação no jogo foi considerada um desafio para as profissionais. A partida colocou em cheque os conhecimentos e as habilidades para a formulação das respostas e para o enfrentamento da violência no tabuleiro.

O jogo traz à tona discussões importantes no que se refere a formação profissional, a atualização profissional de quem trabalha nesta área, atuando seja no atendimento às vítimas, seja pensando estratégias de combate a violência. O jogo está positivamente associado ao enfrentamento da violência na medida em que provoca os participantes. Acho que o jogo também é uma provocação, pois propicia a discussão por meio dos estudos de caso. Cada carta cine-cidade, a gente pode ver como um estudo de caso que a gente faz diariamente na nossa prática (P20).

Uma outra coisa legal é o objetivo do jogo, que achei legal, pela reflexão que ele nos provoca. Ele desperta esse sentimento de cooperação e também reflexão sobre a situação de violência. Ele vai a todo tempo provocando a gente para refletir sobre aquilo, de certa maneira para uma situação de violência, das diversas formas de violência. Na medida em que você vai jogar também vai refletir. Existe o jogo como se fosse uma coisa externa e uma interna, tem dois efeitos: no tabuleiro e na gente. Ele provoca sair dessa zona de conforto, ele provoca essa reflexão sobre a cultura machista, a ação e a omissão. A reflexão foi de o que a gente pode fazer para diminuir essa questão da violência proporcionalmente ao fortalecimento dessas mulheres. Quais estratégias a gente vai utilizar para fortalecer que elas se deem conta desse processo e nós para mudar essa realidade? (P25).

O jogo permitiu a discussão sobre a formação e a atuação dos profissionais para o enfrentamento da violência. As participantes consideraram o jogo provocativo, pois as questões simulavam estudos de caso que exigiam das profissionais uma proposta de resolução para o problema. Portanto, possibilitou a reflexão sobre as questões de gênero, os tipos de violações e os enfrentamentos.

As participantes se sentiram provocadas para vencer a violência no tabuleiro. Decidiram construir as respostas de forma coletiva com o objetivo de vencer o jogo. As tomadas de decisão, principalmente nas perguntas de múltipla escolha, foram realizadas havendo consenso entre os membros da equipe.

Todo mundo pode responder junto para ajudar (P8).

Então a gente tem que decidir, entra uma questão de gênero ou não entra uma questão de gênero. Estou em dúvida, vamos decidir? Estou colocando para votação (P29).

Acho que é o que a maioria acha (P5).

A construção coletiva das respostas foi destacada como potencialidade do jogo. As participantes relataram que essa construção promoveu a interação e o

compartilhamento de experiências vivenciadas nas práticas das profissionais. A reflexão sobre as questões provocou rupturas dos estereótipos de gênero.

O jogo possibilita reflexões e práticas de enfrentamento de uma forma colaborativa. Estimula uma quebra de paradigmas e estereótipos, possibilita o indivíduo refletir sobre sua prática profissional (P3).

Nós profissionais temos que ter muito claro essa questão da violência doméstica, porque a gente está atendendo as vítimas, a gente tem que ter um posicionamento, tem que ter claro aquilo. Então é buscar o tempo todo, ler o tempo todo. É legal a gente trocar essas experiências, às vezes a gente lê é uma coisa, agora quando a gente lê e compartilha com o outro é outra coisa. (...) então é nesses momentos que a gente vai realmente apreendendo e vai concretizando. Acho que esse alicerce é fundamental, porque uma casa sem alicerce passou um vento ela cai. Nós profissionais precisamos desse alicerce muito bem fundamentado para não ter qualquer ventania e a gente cair, tem que ter essa fundamentação, essa base (P2).

A elaboração das respostas foi responsável pela apreensão e concretização do aprendizado propiciado pelo jogo. Os profissionais precisam da teoria para fundamentar a prática. Segundo as participantes, as discussões permitiram compartilhar livremente os argumentos para responder as perguntas.

Em alguns momentos, a gente lia a pergunta, relia, lia outra vez. Cada um dava sua opinião. Se uma não concordava, a gente continuava discutindo os pontos de vista, mas de uma forma bastante positiva (P5).

Eu não queria mudar a opinião de ninguém (P6).

Em determinadas questões, as discussões foram intensas, de tal modo que as participantes chegaram a esquecer que se tratava de um jogo de tabuleiro.

Posso interromper para a gente dar prosseguimento no jogo? Senão a gente vai ficar debatendo e vai demorar demais (...). O fato de realmente ser cooperativo acho que é um dos pontos mais fortes do jogo, porque possibilita que a gente discuta. Às vezes eu achava que ficava discutindo muito. Às vezes parecia que a gente esquecia um pouco do tabuleiro, mas acho que faz parte do jogo cooperativo (P16).

Cada tema teve um debate, então se você fica debatendo um pouco isso acaba esquecendo de jogar, porque você fica debatendo (...). Observei na sistemática do jogo que o debate de ideias e experiências profissionais ajuda no combate da violência (...) (P14).

A discussão sobre a violência foi interpretada como forma lúdica de aprendizado. As participantes consideraram que a partida reforçou positivamente o conhecimento, fomentou medidas de prevenção e estratégias para o enfrentamento do problema.

A violência de gênero a partir de uma situação lúdica, que é o jogo, traz uma reflexão mais branda sem deixar de ser profunda com vistas as várias estratégias para o enfrentamento da violência (...). A discussão faz com que a gente consiga bolar uma estratégia, porque nem tudo ali tem questões assertivas, tem algumas que são descritivas (P4).

É um jogo lúdico, mas ele tem um aprendizado e tem que fazer um reforço positivo. Se não tivesse um aprendizado e um reforço positivo, seria só um jogo, mas ele é muito mais do que um jogo. Você pode incorporar isso no teu agir (...). Pelo jogo, achei que a gente atualizou algumas coisas, por exemplo, fui pesquisar sobre assédio moral e sexual (P22).

É a confirmação de uma nova forma de aprender. Integração entre os saberes. Importância de combater a ampliação da violência por meio de ações estratégicas. Mais segurança sobre o conhecimento adquirido. A melhor ação é aquela pensada de forma integrada e planejada (P24).

Então essa questão do jogo é muito interessante, porque ela tira desse momento só de palestra e conteúdo, nos proporciona refletir no conteúdo do dia-a-dia (...). Vejo que há uma apreensão, você apreende mesmo sobre o tema abordado, que no caso é a questão da violência (...). Fomenta que os jogadores pensem em estratégias que vão ou podem ser aplicadas na realidade (P2).

O jogo oferece condições de estudo que buscam estratégias para levarem essa mulher a obter condições de transformar a situação de vida, dar o primeiro passo, sendo como acolher e fortalecer. O jogo oferece isso para que você fique mais capacitado, para que você consiga ter essa visão de como realmente acolher, ouvir essa mulher, não a recriminar, de como ela se sentir acolhida. Acho que o enfrentamento que o jogo traz faz pensar isso através dos filmes, que nos dá a visão de como que em vários casos a mulher não tem coragem de enfrentar certamente por isso (P11).

As participantes destacaram que as estratégias desenvolvidas na partida podem ser implementadas na realidade concreta. O acolhimento, a escuta e a não revitimização podem ser estratégias para superação da experiência traumática vivida pelas mulheres nas situações de violência. Essa reflexão foi propiciada principalmente pela descrição das cenas dos filmes.

Os filmes também foram responsáveis pela imersão das participantes no cenário do jogo. Segundo P25, as cenas remeteram a lembranças emocionais e incentivaram reflexões sobre as questões de gênero.

Eu sei que remeter ao filme é você lembrar ou sentir se já assistiu, remete você para uma lembrança emocional. Mas também tem uma coisa que na hora de você fazer a pergunta, o questionamento, achei muito longo (...). Mas será que não estimula mais a reflexão? Porque também tem que ver o objetivo do jogo em si. Achei legal a referência do filme porque faz um resumo, de repente você se transporta para aquela situação, para aquele tempo, aí você faz uma pergunta. Às vezes, para mim, ficou um pouco difícil sair do filme e ir para a pergunta, no âmbito da atualidade, tanto que gerou um pouco de dúvida. Mas depois voltava para o que a gente tem de contexto hoje para poder entender (...). Às vezes se perde um pouco quando você vai

fazer a relação entre o filme e a pergunta. Às vezes você tem que romper para pensar. Acho que essa hora distrai você (P25).

O lúdico do jogo Violetas também foi retratado nas concepções de sorte e azar reveladas. Elas foram utilizadas para justificar a aquisição de cartas boas ou ruins na partida. Em alguns momentos, se verificou a adaptação do provérbio “azar no jogo, sorte no amor”.

Azar no jogo, sorte no amor! (P25).

Melhor ganhar no amor do que no jogo (P17).

Sorte no amor e sorte no jogo! (P20).

O azar no jogo foi representado pelos momentos de tensão, nos quais as participantes sentiam a eminência da derrota. Desde o início da partida houve preocupação com a possibilidade de falhas.

Imagina se a gente erra, nossa (risos) (P18).

Se a gente for mal, não conte para ninguém (P22).

Pelo amor de Deus, pela nossa reputação tem que acertar (P27).

O medo da derrota causou ansiedade nas participantes, principalmente devido ao entendimento das regras e das respostas, que teriam sido respondidas corretamente se a equipe tivesse confiado no argumento defendido por um dos personagens.

No jogo, a gente fica ansioso (P11).

Sou ansiosa por natureza. Fiquei nervosa porque no início pensei: não vou entender esse trem, não estou entendendo nada. Acho que muito da expectativa de não conseguir compreender (P26).

Estou bagunçando, estou ansiosa. Sou ansiosa. Põe em qualquer lugar, não vai fazer diferença. Porque agora não vai mais fazer diferença, pode jogar onde você quiser (...). Vocês não quiseram acreditar em mim como assistente social (P29).

A ausência de cartas cine-cidades pelos personagens motivava o sentimento de aflição entre as participantes.

Nós não temos nenhuma cartinha? É normal não ter cartinha? Porque nós não estamos ganhando cartinha (P17).

Por que estou com três cartas? Ah, essas não contam. Ai que maldade. Então estou ferrada. Erramos tudo! (P21).

As cartas omissão simbolizaram as condições de azar no jogo, devido à necessidade de colocar imediatamente as peças pretas no tabuleiro. Os momentos que antecederam as jogadas foram marcados pela constante sensação de risco.

Não vai pegar, pelo amor de Deus, aquela carta ruim (P13).

Se não cair uma carta omissão (risos) (P16).

Mas vai que pega uma carta omissão (P20).

Mas dá medo, pode ser aquela carta. Espera, pois ainda estou indignada com o outro erro. O negócio apertou. A coisa ficou preta de novo (P1).

Diante da retirada de sucessivas cartas omissão, as participantes se intitulavam como azaradas, pois a colocação das peças pretas no tabuleiro ocorria independentemente do desejo de vitória no jogo.

Ai gente, me desculpa, estou azarada. Todas essas cartas omissão fui eu, acho que fui muito azarada, porque peguei muitas cartas omissão. Se no jogo tiveram 10 cartas, dessas peguei nove. Então acho que minha participação não foi muito boa, acho que prejudiquei minha equipe com meu azar em pegar essas cartas. A gente aceita porque é jogo, mas fica meio incomodada. Fiquei um pouco frustrada por conta desse azar. Mas enfim, é jogo, eu não estava num bom dia para jogar (P20).

Não estou com sorte nesse jogo, para mim só saiu carta negra. Porque nunca vi uma pessoa educadora ter tanto azar no jogo como eu (risos). Peguei todas as omissões. Eu não peguei uma que favorece nada (P25).

Você está levando azar no jogo P20. Tomara que seja coisa boa! (...). Teve uma hora que ela foi atender o telefone e a P21 ficou com a carta dela, e deu azar também. A P21 falou: nossa, ela está muito azarada. Ela usou essa palavra mesmo, azar. Por que realmente foi engraçado, por mais que o grupo tentasse ajudar, parece que não ia (P22).

No meu caso só vinha carta para responder, tudo ruim era para ela (risos). Tudo o que era bomba ia para P25 (risos) (P30).

O aumento das peças pretas no tabuleiro foi proporcional à tensão das participantes em relação ao jogo.

Vai gente, movimentação rápida (P9).

A gente tem que correr (P29).

Estou vendo ali, estou toda trabalhada na violência. Deixa eu jogar, calma! Ferrou gente, estou sem visão de jogo (P23).

P20, você está meio encurralada, minha filha (risos) (...). Lascou tudo! Nossa senhora, está ruim no jogo mesmo. Põe uma pretinha embaixo, aí que tristeza (...). Por favor, você ganhe! (P22).

Ao reconhecer o agravamento da violência nas cidades, as participantes expressaram insatisfação. Quando restavam menos de três peças pretas fora do tabuleiro, a derrota foi interpretada como consumada.

Só tem mais duas, depois a gente perde o jogo. A questão é que a gente não pode mais perder, nós só temos duas para perder o jogo. Não podemos errar! Estou dando só palpite errado, naquelas duas a gente errou (P18).

Fechei um negocinho da violência. Porque se eu colocar aqui fecho três, aí a gente perde. Acho que a gente vai perder, infelizmente. Só faltam três. Agora vai vir uma caveirinha, lá vem a caveirinha, puxa a caveirinha (P27).

Estou achando que a gente vai perder. Acho que a gente já perdeu para o tabuleiro (P11).

Piorou nossa vida, não fecha mais. Não tem mais nenhum lugar para fechar. Tem que começar tudo de novo (P28).

Em contrapartida, as cartas violeta cidadã e cine-cidades significaram momentos de sorte na partida, devido à colocação das peças cidadania e o acúmulo de cartas para aquisição dos *tokens*.

Sorte para quem tem! Eu só pego isso (carta cine-cidade) (P22).

Isso é sorte (carta cine-cidade). Peguei uma carta boa (P17).

Ufaaa (carta violeta-cidadã), foi sorte! (P28).

A sensação de sorte fomentava a confiança das participantes na vitória e estimulava a continuidade do jogo.

Mas sempre tem uma esperança, pare. Vão ganhar! (P19).

Calma, nós vamos ganhar essa! (P3).

Calma, a gente não perdeu (P16).

Gente, vamos melhorar esse jogo aí! Bora ganhar esse jogo (P23).

Observou-se que desde o início do jogo as participantes foram motivadas pela possibilidade de alcançar a vitória. As conquistas de cada personagem eram incentivadas e comemoradas pela equipe.

Vamos cercar a violência! Eu apoio vocês, vamos ganhar! Vocês estão indo muito bem operadores do direito (risos) (P22).

Então, vamos salvar! Essa é a nossa salvação (habilidade especial). Agora a gente vai salvar o outro lado. Vamos salvar as coleguinhas (P3).

Quero ganhar! Aqui a gente tem psicólogo e assistente social, a gente vai ganhar! (P1).

Diante das cartas cine-cidades, as participantes confiavam na elaboração correta das respostas. Similarmente, acreditavam numa força externa para adquirir as cartas que significavam sorte no jogo.

Vamos ganhar! Nós ganhamos todas na verdade. Pode dar que a gente vai ganhar essa carta. Mais uma carta boa para nós! (P18).

Eu vou querer essa cartinha porque nós não temos nenhuma ainda. Vamos pegar uma cartinha agora P17, pelo amor de Deus. Vamos acertar! (...). Ganhamos um lilásinho! Nós ganhamos! (P22).

Tu vais ganhar! Fecha a rede logo. Quero ganhar outro *token*, quero ficar aqui. Ainda bem que eu coloco onde quiser (...). Em seguida, retire uma carta: violeta, violeta, violeta, violeta cidadã! Essa aqui é boa. Mentaliza na hora que você for pegar (P24).

O acúmulo de cartas pelos personagens permitia a conquista dos *tokens*, e, consequentemente, a vitória da equipe. Verificou-se que a concentração e as ações das participantes foram direcionadas para as jogadoras que tinham maior número de cartas.

Então, se você estiver com duas, nós podemos te doar uma para você ficar com quatro. Aqui a gente ganhou porque a gente conseguiu quatro cartas. Então falta uma só gente! (P2).

Vamos concentrar, precisamos ganhar uma carta! É acertar a pergunta. Acertou a pergunta, a gente ganha uma carta; com três cartas, a gente ganha um *token* (P28).

Na última jogada da partida, se constatou que o propósito das participantes foi adquirir uma carta cine-cidade, pois garantia a possibilidade de acerto da resposta.

Mais uma carta para você ganhar. Joga para ela porque já fecha. A gente já deixou o espaço aberto para você ganhar e bloquear aqueles pretos. Vamos cercar aqui depois e aí a gente ganha o jogo (risos) (P18).

Vamos ganhar o jogo, vai ser agora, nós vamos tirar mais uma pergunta (P1).

Essa é para ganhar! Se a gente acertar a gente ganha o jogo (P27).

O azar e a sorte na aquisição das cartas ressaltaram a imprevisibilidade do jogo. As participantes valeram-se do acaso em algumas situações da partida, como, por exemplo, na mudança da ordem de obtenção das cartas.

Ah, vamos de sorte, na primeira (P23).

Pega uma cartela do meio (risos). Pega de outro lugar, mais debaixo. Melhor ganhar pela sorte (P29).

Ainda você foi pegar a carta do meio para não pegar a de cima (P8).

Além disso, foram observadas tentativas de mudança das regras estabelecidas pelo jogo. As participantes pressupunham a flexibilidade da equipe na elaboração e na correção das respostas para as questões.

Vocês podem dar uma cola? (risos) (P23).

Vê a resposta. Vamos colar, é a última; dá para colar (P4).

Vocês só deram uma resposta; estou dando outra alternativa para a gente acertar (risos) (P2).

Errando uma só e acertando a maioria, está certa? (P10).

Uma errada anula uma certa? (risos) (...). Posso pegar pela minha resposta? Esquecer a resposta de vocês e pegar pela minha? (risos) (P23).

A imprevisibilidade do jogo Violetas representou momentos de diversão e distração para as jogadoras. Conforme acontecia a expansão da violência no tabuleiro, as participantes se aproximavam da realidade concreta, interrompendo a experiência lúdica da partida.

Gente que absurdo isso, esse jogo está roubando sozinho. Ah não gente, não quero mais brincar (...). Quantas psicólogas tem aqui? Três? Depois preciso ser trabalhada para lidar com tanta frustração. Vou ter que marcar um horário. A P9 também está frustrada (risos) (P2).

Acabou a brincadeira. Vou fazer igual criança, não gosto de perder. Nós não gostamos de jogar mais, estou com fome (P8).

Não quero mais brincar (P3).

Apesar das situações de frustração geradas no decorrer da partida, após a vitória, as participantes manifestaram o desejo de jogar novamente.

Vamos para a próxima, vamos mais uma vez para ver se a gente ganhava mais uma carta. Com só mais uma cartinha nós ganhávamos (P18).

Agora a gente pode jogar de novo? (risos) (P8).

Pode jogar de novo? (risos) (P5).

Vontade de jogar novamente, ter mais contato com o jogo (P4).

As participantes relacionaram o interesse no jogo com a afinidade pela temática da violência de gênero.

Eram temas que a gente dominava. Não eram temas que nunca ouvimos falar. Os temas eram conhecidos (P22).

A identificação que a gente tem com o tema, isso é legal. É um tema que nos interessa muito. Então isso acaba sendo fácil para a gente tratar do assunto. O assunto de interesse facilita. Se você chegasse aqui para tratar de uma outra questão, talvez não nos fosse tão interessante (...). Iria dizer como limite, mas não é um limite, seria uma dificuldade, porque às vezes a gente mesmo fica em dúvida com o nosso próprio conhecimento sobre alguma questão. A gente entende, o tema é tão difícil de ser tratado que às vezes a gente fica na dúvida sobre os próprios conceitos. A conceituação às vezes ela é passível de interpretação, sendo que não deveria. A gente devia ter um critério que ficasse claro para todo mundo (P17).

Segundo a fala de P17, o jogo Violetas desencadeou dúvidas sobre os próprios conhecimentos dos profissionais. As participantes consideraram que os conteúdos abordados nas questões da partida determinam a utilização da tecnologia primordialmente por pessoas envolvidas no atendimento das mulheres em situação de violência.

Tive a percepção que é um jogo voltado para quem já atua pelo menos há algum tempo nessa área, senão não tem o conhecimento suficiente, inclusive para acertar as questões. Mesmo assim, teve situações em que a coisa ficou preta (...). A gente comentou que esse jogo tem que ser jogado só por quem trabalha realmente, quem conhece essa realidade da violência, se não a gente não iria terminar nunca (P1).

Acho que o jogo da maneira como ele está é para profissionais que vão atuar com isso (P22).

Ele parece propício para quem já conhece o tema, mas talvez tenha isso o objetivo do jogo (P28).

Para P20, o jogo pode contar com a presença de jogadores do sexo masculino e do sexo feminino, apesar de o tema central ser a violência contra a mulher. Destaca-se que, nos três cenários da pesquisa, houve a presença de um homem na coleta de dados.

Por mais que possa ser jogado por homens e tenha participantes homens, acho que o jogo trata da violência doméstica e violência contra a mulher (P20).

A centralidade do jogo no tema da violência contra a mulher também foi identificada pelas participantes P17 e P7. Elas afirmaram que não houve dúvida sobre a expressiva vitimização do sexo feminino durante a partida.

O jogo, realmente, ele é estruturado todo para a questão da violência contra a mulher. Não se vê nada que seja diferente disso. Desde as cores, os desenhos, as perguntas, elas estão todas direcionadas a quando o cara fez uma violência. Nenhum momento você ficou numa dúvida se aquela agressão tem ali um outro conteúdo subliminar. É um jogo sobre questões de violência contra as mulheres, não contempla outra possibilidade como a violência ter partido de uma mulher, mesmo que de uma forma velada (P17).

As perguntas são referentes a violência contra a mulher. As cidades são do gênero feminino. Os temas dos filmes são referentes a violência contra a mulher. O nome do jogo é feminino (P7).

As participantes consideraram que o jogo tem densidade no conteúdo teórico no que refere à percepção das questões de gênero, ao conhecimento das legislações brasileiras em vigência e à reflexão sobre o enfrentamento da violência de gênero.

O conteúdo é bom e adequado; o conteúdo é excelente. O jogo como um todo é bem completo, mas ele é complexo, porque ele também é direcionado para profissionais. Ele leva a uma reflexão, é isso que é o mais importante. Proporciona ampliação do conhecimento teórico e a aplicação, e o conhecimento sobre os papéis da rede (P5).

Acho que o jogo está muito bem alinhado com o que a gente já sabe (...). Agrega muito conhecimento. Porque a gente tem muito conhecimento teórico, mas o exemplo ali prático faz a gente pensar ainda mais (...). Esse aprendizado é muito interessante, porque, além de perceber a história, além de ficar sensibilizado com aqueles personagens, a gente ainda consegue trazer um aprendizado teórico da lei e da rede (P28).

O jogo era uma tentativa de minimizar a violência de gênero, desconstruindo mitos, os jargões machistas e os estereótipos culturalmente impostos.

Através do lúdico, a gente foi vendo essa desconstrução, inclusive da própria categoria de gênero. O jogo Violetas trabalhou gênero, é um aprendizado, é uma mudança de conceitos também. Se você domina a categoria, você pode ter mais subsídios para orientar, encaminhar para a rede as mulheres vitimadas para que busquem alternativas para superar o vivido e se empoderar (P22).

Para as participantes, o jogo estimulou a desconstrução dos estereótipos atribuídos ao masculino e ao feminino, e ampliou o conhecimento acerca da violência de gênero. Essa ampliação do conhecimento foi compreendida como contributiva para o desenvolvimento da prática profissional.

O jogo Violetas permitiu a reflexão acerca das questões de gênero comuns ao cotidiano das participantes, as quais repensaram as estratégias de atendimento e a conformação da rede de serviços especializados, além de reconhecerem o desenvolvimento de uma prática pontual e emergencial, determinada por rotinas e demandas da instituição.

A possibilidade de leque que abre, são nuances que você às vezes não está acostumado a pensar, a ter esse olhar mais estendido de rede, de estratégia. Às vezes, você tendência para uma prática muito pontual e emergencial sobre o atendimento que vou fazer com essa mulher. Às vezes, a gente está esquecendo; às vezes é por falta de tempo para conversar, desse olhar de todos dizerem está isso dentro de um contexto estratégico que poderia ser diferente; a gente vai criar rede ou vai criar mais violência. Às vezes é alguma coisa que tem a possibilidade de começar a criar mais violência e a gente não percebe (P30).

Quando você trabalha rotineiramente, às vezes você não para; você simplesmente vai e faz sua rotina, desenvolve sua atividade normalmente. Mas quando você para, conversa sobre o tema, ouve o discurso de outras pessoas, textos são trazidos através daquelas perguntas e respostas. Essa discussão é muito rica. Através disso, você acaba refletindo coisas que você não pensa, porque você não ouviu o que o outro tem a dizer. É um jogo interativo; todo jogo interativo propicia reflexão (P17).

Foi muito reflexivo, trouxe pelo menos para mim, acho que para todas nós, um momento de reflexão bem importante bem dentro do nosso dia-a-dia, da nossa prática. Quantas vezes a gente sente um monte de dúvidas, de dificuldades em alguns encaminhamentos, aí a gente: preciso de ajuda dos universitários (...) (P19).

As participantes evidenciaram a importância do jogo para a reflexão e a discussão da temática no contexto do trabalho e o compreenderam como um momento importante para estimular o diálogo sobre a violência de gênero a partir das narrativas, das questões e dos discursos das demais jogadoras.

4.4.3.3 Reflexões estimuladas pelo jogo Violetas sobre a prática profissional

As participantes relataram que o jogo Violetas despertou reflexões sobre as interfaces visíveis e invisíveis da violência de gênero. No que se refere à invisibilidade do fenômeno, na fala de P25, evidenciou-se a dificuldade das profissionais para o reconhecimento e a compreensão das expressões dos padrões sexistas na prática profissional.

Às vezes, a gente não tem consciência do que é isso; às vezes a gente passa batido se não parar. No momento que você está jogando, você: nossa, eu não tinha prestado atenção nisso (...). Você provoca o que está consciente e inconsciente, você vai juntando algumas coisas, vai trazendo para sua realidade que você trabalha no dia-a-dia. Você consegue se aproximar mais das pessoas, porque mesmo que você tenha uma experiência e vivência, não dá para você ter toda a dimensão. (...) às vezes você está nessa omissão consciente, não vê o que está por trás daquilo (...). Acho que a violência está consciente e inconsciente no jogo. A gente precisa ter coragem de dizer: eu também estava fazendo parte disso, não estava consciente, então preciso mudar meu lado, minha visão e atitude. Começar a rever alguns conceitos, porque, às vezes, a gente acha que está tudo certo, mas não é bem assim. Começa no berço a cor rosa e azul, é difícil pegar lá quando a gente nasceu e desmontar, fazer de conta que a gente superou perfeitamente essa visão. Lá dentro da gente mora aquela coisa chamada raiz da gente, que a gente foi educada, preparada. Então é um processo para a gente pode mudar isso (P25).

Enquanto profissional, o jogo te mostra certamente as suas responsabilidades nesse processo. É um olhar das diversas perspectivas que envolvem o contexto de gênero, é o ser homem e ser mulher, é a violência, é a questão dos papéis que cabe a cada um, como cidadão. Que garantias de direitos estão envolvidas nessa condição de ser mulher, dentro desse contexto machista. É um olhar multifacetado. O jogo nos faz perceber sobre a violência de gênero um olhar responsável, comprometido, transversal, coletivo, social e cultura, porque só vou entender o que é violência de gênero se tiver esse mapeamento (P30).

A dificuldade para compreender e reconhecer as questões de gênero pode levar a omissões nos atendimentos. Percebe-se que as profissionais, da mesma forma que as vítimas e os agressores, também estão imersas na construção social do senso comum sobre o que é ser homem ou mulher na sociedade.

O jogo Violetas pode ser um elemento para desconstrução dos estereótipos e ampliar a percepção e a crítica das profissionais sobre a violência de gênero. No relato de P30, denota-se a necessidade de um olhar responsável, comprometido e transversal sobre o fenômeno, inserido em um contexto social e cultural. Para P23, o jogo se revelou como instrumento para o processo educativo em relação à temática.

O jogo é um importante instrumento de trabalho para homens e mulheres num processo educativo sobre questões de gênero, entendendo como uma questão relacional, pois não é só a questão da mulher (P23).

A partida possibilitou a discussão da prática profissional nos serviços de assistência social e de saúde. As participantes consideraram a responsabilidade da assistente social no acompanhamento e no encaminhamento dos casos de violência na rede de atendimento, garantindo o acesso aos demais serviços especializados.

A assistente social vai registrar e encaminhar para o acompanhamento. Na assistente social, ela vai registrar; tem uma ficha que não estou lembrando agora. Depois, eles vão acompanhar se ela foi atendida ou não, se ela está sendo tratada, se ela continua o tratamento. A assistente social é quem faz isso, ela sabe o que fazer no caso (P7).

Porque você amplia o atendimento (P28).

Você garante o acesso aos outros (P27).

No caso aqui da Casa, elas são atendidas por duplas; tem a assistente social e tem a psicóloga. Acho que se o posto de saúde encaminha uma mulher em tratamento; ela já passou pelo posto de saúde, ela encaminha para o nosso setor psicossocial; ela vai ser atendida pela assistente social, que juntamente com ela vai ter que encontrar soluções para o problema dela. Vai ter que fazer os encaminhamentos cabíveis para essa mulher (P9).

Parte das participantes discordou da exclusividade da responsabilidade da assistente social no encaminhamento das mulheres vitimadas. Elas concordaram com a participação dessa profissional nos atendimentos com o objetivo de articular os serviços especializados para ampliar a assistência.

A assistente social é um ser supremo que tem que saber de tudo? Estou achando que é muita arrogância um negócio desses. A assistente social está muito metida a besta. A assistente social saber tudo? Que conversa é essa? (P29).

Quem está atendendo, pelo que dá para entender, é mais completo o atendimento. Não é só assim: vou fazer minha parte e encaminhar para a assistente social resolver. Mas aí a responsabilidade fica toda para a assistente social (P5).

Até me sinto lisonjeada, sempre me senti e vou me sentir. Mas assim, na verdade, a frase é assim: a gente faz tal coisa e manda para a assistente social que ela sabe o que fazer. De repente é a colocação. Seria interessante realizar um tratamento clínico, encaminhar a Camille para o setor do serviço social, onde posteriormente será encaminhada para os demais serviços (...), aí realmente entra para o serviço social fazer os encaminhamentos (P2).

A gente tenta passar isso para as mulheres, numa entrevista assim breve, mas quando ela volta, quando ela retorna, quando ela liga, quando ela vem aqui. A gente vai lá; procura a gente para ver o que está acontecendo, não

para especular, mas para ajudar e para poder acessar os equipamentos. Porque o serviço social faz muito isso. Faz articulação com a rede, liga para o CREAS, liga para a saúde, liga até para o necrotério (...) em alguns casos já tive que ligar (P22).

Verificou-se também a dificuldade de as participantes comentarem a prática dos profissionais de saúde, ressaltando a ausência de vínculo com os serviços de saúde. As respostas foram elaboradas a partir da concepção do que seria um atendimento ideal.

Não sei se é uma dificuldade, mas essa questão das perguntas para os profissionais da saúde ficou um pouco difícil para a gente, pois tem coisas que a gente realmente não sabe. Acho que tem que ter certeza das respostas, uma vez que a gente não trabalha com o atendimento à saúde (P4).

As perguntas sobre saúde, a gente achou mais difícil de responder porque algumas são bem direcionadas e, como ninguém aqui tem experiência com a questão da saúde, a gente sentiu essa dificuldade (P10).

A parte que achei difícil foram as questões voltadas somente para a saúde. Eu mesma nunca trabalhei na saúde, não sei se as minhas colegas. Acho que a maioria é da assistência social. Senti dificuldade, por exemplo, para saber o que o profissional assistente social dentro de uma unidade de saúde faria. A gente tentou buscar um pouco da nossa realidade e imaginar como seria e colocar a resposta (P3).

As participantes interpretaram a necessidade do atendimento por parte dos profissionais de saúde de duas maneiras: a primeira associada aos agravos físicos da violência e a segunda relacionada às consequências físicas e psicológicas para a saúde da mulher vitimada.

Chegou na unidade de saúde, a mulher está quebrada, vai engessar. Vai mandar para onde? Para a delegacia. Deu ponto, engessou, eles vão fazer mais o que? (P1).

Mas às vezes a saúde não tem atendimento psicológico? Estou em dúvida, porque não é só cuidar da agressão física. Dentro da própria saúde você tem outras ações. Entendi assim, por exemplo, quando fala encaminhá-la por outras questões que fogem da sua competência, entendi que é como se a única competência da saúde seria essa. A gente encaminha para o serviço de saúde tratar as lesões; a partir dali, é decisão da mulher fazer um registro e se fortalecer. (...) é a saúde global, não é só a saúde física. A saúde tem atendimento que não é só físico. Além do trabalho de saúde física, existem outros serviços dentro da saúde (P28).

P10 chamou a atenção para a medicalização da violência por parte dos profissionais de saúde, uma vez que esses serviços de saúde consideram as

consequências da violência como agravos, processos patológicos passíveis de tratamento medicamentoso. Esse aspecto também se evidenciou no atendimento prestado às vítimas de violência sexual.

O profissional da saúde vai atender, fazer o que precisa e fazer o encaminhamento (...). Na verdade, a gente tem uma prática que não é adequada, que é a medicalização. Que muitos profissionais nem perguntam porque a mulher está com essa consequência. Está com insônia; já vai lá e faz a medicalização. Mas acho que o certo é a gente trabalhar a prevenção. O ideal seria a prevenção, mas o que é praticado é a medicalização (...). Hoje em dia, os agravos à saúde pela violência são costumeiramente tratados como patologia (P10).

Acredito que seja ela tomar toda a medicação para a questão das doenças sexualmente transmissíveis e os exames. Encaminhar ela para fazer o boletim de ocorrência (P3).

A vítima tem que tomar o contraceptivo de emergência, de combater as doenças venéreas. Também a notificação, porque isso tem que ser nas primeiras 72 horas. A saúde tem a obrigação de fazer a notificação. A prioridade é a contracepção e a profilaxia de DST (P21).

Em relação ao atendimento dos profissionais de saúde, foi apontada a obrigatoriedade do preenchimento da ficha de notificação da violência, principalmente para o planejamento de ações que visam à prevenção da violência de gênero.

Nas UPAs, tem assistentes sociais. No entanto, aquele protocolo de violência, aquela ficha imensa que tem, o enfermeiro também está apto a preencher. Aquela notificação é para violência. Então a notificação de violência vem para o assistente social. O enfermeiro está apto. No entanto, dentro da unidade de pronto atendimento, o enfermeiro encaminha para a assistente social. Mas não que outros profissionais da saúde não tenham capacidade para responder e notificar (P2).

Aqui em Curitiba é assim. Pode ser que em Brasília ou Campo Grande não seja. Mas, em Curitiba, a notificação da saúde é obrigatória (P22).

Acho que ser mais ágil a notificação dos casos que envolvem as mulheres em situação de violência no sistema de saúde. Acho que isso seria uma ação. Poderiam se fazer mais ações de prevenção a partir desses dados da notificação (P24).

No relato de P9, observou-se uma crítica ao atendimento dos profissionais de saúde para as mulheres em situação de violência. Ela destaca ausência de sensibilidade no relacionamento com as usuárias.

Quando aparece, por exemplo, uma mulher lá no posto, pois ela não vem direto para a Casa, ela chega primeiro lá, ela é levada primeiro para lá. É observado isso na ficha dela? É colocado? É questionado junto com ela se está sendo vítima de violência? (...). A gente percebe pelos relatos das

próprias mulheres que elas não são bem tratadas nos postos de saúde, é só mais um paciente. Ela está vivendo um momento delicado de violência. Elas não são tratadas com aquela sensibilidade que os profissionais da saúde deveriam ter. Eles tratam só como mais uma paciente: vem, já consulta e passa para frente (P9).

Sob essa perspectiva, as participantes P24 e P30 reconheceram a necessidade de capacitar os profissionais de saúde para o atendimento às mulheres em situação de violência.

Dentro das unidades de saúde, ter profissionais realmente preparados. Acho que isso é importante. Acho que uma coisa importante também é a capacitação, que é tão pouco fornecida para esse profissional que trabalha com a violência (P24).

Ter uma equipe especializada para esse tipo de atendimento. Profissionais que tenham conhecimento (P30).

Além disso, as participantes apontaram a necessidade da criação de espaços propícios para o atendimento às mulheres vitimadas e salientaram a importância de salas individualizadas para assegurar o sigilo das informações e o acolhimento. Propuseram ainda que a assistência priorize as usuárias em situação de violência que buscam ajuda nos serviços de saúde.

Espaço adequado ao qual ela possa ser ouvida com maior sigilo, aonde não fica aquele entra e sai de pessoa na qual não vai poder nem conversar direito com a mulher, então um espaço onde possa expressar o problema que está acontecendo com ela de uma forma tranquila (P9).

Você tem que ter minimamente um espaço restrito para ter uma conversa particular, ter uma sala que possa atendê-la sozinha, para ficar mais aconchegante. Acho também na organização dos serviços, a questão de a mulher ter prioridade, da mulher vítima de violência ter prioridade no atendimento, pois ela exige uma atenção especial. Na verdade, acho que ela pode ter um atendimento direcionado. A organização do serviço, acho que é essa possibilidade de ser atendida num local específico, direcionada para um profissional que tem essa visão, esse conhecimento dos dados de violência contra a mulher (P10).

Para que ela chegue e não precise ficar no meio de todo mundo. E se ela estiver, vai estar junto com mulheres que passam pela mesma situação. Acho que deveria ser criado um espaço para isso. Deveria ter um espaço diferente. Por exemplo, chegou a vítima de violência, ela tem um setor que já vai, porque vai ter a prioridade de emergência e urgência. É preciso o espaço diferenciado, direcionado para ela e restrito. E o acolhimento, a forma do acolhimento (P11).

As participantes relataram a experiência de três serviços especializados às mulheres em situação de violência e que têm espaço reservado para o atendimento das usuárias: o Instituto de Medicina e Odontologia Legal (IMOL) de Campo Grande, o Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB) e as próprias unidades da CMB.

Por exemplo, no IMOL, tem uma sala específica para mulheres em situação de violência (P16).

Em termos de espaço físico seria, por exemplo, o que acontece no HMIB, que já tem um serviço, um espaço destinado a violência (P30).

Nós estamos todas aqui para o atendimento. Você chegou, vai falar para a recepcionista que é vítima de violência. Automaticamente você já vai ser encaminhada para uma sala separada. Os outros tem que entender (P4).

O jogo Violetas permitiu refletir acerca do próprio atendimento prestado pelas CMB, com as experiências profissionais sendo transportadas para o contexto da partida. Destacou-se que, ao se lidar com a temática, a insegurança e o sofrimento se encontram subjacentes.

Uma coisa que achei muito interessante no jogo, porque ainda que é um jogo, algumas questões você acaba levando a vivência para dentro desse jogo. Por exemplo, tenho uma questão que desde que vim trabalhar aqui na Casa, me sinto sempre insegura no atendimento com as mulheres. Na hora do jogo pensei: nossa, elas vão responder mais. Me sinto muito insegura. Foi legal por perceber que nessa troca, todos nós tínhamos conhecimentos daquele assunto, então às vezes até tinha que pensar um pouco quanto essa minha insegurança profissional é uma coisa da minha cabeça (P24).

Achei que essas pecinhas pretas são coisas assim: você colocou uma roxinha e temos que cercar a preta, é como se fosse a nossa dor, que a gente tem que guardar no bolso para ir cuidar da dor das outras. Porque todo profissional da rede tem seus problemas e a gente não pode externá-los porque a gente tem que ajudar (P21).

A temática influenciou a postura das profissionais no atendimento às mulheres. Na fala de P15, observou-se que a rotina do trabalho investigativo levou à incorporação de um comportamento rígido no manejo dos casos. A possível falta de sensibilidade foi percebida como algo comum para as profissionais que atuam no setor policial.

Como é que você vai atender uma briga tratando como amorzinho? Não posso ficar emocionada, chorar. Todas são bem recebidas, é que a gente tem um procedimento para uma ocorrência. O que é importante ali para aquele atendimento a gente coloca (...). Cheguei e fui trabalhar na DEAM. Ali, fui formada para ficar séria, não chorava, ficava irritada. Não conseguia ter esse tipo de sensibilidade (...). Já aconteceu de falar: bom dia senhora, seu

documento, por favor. Para mim é uma forma respeitosa de falar. A mulher: meu Deus, porque você está me tratando assim. Assusta a vítima isso de não ter essa sensibilidade (P15).

Particularmente, tenho uma visão de policial que é uma pessoa com essa perspectiva: tem que tratar, enfrentar a violência, tem que ser forte. Já percebi algumas falhas que existem por parte da polícia, da DEAM. Eles não têm uma certa sensibilidade para atender as vítimas (P1).

A maior parte das participantes interpretou que, independentemente da especialidade do setor de atendimento, as profissionais precisam realizar o acolhimento e a escuta qualificada das usuárias. Acolher, para elas, não significa envolver-se emocionalmente nas situações das mulheres, mas propiciar abertura de diálogo para que o problema seja expressado livremente.

Nós também não podemos chorar e ficar emocionadas, mas isso é o tipo de escuta. É esse tipo de escuta e não de vocês ficarem sensíveis. Tem essa escuta porque ela não é agressora: ela é a vítima. Então dar uma abertura um pouquinho maior, não no sentido de psicólogo, mas assim de ouvir, saber se está tudo bem, mesmo se já passou pelo psicossocial, de dar um pouco mais de atenção, lembrando que ela é a vítima (P11).

Acho que a vítima chega tão fragilizada que qualquer coisa que você fala, igual quando você está sensível e vem uma pessoa que te ofende, faz qualquer coisa, você desmonta. Acho que essa que é a situação que a vítima chega, que faz ela perceber de forma tão sensível assim o tratamento. Porque, dependendo da situação, o que ela queria era colo mesmo (P10).

Acredito que o intuito principal das mulheres virem buscar a Casa, como elas não tem um aporte financeiro para se sustentar, elas vêm buscar a Casa na situação de ter um amparo que acolha, porque senão ela simplesmente faria a queixa da delegacia e daria entrada na justiça (P18).

Os discursos das participantes ressaltaram a condição de vítima das usuárias, por conta da fragilidade e da vulnerabilidade em que se encontram no momento em que buscam apoio na rede. No relato de P18, destacou-se que as mulheres que procuram a CMB anseiam pelo acolhimento. Caso contrário, procurariam outros serviços.

É fundamental que os profissionais tenham disposição para acolher e ouvir as necessidades das usuárias, sem julgamento das decisões tomadas que resultaram na permanência em relacionamentos abusivos.

Acho que isso faz parte inclusive desse espaço de trabalho. Não posso estar atendendo uma mulher sem me dispor a estar de fato com ela naquele momento. Então isso foi a questão mesmo que me marcou, até porque tenho pensado muito nessa palavra (sororidade) ultimamente, prestado mais atenção (P24).

Essa questão das mulheres que chegam aqui, a gente entender, se colocar no lugar delas, no sentido de não tomar decisões, mas de entender a realidade de cada uma. Acho que essas questões de estratégia de sobrevivência que a gente também tem que entender porque fez isso, porque fez aquilo, cada uma de alguma forma vai tendo suas estratégias nesse sentido (P25).

A participante P17 destacou dois modos de atendimento realizados pelos setores da CMB: o primeiro, ligado ao processo criminal e o segundo, ao acolhimento das usuárias, sugerindo que cada profissional interpreta e tenta resolver o problema à sua maneira.

Acho que tem dois aspectos na Casa: esse aspecto, que é bem legal, e tem o aspecto que você faz o acolhimento (...). Tem a perspectiva pessoal que você coloca em cima de uma situação. Para o P18, falei: você é mais objetivo, entende de outra forma; ele é policial, a cultura que ele tem, a forma como ele vive, vai colocar para ele aquele problema talvez numa perspectiva um pouco diferente da minha, que sou psicóloga, como é um pouco diferente da P22, que é assistente social. Ela se engaja na questão social até a cabeça, vai lá no fundo da história. Para mim, às vezes não vou tanto assim. Às vezes quero saber mais da parte psicológica. Então por isso a equipe profissional é tão importante nessas questões da violência, porque as óticas são diferentes, mesmo a gente lendo a mesma coisa (P17).

Isso é um pouco da interpretação que cada um faz, também. Depende da formação que cada um, da experiência de cada um (P20).

A reconhecida diversidade no enfrentamento do fenômeno reforçou a importância do trabalho em equipe. As discussões trouxeram à tona as relações estabelecidas pelas profissionais dos setores da CMB. Apesar de atuarem na mesma instituição, notou-se que o diálogo e a interação entre profissionais de diferentes áreas são limitados.

Apesar de a gente trabalhar no mesmo ambiente, tem muito pouco contato, porque fica cada uma com seu setor. Então não tem essa interação. Isso me chamou a atenção (P15).

Apesar de a gente trabalhar no mesmo local, no mesmo prédio, a gente não tem contato com elas, a gente não conhece elas, não conhece o trabalho delas. Uma ou outra foi um dia lá na sala me perguntar a respeito de um negócio e a gente conversou. Outra vez tive uma dúvida, fui lá e perguntei de um caso que elas atenderam. Acho que foi muito legal essa questão, porque a gente começou a jogar e elas começaram a falar. Assim a gente vai conhecendo um pouco do trabalho delas que não conhece (P8).

O jogo Violetas favoreceu a aproximação e o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas profissionais da CMB. A elaboração das estratégias coletivas para

o enfrentamento da violência no tabuleiro motivou a interação e a troca de experiências, além de permitir a compreensão do trabalho multiprofissional no jogo, na rede e na política pública de enfrentamento da violência de gênero.

Fiquei empolgada por tudo isso que todo mundo já falou, por a gente estar participando da construção de algo junto, não só no momento do jogo, mas isso aqui também é uma construção. É como se fosse, assim, a construção do jogo, a construção do tabuleiro, a construção da rede, a construção da política (P16).

É um processo de construção de um trabalho e de uma metodologia. Construção de sororidade, de estratégia, de redes. Então o tempo todo me veio construir, só que, para construir, a gente precisa primeiro desconstruir o que está posto, o que é ruim, o que está errado, que está perverso, injusto, desigual. Então primeiro tem que ir desconstruindo para construir toda essa nova visão que nos traga essa ideia que a gente tem que melhorar na questão da igualdade, respeitando as diferenças (P30).

As participantes relataram que o jogo possibilitou a sensação de participar da construção do combate à violência de gênero. Afinal, o trabalho multiprofissional requer a atuação de todos os profissionais, pois cada membro dispõe de ferramentas e habilidades específicas que colaboram na resolução do problema.

A violência contra a mulher perpassa pela colaboração, estratégia, praticidade e espírito de equipe, que foram os poderes aqui que a nossa equipe utilizou. Acho que o enfrentamento é isso: entender quais são nossos poderes, as nossas ferramentas para atuar (P27).

Pensei na questão da estratégia junto com a questão da equipe, porque acho que um está extremamente ligado ao outro. A equipe em si, se não estiver unida, se não estiver trabalhando junto, o jogo não vai funcionar. Então tem a importância do trabalho em equipe, o fortalecimento do trabalho em equipe, o tanto que é importante você saber lidar com o outro, entender que o outro tem um papel importante naquele jogo. Era um jogo, mas que no dia-a-dia, se você levar para o seu ambiente de trabalho, sabe que isso fortalece o trabalho (P29).

Você vê que o objetivo do jogo é a rede dos profissionais. O trabalho intersetorial e em rede vai além das estratégias individuais: é importante a competência de cada profissional (P20).

Na perspectiva das participantes, enfrentar a violência de gênero depende das ações dos profissionais especializados por meio do trabalho multiprofissional e intersetorial. O jogo Violetas demonstrou que as estratégias foram eficazes quando construídas e implementadas pela equipe.

As participantes afirmaram que o trabalho em equipe no jogo facilitou a resolução dos problemas que surgiram a cada jogada. As perspectivas de cada personagem

contribuíram para a compreensão do fenômeno e a ampliação de alternativas para a superação.

O jogo traz a forma multidisciplinar na solvência dos problemas. A facilidade do jogo, acredito que é porque são várias áreas, várias pessoas para solução do mesmo problema. Vários participantes para resolver o mesmo problema (...). Quando o desafio vem direto para você, se você tem como alternativa chamar os universitários, se você tem mais gente para te ajudar, as soluções dos problemas sempre são mais fáceis (P18).

Para enfrentar a violência de gênero, é preciso contar com a colaboração de diversos atores. Essa coparticipação é estimulada e instigada no jogo de modo a unir os atores, todos contra a violência de gênero. A esperança de juntos descobrirmos os erros, minimizá-los até contemplarmos a era da não violência (P1).

O jogo estimula a atuação articulada dos profissionais, todos unidos pela causa do enfrentamento da violência de gênero. Demonstra que essa atuação conjunta é necessária e é mais eficaz, porque a gente precisa uns dos outros. No enfrentamento, a gente não trabalha sozinho, a gente precisa sempre de outra instituição que está interligada. Reforça a importância de todos os personagens: de saúde, do movimento social, do operador do direito e do educador. A gente percebe que todos são importantes quando a gente fala do enfrentamento, é a atuação em rede (P10).

A atuação conjunta das jogadoras para combater a violência no tabuleiro foi eficaz, uma vez que as ações tiveram como consequência a vitória. Percebeu-se que as participantes reconheceram a relevância do seu trabalho na instituição como parte da totalidade do atendimento oferecido às mulheres vitimadas.

Também tem o valor dos personagens responsáveis pelas políticas, quando cada um dentro da sua especificidade tem importância do todo (...). A gente percebe que o sucesso para que aconteça, para que as fichinhas pretas não se disseminem no espaço, fica muito claro que depende da cooperação de todos. Que é também a realidade que a gente vive. Ainda que nem sempre a gente esteja em contato constante, um setor com o outro, bem na verdade, se um não encaminha para o outro, se a gente não tem essa mesma linguagem entre todos, de fato a violência pode se alastrar (P16).

Não é só no jogo, no trabalho também. Porque se não estiver junto, por exemplo, com a política, a patrulha da Maria da Penha, o nosso trabalho é muito inicial. A gente tem que estar muito com a intersetorialidade acontecendo para que a coisa flua e a gente consiga conter um pouco dessa violência. Acabar, tenho a noção que não vai; mas que a gente diminua, que algumas mulheres consigam se emancipar, acho que já é uma luz no fim do túnel (P22).

O jogo demonstra que, uma vez instalada, a violência de gênero deve ser combatida. Para enfrentá-la, é preciso entrosamento entre os vários profissionais, como da saúde, da segurança e do judiciário: a rede de amparo e enfrentamento (P9).

O combate à violência de gênero depende do trabalho intersetorial, que envolve desde o acolhimento até a formulação de políticas públicas. As participantes salientaram que os setores saúde, segurança e judiciário são responsáveis pelo enfrentamento do problema e amparo às vítimas.

Elas também consideraram que para o enfrentamento da violência de gênero é preciso conhecer a dinamicidade do contexto social e identificaram que as ações dos profissionais dependem do mapeamento e da disposição dos serviços especializados que configuram a rede de atendimento.

Acho que depende da rede também. Porque a gente pensa muito local, o jogo é mais nacional. Eu não sei nem pensar em município, não é minha realidade. Eu nunca atuei em município (P23).

Tenho um olhar muito para aqui e agora, para esse espaço que a gente ocupa. E quando a gente sai disso para outras cidades? Essa discussão já tinha vindo em outras coisas que a gente tinha conversado também, sobre outros tipos de atendimento, não só em Brasília, que é um pouco diferente disso. Às vezes, a gente esquece que Brasília é algo diferente do resto do país. Quando você vai além disso você fica: o que eu tenho? Aqui eu sei, mas lá? Isso para mim pelo menos me deixou em choque (P30).

A CMB foi considerada uma importante ferramenta para fazer frente à violência de gênero nas capitais. No entanto, há restrição da rede de atendimento nas cidades do interior, devido ao número reduzido de serviços especializados.

Como já trabalhei em município, sei que a rede de muitos municípios é restrita mesmo. Eu entendo que, para a garantia do atendimento, seriam mais esses que a gente citou (CEAM, CREAS e Delegacia da Mulher). Porque você pode não ter no município essa amplitude, essa rede toda (P24).

Esse universo de ser Distrito Federal, de ser outra cidade, às vezes é um pouco difícil para a gente. Eu vim de uma realidade, há mais de 10 anos, que era muito difícil; era de um município. Há 10 anos estou aqui e é diferente. A gente pensa: será que tem isso lá? Porque a gente, no DF, é uma coisa muito nossa (P25).

Só em Campo Grande que a Casa funciona 24 horas e todos os dias da semana. Tem muitos lugares que a mulher não tem onde recorrer simplesmente, não tem para onde ser encaminhada (...). Falando do filme "Dormindo com o inimigo", fiquei pensando como muitas mulheres não tem para onde recorrer. Aqui a gente tem a CMB (...). Fico imaginando os lugares que não tem nenhum recurso, que é a maioria dos lugares no Brasil (P10).

A partida também suscitou a percepção das fragilidades da rede de atendimento na realidade concreta das participantes. Elas relataram falta de participação e de

responsabilização dos profissionais pelo planejamento das ações e para a tomada de decisões. Esse aspecto foi associado ao desconhecimento da dimensão do problema.

São poucas as pessoas que estão atuando de verdade na rede, a maioria realmente se acomoda um pouco ou se isola no seu contexto. É uma instituição ou ONG trabalhando só e que não consegue se enxergar como rede. Vem de vez em quando e participa, está no grupo, mas não consegue atuar em rede, porque não sabe como funciona ou porque já sofreu algum tipo de decepção. Porque, às vezes, falta a questão da comunicação mais expressiva, mais materializada. A pessoa está na rede, mas não está. As poucas pessoas não dão conta do muito que é a coisa. O que falta é fortalecer todo mundo, porque a rede coloca todo mundo numa situação de empoderamento, mas você tem que participar, tem que levar isso, tem que ensinar a ser rede, a gente tem que ensinar um para o outro. Esse processo é na prática (P25).

É interessante que no jogo você tem todos os parceiros presentes, então, dentro de uma rede, isso é primordial para o seu funcionamento. Quando penso nessa questão de rede e nas redes que já participei, vejo nesse aspecto uma fragilidade muito grande, até porque as pessoas dispersam muito. Você precisa dessas pessoas, no caso de as peças estarem presentes na tomada de decisões, no planejamento das ações (...). O jogo faz entender a importância da participação de cada membro, realmente atuando (...). As pessoas não têm ainda essa dimensão. Então se tem uma fala muito grande de que a rede não funciona, esse negócio não vai dar em nada, porque não tenho compreensão do meu papel político naquela rede (P24).

Os discursos destacaram a ausência de estímulo para os profissionais participarem da rede de atendimento. A rede tem um grande papel político na sociedade, na medida em que promove o empoderamento dos trabalhadores e das usuárias para o enfrentamento do fenômeno da violência de gênero.

Devido à abordagem da rede de atendimento no jogo Violetas, as participantes o sugeriram como ferramenta de trabalho para orientação e qualificação dos profissionais dos serviços especializados e não especializados. Propuseram também a realização de partidas junto aos diferentes setores (saúde, assistência social e judiciário).

Proponho esse jogo com a rede. Vamos convidar as 160 pessoas e aí é onde a gente vai fazer o grande questionamento: deu certo com vocês participando? Vocês acham que dá? (P24).

O jogo é uma ferramenta muito interessante, muito boa para se trabalhar com todos os organismos da rede. Aqui só tem uma parte. Até no nosso grupo a gente falou que aqui na CMB não tem profissional de saúde. É uma luta grande, mas não tem. Então algumas coisas do nosso grupo no jogo não começam lá, começa aqui (P5).

Acho que esse jogo foi desenvolvido já faz um certo tempo e acaba que ele não foi pensado para os profissionais da Casa da Mulher Brasileira, mas para a rede como um todo, ainda mais para aqueles lugares. A saúde é muito

presente na rede por conta das unidades de saúde, de emergência, SAMU (P10).

O jogo abre um leque de trabalho. Já fiquei pensando: olha que interessante esse jogo ir para os CRAS, os CREAS, para realmente os profissionais de saúde, para o judiciário. São várias áreas que ele pode ser aplicado, abordado e questionado (P2).

A potencialidade do jogo foi apontada como sendo diretamente ligada à reflexão que provoca sobre a prática profissional e a rede de atendimento e a partida tornou possível a construção de conhecimentos a respeito das questões de gênero que qualificam as orientações e os encaminhamentos das mulheres vitimadas.

Possibilidade de compreender o que já fazemos e no que a rede de atendimento pode melhorar (P9).

Para nós, é excelente, porque a gente precisa estar empoderado desse conhecimento para poder dar qualidade no atendimento que a gente faz à usuária. Senão a gente vai estar só fazendo triagem e levando fichinha. Me nego a dizer que faço isso. Eu não faço fichinha, nem levo, faço orientações, encaminhamento (...). Cotidianamente ocorre violência de gênero e o jogo Violetas proporciona visualizar sem naturalizar, com vistas a superar. Se você domina a categoria, você pode ter mais subsídios para orientar, encaminhar em rede as mulheres vitimizadas para que busquem alternativas de superar o vivido e se empoderar (...) (P22).

O jogo Violetas permitiu que as participantes percebessem o enfrentamento da violência de gênero mediante a desnaturalização dos estereótipos de masculinidade e feminilidade. Ressaltou-se que os temas abordados para a obtenção dos *tokens* (voz, luz, redes e acolhida) devem estar diretamente relacionados à prática profissional.

As características do *tokens* precisam estar presentes em quem está dentro da rede. Essa questão de acolher a ideia do outro, porque são muitas ideias. Essa questão da luz, de dar voz a todos ali naquele momento da participação. Está no jogo, mas isso é uma conquista, é um trabalho de construção. Então, para você alcançar isso, tem que estar se disponibilizando para construir (P24).

Na fala de P24, destacou-se a disponibilidade dos profissionais para a construção de uma rede de atendimento fundamentada no acolhimento, na luz e na voz das mulheres, no intuito de que possam conquistar a superação da violência de gênero.

O jogo propiciou a identificação de limitações em relação ao conhecimento e ao atendimento às mulheres vitimadas. As participantes relataram a necessidade de capacitação acerca das questões que geraram dúvidas durante a partida.

Vamos pedir uma capacitação sobre violência sexual? Porque vamos combinar, não está muito claro isso pra gente. Porque a gente faz triagem, então a gente tria para onde que vai. Se eu fizer uma triagem malfeita, vai dar problema, porque vai para o lugar errado, a gente precisa saber (P22).

Penso em pedir uma capacitação nem que for só para mim. Estou ficando em dúvida, porque na verdade preciso ter mais clareza da Lei Maria da Penha. Porque a todo momento a gente tem que analisar se é questão de gênero. As medidas estão vindo muito assim entre irmãos, de mãe e filha, por exemplo, de casais que estão em processo de separação. É aquela coisa assim, ele tem que sair de casa ou não? Estou entrando em parafuso pelo seguinte: é tão complexo! (P2).

O atendimento realizado de modo incorreto pode gerar consequências negativas na qualidade de vida das mulheres. No relato da P10, observou-se como fundamental a proposição de ações para a prevenção e para o enfrentamento da violência de gênero.

Acho que a gente fica muito voltado, falo também enquanto gestão, porque a gente fica bastante consumido com a questão da violência, de atuar após a violência estar instaurada. A gente às vezes esquece um pouco das estratégias de prevenção, de educação, de transformação cultural. Acho que isso é uma falha nossa. Acho que a gente sabe disso e precisa mesmo desenvolver estratégias para atuar na prevenção, na mudança cultural, da discussão do machismo, da importância do feminismo. Acho que não é falta de vontade; talvez seja falta de estratégias, de pernas, braços para transformar essa realidade (P10).

O relato salienta a elaboração de estratégias educativas para a prevenção do problema, por meio da discussão e da transformação das questões de gênero. O jogo Violetas foi apontado como metodologia educativa, na medida em que suscitou reflexão durante e após a partida.

Depois que o jogo acabou, saí da sala e fiquei pensando duas coisas importantes: a primeira, porque a gente questionou muito durante a execução do jogo, eram que algumas coisas teriam que ser alteradas do jogo. Não, realmente não tem que ser alteradas, elas foram feitas por especialistas de certas áreas, por isso que tem um personagem de cada, para aquele especialista será que está realmente inteirado com a própria função? Identificar o que significa isso, o que significa aquilo. Acho que realmente não tem que mudar, tem que permanecer, tem que ser difícil para que todos se aprimorem na sua profissão para realizar o melhor trabalho possível (...). A segunda, vi a importância de se desenvolver essa área para você abordar outras coisas. Por que não se faz isso na formação escolar, se utilizando de

jogos para despertar o interesse da matemática, do português? Apresentar que existe essa forma de disseminar o conhecimento através do jogo de tabuleiro. Por que não se apresenta isso dentro de salas de aula, se usa isso como metodologia de aprendizado? (...). Não começa apenas como um jogo em si, isso que falei que foi reforçado em mim, o entendimento depois do jogo. Você vê a importância do jogo para compreender e aprender palavras novas (P18).

Após a partida, P18 relatou que considerou a discussão das perguntas criticadas pelas jogadoras como forma de aprimoramento das profissionais. Também evidenciou os jogos de tabuleiros como metodologias que despertam o interesse pelo aprendizado, com potencial de uso nas diversas áreas do conhecimento.

5 DISCUSSÃO

5 DISCUSSÃO

5.1 PERCEPÇÕES DAS PROFISSIONAIS EM RELAÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Os resultados sugerem que as participantes da pesquisa identificaram os distintos papéis sociais atribuídos para homens e mulheres mediante as diferenças biológicas estabelecidas entre o sexo masculino e o sexo feminino.

Os estereótipos de gênero socialmente e historicamente construídos conferem diferentes papéis sociais para homens e mulheres, a partir da base biológica do genótipo e fenótipo atribuída aos sexos. Na cultura, a questão biológica pautada na concepção binária dos sexos é que delimita os gêneros masculino e feminino (COUTO; SCHRAIBER, 2013), estabelecendo, ao mesmo tempo, a valorização dos sexos baseada na biologia.

Ao aceitar a biologia como determinante básica do ser social, o corpo anatomofisiológico é que define a diferença entre os sexos. Dessa forma, a distinção entre os corpos masculino e feminino se torna naturalmente aceitável para a desigualdade de gênero (BOURDIEU, 2010).

Essa visão estereotipada do masculino considera que os homens precisam demonstrar confiança para a resolução dos problemas, coragem e força, negando atitudes associadas ao medo e à insegurança. Em contrapartida, o estereótipo feminino prescreve a fragilidade e a vulnerabilidade das mulheres, portanto, passíveis de necessitar da proteção e ajuda diante das adversidades do cotidiano.

A sociedade costuma valorizar a rigidez masculina, legitimando a manutenção de uma hierarquia entre os sexos (SAFFIOTI, 2013). A rigidez ligada à virilidade dos homens fundamenta a construção social sobre a honra e a hegemonia masculina (COUTO; SCHRAIBER, 2013). Consequentemente, o órgão sexual dos homens se torna símbolo da virilidade, reforçando significados e valores para o gênero masculino (BOURDIEU, 2010).

Compreende-se que a produção e a reprodução dos estereótipos de masculinidade e feminilidade ocorrem com base nas relações sociais construídas historicamente. Por conseguinte, estão sujeitas a naturalização, uma vez que têm capacidade de se internalizar nos discursos e nas imagens que concebem o ser homem e o ser mulher na sociedade.

Na sociedade, é possível identificar que a divisão sexual estabelece a ordem das coisas, expressando-se de maneira natural e inevitável. É incorporada ao mundo social e aos corpos masculinos e femininos por meio do *habitus*, conformando, assim, sistemas de percepção e ação baseados no gênero (BOURDIEU, 2010).

Tais sistemas colocam sobre os homens a responsabilidade pela manutenção e subsistência, e, sobre as mulheres, a responsabilidade pelo cuidado. Pesquisa brasileira, realizada com 81 familiares de mulheres em situação de violência, verificou como atributos para o poder e para a valorização dos homens a beleza, o trabalho e a honra, além da responsabilidade pela manutenção econômica das famílias (RODRIGUES et al., 2016).

Outra pesquisa brasileira, realizada com 2.365 mulheres e 1.181 homens, identificou como características positivas para o sexo masculino o fato de não engravidar, ser forte e respeitado (37%), a liberdade e a independência para sair do espaço doméstico sem justificativas (33%) e a facilidade para o emprego e trabalho considerado pesado (31%) (COUTO; SCHRAIBER, 2013).

A impossibilidade de os homens engravidarem é entendida como vantagem, baseada na crença que atribui concepções negativas para a gravidez, o parto, a amamentação e o cuidado da criança. Essa crença, na qual os corpos e as qualidades das mulheres são vistos como inferiores, é responsável pela desvalorização do sexo feminino (DINIZ, 2013).

O ser mulher está associado à posição de subalternidade nas relações sociais de gênero e é manifestada pela opressão do sexo feminino nas relações afetivas e intrafamiliares, bem como pela restrição e privilégio das atividades no espaço doméstico. Assim, ressalta-se socialmente a dependência econômica e/ou emocional das mulheres.

Pesquisa brasileira, realizada com 81 familiares de mulheres em situação de violência, constatou como atributos da feminilidade a sensibilidade, a fragilidade e a responsabilidade sobre o espaço doméstico. Os participantes consideraram que a ineficiência nas atividades domésticas e o desrespeito à posição de subalternidade no relacionamento afetivo foram justificativas para as agressões sofridas pelas mulheres (RODRIGUES et al., 2016).

Sob essa perspectiva, justifica-se também a culpabilização das mulheres pelo sofrimento das agressões devido ao descumprimento das prescrições da ordem

social, que ratifica a dominação masculina e limita as atividades produtivas femininas ao cuidado da família e ao espaço doméstico.

A barreira colocada para a inserção das mulheres em atividades produtivas remuneradas tem como consequência a dependência econômica do sexo feminino em relação ao masculino. Desse modo, as participantes reconheceram que parte das mulheres buscam companheiros que possam mantê-las financeiramente e, por consequência, se tornam emocionalmente dependentes.

Essa relação de dependência econômica e emocional das mulheres é construída historicamente e se reflete no julgamento da sociedade a respeito do estado civil, que desqualifica a mulher solteira, valoriza o casamento e pune as relações extraconjugais.

Ao longo da história, houve a construção da ideia de que a felicidade da mulher estava ligada ao casamento, uma vez que garantia posição social e estabilidade econômica. A incapacidade de exercer atividade no espaço público reforçou a dependência e a necessidade de proteção por meio das relações afetivas (SAFFIOTI, 2013).

Essa dependência ressalta a condição da mulher como propriedade do homem, geralmente legitimada pelo matrimônio. O corpo feminino se encontra sob a tutela do domínio masculino, na medida em que é percebido como objeto de posse (BANDEIRA, 2013).

Em oposição à valorização do casamento, as participantes destacaram que, nas relações extraconjugais, na maioria das vezes, somente a mulher é culpabilizada e penalizada pelo relacionamento que se contrapõe aos padrões sociais. Esse aspecto é observado tanto na ficção quanto na realidade concreta, uma vez que a “traição” é repreendida socialmente e representada através da ameaça, vergonha e censura (LOURO, 2011).

Além da dependência emocional, as participantes apontaram a dependência econômica das mulheres e constataram a dificuldade de ascensão no trabalho, na ocupação de cargos de liderança e na equiparação dos níveis salariais. Adicionalmente, relataram que a divisão sexual do trabalho certifica o menor potencial produtivo e a desqualificação do sexo feminino.

O trabalho é compreendido pelas mulheres como forma de receber salário, participar da sociedade e construir uma vida comum. O equilíbrio estabelecido entre as atividades públicas e privadas reflete ao mesmo tempo sobre o desempenho do

exercício ocupacional e da função familiar. Desse modo, a força de trabalho feminina é considerada como mercadoria de troca e valor de uso (SAFFIOTI, 2013).

O valor de uso do trabalho feminino é acentuado pelas instituições que constituem a superestrutura da sociedade. A família favorece a dominação masculina no contexto privado no que tange à divisão sexual do trabalho. A igreja salienta os valores patriarcais, enquanto a escola transmite os pressupostos morais e o estado legitima a segregação entre espaço público e privado (BOURDIEU, 2010).

A divisão sexual do trabalho reforça os estereótipos de gênero, pois determina para as mulheres atividades reprodutivas e para os homens atividades produtivas. Todavia, na realidade concreta, se constata que as mulheres são responsáveis concomitantemente pela produção e reprodução social (ÁVILA, 2013). Esse aspecto resulta em dupla ou tripla jornada de trabalho.

A inserção das mulheres nos meios de produção social não as eximiu da responsabilidade sobre as atividades domésticas e o cuidado dos filhos (VIEIRA; AMARAL, 2013); portanto, passaram a conciliar dupla ou tripla jornada de trabalho diário. Além disso, destaca-se que a maior parte do trabalho feminino é realizada de maneira gratuita, em nome da natureza, do amor e da maternidade (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Durante a partida do jogo Violetas, as participantes refletiram sobre a posição desprivilegiada das mulheres no espaço público. Destacaram a ausência do sexo feminino nas carreiras profissionais consideradas majoritariamente masculinas, assim como em posições de liderança, principalmente nas instituições religiosas, militares e políticas.

A divisão sexual das profissões e sua repercussão no mercado de trabalho configuram importante expressão da desigualdade entre homens e mulheres. Observa-se que as empresas geralmente contratam profissionais do sexo feminino para cargos que requerem aptidão emocional e estética, nos quais precisam demonstrar simpatia, boa aparência, dedicação, paciência e sensibilidade (MONTEIRO; FREITAS; DANIEL, 2018).

A partir das questões do jogo Violetas, as jogadoras refletiram sobre os papéis atribuídos às mulheres na vida pública e privada. Nas diversas dimensões da sociedade, é possível observar discursos tradicionais que reforçam os estereótipos de feminilidade e masculinidade, bem como a subalternidade feminina nas relações de poder.

Esses discursos são responsáveis por acentuar a ideia da mulher como propriedade e objeto de consumo, ao mesmo tempo em que salientam a hegemonia masculina. Na mídia, por exemplo, observa-se a valorização do corpo feminino como produto de conquista e dominação do sexo masculino (MORENO, 2013; SOUSA; SIRELLI, 2018).

Nessa perspectiva, constata-se a contradição expressa sobre o corpo feminino nos discursos dos sujeitos sociais, nos quais é objeto do desejo masculino e simboliza a virtude da continuidade da vida humana. Dessa forma, os corpos femininos geralmente são rotulados como profanos ou sagrados. O profano revela o corpo da mulher como fruto de cobiça e consumo, comercializado primordialmente pelas propagandas publicitárias, enquanto o sagrado denota que a essência do corpo da mulher é a reprodução humana, sacralizando também a maternidade.

As representações de maternidade, por exemplo, estão intimamente associadas à ideia do amor materno. É competência da mulher ser uma “boa mãe” a fim de garantir o adequado desenvolvimento infantil. Observa-se a divulgação dessa mensagem principalmente nas publicações, nas propagandas publicitárias e nos filmes, que relegam ao sexo feminino uma mesma forma de viver e pensar sobre a maternidade (KLEIN; MEYER; BORGES, 2013).

Verifica-se que a maternidade é compreendida pelo senso comum como um momento inerente à vida das mulheres. Diante disso, desponta a necessidade de garantir os direitos reprodutivos do sexo feminino, a fim de que a gestação humana seja questão de escolha e não determinação social.

No que se refere aos direitos reprodutivos das mulheres, o aborto desponta como tema significativo de debates e críticas acerca da responsabilidade das mulheres no que se refere à decisão pela continuidade ou interrupção do desenvolvimento de uma vida humana.

O aborto, como direito reprodutivo, é pautado por importantes discussões relacionadas à autonomia feminina. Apesar de a legislação brasileira assegurar o direito de a mulher interromper a gestação mediante as situações de estupro, anencefalia e risco de vida para a gestante, percebe-se a concepção religiosa e criminal da sociedade em torno do ato.

Pesquisa brasileira, realizada em 68 serviços de aborto legal, verificou como limites para o acesso das mulheres as barreiras geográficas, institucionais e profissionais. No que diz respeito aos profissionais, identificou a pouca disponibilidade

para o procedimento devido às concepções morais e religiosas, bem como a necessidade de capacitação sobre a legislação e os direitos sexuais e reprodutivos (MADEIRO; DINIZ, 2016).

Os direitos reprodutivos são assegurados quando as mulheres têm autonomia para a tomada de decisão sobre a gestação e o exercício da maternidade. Também envolve a emancipação feminina nas escolhas relacionadas ao próprio corpo.

Pesquisa brasileira, realizada a partir do jogo “Papo Reto”, constatou que, através da partida, os participantes perceberam o protagonismo do sexo feminino nas escolhas sexuais e reprodutivas, principalmente na iniciação sexual (OLIVEIRA; FONSECA, 2017). Além disso, destacaram a valorização das vontades expressas pelas adolescentes em relação à autonomia no exercício da sexualidade (FONSECA et al., 2018).

Nesse estudo, as participantes consideraram que os direitos sexuais são garantidos quando os sujeitos sociais têm liberdade para escolher a orientação e a identidade sexual. Todavia, ressaltaram a resistência da sociedade em prol da manutenção da concepção binária dos sexos, evidenciada por meio da predominância de relações heteronormativas.

A liberdade sobre a identidade de gênero foi essencial para o reconhecimento e acolhimento das demandas dos sujeitos sociais que se percebem e expressam de modo diferente da ideia binária dos sexos. Em contrapartida, a concepção heteronormativa reafirma a coerência entre sexo e gênero, da mesma maneira que torna patológica a identidade e o corpo que não correspondem aos padrões sexistas (GOMES et al., 2018).

No jogo Violetas, as narrativas dos filmes expressam desigualdades de gênero nas relações intragênero (homem-homem e mulher-mulher) e intergênero (homem-mulher). Nos diálogos entre os personagens, é possível identificar a produção e a reprodução dos padrões sexistas e a regulamentação das diferenças de poder entre homens e mulheres. Diante da ameaça à normalidade social e ao poder, as diferentes interfaces da violência se revelam.

A violência é compreendida como qualidade humana responsável pela preservação da consciência. Ela se mostra como fundamental quando se busca garantir a ordem nas relações interpessoais. Manifesta-se principalmente pelo uso da força, na qual a ação aplicada sobre o corpo permite reconhecer a consciência que fora infligida (VÁSQUEZ, 2011).

A força é utilizada nas relações interpessoais como balizadora dos padrões sexistas. Nesse sentido, corrobora a fragilidade feminina e a rigidez masculina, sendo que é oneroso para as mulheres a superação da subalternidade nas relações de poder (MOREIRA et al., 2018).

Neste estudo, as participantes identificaram que, nas relações intragênero, as violações estão ligadas principalmente à orientação e identidade sexual e à diferença de poder entre os membros da família. Nas relações intergênero, as agressões geralmente estão associadas aos relacionamentos de intimidade.

As participantes reconheceram que as mulheres vitimadas vivenciam um percurso no qual a relação de afeto se transforma em risco à vida. A cumplicidade é confundida com a subalternidade, resultando em sofrimento, isolamento e desamparo.

O contexto doméstico frequentemente é idealizado como lugar de proteção e segurança, permeado por relações humanas tranquilas, afetivas e familiares. No entanto, também se mostra como local propício para a perpetração da violência, visto que é restrito à visão pública (BANDEIRA, 2013).

Observa-se ainda a construção de uma percepção idealizada do casamento, marcada pelo amor romântico e pelo ciúme como demonstração de proteção à vulnerabilidade feminina. Nessa visão, o ingresso em um relacionamento responsabiliza as mulheres pela preservação do vínculo matrimonial e familiar, mesmo que elas sejam vítimas de violência (BANDEIRA, 2013).

Pesquisa brasileira realizada com 264 estudantes universitários constatou que o significado da violência foi minimizado nos casos em que o agressor demonstrou motivação para o ciúme. Ressalta-se a defesa da honra masculina como justificativa para o comportamento opressivo contra a mulher (COSTA et al., 2016).

A vulnerabilidade feminina e a proteção masculina são barreiras para o reconhecimento das violações e, conseqüentemente, para a denúncia e procura de apoio na rede de atendimento. As participantes destacaram no jogo que a maior parte das mulheres vitimadas que buscaram a CMB encontraram dificuldade para perceber e compreender a condição de subalternidade nas relações familiares e de intimidade.

A violência simbólica é instituída por meio da adesão concedida pelo dominado ao dominante. Quando o dominado não dispõe de mecanismos para pensar, identificar e avaliar a relação, ele a compreende de modo naturalizado (BOURDIEU, 2010). Entretanto, é preciso considerar a construção social que torna limitada a identificação da posição de subalternidade pelo próprio dominado.

Nesse sentido, percebe-se que as mulheres podem escolher pela manutenção dos relacionamentos, mesmo que abusivos, devido à construção histórica que reforça a posição de subalternidade nas relações de poder, considerando-se a perspectiva do estereótipo de feminilidade.

As mulheres em situação de violência se encontram envolvidas pelos sentimentos de culpa, opressão e impotência. O silêncio é reflexo do medo de ser julgada pela sociedade e da dependência afetiva e econômica do agressor. Dessa forma, eleva-se a sensação de confinamento ao relacionamento e ao contexto doméstico, permeados por violações.

Pesquisa brasileira, realizada com 14 usuárias de um Centro de Referência de Atendimento à Mulher, identificou nos relatos a vergonha, o medo da recriminação e o desconhecimento da violência como obstáculos para busca de apoio nos serviços de saúde e justificativas para o isolamento social (SOARES; LOPES, 2018).

Apesar da revolução sexual ocorrida na década de 1960, não houve mudanças notórias na superação dos padrões e práticas determinados pelos estereótipos de gênero para as mulheres. Nesse sentido, o silêncio ainda se sobrepõe às situações de violência vividas no espaço da vida privada (MOREIRA et al., 2018).

Durante o jogo, as participantes ressaltaram a magnitude da violência psicológica e moral cometida contra as personagens dos filmes e as usuárias da CMB. Apesar da aparente invisibilidade dessas duas formas de violência, percebe-se que despertaram a atenção das participantes durante a partida.

Pesquisa brasileira realizada com 3.546 participantes verificou que quase metade das violências cometidas contra as mulheres no espaço da vida privada não provocou marcas físicas nos corpos. Essa parte das violações foi associada às situações de humilhação, controle, ameaça e cerceamento da liberdade (BANDEIRA, 2013).

As participantes do estudo relataram que a violência de gênero, na maioria dos casos, tem visibilidade somente quando provoca marcas nos corpos femininos. Diante disso, ressaltaram o empoderamento feminino como possibilidade para identificação precoce das violações, a fim de que as vítimas possam buscar apoio na rede de atendimento ao primeiro sinal de opressão.

Além disso, as profissionais envolvidas no atendimento a mulheres em situação de violência, tanto nos serviços especializados quanto nos serviços não especializados, precisam estar qualificadas para a percepção de sinais e sintomas

relacionados às violações, pois dificilmente as mulheres relatam livremente a experiência traumática vivida.

As participantes reconheceram que o empoderamento das mulheres também depende da desconstrução dos estereótipos de gênero nas diversas dimensões da sociedade, no intuito de romper com os padrões sexistas que perpetuam violações visíveis e invisíveis contra o sexo feminino.

O jogo Violetas revela que o cinema tem capacidade de retratar o empoderamento das mulheres em oposição aos estereótipos de gênero. As personagens dos filmes demonstram como possibilidade para o sexo feminino a independência econômica e a liberdade de expressão da sexualidade (LOURO, 2011).

Ainda que o sexo feminino seja representado na sociedade como sinônimo de fragilidade e vulnerabilidade, logo suscetível à subalternidade e à opressão, vislumbra-se para as mulheres a possibilidade de confrontação, de transformação e de superação dos valores sociais e das relações de poder que validam a hegemonia masculina.

5.2 PERCEPÇÕES DAS PROFISSIONAIS EM RELAÇÃO AO JOGO VIOLETAS

5.2.1 Jogo Violetas: arte que imita a vida e promove a desconstrução dos estereótipos de gênero

O jogo Violetas possibilitou a recordação dos filmes abordados nas questões e estimulou o desejo de assisti-los novamente, a fim de que as participantes pudessem compreender as questões de gênero e as violações perpetradas contra as personagens, imperceptíveis no primeiro contato com a obra cinematográfica.

O primeiro contato com um filme incita impressões, emoções e intuições sobre a narrativa dos personagens. Esses sentimentos emergem da relação estabelecida entre o espectador e a película (VANOYE; GOLIOT-LÉTÉ, 2008). Dessa forma, cada espectador lança sobre as cenas perspectivas singulares.

As cenas dos filmes descritas no jogo Violetas foram interpretadas de maneiras distintas pelas participantes, pautadas nas suas experiências pessoais e profissionais.

Elas reconheceram que o jogo favorece a percepção das questões de gênero e da violência por meio das narrativas dos personagens.

O cinema consiste no somatório das experiências pessoais do espectador, da economia para a produção do filme e da reprodução ideológica. O cinema dominante costuma abordar as personagens mulheres de forma estereotipada. Por outro lado, as espectadoras também se tornam sujeitos das cenas, na medida em que se percebem envolvidas pelas representações de gênero (LAURETIS, 1984).

O jogo Violetas propõe a orientação das jogadoras para a identificação das representações de gênero. As perguntas da partida direcionaram as participantes para a reflexão sobre as situações de violência perpetradas contra as personagens, inseridas em determinados contextos sociais.

O cinema também é responsável pela reprodução de valores culturais, com a capacidade de elaborar significados e representações sociais. Ao mesmo tempo, possibilita cristalizar e questionar a realidade concreta. Em vista disso, consiste em uma ferramenta para a problematização das relações de gênero (LEITE; LOPES, 2017).

Os filmes apresentam a potencialidade de reproduzir ou romper a invisibilidade das desigualdades de gênero, principalmente no que se refere às concepções de namoro, casamento, maternidade e trabalho (LOURO, 2011).

O jogo Violetas viabilizou a reinterpretação das cenas dos filmes descritas nas perguntas. As discussões para a formulação das respostas possibilitaram identificar e analisar as situações de violência de gênero, os direitos sexuais e reprodutivos e o empoderamento feminino.

A análise dos filmes é uma prática orientada e situada num determinado contexto interpretativo. A definição do percurso e a finalidade são indispensáveis para o delineamento das percepções dos espectadores (VANOYE; GOLIOT-LÉTÉ, 2008).

Nas oficinas de trabalho, as participantes relataram que parte dos filmes apresentados no jogo Violetas havia sido assistida anteriormente. Todavia, não tinham reconhecido as situações de violência vividas pelas personagens e que foram apontadas nas respostas para as questões durante a partida.

Salienta-se que a interpretação dos filmes depende da maneira como foram assistidos. Provavelmente as participantes tiveram contato com a obra cinematográfica em uma atividade de lazer, na qual geralmente o prazer está sobreposto ao julgamento das normas sociais determinadas aos personagens.

Por outro lado, a percepção das questões de gênero nas obras cinematográficas também está vinculada à proximidade das participantes com a temática. No contexto da partida, as jogadoras se encontravam na condição de profissionais que atuavam no atendimento a mulheres em situação de violência. Desse modo, acreditava-se que tinham maior domínio do tema para identificar as violações vividas pelas personagens dos filmes.

Observou-se que as participantes analisaram as cenas dos filmes a partir das perguntas do jogo. As discussões das respostas foram pautadas na experiência das participantes nos atendimentos às mulheres vitimadas que buscaram apoio na CMB. As jogadoras constataram que os depoimentos das usuárias eram semelhantes às narrativas das personagens. Portanto, as questões de gênero perpassam tanto a realidade concreta quanto a ficção.

A reflexão crítica das mulheres sobre o cinema está fundamentada nos conceitos de representação e identificação feminina, uma vez que articulam a construção social que determina papéis sociais distintos para homens e mulheres. Assim, aquelas que analisam as imagens são protagonistas e espectadoras dessa construção histórica (LAURETIS, 1984).

No cinema, os personagens do sexo feminino geralmente representam os estereótipos de feminilidade, sendo infantilizados, desqualificados e objetificados, considerando-se a perspectiva masculina. As mulheres na composição das cenas são divididas em dois padrões: as idealizadas (virgens, mães e religiosas) e as desvirtuadas (solteiras, prostitutas, lésbicas e bruxas) (LEITE; LOPES, 2017).

O cinema narrativo clássico reproduz a imagem da mulher ideal, enquanto o cinema de matriz comercial divulga o padrão socialmente aceito do sexo feminino. Desse modo, as obras cinematográficas influenciam a manutenção de um modelo tradicional de feminilidade (KAMITA, 2017).

A ficção representa a realidade concreta, na medida em que as cenas dos filmes possibilitam aos espectadores analisar os estereótipos de gênero e as interfaces das violações cometidas contra as mulheres. Assim, as obras cinematográficas se destacam como recurso audiovisual e educativo, potente para a expressão da ludicidade por meio das mensagens visuais, sensibilização e motivação do processo de aprendizagem a respeito da temática (SÁNCHEZ, 2013).

O processo de aprendizagem através do cinema cria condições para a abstração e a aproximação com a realidade concreta. A educação é emancipatória, na medida

em que o espectador tem a capacidade de observar, comparar e interpretar as cenas, sem restrição aos pensamentos. A pedagogia do cinema estimula a formação de sujeitos sociais ativos e críticos, qualificados para confrontar crenças e valores sociais (DECOSTER; VANSIELEGHEM, 2014).

Os filmes contidos no jogo Violetas permitiram o confronto dos jogadores com as questões de gênero ligadas às relações estabelecidas entre homem-homem, mulher-mulher e homem-mulher. A interpretação de cenas específicas é apontada como espaço propício para o aprendizado, mediante as emoções, os entendimentos e o reconhecimento das mensagens audiovisuais (BLASCO et al., 2015).

A partir das cenas descritas nas perguntas do jogo Violetas, as participantes identificaram os tipos de violência psicológica, moral, patrimonial, física e sexual, perpetrados contra as mulheres nos filmes e na realidade concreta.

A violência psicológica é compreendida por meio dos danos emocionais, prejuízos para o desenvolvimento e do controle sobre as ações. A violência moral considera todas as formas de calúnia, injúria e difamação. A violência patrimonial trata dos prejuízos aos objetos, documentos e recursos econômicos. A violência física envolve as condutas que ofendam a integridade corporal. A violência sexual é manifestada através de constrangimentos, da participação em relação sexual não desejada, da comercialização da sexualidade e da restrição aos direitos sexuais e reprodutivos (BRASIL, 2006).

Destaca-se que o conceito de violência envolve a abordagem das dimensões simbólicas, culturais e estruturais da dominação masculina, que resultam em violações visíveis e invisíveis (PIRES et al., 2017). As violações visíveis estão relacionadas aos tipos de violência física, sexual e patrimonial, enquanto as violações invisíveis são manifestadas através das formas de violência psicológica e moral.

O principal objetivo da pedagogia do cinema é promover a reflexão sobre as narrativas audiovisuais, as memórias emocionais e os significados das emoções pessoais. O processo de aprendizagem com o uso de filmes avança para além da transmissão do conteúdo, pois está vinculado às experiências, às expectativas e aos dilemas dos espectadores (BLASCO et al., 2015).

5.2.2 Jogo Violetas: quando a ação e a omissão são recriadas no tabuleiro

No jogo Violetas, a violência é instalada no tabuleiro por meio da ação ou da omissão das jogadoras. A ação tem como possibilidade a perpetração, a prevenção e o combate dos novos casos. A perpetração está relacionada às respostas incorretas, enquanto a prevenção e o combate estão ligados à assertividade das perguntas.

Estudo europeu realizado a partir do jogo “Green Acres High”, baseado na intervenção primária para o combate da violência no namoro, verificou que os participantes se envolveram na partida devido ao desempenho de um papel e à tomada de decisão. O protagonismo dos adolescentes no combate às violações foi fundamental para a motivação do processo de aprendizagem a respeito do tema (BOWEN et al., 2014).

No jogo Violetas, as ações das jogadoras foram motivadas pela frequência da inserção das peças pretas no tabuleiro. Constatou-se que o foco principal foi a contenção da ampliação das situações de violência nas cidades, uma vez que estava associada à capacidade e qualificação da equipe para o enfrentamento do problema.

A proposta do jogo é estabelecer uma articulação entre a epistemologia feminista e a ludicidade, no sentido de contextualizar e problematizar de modo criativo a opressão cometida contra as mulheres na sociedade (PIRES et al., 2017). No estudo, a problematização das participantes esteve centrada na expressividade da violência de gênero no tabuleiro, sendo comparada à efetividade das medidas para o enfrentamento planejadas e implementadas pelas jogadoras.

Observou-se que as jogadoras orientaram suas estratégias de jogo para as regiões com maior incidência da violência no tabuleiro. Diante disso, considera-se que as ações das participantes foram primordialmente destinadas ao combate do problema. Foram identificadas poucas medidas para a prevenção da instalação de novas peças pretas nas cidades com menor presença de violações.

Na realidade concreta, a prevenção dos casos de violência envolve o desenvolvimento de ações que visam à desconstrução dos estereótipos de gênero e a transformação dos padrões sexistas. Para tanto, incorpora medidas educativas e culturais que promovam a igualdade entre homens e mulheres, independentemente da classe social, raça, etnia e geração. Ressalta-se a necessidade de práticas que

visibilizem os tipos de violações, o rompimento do silêncio das vítimas e desnaturalização desse fenômeno social (BRASIL, 2013a).

No estudo, foi possível perceber que as participantes utilizaram como mecanismo de prevenção para a violência de gênero a implantação das estações redes cidadãs. As jogadoras acreditavam que quando essas peças eram inseridas em determinadas regiões se garantia a viabilidade de um maior número de profissionais para atuar nas cidades próximas que ainda não tinham situações de violência.

Pesquisa norte-americana, realizada a partir do jogo “Campus Craft”, relacionado à prevenção do abuso sexual, verificou que a redução de danos e a promoção de mudanças de atitudes dos universitários tinham a capacidade de prevenir as situações de violência e estimular a compreensão sobre a dimensão do problema (JOZKOWSKI; EKBIA, 2015).

No jogo Violetas, o combate à violência de gênero esteve ligado à formulação de respostas assertivas para as perguntas e à localização dos personagens em regiões com alto número de peças pretas. Na realidade concreta, o combate desse fenômeno compreende a punição dos agressores, a implementação das medidas previstas na Lei Maria da Penha e o fortalecimento das ações de enfrentamento ao tráfico e à exploração de mulheres (BRASIL, 2013a).

A inserção da violência no tabuleiro a partir das respostas incorretas desencadeou o sentimento de culpa nas jogadoras, pois o desconhecimento a respeito das perguntas permitiu que outras cidades fossem tomadas pelo problema. Esse aspecto estimulou a autocrítica dos profissionais sobre as medidas de combate adotadas pela equipe na partida.

Os momentos inusitados do jogo propiciam a simulação de tomadas de decisão diante das percepções construídas na realidade concreta. Além de estimular a ficção, permite aos jogadores a projeção sobre diversos contextos, gerando sentimentos de provocação, mobilização, reinvenção e descoberta para novas possibilidades (SOUZA et al., 2017).

A mobilização está relacionada ao interesse do sujeito social na construção do conhecimento a respeito de determinado objeto através do vínculo significativo. Esse vínculo envolve a necessidade do sujeito e a representação do conhecimento (VASCONCELLOS, 1992).

A provocação estimulada pelo jogo Violetas possibilitou às jogadoras refletir e avaliar a prática profissional. Todos os atendimentos realizados na CMB visam à

superação das situações de violência. Todavia, as participantes relataram incertezas em relação à efetividade do processo de trabalho, pois desconhecem em que medida as ações resultam na interrupção ou na manutenção das violações.

Os atendimentos às mulheres vitimadas são compreendidos como desgastantes para os profissionais, em virtude dos sentimentos de dúvida, impotência, ansiedade, frustração, estresse e medo (VIEIRA; HASSE, 2017).

A incorporação progressiva da violência nas cidades do tabuleiro suscitou nas jogadoras apreensão e desconfiança sobre a qualidade das medidas de combate realizadas no jogo Violetas. Além disso, permitiu refletir de que modo esse fenômeno se processa na realidade concreta, uma vez que não depende somente das ações desenvolvidas pelos profissionais para o enfrentamento da ampliação do número de mulheres vitimadas.

Pesquisa norte-americana realizada a partir do jogo “In Her Shoes”, associado à educação sobre violência doméstica, verificou que a empatia dos jogadores pela personagem da partida gerou proximidade com o fenômeno e a proposição de medidas para o enfrentamento. O jogo se destacou pela articulação do raciocínio, pelo compartilhamento de experiências e pela exploração de diversas perspectivas para a tomada de decisão (ADELMAN; ROSENBERG; HOBART, 2016).

Apesar de a tomada de decisão das jogadoras ser entendida como medida de combate à violência de gênero, no jogo Violetas, a omissão foi interpretada como ausência de ações para a prevenção e o enfrentamento do problema. Também foi associada à invisibilidade das violações, que tem como consequência o aumento da sua magnitude na sociedade.

Pesquisa brasileira realizada a partir do jogo “Papo Reto”, ligado à sexualidade dos adolescentes, verificou nas respostas dos jogadores expressões de violência contra as mulheres, naturalizadas dada a ausência de qualquer manifestação contrária aos comentários. Desse modo, constatou-se a aceitação desse comportamento, evidenciada pela falta de retórica crítica entre os demais adolescentes que participavam da partida (FONSECA et al., 2018).

No jogo Violetas, as respostas incorretas estiveram relacionadas ao conhecimento da temática e à capacidade interpretativa das perguntas, enquanto as cartas omissão foram adquiridas de maneira aleatória, sem participação direta das jogadoras. As duas situações resultaram na inserção da violência nas cidades do tabuleiro.

A omissão foi interpretada como atitude responsável pela revitimização das mulheres. Além disso, se justificou pela naturalização e reprodução dos estereótipos de feminilidade e masculinidade. Dessa forma, percebe-se que o enfrentamento da violência de gênero perpassa a desconstrução dos padrões sexistas legitimados nas diversas dimensões da sociedade.

Pesquisa realizada a partir do jogo “In Her Shoes” demonstrou que os participantes manifestaram diferentes perspectivas para interpretação da violência contra a mulher. Assim, durante as partidas, os jogadores foram estimulados a desconstruir os estereótipos de gênero e a culpabilização das vítimas pela violação sofrida. O jogo tinha como finalidade coibir a revitimização das mulheres, favorecer o reconhecimento do problema e o acesso à rede de apoio para o seu enfrentamento (ADELMAN; ROSENBERG; HOBART, 2016).

No jogo Violetas, a perpetuação da violência foi percebida pelas jogadoras por meio das ações sutis que reiteram os estereótipos de gênero e as concepções de feminilidade e masculinidade na sociedade. Elas destacaram os espaços de lazer, educativos e das mídias sociais como propícios para o cometimento de violações aparentemente invisíveis.

A invisibilidade da violência de gênero também perpassa a dimensão estrutural da sociedade, representada pelas instituições políticas, religiosas, econômicas e midiáticas; a dimensão particular, definida pelos grupos sociais e pelos meios de produção e reprodução social; e a dimensão singular, caracterizada pela singularidade atribuída aos homens e às mulheres, bem como aos serviços da rede de apoio.

A participação no jogo Violetas propiciou a reflexão sobre a complexidade de intervir sobre a violência de gênero, uma vez que, na realidade concreta, o enfrentamento do fenômeno não se limita ao atendimento individualizado dos profissionais que atuam nos serviços de atendimento especializado. Ele requer a implementação de políticas públicas integradas e a ação conjunta dos setores que recebem mulheres vitimadas (saúde, segurança, justiça, educação, assistência social e economia), bem como a formação e qualificação dos profissionais (BRASIL, 2013a).

5.2.3 Pedagogia do jogo Violetas: a construção do conhecimento para o enfrentamento da violência de gênero

A curiosidade das participantes incentivou o ingresso na partida. A possibilidade de conhecer um jogo de tabuleiro na perspectiva do enfrentamento da violência de gênero surpreendeu e desafiou as profissionais a participar da oficina de trabalho.

Neste estudo, a curiosidade foi associada à motivação, uma vez que implicou na carga energética dedicada ao conhecimento e na carga afetiva devido à vontade de aprender. A motivação para o conhecimento está relacionada ao assunto, à forma e às relações interpessoais (VASCONCELLOS, 1992).

A manifestação da curiosidade ocorre no pensamento ingênuo e crítico. Todavia, a reflexão sobre determinada prática transforma a ingenuidade em criticidade, uma vez que estimula a descoberta por meio de perguntas e respostas. A criticidade se dá a partir da observação, delimitação, comparação, metodologia e distanciamento (FREIRE, 2004).

No jogo Violetas, a criticidade das participantes foi desenvolvida por meio das discussões das respostas às perguntas, nas quais havia a possibilidade de observar situações de violência de gênero propostas pelo jogo, comparar as experiências vividas na partida com a realidade concreta e construir estratégias para o enfrentamento das violações no tabuleiro.

A partida propôs às jogadoras desafios individuais e coletivos. Os desafios individuais estavam relacionados às habilidades especiais dos quatro personagens (operadora de direito, educadora e/ou pesquisadora, cidadã do movimento de mulheres e integrante de políticas públicas/profissional da saúde). Cada participante compartilhou suas perspectivas para a interpretação e para o enfrentamento do problema.

O desafio individual também foi apontado pelas participantes no processo de trabalho desenvolvido pelos diferentes setores da CMB, sendo que cada setor é responsável por uma parte do atendimento das usuárias. A totalidade do atendimento é conformada pelo encaminhamento das usuárias entre os profissionais de acordo com as demandas e as responsabilidades atribuídas a cada setor.

Observou-se que as participantes incorporaram a identidade dos personagens que representavam no jogo. Esse aspecto promoveu o distanciamento temporário das

jogadoras da realidade concreta para atuar no papel de outro profissional da rede de enfrentamento no contexto fictício.

A possibilidade de se transformar em outro profissional durante a partida revelou o mascaramento das jogadoras, o qual consiste em elemento lúdico do jogo, pois garante o enigma para a partida (HUIZINGA, 2014). Qualquer jogo pressupõe a ilusão e a imaginação, na medida em que permite ao jogador a crença de se revelar como outra pessoa (CAILLOIS, 1990).

Os desafios coletivos foram associados ao estabelecimento da interação e do diálogo entre as jogadoras. O envolvimento dos membros da equipe foi facilitado em virtude da finalidade comum do jogo Violetas: a vitória. Ressalta-se que nos jogos sempre há algo em disputa que simboliza a conquista e permite transcender a realidade concreta para dar sentido às ações dos jogadores na partida (HUIZINGA, 2014).

O anseio pela vitória garantiu que as participantes compartilhassem experiências e conhecimentos oriundos da prática profissional para colaborar na assertividade das respostas. A pedagogia crítica considera que o processo de aprendizagem parte do conhecimento apresentado pelos educandos, no sentido de que, por meio do diálogo, se torna viável a compreensão do fenômeno e a proposição de ações transformadoras (FAGE-BUTLER, 2018).

A ação transformadora consiste em uma atividade restrita ao ser humano, posto que este possui a capacidade de aprender, adaptar, modificar e intervir na realidade concreta. Diante disso, o processo de aprendizagem refere-se à educabilidade humana em oposição ao seu adestramento (FREIRE, 2004).

A educação precisa ser pensada como conceito dinâmico, no qual são orientadas as ações humanas individuais e coletivas para a construção do conhecimento (BARROS; RASTROJO, 2014). Durante o jogo Violetas, foi constatada entre as jogadoras a constância das discussões a respeito da violência de gênero. Os posicionamentos individuais orientaram a tomada de decisão coletiva, por meio da elaboração de estratégias que visavam à redução das peças pretas no tabuleiro.

Na implantação das estações redes cidadãs, observou-se que, apesar de ser a habilidade especial do personagem que representava a integrante de políticas públicas/profissional da saúde, a tomada de decisão foi assumida pela equipe. Além disso, essa peça suscitou importantes reflexões no que refere à atuação da rede de atendimento na realidade concreta. As participantes analisaram a eficácia das ações

no território, a garantia de direitos e proteção às mulheres, a acessibilidade das usuárias, a magnitude dos atendimentos e a participação dos profissionais especializados.

No jogo Violetas, a articulação das jogadoras representantes dos serviços especializados e não especializados, por meio das ações planejadas e implementadas, resultou no fortalecimento da rede de atendimento e, conseqüentemente, na efetividade das medidas para a prevenção e para o enfrentamento da violência de gênero no tabuleiro.

A experiência proveniente da prática profissional das jogadoras permitiu reconhecer a vulnerabilidade das mulheres, de acordo com sua inserção no território. O agrupamento de peças pretas em determinadas cidades do tabuleiro denotou a insegurança vivida pelas mulheres desses locais. Dessa forma, o tabuleiro propiciou o entendimento de que, em algumas regiões, havia maior concentração de violência e menor número de personagens para o atendimento das cidades. As participantes compreenderam como indispensável a instalação das estações redes cidadãs nesses cenários.

Pesquisa realizada a partir do jogo “Green Acres High”, verificou que a tomada de decisão dos jogadores motivou o envolvimento com a partida. Os adolescentes destacaram a sensação de autonomia diante da condução das ações no jogo. As ações promoveram o questionamento e a resolução de situações emergentes de violência (BOWEN et al., 2014).

No jogo Violetas, o expressivo aumento das peças pretas nas cidades do tabuleiro desencadeou a reflexão sobre as potencialidades e os limites dos profissionais na rede de atendimento para o enfrentamento da violência de gênero. A impossibilidade de cercar todas as peças pretas instaladas no decorrer da partida foi associada ao sentimento de impotência e frustração vivido na realidade concreta.

Tal impossibilidade revela ainda o caráter estrutural do fenômeno na realidade concreta. O constante risco de novas situações de violência repercute na potencialidade das redes e das políticas para o enfrentamento do problema. Ademais, as cartas omissão demonstraram a invisibilidade da violência nas relações sociais cotidianas (PIRES et al., 2017).

Apesar de o jogo ser considerado como um “faz de conta”, é possível constatar a seriedade dos jogadores em relação à atividade, por meio do envolvimento e da responsabilização nas tomadas de decisão no decorrer da partida (HUIZINGA, 2014).

O sentimento de impotência e frustração relatado pelas jogadoras durante o jogo também é manifestado na realidade concreta. Pesquisa brasileira realizada com 65 enfermeiros e técnicos de enfermagem verificou o sentimento de revolta dos profissionais devido à reconciliação da vítima com o agressor. A complexidade da violência incentiva sentimentos como insegurança, frustração, indignação e angústia por conta da ausência de respostas efetivas dos serviços de atendimento para a superação do problema (AMARIJO et al., 2017).

Ao término do jogo, houve a avaliação das habilidades e das estratégias da equipe para o enfrentamento da violência de gênero. Ressaltou-se a atuação dos personagens de modo isolado em cada região do tabuleiro. As participantes apontaram essa situação como barreira para a vitória, uma vez que o bloqueio individualizado das regiões pelos peões foi o que demandou maior tempo de duração da partida.

A avaliação das participantes sobre o desempenho individual e da equipe no jogo remete à ideia do ser humano como inacabado e em constante transformação, na medida em que sempre pode ir além. Essa inconclusão desafia o constante processo de busca, no qual são superados os limites do domínio do conhecimento para fundamentar a produção de novos aprendizados (FREIRE, 2004).

As partidas do jogo propiciaram às participantes momentos de partilha e produção do conhecimento. Esse aspecto foi evidenciado principalmente na elaboração das respostas às perguntas. Identificou-se que as discussões de maior expressão foram relacionadas à legislação brasileira que trata da prostituição, da punição dos autores de violência menores de 18 anos e da violência doméstica e familiar contra a mulher.

O jogo Violetas se destaca pela ludicidade, na medida em que estimula a imersão e a reinvenção dos jogadores, através da dinamicidade e jogabilidade. Além disso, se mostra como tecnologia educativa, uma vez que desperta a reflexão sobre a violência contra a mulher e a cooperação entre os jogadores (PIRES et al., 2015).

5.3 OS LIMITES E AS POTENCIALIDADES DO JOGO VIOLETAS PARA ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

5.3.1 Limites do jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero

A restrita experiência e afinidade com jogos relatada por uma parte das jogadoras mostrou-se como limitação no começo da partida. O escasso uso de tecnologias lúdicas no cotidiano pessoal e profissional fomentou a ideia de que haveria dificuldade para o entendimento das regras e dos componentes.

Observa-se que, na medida em que o ser humano avança nas categorias geracionais, é enfraquecida a concepção da usabilidade dos jogos. Na vida adulta, culturalmente a atividade é compreendida como simplificada devido à incerteza e à possibilidade de interferência dos jogadores na sua execução (HUIZINGA, 2014).

O primeiro contato com o jogo Violetas foi considerado intimidador, pois representava uma novidade ao mesmo tempo em que consistia na superação de um desafio. A novidade foi associada ao ineditismo de conhecer um jogo de tabuleiro sobre o enfrentamento da violência de gênero.

Em virtude do primeiro contato, as participantes relataram dificuldade para apreender as normas da partida através da leitura do livro de regras. Destacaram a importância da aproximação com os componentes e demais jogadores para a construção do aprendizado relacionado à temática e ao jogo.

O contato inicial com qualquer jogo é permeado por dúvidas e inseguranças sobre a mecânica e os componentes. Isso diz respeito à realidade autônoma e singular proposta em cada jogo, a qual demanda que os jogadores o explorem para que apreendam seu funcionamento (HUIZINGA, 2014).

A elevada quantidade de informações descritas no livro de regras produziu a sensação de complexidade, uma vez que todas as jogadoras deveriam conhecer a função e a dinâmica dos componentes. As participantes consideraram laborioso o entendimento das normas.

Pesquisa realizada a partir do jogo “Green Acres High” delimitou como barreira o entendimento das instruções e da dinâmica da partida. Os participantes relataram que as instruções deveriam ser precisas e intuitivas, com apresentação de dicas para beneficiar o envolvimento dos jogadores, uma vez que surgiram dúvidas sobre a adequação das ações (BOWEN et al., 2014).

A insuficiente compreensão do movimento permitido aos componentes por meio da leitura do livro de regras foi associada ao tempo de duração da partida. Durante o jogo, observou-se que as equipes realizaram a conferência das normas em vários momentos.

Salienta-se que, na oficina de trabalho, não foi definido um limite do tempo para a leitura e entendimento do livro de regras, nem a duração da partida. A urgência temporal partiu das jogadoras, provavelmente movidas pela competição e pelo desafio de vencer rapidamente o jogo.

O tempo destinado para a leitura do livro de regras foi justificado pela apresentação do texto e pela linguagem das informações. As jogadoras propuseram que o conteúdo fosse descrito de maneira direta e simplificada. Para elas, o problema relacionado ao entendimento estava na linguagem e não na formulação das regras. Essa limitação foi atribuída à complexidade do jogo. Tal complexidade salientou a insegurança na manipulação dos componentes e a imprecisão na tomada de decisão das jogadoras. As principais dúvidas relativas às regras foram quanto à utilização dos peões, das estações redes cidadãs, cartas cine-cidades e do tabuleiro.

As regras consistem em importante elemento do jogo, pois estabelecem as ações válidas de acordo com o tempo e o cenário. Elas garantem o desenvolvimento e o término da partida; portanto, são absolutas. Caso desrespeitadas, promovem a derrota dos jogadores (HUIZINGA, 2014). Diante disso, os jogos pressupõem a vontade e a liberdade de jogar dentro dos limites definidos pelo sistema de regras (CAILLOIS, 1990).

Neste estudo, percebeu-se que a compreensão das regras ocorreu mediante a concretização do jogo. As participantes consideraram que, se houvesse uma próxima partida, jogariam de modo mais fácil devido à clareza do objetivo, da mecânica e dos componentes.

No jogo Violetas, outro limite destacado pelas participantes esteve associado à elaboração das perguntas. Elas ressaltaram dificuldade para compreender os questionamentos com longas introduções, em virtude da dispersão da atenção durante a leitura, e a contextualização das questões, pois estas não explicitavam se a resposta tratava do cenário fictício ou da realidade concreta.

O obstáculo apontado pelas participantes relativo ao entendimento das perguntas e à elaboração das respostas de acordo com o contexto dos filmes ou da prática profissional esteve associado à proximidade das situações vividas na partida

e na realidade concreta. Contudo, esse aspecto também favorece a vinculação dos jogadores com os personagens e o cenário do jogo, no sentido de que podem reagir de modo semelhante nos dois contextos (BOWEN et al., 2014).

Ao considerar que o jogo Violetas aborda questões alusivas ao enfrentamento da violência de gênero, as participantes compreenderam a necessidade de um conhecimento prévio sobre a temática para assegurar a assertividade das respostas. Elas ponderaram que, caso a partida fosse realizada com mulheres em situação de violência, provavelmente haveria outro resultado, uma vez que as usuárias geralmente buscam a CMB a fim de esclarecer dúvidas a respeito da superação do problema.

5.3.2 Potencialidades do jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero

A estética do jogo definida por meio do desenho, das ilustrações e das cores foi responsável pelo desejo de conhecer e experimentar a nova tecnologia, a qual foi associada ao universo da feminilidade, marcado pelo encanto e pela beleza.

A beleza consiste em um elemento dos jogos, visto que contribui para a vivacidade e a leveza dos jogadores. Além disso, é necessário que os jogos apresentem ritmo e harmonia para garantir o interesse pela partida (HUIZINGA, 2014).

Esse elemento também foi identificado no jogo “Lucidity”, relacionado à prevenção da violência sexual, no qual a estética se mostrou atrativa para a participação dos jogadores (GILLIAM et al., 2016).

A proposta do jogo Violetas foi considerada um desafio para as profissionais, na medida em que tinham a capacidade de aplicar no tabuleiro as habilidades e os conhecimentos a respeito da temática. O desafio motivou o desejo pela vitória e a competição contra a violência de gênero. Destaca-se que a competitividade está diretamente ligada aos níveis de atração pelo jogo (HUIZINGA, 2014).

A experiência na partida propiciou às jogadoras um momento de reflexão sobre o atendimento às mulheres vitimadas, com o intuito de aprimorar a prática profissional, o fortalecimento das vítimas e a consolidação da rede de enfrentamento à violência de gênero.

O estímulo para a reflexão ocorreu mediante a elaboração das respostas às perguntas. As participantes levaram para o contexto do jogo elementos da formação

e da prática profissional, associados à percepção das questões de gênero e da violência contra a mulher.

As perguntas do jogo Violetas foram interpretadas como estudos de caso, nos quais as jogadoras precisavam compreender e interpretar o fenômeno, bem como planejar e implementar medidas para a prevenção e o enfrentamento do problema. Observou-se que cada jogadora propôs, a partir da sua perspectiva, intervenções para a violência de gênero no tabuleiro.

Pesquisa realizada a partir do jogo “Papo Reto” verificou que a tecnologia lúdica consiste em uma forma de dialogar e construir conhecimento, considerando-se a experiência dos jogadores em relação à sexualidade e à violência de gênero. A ludicidade propiciou a colaboração e a problematização da violência na partida (OLIVEIRA; FONSECA, 2017).

Neste estudo, constatou-se que todas as equipes optaram pela participação coletiva na elaboração das respostas, que partiram das concepções e das experiências das jogadoras, sendo compartilhadas por meio da interação e do respeito ao momento de fala e de escuta.

A relação estabelecida entre as participantes e o respeito às opiniões e aos posicionamentos favoreceram a participação e a responsabilidade compartilhada. Esse aspecto é responsável pela promoção do compromisso coletivo, no qual se torna possível a reflexão e a instrumentalização das profissionais para o atendimento das usuárias, com vistas ao fortalecimento das estratégias de enfrentamento da violência (FONSECA; AMARAL, 2012).

Pesquisa realizada a partir do jogo “Orbit” sobre a prevenção do abuso sexual infantil evidenciou a partida como uma possibilidade para a construção do diálogo, do comportamento e das relações confiáveis, através da interação, da discussão e do compartilhamento de experiências entre os participantes (STIELER-HUNT et al., 2014).

Esse aspecto também foi evidenciado no jogo “Papo Reto”, no qual os adolescentes se viram capazes de transformar e reinventar a realidade, construindo o conhecimento e a reflexão sobre a sexualidade por meio da interação. Os diálogos, as dúvidas e as trocas de experiência, ideias e opiniões favoreceram a promoção das emoções e do aprendizado sobre o tema (OLIVEIRA et al., 2016).

Os seres humanos têm capacidade de portar e transmitir verdades, usando como ferramenta a fala e a escuta (FREIRE, 2004). No jogo Violetas, a concretização do

aprendizado ocorreu por meio do compartilhamento de experiências e conhecimentos, uma vez que não havia consulta à informação em fonte externa à partida.

As participantes consideraram que a prática profissional precisa estar fundamentada na teoria. O conhecimento fornece subsídios para a compreensão das questões de gênero e para a interpretação da violência contra a mulher. Dessa forma, a prática profissional permite a apreensão e a concretização do aprendizado, tendo em vista as medidas de intervenção para o problema.

O jogo Violetas propiciou a liberdade de expressão das jogadoras, pois consistiu em um espaço para discussão de dúvidas e inquietações que emergiram na partida e que estavam vinculadas à prática profissional na realidade concreta. Em alguns momentos, a discussão se tornou intensa ao ponto das participantes esquecerem temporariamente que se tratava de um jogo de tabuleiro.

O envolvimento dos jogadores com os problemas e as tomadas de decisão a respeito da violência subsidia o processo de aprendizagem como consequência da participação ativa (BOWEN et al., 2014). As discussões foram interpretadas como reforço positivo para a qualificação profissional, pois garantiram a produção de novos conhecimentos e a reinterpretação dos conhecimentos consolidados anteriormente à oficina de trabalho.

O jogo Violetas foi entendido pelas participantes como metodologia educativa. Permitiu a produção e a materialização do conhecimento sobre a violência de gênero por meio das narrativas dos filmes, das perguntas e da participação das jogadoras. O processo de aprendizado foi entendido como crítico e emancipatório devido ao envolvimento das participantes com a partida e à formulação de proposições para transformação da realidade concreta.

O jogo lúdico é responsável pelo desenvolvimento do pensamento crítico, posto que não se limita às experiências dos jogadores e aos padrões das instituições formadoras de opinião. Ele é contrário ao processo de aprendizagem que visa à transmissão unidirecional do conhecimento e ao disciplinamento dos corpos de acordo com as normas sociais (PIRES; GOTTEMS; FONSECA, 2017).

O processo de aprendizagem motivado pelo uso de jogos é inovador, pois consiste na produção do conhecimento baseado nas experiências das jogadoras e na desconstrução dos estereótipos de feminilidade e masculinidade. Os jogos se diferenciam dos modelos tradicionais de ensino, pautados na determinação do

conteúdo e da técnica e nos modos de comunicação através de textos, palestras e oficinas (JOZKOWSKI; EKBIA, 2015).

Sugere-se que a partida do jogo Violetas estimulou possibilidades de mudanças na prática profissional com relação ao acolhimento, à escuta qualificada e à não revitimização nos atendimentos às mulheres em situação de violência. O acolhimento envolve a responsabilização e o comprometimento dos profissionais para a busca da solução do problema e para o apoio das mulheres vitimadas no processo de superação (SOARES; LOPES, 2018).

As cenas descritas nas perguntas possibilitaram a imersão das jogadoras no cenário fictício dos filmes, sendo desveladas as relações de poder entre os sexos e as diversas formas de violações. Também ensejaram recordações emocionais para aquelas que já haviam assistido os filmes. Essa experiência das participantes promoveu o elemento lúdico na partida.

A ludicidade está relacionada àquilo que não se repete, ocasionando o estranhamento e a contemplação. O lúdico exige tempo para o desenvolvimento de vínculo e para a produção de sentidos da experiência. Os sentidos estão baseados na tensão entre a dor e o prazer do acaso, da incerteza e da imprevisibilidade (PIRES; GOTTEMS; FONSECA, 2017).

O jogo Violetas, na condição de lúdico, provoca nos jogadores a alternância entre os sentimentos de prazer e tensão, além da reinvenção das subjetividades por meio das narrativas fílmicas. Ele cria a disputa entre a cidadania (personagens) e a violência (peça pretas) no tabuleiro (PIRES et al., 2017).

As participantes destacaram a ludicidade através das circunstâncias de sorte e azar vividas no jogo. O azar esteve ligado aos sentimentos de tensão, preocupação, ansiedade, aflição e frustração. A carta omissão, por exemplo, estimulou a percepção da impotência diante do problema e do permanente risco de derrota.

O azar nos jogos envolve a corrupção de princípios, desconsiderando a partida como impessoal, neutra e alheia às oportunidades dos participantes. A superstição consiste em uma tentativa de subverter o azar, na qual o jogador somente conta a sorte para vencer. Portanto, todas as situações vividas nos jogos incluem presságios de boa ou má sorte (CAILLOIS, 1990).

A promoção da tensão ocorre por meio da incerteza e do acaso no jogo. Considera-se que todas as ações dos jogadores têm como finalidade a conquista da

partida. Assim, são colocadas à prova a força, a coragem, a habilidade, a responsabilidade e a honestidade (HUIZINGA, 2014).

A tensão nos jogos também está associada ao prazer no momento em que os jogadores alcançam determinada superação. Dessa forma, torna-se possível vincular a tensão e o talento dos jogadores para o enfrentamento dos obstáculos da partida (CAILLOIS, 1990).

No jogo Violetas, a tensão esteve relacionada à prevenção e ao enfrentamento da violência no tabuleiro e às habilidades dos jogadores para a elaboração das respostas e estratégias. As participantes relataram que, pelo fato de a equipe ser constituída por profissionais da rede de enfrentamento, a vitória ou a derrota poderiam refletir a qualificação profissional.

A preocupação sobre o combate da violência no tabuleiro foi suscitada desde o início do jogo. As jogadoras julgaram que o conhecimento adquirido através da prática profissional na CMB fosse suficiente para conquistar a partida. Porém, quando identificaram o elemento azar (carta omissão), começaram a torcer pela sorte. A sorte estimulou a motivação, a confiança e a continuidade do jogo. A carta cine-cidades promoveu a segurança das participantes na assertividade das respostas, enquanto a carta violeta cidadã supôs a crença em uma força externa à partida.

Observou-se na última jogada que o propósito das equipes foi adquirir a carta cine-cidades, uma vez que a vitória dependeria do conhecimento das jogadoras. Elas não confiaram na possibilidade de a conquista do jogo ocorrer pela sorte. Isso denotou a vontade de vencer através das habilidades das participantes.

A sorte acontece independentemente do jogador, pois não é possível superar o destino que garante a conquista do jogo. Nesse contexto, o jogador se encontra passivo e à mercê da aposta, já que é impedido de investir as habilidades, a força e o conhecimento na vitória da partida (CAILLOIS, 1990).

A essência do lúdico é a vitória do jogo. Qualquer competição envolve um ganho e, portanto, é a premissa básica para a participação dos jogadores, na medida em que assegura a satisfação, a estima e a honra. O prêmio pode ter valor simbólico, material ou abstrato (HUIZINGA, 2014).

A sorte e o azar proporcionaram a imprevisibilidade no jogo Violetas, bem como momentos de diversão, distração e liberdade. As participantes se afeiçoaram ao acaso, à mudança das regras e à flexibilidade na assertividade das respostas, a fim de superar o fator imprevisível da partida que poderia resultar na derrota.

A imprevisibilidade em relação à conclusão da partida confirma a excepcionalidade de cada jogada e o encantamento pela atividade. As normas da vida cotidiana são temporariamente suspensas para dar sentido às regras do jogo (HUIZINGA, 2014).

No jogo Violetas, observou-se que a suspensão temporária das normas da vida cotidiana foi interrompida, na medida em que as peças pretas se ampliaram no tabuleiro. Desse modo, as participantes se afastaram da ficção e se aproximaram da realidade concreta. A aproximação das jogadoras com a realidade concreta comprometeu o sentimento de diversão proporcionado pela partida. Algumas participantes relataram o desejo de desistir da “brincadeira”, pois acreditavam que a graça do jogo havia sido perdida a partir do momento em que a violência tomava conta das cidades do tabuleiro.

A imprevisibilidade se revela como característica do jogo, visto que este pode sofrer a interferência da realidade concreta, o descumprimento das regras e o desencanto devido ao desenrolar desfavorável da partida (HUIZINGA, 2014).

O jogo consiste em atividade incerta, porquanto a dúvida sobre o resultado é constante durante a partida e o conhecimento do desfecho eliminaria o caráter de descoberta inerente ao jogo. O prazer de jogar está na busca da conquista por meio da liberdade e do respeito ao conjunto de regras (CAILLOIS, 1990).

Apesar dos episódios de ausência de diversão, incitados principalmente pelos momentos de tensão devido à ampliação da violência no tabuleiro, no término da partida, as participantes expressaram o desejo de jogar novamente. Esse aspecto está relacionado à capacidade do jogo de produzir um novo estado de espírito nos jogadores, caracterizado como experiência singular e passível de reprodução em outros momentos (HUIZINGA, 2014).

O desejo de jogar esteve associado à afinidade das participantes com a temática do jogo Violetas. O envolvimento com a partida demonstrou o interesse das profissionais na construção de conhecimentos e reflexões sobre a prática assistencial desenvolvida na CMB. Assim, considera-se que o processo de aprendizagem precisa incluir o conhecimento existente e a produção de novos pensamentos (FREIRE, 2004).

A participação das profissionais na pesquisa também esteve ligada à atividade lúdica proporcionada pelo jogo, na medida em que jogar pressupõe liberdade, alegria, diversão e voluntariado. A entrega espontânea se dá pela vontade e pelo prazer de

jogar, de modo que a obrigação ou recomendação eliminam o sentido da partida (CAILLOIS, 1990).

O jogo Violetas permite a participação de homens e mulheres na composição da equipe, apesar de em todos os aspectos da partida ficar evidente a perpetração da violência contra as mulheres. Pesquisa realizada a partir do jogo “Campus Craft” identificou que as intervenções para a prevenção da violência geralmente foram destinadas às mulheres, responsabilizando-as pelas atitudes dos agressores. Assim, os autores descrevem como fundamental a inclusão dos homens nas discussões sobre as formas de evitar as violações (JOZKOWSKI; EKBIA, 2015).

Outra pesquisa realizada a partir do jogo “Papo Reto” constatou nos discursos dos participantes a expressão de padrões sexistas e estereótipos de feminilidade e masculinidade nas relações intrafamiliares, sociais e de intimidade. Observou-se que a participação no jogo mobilizou a reflexão sobre as questões de gênero e a sexualidade, responsáveis pela perpetração de violações (OLIVEIRA; FONSECA, 2017).

No presente estudo, as participantes consideraram que o jogo Violetas apresenta densidade teórica na fundamentação das questões, principalmente no que se refere à identificação e compreensão da violência de gênero, à legislação brasileira sobre a temática, à proposição de medidas para o enfrentamento das violações e à desconstrução dos estereótipos de gênero.

A densidade teórica do jogo se mostrou de acordo com o interesse dos profissionais que vislumbraram a oficina de trabalho como uma oportunidade para a qualificação sobre a violência de gênero. Considera-se que os pensamentos desenvolvidos pelos seres humanos estão relacionados à realidade concreta, presumindo a existência e a correspondência com as necessidades e os interesses pessoais. Assim, são produzidos e reproduzidos mediante as circunstâncias cotidianas (VÁSQUEZ, 2011).

Por meio do jogo Violetas, as participantes analisaram o processo de trabalho desenvolvido na CMB e reconheceram que está fundamentado em ações pontuais e emergenciais, centralizado na demanda espontânea e na rotina de execução dos protocolos de atendimento estabelecidos pelos setores especializados.

Pesquisa brasileira realizada com 30 profissionais que atuavam em uma rede intersetorial para mulheres em situação de violência verificou que os participantes tinham uma visão fragmentada dos atendimentos, pois a atenção estava centralizada

nas demandas dos serviços. Esse aspecto está relacionado à alienação em relação ao processo de trabalho, que impossibilita a reflexão e a compreensão das necessidades e singularidades de cada usuária (VIEIRA; HASSE, 2017).

Diante disso, o jogo Violetas consiste em uma tecnologia educativa que possibilita a análise do processo de trabalho, a reflexão sobre as potencialidades e os limites dos atendimentos às mulheres em situação de violência e a superação da alienação consolidada pela rotina de trabalho das profissionais.

5.3.3 Reflexões estimuladas pelo jogo Violetas sobre a prática profissional

O jogo Violetas estimulou reflexões sobre as questões visíveis e invisíveis da violência de gênero. A invisibilidade foi associada aos padrões sexistas produzidos e reproduzidos historicamente na sociedade, dificultando a percepção das desigualdades de gênero que legitimam as violações perpetradas contra as mulheres.

As participantes reconheceram que a invisibilidade da violência de gênero está inserida na prática profissional. Os profissionais, assim como as vítimas e os agressores, são construídos socialmente e, portanto, sujeitos das relações sociais assinaladas pela dominação masculina e pela subalternidade feminina.

A compreensão de um fenômeno social envolve questionamentos e descrições a respeito das suas interfaces externas e ocultas. Para tanto, é preciso entrar em contato com sua essência (KOSIK, 1976).

No jogo Violetas, houve a possibilidade dos jogadores se apropriarem de um complexo fenômeno social: a violência de gênero. O enfrentamento da violência de gênero se mostra complexo quando são consideradas suas expressões nas diversas dimensões da sociedade. A partir do jogo, as participantes compreenderam que a superação do problema não se limita aos atendimentos às mulheres vitimadas, mas envolve a desconstrução das concepções idealizadas sobre ser homem e mulher na sociedade.

As cenas dos filmes descritas nas perguntas permitiram às participantes identificar as expressões: psicológica, moral, patrimonial, física e sexual da violência de gênero, perpetradas principalmente contra as protagonistas. Observaram que as

violações ocorrem nas relações homoafetivas, heteronormativas e intrafamiliares, tanto no contexto da vida pública quanto da privada.

Essa caracterização da violência de gênero, descrita pelas participantes com base no jogo, desvela a complexidade relacionada ao entendimento e à superação do fenômeno. As diversas interfaces que o cercam podem engendrar omissões a partir da não identificação e da dificuldade em saber como intervir. A abordagem do tema nas diversas dimensões da sociedade é fundamental para romper o ciclo de violações cometidas contra as mulheres.

O jogo Violetas propiciou às participantes um momento para compreender a violência de gênero de forma crítica, reflexiva e participativa. Durante a partida, as jogadoras discutiram a respeito do processo de trabalho desenvolvido pelos serviços de assistência social e à saúde no atendimento às mulheres vitimadas.

No que se refere à profissional de assistência social, as participantes dialogaram sobre sua responsabilidade no atendimento e encaminhamento das mulheres para outras instituições da rede de enfrentamento. Pesquisa brasileira realizada no território de uma unidade básica de saúde verificou a relevância da assistente social em um núcleo de prevenção da violência, identificada como responsável pelo desenvolvimento de ações para o enfrentamento do problema (SIGNORELLI; TAFT; PEREIRA, 2018).

Outra pesquisa brasileira, realizada com 30 profissionais de uma rede intersetorial para mulheres em situação de violência, constatou a amplitude do atendimento das assistentes sociais no que diz respeito às necessidades das usuárias. Elas garantem a articulação entre os serviços especializados e não especializados, bem como o acompanhamento e o encaminhamento das vítimas (VIEIRA; HASSE, 2017).

Em relação ao profissional da saúde, as participantes relataram desconhecimento sobre sua prática profissional devido à pouca vinculação entre os serviços de saúde e a CMB. Esse aspecto remete à fragilidade da referência e contrarreferência dos atendimentos às mulheres em situação de violência que buscaram as redes de apoio nas três capitais brasileiras estudadas.

No jogo Violetas, a assistência à saúde foi interpretada primordialmente como biologistica, uma vez que foram considerados somente os agravos físicos e sexuais da violência de gênero. As situações agudas, como as agressões físicas e sexuais, geralmente são encaminhadas para os serviços de emergência e pronto socorro, ao

passo que os danos crônicos dificilmente motivam as mulheres a buscar atendimento à saúde (SIGNORELLI; TAFT; PEREIRA, 2018).

Pesquisa brasileira realizada com 14 mulheres vítimas de violência verificou que, no percurso do enfrentamento, houve procura pelos serviços de saúde. A maior parte dos atendimentos envolveram questões associadas à saúde mental, as quais tiveram como intervenção a prescrição de psicofármaco. A medicalização da violência reafirma a responsabilidade da usuária sobre a resolução do problema e a desqualificação dos profissionais de saúde (SOARES; LOPES, 2018).

Durante a partida, as participantes relataram que os serviços de saúde são responsáveis pelo tratamento medicamentoso, cuidado das lesões e preenchimento da ficha de notificação compulsória para as situações de violência. Além disso, ressaltou-se o despreparo dos profissionais para o acolhimento e atendimento humanizado das mulheres vitimadas.

Pesquisa realizada a partir das notificações de violência contra mulheres registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) entre 2011 a 2015 e dos óbitos de mulheres registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) entre 2011 a 2016 destacou como principal motivo para notificação a violência física (78,4%). A comparação demonstrou que o risco de óbito por agressão é maior para as mulheres notificadas, assim como a repetição das violações. Esses dados revelam limitações relacionadas à proteção e à rede de apoio às vítimas (BARUFALDI et al., 2017).

O despreparo dos profissionais de saúde para o atendimento às mulheres vitimadas revela a ausência de acolhimento das usuárias que buscam os serviços de saúde como possibilidade para o compartilhamento e enfrentamento da experiência traumática vivida. Pesquisa realizada na Turquia com 205 usuárias de 22 abrigos para mulheres em situação de violência verificou que somente 1,5% das participantes relataram a violação para o médico da família (ÖĞÜLMÜŞ; KESKIN, 2017).

É reconhecida a dificuldade dos profissionais de saúde em abordar a violência de gênero por conta das poucas queixas expressas pelas usuárias e da ausência de clareza nos discursos sobre o problema. No atendimento, em geral, somente são identificadas as violações graves que provocam lesões corporais (VIEIRA; HASSE, 2017).

No jogo Violetas, as participantes propuseram como medida para o enfrentamento da violência de gênero a qualificação dos profissionais de saúde. Além

disso, evidenciaram a importância de espaços físicos adequados para o atendimento, de modo que promovam o acolhimento das usuárias com segurança e privacidade, favorecendo o relato da experiência traumática vivida.

Os serviços de atenção primária à saúde despontam como locais privilegiados para que as vítimas possam realizar denúncias de violência, uma vez que são reconhecidos pela resposta às demandas das mulheres e dos seus dependentes e familiares (TORRALBAS-FERNÁNDEZ; CALCERRADA-GUTIÉRREZ, 2016).

Contudo, a ausência de infraestrutura e recursos humanos qualificados é percebida como barreira para o atendimento às mulheres vitimadas, tanto nos serviços especializados quanto nos não especializados (VIEIRA; HASSE, 2017).

A partir do jogo Violetas, as participantes analisaram e refletiram sobre a insegurança, a angústia e a mudança da postura profissional nos atendimentos realizados às usuárias da CMB. Elas relataram que o tempo de experiência no serviço especializado e o contato frequente com as situações de violência modificaram o desenvolvimento da prática profissional.

A reflexão sobre a prática está associada ao aprimoramento das competências e dos saberes profissionalizantes. A formação do profissional reflexivo se refere à capacidade de pensar sobre a ação e a estrutura. Esses aspectos estimulam a autonomia e a responsabilidade dos profissionais (PERRENOUD, 2002).

As questões visíveis e invisíveis da violência apresentadas no jogo Violetas estimularam a reflexão de que, quando as mulheres vitimadas procuram ajuda, estão fragilizadas e vulneráveis, pois a maior parte das agressões envolve pessoas conhecidas. Isso interfere no estabelecimento de vínculo e confiança junto aos serviços da rede de apoio (VIEIRA; HASSE, 2017).

O atendimento às mulheres vitimadas necessita estar fundamentado no acolhimento, na escuta qualificada e no não julgamento da experiência vivida. Os profissionais devem propiciar um contexto no qual as usuárias tenham a possibilidade de compartilhar suas preocupações e necessidades para o enfrentamento da violência de gênero.

Para tanto, sugere-se que os profissionais incorporem à sua prática conhecimentos e habilidades para a identificação e a compreensão da violência. Eles devem apresentar consciência e sensibilidade sobre o problema, bem como oferecer segurança e confidencialidade (SIGNORELLI; TAFT; PEREIRA, 2018).

Observa-se que o atendimento realizado às mulheres vitimadas na CMB tem distintas abordagens para o enfrentamento do problema. A instituição é formada pelos setores de recepção, acolhimento, apoio psicossocial, delegacia especializada, juizado especializado, ministério público, defensoria pública, autonomia econômica, alojamento de passagem, brinquedoteca e central de transportes. Considera-se que cada profissional atende as usuárias de acordo com o campo de teorias e práticas do setor no qual está inserido.

O jogo Violetas representou um momento propício para as profissionais compartilharem e conhecerem os processos de trabalho desenvolvidos na CMB. Apesar de fazerem parte da mesma instituição, verificou-se que os setores apresentavam entre si pouco diálogo e interação nas rotinas de atendimento.

O ato de conhecer é respaldado pela prática social, uma vez que o sujeito é produto das relações sociais. O compartilhamento de experiências e conhecimentos implica a ampliação e transmissão do conhecimento (FONSECA; AMARAL, 2012). Nesse sentido, o jogo Violetas consiste em uma tecnologia que estimula a processo de aprendizagem a partir da prática social, bem como promove sua transformação.

O processo de conhecimento envolve a prática porque se destina à sua transformação. Assim, a aprendizagem é levada para a ação por meio da articulação com a realidade, bem como do significado e da afetividade do sujeito social junto ao objeto (VASCONCELLOS, 1992).

O uso de jogos no processo educativo depende da participação e da interação entre os jogadores para a construção do conhecimento. Pesquisa realizada a partir do jogo “Green Acres High” verificou como aspecto positivo a interatividade proporcionada aos participantes, através da qual era possível alcançar níveis de aprendizado pela execução das tarefas (BOWEN et al., 2014).

O jogo Violetas permitiu às jogadoras reconhecer a importância das habilidades profissionais e da formulação de estratégias colaborativas para o enfrentamento da violência de gênero. Cada especialidade profissional possui habilidades que permitem vislumbrar perspectivas para o enfrentamento do problema. Todavia, as ações individuais realizadas pelos setores especializados de atendimento não são suficientes para a superação da violência de gênero. Considera-se primordial a proposição e a implementação de ações intersetoriais, compreendendo a totalidade do fenômeno.

A cooperação estabelecida entre as participantes no jogo Violetas garantiu a vitória da equipe contra a violência no tabuleiro. Da mesma forma, esse aspecto pode ser transportado para a realidade concreta, considerando que o trabalho desenvolvido pela equipe multiprofissional e pela rede intersetorial de atendimento favorece a ampliação das estratégias e medidas para a prevenção e o enfrentamento do problema.

O atendimento multiprofissional se destaca pela construção e pelo fortalecimento do trabalho em equipe. Os profissionais, dentro das suas habilidades, propuseram medidas integradas para o enfrentamento da violência de gênero.

A legislação brasileira sobre a violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher preconiza o atendimento da equipe multidisciplinar, formada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde. Essa equipe é responsável pelo fornecimento de informações para o processo criminal, bem como pela orientação, encaminhamento e prevenção de novas agressões à vítima (BRASIL, 2006).

O atendimento intersetorial permite a elaboração de estratégias articuladas entre os serviços de atendimento especializado e não especializado para ampliação da rede de apoio e oferta de alternativas com o objetivo de que as mulheres vitimadas consigam superar a violência de gênero a partir da sua autonomia e emancipação.

A rede intersetorial de atendimento é responsável pela prevenção, pela assistência e pelo combate da violência contra a mulher. O trabalho em rede visa superar a desarticulação e a fragmentação dos atendimentos, por meio da atuação planejada entre os serviços governamentais, não governamentais e a comunidade. Também está pautada na qualidade do atendimento, na identificação, no encaminhamento dos casos e no desenvolvimento de estratégias preventivas, a fim de superar a complexidade do fenômeno (BRASIL, 2013a).

Pesquisa iraniana realizada com 84 participantes constatou a redução da violência de gênero após a participação das mulheres em uma intervenção educativa. Demonstrou que a implementação de programas de empoderamento feminino é primordial para a redução e a prevenção das violações (TAGHDISI et al., 2014). Assim, a rede intersetorial de atendimento desponta como estratégia significativa para o enfrentamento do problema no cenário brasileiro.

A complexidade da violência de gênero demanda ações intersetoriais. Os serviços de atendimento especializado precisam oferecer apoio às mulheres vitimadas

e contribuir para a desconstrução dos estereótipos de feminilidade e masculinidade, através de políticas sociais para a redução da vulnerabilidade das mulheres no que se refere às violações baseadas no gênero (TORRALBAS-FERNÁNDEZ; CALCERRADA-GUTIÉRREZ, 2016).

O jogo Violetas despertou nas participantes a necessidade de propor e implementar medidas para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher, considerando a disponibilidade dos serviços especializados e não-especializados no espaço geopolítico em que as mulheres vitimadas estão inseridas.

As participantes identificaram diferenças na composição da rede de atendimento nas capitais e nos municípios do interior dos estados. Consideraram os benefícios das mulheres que residem nas capitais brasileiras que possuem a CMB e as desvantagens das vítimas que moram em cidades com menor suporte de serviços governamentais nas áreas de justiça, saúde e assistência social.

O jogo Violetas estimulou a reflexão sobre as fragilidades da rede de atendimento na realidade concreta. As participantes consideraram que o enfrentamento da violência somente foi possível devido à participação e à articulação de todos os profissionais que constituíam a rede de apoio. Contudo, na prática profissional, ressaltaram a ausência de envolvimento e comprometimento dos representantes dos serviços, resultando na fragmentação da atenção e na desqualificação do suporte às vítimas.

Pesquisas realizadas com profissionais envolvidos no atendimento à violência contra a mulher verificaram como limitações da rede de apoio intersetorial: a ausência de estrutura física adequada e de recursos humanos nas instituições, a replicação de procedimentos e protocolos de modo isolado e desarticulado, e o despreparo dos responsáveis pela assistência das usuárias em situação de violência, devido ao desconhecimento e à insegurança (BORTH et al., 2018; CORTES et al., 2015; COUTO et al., 2018).

O jogo Violetas foi compreendido como tecnologia lúdica e ferramenta de trabalho para a qualificação das profissionais que atuam na rede intersetorial de atendimento, uma vez que reflete e discute a prática profissional e a participação dos serviços de apoio, visando à proposição e implementação de um processo de trabalho coletivo e articulado entre as diferentes especialidades.

A transformação da realidade concreta pelo sujeito social é tida como atividade complexa, uma vez que produz novos conhecimentos (FREIRE, 2004). O sujeito

social transforma o mundo como meio de transformar a si mesmo e age pelo conhecimento, da mesma forma que aprende com a ação. Em vista disso, tem a capacidade de modificar tanto o exterior quanto o interior (VÁSQUEZ, 2011).

A participação das profissionais no jogo Violetas propiciou mudanças internas e externas para o enfrentamento da violência de gênero. As mudanças internas estiveram relacionadas ao reconhecimento da construção histórica e social dos papéis de gênero. As mudanças externas foram associadas à reflexão sobre a prática profissional, no que se refere às habilidades individuais e coletivas dos profissionais, com vistas ao atendimento e às estratégias para superação do problema.

A partida também permitiu que as participantes identificassem limitações do conhecimento sobre as questões de gênero e a violência contra a mulher, assim como o quanto esse desconhecimento pode impactar no atendimento às vítimas. As participantes propuseram ainda a organização e a realização de capacitações aos profissionais da CMB a respeito das dúvidas que emergiram no decorrer do jogo.

A consciência sobre a prática é desenvolvida a partir da definição de uma finalidade. A concretização dessa finalidade é modificada de acordo com as interferências e é qualificada por meio da materialização das ideias. Quando a consciência sobre a prática se volta para si mesma, é considerada como consciência da práxis (VÁSQUEZ, 2011).

No jogo Violetas, constatou-se o desenvolvimento da consciência da práxis pelas participantes, na medida em que a finalidade da partida foi propiciar reflexões sobre o enfrentamento da violência de gênero. As discussões das respostas e o compartilhamento das experiências por meio das perguntas favoreceram a materialização e a transformação das ideias sobre a temática.

Na consciência da práxis, é identificado o movimento pelo qual o objeto se torna sujeito e o sujeito se converte em objeto. Compreende-se que a produção do conhecimento não é subjetiva e reflexo da prática devido à sua complexidade (BREILH, 2006). A partida propiciou que os sujeitos sociais responsáveis pelo atendimento às mulheres vitimadas na realidade concreta se tornassem objeto de interpretação, análise e reflexão a partir do jogo de tabuleiro.

O jogo também permitiu às participantes transportar as situações vividas nos atendimentos da CMB para o contexto do tabuleiro. As respostas às perguntas e os componentes do jogo possibilitaram que o objeto de trabalho fosse compreendido sob a perspectiva de gênero.

O conhecimento crítico não é possível se houver somente a apropriação e a simples descrição do objeto. Ele envolve a reflexão dos sujeitos sociais sobre o objeto e sua importância para o pensamento humano (FREIRE, 2004). Dessa forma, a teoria e a prática possuem uma relação de dependência, a fim de que exista o aprimoramento (VÁSQUEZ, 2011).

A proposta do conhecimento crítico é entender a “coisa em si” e a realidade, superando a aparência. Esse processo é espiral, pois parte do abstrato em direção ao concreto por meio da dialética, que fornece subsídios para a superação (KOSIK, 1976; VASCONCELLOS, 1992).

A dialética do processo de conhecimento envolve o sujeito social e a realidade concreta. O sujeito social pode apreender, interpretar e transformar as percepções sobre a realidade e o conjunto das relações sociais nas quais está envolvido. Esse processo é contínuo e dinâmico e modifica a realidade e o sujeito social concomitantemente (FONSECA; AMARAL, 2012).

A metodologia dialética compreende o ser humano como ativo e relacional e o conhecimento como fruto das suas relações com os outros e o mundo. Portanto, é necessária a discussão, reflexão e reinterpretação do objeto de aprendizado para que exista produção do conhecimento (VASCONCELLOS, 1992).

Considerando-se o processo de conhecimento, observou-se que o jogo Violetas, por meio das reflexões, foi responsável por estimular a percepção sobre contradições que expressam as vulnerabilidades e necessidades das mulheres vitimadas, fornecendo subsídios para a elaboração e implementação de medidas de enfrentamento e superação da violência de gênero.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a concepção de gênero está fundamentada nos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. Neste estudo, verificou-se que os estereótipos de gênero têm sua gênese nas diferenças biológicas estabelecidas entre os sexos, assim como determinam padrões de feminilidade e masculinidade.

A masculinidade foi associada à força, coragem e virilidade, ao passo que a feminilidade esteve ligada à fragilidade, insegurança e sensibilidade. Esses estereótipos foram identificados nos discursos e nas imagens produzidas e reproduzidas pelas participantes. Eles reforçaram as inequidades entre os sexos, marcadas nas relações de poder pela dominação masculina e pela subalternidade feminina.

Os estereótipos de gênero prescrevem padrões e normas de conduta para homens e mulheres, consolidados historicamente e socialmente. Eles são percebidos nas dimensões estrutural, particular e singular da sociedade, influenciando os processos de produção e reprodução social.

Nessa perspectiva, destaca-se a divisão sexual do trabalho, assinalada pela dependência econômica e emocional das mulheres, principalmente nas relações de intimidade. Verifica-se a valorização das mulheres na preservação dos relacionamentos afetivos, no cuidado dos filhos e na manutenção do espaço doméstico. Ao mesmo tempo, percebe-se que são desvalorizadas no espaço público, recebendo menores salários, dificilmente ocupando cargos de liderança e desempenhando atividades de baixo reconhecimento social, por meio de trabalhos ligados ao cuidado, à sensibilidade e à beleza. Esses aspectos reforçam a opressão feminina nas relações de poder e caracterizam suas habilidades como inferiores à capacidade masculina.

As iniquidades de gênero também exercem controle sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Na sociedade, percebe-se a valorização das relações heteronormativas e da maternidade, em detrimento da liberdade sexual e do direito ao aborto.

A ameaça contra a aparente normatividade estabelecida pelos padrões sexistas pode resultar em situações de violência, nas quais o opressor busca reforçar seu poder sobre a parte oprimida. Através do jogo Violetas, foi possível identificar a

perpetração das violações nas relações intragênero e intergênero nos espaços da vida privada e pública.

As relações intragênero e intergênero nos relacionamentos de intimidade, na maioria das vezes, denotam sentimentos de afeto, amor e carinho, pois envolvem pessoas conhecidas. Todavia, esse aspecto desponta como barreira para a identificação e o enfrentamento da violência de gênero, na medida em que existe uma linha tênue entre o cuidado e o risco à vida.

A identificação da violência se torna tarefa complexa, devido às suas interfaces visíveis e invisíveis. A violência visível se manifesta por meio das agressões físicas, sexuais e patrimoniais; a invisível, quando ocorrem violações psicológicas e morais. A denúncia dos casos geralmente se processa a partir da materialização da violência por meio das marcas nos corpos das mulheres.

A compreensão da violência de gênero pelas vítimas envolve a autonomia e o empoderamento feminino, a qualificação e a integração dos serviços especializados e não-especializados no atendimento às violações. A promoção de políticas públicas que visam à desconstrução dos estereótipos de gênero nas áreas da saúde, educação, justiça, economia e assistência social é imprescindível para o enfrentamento do problema.

O jogo Violetas se mostrou como tecnologia lúdica e educativa ao estimular a reflexão sobre as questões de gênero, a formação e o aprimoramento dos profissionais que atuam no atendimento às mulheres em situação de violência e o fortalecimento da rede de apoio para a prevenção e o enfrentamento.

As cenas dos filmes e os discursos dos personagens se apresentaram como recursos para a análise dos tipos de violência visíveis e invisíveis, constatados tanto no cenário fictício quanto na realidade concreta. As jogadoras tiveram a possibilidade de observar, comparar e discutir as questões e as repercussões da violência de gênero na qualidade de vida das mulheres.

A dinâmica do jogo Violetas favoreceu o reconhecimento das diferentes formas de ação e omissão que têm como consequência a contenção ou a ampliação da violência. Nas partidas, o combate à violência foi relacionado às respostas corretas e à instalação das estações redes cidadãs, enquanto sua perpetração foi associada às respostas incorretas.

A ampliação da violência no tabuleiro por conta das respostas incorretas assinalou o desconhecimento dos aspectos legais e conceituais da violência de

gênero. A responsabilidade pela inserção das peças pretas (que aumentam a violência) provocou nas participantes o sentimento de culpa e despertou a percepção sobre as formas invisíveis da violência que são perpetradas cotidianamente.

A inclusão das peças pretas no tabuleiro motivou também a reflexão das participantes a respeito da maneira como os casos de violência se ampliam na realidade concreta. Elas associaram o aumento das violações nas cidades do tabuleiro com a ausência de medidas para a prevenção e de estratégias para o enfrentamento. Constataram que a complexidade do fenômeno requer profissionais qualificados e serviços integrados para o atendimento às mulheres.

O jogo Violetas foi responsável por proporcionar desafios individuais e coletivos às participantes. Os desafios individuais foram associados às habilidades e aos conhecimentos dos profissionais e, os coletivos, à interação e ao diálogo estabelecido entre os membros da equipe para formulação das respostas e estratégias de jogo, com o intuito de conquistar a vitória.

Apesar de as perguntas corresponderem a determinados personagens do jogo, a resposta foi elaborada coletivamente pela equipe. Observou-se que cada jogadora comentava sua opinião a respeito do tema e a decisão era formulada pelo grupo. Desse modo, evidenciou-se o jogo como espaço propício para discussão e compartilhamento de experiências e conhecimentos sobre a violência de gênero.

O *design* do tabuleiro do jogo Violetas possibilitou a compreensão do papel da rede de enfrentamento na realidade concreta. As participantes avaliaram a dimensão do problema no território e puderam propor e implementar serviços especializados para o atendimento às vítimas. Elas reconheceram a vulnerabilidade das mulheres, de acordo com sua inserção no espaço geopolítico e a importância da disponibilidade de profissionais e instituições para atendimento de suas necessidades em saúde, jurídicas, sociais e educacionais.

Quanto aos limites do jogo, as participantes citaram a ausência de proximidade com tecnologias lúdicas, dificuldade para entender as regras e a necessidade de noções básicas sobre a temática. De qualquer forma, esses limites não impossibilitaram a participação das jogadoras na partida, uma vez que a dinâmica do jogo é baseada no trabalho colaborativo.

No que diz respeito às potencialidades do jogo, as participantes referiram a curiosidade, a estética, a competição, a ludicidade, o tema e a possibilidade de

reflexão sobre a violência de gênero e a prática profissional no atendimento às mulheres vitimadas.

As perguntas do jogo foram comparadas a estudos de caso, na medida em que envolviam diferentes situações de violência que deveriam ser analisadas. As participantes utilizaram conhecimentos oriundos da prática profissional para a elaboração das respostas.

Constatou-se que o processo de elaboração das respostas fomentou a construção de novos conhecimentos a respeito do tema, a reinterpretação de percepções pessoais e profissionais e a consolidação de aprendizados gerados a partir do jogo. Esses aspectos também motivaram o desenvolvimento da consciência crítica sobre a violência de gênero.

As perguntas do jogo Violetas estimularam a reflexão sobre as práticas profissionais realizadas nos setores da Casa da Mulher Brasileira. A partida permitiu reconhecer as potencialidades e os limites dos atendimentos disponibilizados às usuárias. Verificou-se também a necessidade da escuta qualificada e da assistência humanizada, com o intuito de evitar a revitimização das mulheres.

As participantes consideraram que a complexidade do tema requer profissionais formados e qualificados para a compreensão da violência de gênero e para a proposição de medidas de intervenção. O atendimento da demanda espontânea e o cumprimento dos protocolos assistenciais se mostraram insuficientes para a superação do problema.

Também salientaram o atendimento multiprofissional e intersetorial como oportunidade para a compreensão das partes que conformam a totalidade do fenômeno, para ampliar as perspectivas das ações planejadas e implementadas, com vistas à prevenção, ao enfrentamento e à superação da violência de gênero.

As oficinas de trabalho reforçaram a concepção do jogo Violetas como tecnologia lúdica, devido às cenas e as narrativas dos filmes, nas quais as jogadoras foram convidadas a mergulhar na ficção e suspender temporariamente a realidade concreta. Foram lúdicos também os momentos de tensão e alegria, marcados pela esperança da vitória e pelo medo da derrota. A imprevisibilidade garantiu a singularidade da partida e estimulou o desejo de jogar novamente.

Os filmes nos quais se baseiam as perguntas do jogo consistem em potentes ferramentas para a percepção, análise e crítica da opressão feminina, além de

demonstrar a emancipação das mulheres como importante mecanismo para a superação da violência.

O jogo motivou a interação entre as participantes por meio da possibilidade de compartilhar ideias e experiências pessoais e profissionais e promoveu a imaginação e a criatividade, em virtude da elaboração das respostas e das estratégias do jogo. Portanto, pode ser considerado como ferramenta capaz de promover o trabalho em equipe através da participação de todos os jogadores.

No contexto deste trabalho, o jogo Violetas se mostrou como tecnologia educativa, na medida em que permitiu a reflexão sobre os conceitos e as práticas em torno da violência de gênero, a identificação de contradições que influenciam a interrupção do ciclo da violência, a consolidação dos conhecimentos adquiridos previamente e durante a partida e o envolvimento ativo de todas as participantes.

As oficinas de trabalho crítico-emancipatória foram potentes para a coleta de dados, pois estimularam a participação dos profissionais através do compartilhamento das percepções, experiências e críticas em relação ao jogo. Além disso, foram consideradas interventivas, na medida em que proporcionaram espaço propício para a construção do conhecimento de maneira coletiva e participativa, com o intuito de aprimorar os atendimentos realizados nas instituições que foram cenários do estudo. Ao final, as oficinas foram positivamente avaliadas pelas participantes, principalmente como forma de produzir aprendizado, aprimoramento e motivação para o trabalho.

O cenário da pesquisa, as Casas da Mulher Brasileira, se revelou como importante espaço para o acolhimento e atendimento às mulheres em situação de violência. Durante a observação, foi possível constatar, pelos relatos das usuárias, que sua procura pelas Casas foi o último recurso para tentar romper o ciclo de violações. Constatou-se que as ações desenvolvidas pelos profissionais dos diferentes setores não se limitaram às mulheres residentes em Brasília, Campo Grande e Curitiba, mas estenderam-se também àquelas que moravam em outras cidades, outros estados e, até mesmo, outros países. Assim, justifica-se e reforça-se a manutenção do funcionamento das Casas da Mulher Brasileira, bem como a abertura de outras nos demais estados do território brasileiro.

Este estudo teve como limitação a participação dos profissionais em somente uma partida do jogo Violetas, o número reduzido de participantes devido à oficina de trabalho ocorrer concomitantemente aos atendimentos, e à ausência de profissionais da saúde. Apesar de o profissional da saúde ser um dos personagens do jogo, esse

profissional não faz parte da equipe dos setores da CMB. Assim, verifica-se a necessidade de realizar novas oficinas junto ao grupo de trabalhadores da saúde.

A revisão de escopo permitiu identificar a carência de jogos relacionados à violência contra a mulher e voltados para os profissionais envolvidos no atendimento às vítimas, inviabilizando comparações com outras tecnologias educativas semelhantes ao jogo Violetas.

Considera-se que essas limitações não invalidam a relevância do estudo, uma vez que as oficinas de trabalho revelaram o jogo Violetas como potente para estimular reflexões para a prevenção e o enfrentamento da violência de gênero junto aos profissionais que atuam no atendimento às mulheres vitimadas. Ficou claro que o jogo valorizou os conhecimentos construídos pelos jogadores e salientou aspectos que precisam ser melhor compreendidos para aprimorar a qualificação dos profissionais e, conseqüentemente, impactar na qualidade do atendimento prestado às usuárias.

Apesar de as enfermeiras não fazerem parte da equipe de profissionais da Casa da Mulher Brasileira, é possível destacar aspectos do jogo que podem fundamentar o cuidado de Enfermagem a mulheres em situação de violência de uma maneira geral.

A Enfermagem, historicamente, é entendida como campo teórico e prático do cuidado humano. As teorias de Enfermagem consolidam o conhecimento científico sobre a prática profissional e instrumentalizam a formação, a qualificação e o aprimoramento da assistência. A prática profissional fornece subsídios para a compreensão do processo saúde-doença e para o estabelecimento do processo cuidativo.

A violência de gênero é considerada um complexo fenômeno social, responsável por modificar negativamente os modos de viver e adoecer das mulheres. As violações psicológicas, morais, patrimoniais, físicas e sexuais são responsáveis pelo desencadeamento de danos a curto, médio e longo prazo. Diante disso, os serviços de saúde podem ser espaços significativos para o acolhimento e acesso à rede de atendimento.

O atendimento à saúde das mulheres vitimadas depende da identificação do problema pelos profissionais. Os resultados do estudo revelaram o silêncio e a insegurança das vítimas para o enfrentamento da experiência traumática vivida. As cenas dos filmes ressaltaram as crenças em torno da fragilidade feminina, do amor romântico e do lar como espaço privado e desvinculado da sociedade.

Essas crenças e situações apresentadas nos filmes são produzidas e reproduzidas de forma semelhante na realidade objetiva, na qual as usuárias e os profissionais estão inseridos. Assim, constata-se a importância de discussões e reflexões sobre as questões de gênero no contexto da educação e do cuidado de Enfermagem. É necessário que as enfermeiras compreendam as inequidades e as relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres nos relacionamentos intragênero e intergênero que poderão resultar em situações de violência.

O reconhecimento da violência de gênero pode levar as enfermeiras a compreender as necessidades de saúde e as vulnerabilidades sociais das vítimas. A consulta de enfermagem possibilita o estabelecimento de vínculo com as usuárias e as ações de cuidado com vistas ao enfrentamento e à superação do problema.

Salienta-se que as necessidades em saúde não estão restritas ao saber-fazer da Enfermagem. O atendimento pautado somente no modelo clínico, conformado pelo exame físico, pela anamnese, pelos exames laboratoriais e pela medicalização dos sintomas é insuficiente para o rompimento do ciclo da violência.

Durante a consulta de enfermagem, é preciso que a profissional considere as singularidades de cada mulher, uma vez que se tratam de sujeitos sociais inseridos em territórios e grupos sociais heterogêneos. Para tanto, precisam desenvolver o pensamento crítico e implementar o cuidado generificado, apoiados em diagnósticos e intervenções de enfermagem de acordo com as necessidades em saúde das mulheres vitimadas.

O pensamento crítico envolve apreender e interpretar a realidade objetiva das usuárias e compreender os processos de produção e reprodução social, percebendo os grupos sociais de acordo com as categorias gênero, geração, raça-etnia e classe social. A captação da realidade objetiva permite identificar os serviços de atendimento especializado e não especializado presentes no território e que conformam a rede de enfrentamento à violência.

Os serviços de saúde se configuram como porta de entrada para a rede de enfrentamento à violência. A atenção à saúde justifica a presença das mulheres nesses locais, não necessariamente motivadas pelas situações de violência, mas pela busca pelo cuidado enquanto também responsáveis pelo cuidado de sua família. Dessa forma, os serviços de saúde precisam de uma estrutura física que garanta a privacidade nos atendimentos e recursos humanos suficientes e qualificados para as demandas das usuárias.

O preenchimento do formulário de notificação da violência nos serviços de saúde públicos e privados consiste em uma importante ferramenta para o conhecimento da amplitude das violações nos seus cenários de atuação. Além de fornecer informações para as ações de prevenção da violência, sustentam a proposição, a implementação e a avaliação das políticas públicas relacionadas ao enfrentamento da violência.

A qualificação dos profissionais de saúde para o atendimento às mulheres em situação de violência é primordial na medida em que suas ações podem resultar na revitimização das usuárias ou na superação do problema. A revitimização geralmente está associada ao desconhecimento e à insegurança dos profissionais em relação à temática.

O jogo Violetas enquanto tecnologia lúdica e educativa pode ser utilizado nos espaços formativos, como nos cursos de graduação e de educação permanente, e nos serviços de saúde com diferentes níveis de atendimento às mulheres.

Neste estudo, verificou-se que o jogo lúdico e educativo possibilita a comunicação, a interação, o compartilhamento de conhecimentos e experiências, o desenvolvimento do trabalho em equipe e o aprimoramento do aprendizado relativo às questões da violência de gênero que estão implícitas nas perguntas e na dinâmica do jogo.

A partida do jogo também envolve a proposição de ações individuais e coletivas, nas quais as enfermeiras poderão ser protagonistas e participar de modo colaborativo nas medidas de prevenção e enfrentamento propostas e implementadas pelo setor jurídico, educativo e de promoção econômica e social.

O jogo Violetas descaracteriza a concepção de que a violência é problema de um determinado setor de atendimento, demonstrando que todas as profissões podem desenvolver conhecimentos e habilidades para participar da superação desse fenômeno social, de acordo com os saberes específicos de cada área do conhecimento.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- ABDULMAJED, H.; PARK, Y. S.; TEKIAN, A. Assessment of educational games for health professions: A systematic review of trends and outcomes. **Medical Teacher**, v. 37, n. S1, p. S27–S32, 2015.
- ACOSTA, D. F. et al. Violence against women committed by intimate partners: (in)visibility of the problem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 24, n. 1, p. 121–127, 2015.
- ADELMAN, M.; ROSENBERG, K. E.; HOBART, M. Simulations and Social Empathy: Domestic Violence Education in the New Millennium. **Violence Against Women**, v. 22, n. 12, p. 1451–1462, 2016.
- AKL, E. A. et al. Educational games for health professionals (Review). **Cochrane Database of Systematic Reviews**, p. 1–49, 2013.
- ALMEIDA, L. R. DE; SILVA, A. T. M. C. DA; MACHADO, L. DOS S. Games for the training of health professionals in attention to gender violence. **Revista Brasileira de Educação médica**, v. 37, n. 1, p. 110–119, 2013.
- ÁLVAREZ, M. C. D.; GÓMEZ, M. C. S.; JARA, P. A. F. D. Gender Attributes and Stereotypes Associated with the Cycle of Violence Against Women. **Universitas Psychologica**, v. 11, n. 3, p. 769–777, 2012.
- ALVES, M. A. Structural model of the game hermeneutics as philosophical foundations of Education. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 17, n. 1, p. 235–248, 2011.
- AMARAL, N. DE A.; AMARAL, C. DE A.; AMARAL, T. L. M. Mortalidade feminina e anos de vida perdidos por homicídio/agressão em capital Brasileira após promulgação da Lei Maria da Penha. **Texto e Contexto Enfermagem**, v. 22, n. 4, p. 980–988, 2013.
- AMARIJO, C. L. et al. Nursing personnel's social representations of domestic violence against women: a structural approach. **Rev enferm UERJ**, v. 25, p. 1–6, 2017.
- ANDERSON, S. et al. Asking the right questions: Scoping studies in the commissioning of research on the organisation and delivery of health services. **Health Research Policy and Systems**, v. 6, n. 7, p. 1–12, 2008.
- ARBOIT, J. et al. Health care for women in situations of violence: discoordination of network professionals. **Rev Esc Enfermagem USP**, n. 51, p. 1–7, 2017.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

ARKSEY, H.; O'MALLEY, L. Scoping studies: Towards a methodological framework. **International Journal of Social Research Methodology: Theory and Practice**, v. 8, n. 1, p. 19–32, 2005.

ASADI, S. et al. Domestic Violence and its Relationship with Quality of Life in Iranian Women of Reproductive Age. **Journal of Family Violence**, v. 32, n. 4, p. 453–460, 2017.

ÁVILA, M. B. DE M. A dinâmica do trabalho produtivo e reprodutivo: uma contradição viva no cotidiano das mulheres. In: VENTURI, G.; GODINHO, T. (Eds.). **Mulheres Brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 231–245.

BANDEIRA, L. A violência doméstica: uma fratura social nas relações vivenciadas entre homens e mulheres. In: VENTURI, G.; GODINHO, T. (Eds.). **Mulheres Brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 63–78.

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 449–469, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, R.; RASTROJO, J. B. Reflexões epistemológicas sobre o potencial emancipador da pedagogia da libertação para superar o modelo escolar do que fazer do(a) professor(a). **Educação em Revista**, v. 30, n. 3, p. 219–243, 2014.

BARUFALDI, L. A. et al. Gender violence: a comparison of mortality from aggression against women who have and have not previously reported violence. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 9, p. 2929–2938, 2017.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. 4ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BLASCO, P. G. et al. Education through Movies: Improving Teaching Skills and Fostering Reflection among Students and Teachers. **Journal for Learning Through the Arts**, v. 11, n. 1, p. 18, 2015.

BORTH, L. C. et al. Network to combat violence against rural women: articulation and communication of services. **Rev Bras Enferm**, v. 71, n. suppl 3, p. 1287–1294, 2018.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOWEN, E. et al. "It's like you're actually playing as yourself": Development and preliminary evaluation of 'Green Acres High', a serious game-based primary intervention to combat adolescent dating violence. **Psychosocial Intervention**, v. 23, n. 1, p. 43–55, 2014.

BOYKO, J. A.; WATHEN, C. N.; KOTHARI, A. Effectively engaging stakeholders and the public in developing violence prevention messages. **BMC Women's Health**, v. 17, n. 1, p. 2–5, 2017.

BRAGAGNOLO, R. I.; LAGO, M. C. DE S.; RIFIOTIS, T. Estudo dos modos de produção de justiça da Lei Maria da Penha em Santa Catarina. **Estudos Feministas**, v. 23, n. 2, p. 601–617, 2015.

BRANCO, M. et al. Games in the environmental context and their strategic use for environmental education. **Brazilian Journal of Biology**, v. 75, n. 2 suppl, p. 114–121, 2015.

BRASIL. **Medida Provisória n. 103, de 1º de janeiro 2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2003/103.htm>. Acesso em: 28 mar. 2019a.

BRASIL. **Lei n. 10.778, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.778.htm>. Acesso em: 5 set. 2016b.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 5 set. 2016.

BRASIL. **Lei n. 12.314, de 19 de agosto de 2010**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12314.htm>. Acesso em: 28 mar. 2019a.

BRASIL. **Norma técnica de padronização das delegacias especializadas de atendimento às mulheres - DEAM**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010b.

BRASIL. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 28 mar. 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013a.

BRASIL. **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher**. Brasília: Coordenação das Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito, 2013b.

BRASIL. **Decreto nº 8.086, de 30 de agosto de 2013**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8086.htm>. Acesso em: 28 mar. 2019c.

BRASIL. **Programa mulher, viver sem violência. Casa da Mulher Brasileira. Diretrizes gerais e protocolos de atendimento**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2013d.

BRASIL. **Balanço 1º Semestre 2015: Ligue 180 Central de Atendimento à Mulher**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2015a.

BRASIL. **Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm>. Acesso em: 5 set. 2016b.

BRASIL. **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres**. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ConvElim>>. Acesso em: 5 out. 2016.

BREILH, J. **Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e interculturalidade**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

BROUGÈRE, G. Play and education: new perspectives. **Linhas Críticas**, v. 8, n. 14, p. 5–20, 2002.

BUGNI, R. P. **Políticas Públicas para as Mulheres no Brasil: análise da implementação da política de enfrentamento à violência contra as mulheres em âmbito nacional e municipal**. [Dissertação de Mestrado] Universidade de São Paulo, 2016.

CAILLOIS, R. **Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem**. Lisboa: Editora Cotovia, 1990.

CAIN, J.; PIASCIK, P. Are Serious Games a Good Strategy for Pharmacy Education? **American Journal of Pharmaceutical Education**, v. 79, n. 4, p. 1–6, 2015.

CAMPOS, C. H. DE. A CPMI da violência contra a mulher e a implementação da Lei Maria da Penha. **Estudos Feministas**, v. 23, n. 2, p. 519–531, 2015.

CERULLI, C. et al. Improving coordinated responses for victims of intimate partner violence: law enforcement compliance with state mandated intimate partner violence documentation. **Violence Against Women**, v. 21, n. 7, p. 897–907, 2009.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

CHOUP, A. M. Beyond Domestic Violence Survivor Services: Refocusing on Inequality in the Fight against Gender-Based Violence in the Americas. **Bulletin of Latin American Research**, v. 35, n. 4, p. 452–466, 2016.

CICCHINO, M. I. Using Game-Based Learning to Foster Critical Thinking in Student Discourse The Interdisciplinary Journal of Problem-based Learning Using Game-Based Learning to Foster Critical Thinking in Student Discourse. **Interdisciplinary Journal of Problem-Based Learning**, v. 9, n. 2, 2015.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS. **Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher**. Disponível em: <<https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

CORDEIRO, K. C. C. et al. Vocational Training and Reporting Violence Against Women. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 29, n. 3, p. 209–217, 2015.

CORTES, L. F. et al. Care for women victims of violence: empowering nurses in the pursuit of gender equity. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 36, n. esp, p. 77–84, 2015.

COSTA, A. P. Cloud Computing em Investigação Qualitativa: Investigação Colaborativa através do software webQDA. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 5, n. 2, p. 153–161, 2016.

COSTA, A. P.; AMADO, J. **Análise de Conteúdo Suportada por Software**. Aveiro: Ludomedia, 2018.

COSTA, N. et al. Violence against women: Can “jealousy” mitigate the significance of violence? **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 33, n. 3, p. 525–533, 2016.

COUTO, M. T.; SCHRAIBER, L. B. Machismo hoje no Brasil: uma análise de gênero das percepções dos homens e das mulheres. In: VENTURI, G.; GODINHO, T. (Eds.). **Mulheres Brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 47–61.

COUTO, V. A. et al. Intersetorialidade e ações de combate à violência contra a mulher. **Estudos Feministas**, v. 26, n. 2, p. 1–19, 2018.

CRECENTE, D. Gaming Against Violence: A Grassroots Approach to Teen Dating Violence. **Games for Health Journal**, v. 3, n. 4, p. 198–201, 2014.

CURITIBA. **Violência contra a mulher: perfil dos casos notificados em 2015**. Curitiba: Secretaria Municipal de Saúde, 2015.

DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. Conceptualising violence and gender in the Brazilian context: New issues and old dilemmas. **Feminist Theory**, v. 17, n. 2, p. 175–190, 2016.

DECOSTER, P. J.; VANSIELEGHEM, N. Cinema Education as an Exercise in “Thinking Through Not-Thinking”. **Educational Philosophy and Theory**, v. 46, n. 7, p. 792–804, 2014.

DINIZ, S. G. Direitos sexuais e direitos reprodutivos. In: VENTURI, G.; GODINHO, T. (Eds.). **Mulheres Brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 158–169.

DUARTE, M. C. et al. Gender and violence against women in nursing literature: a review. **Rev Bras Enferm**, v. 68, n. 2, p. 325–332, 2015.

EGRY, E. Y. **Saúde Coletiva: Construindo um novo método em enfermagem**. São Paulo: Cone Editora, 1996.

EGRY, E. Y.; FONSECA, R. M. G. S. DA; OLIVEIRA, M. A. DE C. Science, Public Health and Nursing: highlighting the gender and generation categories in the episteme of praxis. **Rev Bras Enferm**, v. 66, n. esp, p. 119–133, 2013.

FAGE-BUTLER, A. M. Challenging violence against women: a Scottish critical health literacy initiative. **Health Promotion International**, p. 1–9, 2018.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 47–71, 2004.

FONSECA, R. M. G. S. DA et al. The gender research in nursing production: contributions of the gender, health and nursing research group from the university of São Paulo School of Nursing. **Rev Esc Enferm USP**, v. 45, n. esp 2, p. 1690–5, 2011.

FONSECA, R. M. G. S. DA et al. Gender, sexuality and violence: perception of mobilized adolescents in an online game. **Rev Bras Enferm**, v. 71, n. suppl 1, p. 607–614, 2018.

FONSECA, R. M. G. S. DA; AMARAL, M. A. Reinterpretation of the potentiality of Critical-emancipative Workshops. **Rev Bras Enferm**, v. 65, n. 5, p. 780–787, 2012.

FONSECA, R. M. G. S. DA; OLIVEIRA, R. N. G. DE; FORNARI, L. F. Prática educativa em direitos sexuais e reprodutivos: a oficina de trabalho crítico-emancipatória de gênero. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM (Ed.). **PROENF Programa de Atualização em Enfermagem: Atenção Primária e Saúde da Família: Ciclo 6**. Porto Alegre: Artmed Panamericana, 2017. p. 59–120.

FONTANA, L.; BECKERMAN, A. Childhood Violence Prevention Education Using Video Games. **Information Technology in Childhood Education Annual**, p. 49–62, 2004.

FORNARI, L. F.; LABRONICI, L. M. The process of resilience in women who were victims of sexual violence: a possibility for care. **Cogitare Enferm.**, v. 23, n. 1, p. e52081, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005.

FREITAS, F. et al. Experiência do utilizador em pacotes de software de análise qualitativa: da usabilidade à (auto)aprendizagem. In: COSTA, A. P.; SÁNCHEZ-GÓMEZ, M. C.; CILLEROS, M. V. M. (Eds.). **A prática na Investigação Qualitativa: exemplos de estudos**. Aveiro: Ludomedia, 2017. p. 138–163.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 8ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

GILLIAM, M. et al. “Because if we don’t talk about it, how are we going to prevent it?”: Lucidity, a narrative-based digital game about sexual violence. **Sex Education**, v. 16, n. 4, p. 391–404, 2016.

GOMES, R. et al. Gender and sexual rights: their implications on health and healthcare. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 1997–2005, 2018.

GRZYB, M. A. An explanation of honour-related killings of women in Europe through Bourdieu’s concept of symbolic violence and masculine domination. **Current Sociology**, v. 64, n. 7, p. 1036–1053, 2016.

GUEDES, R. N.; FONSECA, R. M. G. S. DA. Autonomy as a structural need to face gender violence. **Rev Esc Enferm USP**, v. 45, n. 2, p. 1731–5, 2011.

GUEDES, R. N.; SILVA, A. T. M. C. DA; FONSECA, R. M. G. S. DA. The violence of gender and health-disease process of women. **Anna Nery Rev Enferm**, v. 13, n. 3, p. 625–31, 2009.

HAINES, T. et al. A systematic literature review of games-based learning empirical evidence in primary education. **Computers and Education**, v. 102, p. 202–223, 2016.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura**. 8ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo de Brasília**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=530010>>. Acesso em: 1 out. 2016a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo de Campo Grande**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=50027>>. Acesso em: 1 out. 2016b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410690>>. Acesso em: 1 out. 2016c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Distrito Federal**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/panorama>>. Acesso em: 3 maio. 2018a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama>>. Acesso em: 28 fev. 2018b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Paraná**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/panorama>>. Acesso em: 4 maio. 2018c.

IPEA. **Tolerância social à violência contra as mulheres**. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2014.

JAGGAR, A. M. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: JAGGAR, A. M.; BORDO, S. R. (Eds.). **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 157–85.

JOZKOWSKI, K. N.; EKBIA, H. R. “Campus Craft”: A Game for Sexual Assault Prevention in Universities. **Games for Health Journal**, v. 4, n. 2, p. 95–106, 2015.

KAMITA, R. C. Relações de gênero no cinema: contestação e resistência. **Estudos Feministas**, v. 25, n. 3, p. 1393–1404, 2017.

KE, F. Designing and integrating purposeful learning in game play: a systematic review. **Educational Technology Research and Development**, v. 64, n. 2, p. 219–244, 2016.

KIND, L. et al. Primary healthcare and underreporting and (in)visibility of violence against women. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, n. 9, p. 1805–1815, 2013.

KLEIN, C.; MEYER, D. E.; BORGES, Z. N. Social inclusion policies in contemporary Brazil and the education of motherhood. **Cadernos De Pesquisa**, v. 43, n. 150, p. 906–923, 2013.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LAURETIS, T. DE. Through the looking-glass: woman, cinema and language. In: **Alice Doesn't: feminism, semiotics, cinema**. Bloomington: Indiana University Press, 1984.

LEAL, S. M. C.; LOPES, M. J. M.; GASPAR, M. F. M. Social representations of violence against women in the nursing perspectiv. **Interface**, v. 15, n. 37, p. 409–424, 2011.

LEITE, F. L. DE L.; LOPES, J. DE S. M. Cinema na educação: um olhar a partir da categoria gênero. **Revista Educação e Emancipação**, v. 10, n. 4, p. 100–123, 2017.

LEONTIEV, A. N. Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar. In: **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. 12ª ed. São Paulo: Icone, 2012. p. 119–142.

LOURO, G. L. O cinema como pedagogia. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Eds.). **500 anos de educação no Brasil**. 5ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 423–446.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

LUCENA, K. D. T. DE et al. Analysis of the cycle of domestic violence against women. **Journal of Human Growth and Development**, v. 26, n. 2, p. 139–146, 2016.

LURIA, A. R. O cérebro humano e a atividade consciente. In: VIGOTSKII, L. S. (Ed.). **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. 12ª ed. São Paulo: Icone, 2012. p. 191–224.

MADEIRO, A. P.; DINIZ, D. Legal abortion services in Brazil - a national study. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 2, p. 563–572, 2016.

MAGALHÃES, C. R. O jogo como pretexto educativo: educar e educar-se em curso de formação em saúde. **Interface**, v. 11, n. 23, p. 647–654, 2007.

MALDONADO, V. E. M.; CUEVAS, M. C. C.; TORRES, L. M. T. Subjective constructions of gender violence. Contributions to the prevention of the problem. **Enfermeria Global**, v. 10, n. 23, p. 346–358, 2011.

MARQUES, E. E. A.; SILVA, S. DE A. M. Programa Mulher, Viver Sem Violência: Uma Análise de sua Implementação a Partir da Casa da Mulher Brasileira e de Entidades Parceiras. **Estudos de Administração e Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 32–45, 2017.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, I. A alienação e a crise da educação. In: **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. p. 265–84.

MEYER, F. **Análise do jogo “Trilha da Proteção” como auxiliar na diminuição da vulnerabilidade para a violência sexual infantil**. [Dissertação de Mestrado] Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2017.

MONTEIRO, R.; FREITAS, V.; DANIEL, F. Condições de trabalho num universo profissional feminizado. **Estudos Feministas**, v. 26, n. 2, p. 1–19, 2018.

MONTESANTI, S. R.; THURSTON, W. E. Mapping the role of structural and interpersonal violence in the lives of women: Implications for public health interventions and policy. **BMC Women’s Health**, v. 15, n. 1, p. 1–13, 2015.

MOREIRA, A. K. et al. The home as insecurity place: violence against women in real life. **Biosci. J.**, v. 34, n. 4, p. 1093–1101, 2018.

MOREIRA, T. DAS N. F. et al. The foundation of care: family health program teams dealing with domestic violence situations. **Saude e Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 79–91, 2014.

MORENO, R. A mulher e a mídia. In: VENTURI, G.; GODINHO, T. (Eds.). **Mulheres Brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 97–105.

NETTO, L. DE A. et al. Social Support Networks for Women in Situations of Violence By an Intimate Partner. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 26, n. 2, p. 1–11, 2017.

NEVALA, S. Coercive Control and Its Impact on Intimate Partner Violence Through the Lens of an EU-Wide Survey on Violence Against Women. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 32, n. 12, p. 1792–1820, 2017.

ÖĞÜLMÜŞ, S.; KESKIN, A. Investigating the socio-demographic properties of women in shelters and the characteristics of violence that they are exposed. **Biomedical Research (India)**, v. 28, n. 6, p. 2384–2390, 2017.

OLIVEIRA, R. N. G. DA; FONSECA, R. M. G. S. DA. Adolescentes e violência nas relações de intimidade: uma abordagem lúdico-educativa por meio de um jogo on-line. **TICs & EaD em Foco**, v. 3, n. esp, p. 63–78, 2017.

OLIVEIRA, R. N. G. DE et al. Limits and possibilities of an online game for building adolescents knowledge of sexuality. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 8, p. 2383–2392, 2016.

PASINATO, W. Access to justice and domestic violence against women: the perception of legal operators and the limits to the application of the Maria da Penha Law. **Revista Direito GV**, v. 11, n. 2, p. 407–428, 2015.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

PETERS, M. et al. Chapter 11: Scoping reviews. In: AROMATARIS, E.; MUNN, Z. (Eds.). **Joana Briggs Institute Reviewer's Manual**. The Joanna Briggs Institute, 2017. p. 6–24.

PIRES, M. R. G. M. et al. Development and validation of an instrument for evaluating the ludicity of games in health education. **Rev. Esc. Enferm. USP**, v. 49, n. 6, p. 981–990, 2015.

PIRES, M. R. G. M. et al. Violetas-cinema & ação no enfrentamento da violência contra a mulher: concepção de subjetividade, gênero, cidadania e ludicidade nas regras e nas cartas do jogo. **RICS**, v. 3, n. especial, p. 99–115, 2017.

PIRES, M. R. G. M. Concepção de subjetividade em Butler no jogo de tabuleiro Violetas: Cinema & Ação no Enfrentamento da Violência Contra a Mulher - agenciamentos de gênero e cidadania. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13 Women's Worlds Congress**, 2017.

PIRES, M. R. G. M.; GOTTEMS, L. B. D.; FONSECA, R. M. G. S. DA. Ludic reinvention in the development of games in health: Theoretical-methodological frameworks for the production of critical subjectivities. **Texto Contexto Enferm**, v. 26, n. 4, p. 1–12, 2017.

RODRIGUES, V. P. et al. The practice of family health strategy workers when caring for women in gender violence situations. **Texto Contexto Enferm**, v. 23, n. 3, p. 735–743, 2014.

RODRIGUES, V. P. et al. Gender Violence : Social Representations of Relatives. **Texto Contexto Enferm**, v. 25, n. 4, p. 1–10, 2016.

ROLO, M.; RAMOS, M. Conhecimento. In: CALDART, R. et al. (Eds.). **Dicionário de Educação no Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 151–159.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SÁNCHEZ, C. A. V.; FERNÁNDEZ, C. G.; DÍAZ, Á. S. Violencia de género: conocimientos y actitudes de las enfermeras en atención primaria. **Atención Primaria**, v. 48, n. 10, p. 623–631, 2016.

SÁNCHEZ, J. H. Análisis Fílmico De Los Juegos Populares Y Tradicionales Film Analysis Popular and Traditional Games. **Fotocinema: Revista Científica de Cine y Fotografía**, v. 6, p. 231–268, 2013.

SANTOS, C. C. **A responsabilidade Social do Conhecimento e Intervenção Social**. Disponível em: <http://www.academia.edu/1920196/Responsabilidade_Social_do_Conhecimento>. Acesso em: 5 jul. 2016.

SANTOS, C. M. Curto-circuito, falta de linha ou na linha? Redes de enfrentamento à violência contra mulheres em São Paulo. **Estudos Feministas**, v. 23, n. 2, p. 577–599, 2015.

SAVIANI, D. Debate sobre as relações entre educação, formação humana e ontologia a partir do método dialético. **Perspectiva**, v. 31, n. 1, p. 185–209, 2013.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 422–433, 2010.

SCOTT, J. **Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1989.

SIGNORELLI, M. C.; TAFT, A.; PEREIRA, P. P. G. Domestic violence against women, public policies and community health workers in Brazilian Primary Health Care. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 1, p. 93–102, 2018.

SILVA, E. B. DA; PADOIN, S. M. DE M.; VIANNA, L. A. C. Women in situations of violence: limits of assistance. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 1, p. 249–258, 2015.

SILVA, L. V. S.; TANAKA, P. S. DE L.; PIRES, M. R. G. M. BANFISA e (IN)DICA-SUS in health undergraduate education: playing and learning construction. **Rev Bras Enferm**, v. 68, n. 1, p. 116–122, 124–130, 2015.

SOARES, J. DOS S. F.; LOPES, M. J. M. Experiences of women in situation of violence seeking care in the health sector and in the intersectorial network. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 22, n. 66, p. 789–800, 2018.

SOUSA, M. DE O. DE; SIRELLI, P. M. Nem santa, nem pecadora: novas roupagens, velhas dicotomias na coisificação da mulher. **Serv. Soc. Soc.**, n. 132, p. 326–345, 2018.

SOUSA, M. H. DE et al. Filling out the compulsory notification in health services that care for women who suffer from sexual violence. **Rev Bras Epidemiol**, v. 18, n. 1, p. 94–107, 2015.

SOUZA, V. DE et al. The game as strategy for approach to sexuality with adolescents: theoretical-methodological reflections. **Rev Bras Enferm**, v. 70, n. 2, p. 394–401, 2017.

SPM. **Relatório da Gestão 2011 - Maio de 2016 da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2016.

STIELER-HUNT, C. et al. Examining key design decisions involved in developing a serious game for child sexual abuse prevention. **Frontiers in Psychology**, v. 5, n. FEB, p. 1–10, 2014.

TAGHDISI, M. H. et al. The Impact of Educational Intervention Based on Empowerment Model in Preventing Violence Against Women. **Iranian Red Crescent Medical Journal**, v. 16, n. 7, 2014.

TAVARES, M. S. Roda de conversa entre mulheres: denúncias sobre a Lei Maria da Penha e descrença na justiça. **Estudos Feministas**, v. 23, n. 2, p. 547–559, 2015.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

TONG, A.; SAINSBURY, P.; CRAIG, J. Consolidated criterio for reporting qualitative research (COREQ): a 32- item checklist for interviews and focus group. **International Journal of Qualitative in Health Care**, v. 19, n. 6, p. 349–357, 2007.

TORRALBAS-FERNÁNDEZ, A.; CALCERRADA-GUTIÉRREZ, M. Using Primary Care to Address Violence against Women in Intimate Partner Relationships: Professional Training Needs. **MEDICC Review**, v. 18, n. 4, p. 38–41, 2016.

VANOYE, F.; GOLIOT-LÉTÉ, A. **Ensaio sobre a análise fílmica**. 5ª ed. Campinas: Papyrus, 2008.

VASCONCELLOS, C. DOS S. Metodologia Dialética em Sala de Aula. **Revista de Educação AEC**, v. 83, 1992.

VÁSQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VIEIRA, A.; AMARAL, G. A. The art of being a Hummingbird in women's triple-shift workday. **Saúde Soc.**, v. 22, n. 2, p. 403–414, 2013.

VIEIRA, E. M.; HASSE, M. Perceptions of professionals in an intersectorial network about the assistance of women in situation of violence. **Interface: Communication, Health, Education**, v. 21, n. 60, p. 51–62, 2017.

VIGOTSKII, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VIGOTSKII, L. S. (Ed.). **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. 12ª ed. São Paulo: Icone, 2012. p. 103–117.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil**. Brasília: Flacso, 2015. v. 1

WHITTON, N. Games for Learning Games for Learning Creating a Level Playing Field or Stacking the Deck ? **International Review of Qualitative Research**, v. 6, n. 3, p. 424–439, 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence**. Genebra: World Health Organization, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Autorização da Casa da Mulher Brasileira de Brasília

Termo de responsabilidade para a Unidade da Casa da Mulher Brasileira

Brasília, 12 de março de 2018.

À Unidade da Casa da Mulher Brasileira de Brasília.

Ilmo. Sr(a). Margareth de M. Taxares.

Integramos um grupo de pesquisa do Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, coordenado pela Professora Dra. Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca, docente da Escola de Enfermagem e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Estamos fazendo uma pesquisa de doutorado para compreender as potencialidades e os limites do jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero a partir da perspectiva dos profissionais da Casa da Mulher Brasileira, por meio do projeto de pesquisa intitulado: "Potencialidades e limites do jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero".

Dessa forma, solicitamos vossa autorização para a coleta de dados primários. Os dados primários serão coletados por meio de duas sessões de uma oficina de trabalho crítico-emancipatória com três horas de duração cada. Nas sessões da oficina os profissionais poderão compartilhar suas percepções e experiências relativas ao jogo Violetas e ao enfrentamento da violência de gênero.

Os dados obtidos nesta pesquisa serão tratados de forma a assegurar a privacidade e confidencialidade. A identidade dos participantes será mantida em sigilo. Os resultados obtidos serão divulgados em eventos e publicações científicas.

A fim de assegurar a lisura das intenções deste trabalho, colocamos à disposição os seguintes contatos:

Pesquisadora e doutoranda Lucimara Fabiana Fornari

E-mail: lucimaraforanari@usp.br

Telefones: (49) 99951-4562

Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419, Cerqueira César, CEP 05403-000, São Paulo – SP.

Profª Drª Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca

E-mail: rmgsfon@usp.br

Telefone: (11) 3061-8865

Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419, Cerqueira César, CEP 05403-000, São Paulo – SP.

Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

E-mail: cepee@usp.br

Telefone: (11) 3061-8858

Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419, Cerqueira César, CEP 05403-000, São Paulo – SP.

Portanto, tendo ficado claro os objetivos desta coleta de dados e a postura ética dos pesquisadores envolvidos, abaixo assino este documento, que será emitido em 2 (duas) vias de igual teor, sendo que a primeira ficará com V. Sa. e a segunda com a pesquisadora. Desta forma, solicito gentilmente o vosso aceite por meio de assinatura no campo discriminado. Agradeço a atenção dispensada e coloco-me a disposição para esclarecimentos.

Estando de acordo com as informações supracitadas subscrevo-me:

Sr(a). _____

Responsável pela Casa da Mulher Brasileira de Brasília

OFFSEDESTMIHSAIDHNSUBPMCOCHB
Margarette Teixeira
Coordenadora
Mat. 02721775

APÊNDICE B – Autorização da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande

Termo de responsabilidade para a Unidade da Casa da Mulher Brasileira

Campo Grande, 15 de Janeiro de 2018.

À Unidade da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande.

Ilmo. Sr(a). Carlo Charles Stiphamini.

Integramos um grupo de pesquisa do Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, coordenado pela Professora Dra. Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca, docente da Escola de Enfermagem e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Estamos fazendo uma pesquisa de doutorado para compreender as potencialidades e os limites do jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero a partir da perspectiva dos profissionais da Casa da Mulher Brasileira, por meio do projeto de pesquisa intitulado: “Potencialidades e limites do jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero”.

Dessa forma, solicitamos vossa autorização para a coleta de dados primários. Os dados primários serão coletados por meio de duas sessões de uma oficina de trabalho crítico-emancipatória com três horas de duração cada. Nas sessões da oficina os profissionais poderão compartilhar suas percepções e experiências relativas ao jogo Violetas e ao enfrentamento da violência de gênero.

Os dados obtidos nesta pesquisa serão tratados de forma a assegurar a privacidade e confidencialidade. A identidade dos participantes será mantida em sigilo. Os resultados obtidos serão divulgados em eventos e publicações científicas.

A fim de assegurar a lisura das intenções deste trabalho, colocamos à disposição os seguintes contatos:

Pesquisadora e doutoranda Lucimara Fabiana Fornari

E-mail: lucimaraforanari@usp.br

Telefones: (49) 99951-4562

Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419, Cerqueira César, CEP 05403-000, São Paulo – SP.

Profª Drª Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca

E-mail: rmgsfon@usp.br

Telefone: (11) 3061-8865

Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419, Cerqueira César, CEP 05403-000, São Paulo – SP.

Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

E-mail: cepee@usp.br

Telefone: (11) 3061-8858

Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419, Cerqueira César, CEP 05403-000, São Paulo – SP.

Portanto, tendo ficado claro os objetivos desta coleta de dados e a postura ética dos pesquisadores envolvidos, abaixo assino este documento, que será emitido em 2 (duas) vias de igual teor, sendo que a primeira ficará com V. Sa. e a segunda com a pesquisadora. Desta forma, solicito gentilmente o vosso aceite por meio de assinatura no campo discriminado. Agradeço a atenção dispensada e coloco-me a disposição para esclarecimentos.

Estando de acordo com as informações supracitadas subscrevo-me:

Sr(a). Carla Elizabeth Siqueira

Responsável pela Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande

APÊNDICE C – Autorização da Casa da Mulher Brasileira de Curitiba

Termo de responsabilidade para a Unidade da Casa da Mulher Brasileira

Curitiba, 05 de março de 2018.

À Unidade da Casa da Mulher Brasileira de Curitiba

Ilmo. Sr(a). Sandra Marques Prado.

Integramos um grupo de pesquisa do Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, coordenado pela Professora Dra. Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca, docente da Escola de Enfermagem e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Estamos fazendo uma pesquisa de doutorado para compreender as potencialidades e os limites do jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero a partir da perspectiva dos profissionais da Casa da Mulher Brasileira, por meio do projeto de pesquisa intitulado: "Potencialidades e limites do jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero".

Dessa forma, solicitamos vossa autorização para a coleta de dados primários. Os dados primários serão coletados por meio de duas sessões de uma oficina de trabalho crítico-emancipatória com três horas de duração cada. Nas sessões da oficina os profissionais poderão compartilhar suas percepções e experiências relativas ao jogo Violetas e ao enfrentamento da violência de gênero.

Os dados obtidos nesta pesquisa serão tratados de forma a assegurar a privacidade e confidencialidade. A identidade dos participantes será mantida em sigilo. Os resultados obtidos serão divulgados em eventos e publicações científicas.

A fim de assegurar a lisura das intenções deste trabalho, colocamos à disposição os seguintes contatos:

Pesquisadora e doutoranda Lucimara Fabiana Fornari

E-mail: lucimaraforanari@usp.br

Telefones: (49) 99951-4562

Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419, Cerqueira César, CEP 05403-000, São Paulo – SP.

Profª Drª Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca

E-mail: rmgsfon@usp.br

Telefone: (11) 3061-8865

Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419, Cerqueira César, CEP 05403-000, São Paulo – SP.

Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

E-mail: cepee@usp.br

Telefone: (11) 3061-8858

Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419, Cerqueira César, CEP 05403-000, São Paulo – SP.

Portanto, tendo ficado claro os objetivos desta coleta de dados e a postura ética dos pesquisadores envolvidos, abaixo assino este documento, que será emitido em 2 (duas) vias de igual teor, sendo que a primeira ficará com V. Sa. e a segunda com a pesquisadora. Desta forma, solicito gentilmente o vosso aceite por meio de assinatura no campo discriminado. Agradeço a atenção dispensada e coloco-me a disposição para esclarecimentos.

Estando de acordo com as informações supracitadas subscrevo-me:

Sr(a).

Responsável pela Casa da Mulher Brasileira de Curitiba

Sandra M. Prado
Coordenadora da Casa da Mulher Brasileira
Matrícula 79.516

APÊNDICE D – Termo de consentimento livre e esclarecido

Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “Potencialidades e limites do jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero”, que tem como objetivo compreender as potencialidades e os limites do jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero a partir da perspectiva dos profissionais da Casa da Mulher Brasileira. Trata-se de um estudo realizado pela pesquisadora Lucimara Fabiana Fornari, pós-graduanda da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP), sob orientação da Prof^a Dr^a Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca. O benefício esperado é que esse estudo promova a construção do conhecimento sobre o jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero e possibilite a formação e qualificação dos profissionais que realizam o atendimento das mulheres vítimas.

A sua participação será em duas sessões de oficina, com três horas de duração cada, a fim de compartilhar suas percepções e experiências relacionadas ao jogo Violetas e ao enfrentamento da violência de gênero.

Esta pesquisa apresenta o risco de você sentir-se desconfortável ou emocionado antes, durante e após a sua participação nas sessões da oficina, pois esses momentos podem fazer com que você se lembre de alguma situação de violência que presenciou, atendeu ou sofreu. Caso necessário você poderá contar com apoio psicológico especializado. Também será garantida indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

A sua participação é voluntária. As sessões da oficina serão registradas por meio de gravação de áudio e imagem. Durante a pesquisa você poderá fazer todas as perguntas que julgar necessárias para o esclarecimento de dúvidas, podendo recusar-se a responder todas as perguntas ou deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, se assim o desejar e sem penalização alguma.

Pela sua participação você não receberá qualquer valor em dinheiro. Nenhuma das despesas necessárias para a realização da pesquisa é da sua responsabilidade. Sua confidencialidade e privacidade estarão mantidas e, qualquer informação que

seja divulgada será feita de forma codificada. Os resultados obtidos serão divulgados em eventos e publicações científicas.

Em qualquer etapa da pesquisa, você terá acesso à pesquisadora responsável pela investigação para esclarecimento de dúvidas. A principal pesquisadora é a Srta. Lucimara Fabiana Fornari que pode ser encontrada no endereço Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419, Cerqueira César, CEP 05403-000, São Paulo – SP. Telefone com atendimento 24 horas (49) 99951-4562 e e-mail lucimaraforanari@usp.br.

Caso você tenha alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da EEUSP, que aprovou este projeto. O endereço é Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419, Cerqueira César, CEP 05403-000, São Paulo – SP. Telefone (11) 3061-8858 e e-mail cepee@usp.br.

Esta pesquisa atende todas as especificações da Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012, que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Este termo será rubricado em todas as suas páginas e assinado em duas vias, uma ficará comigo, pesquisadora responsável, e a outra ficará com você.

Participante (nome completo): _____

Assinatura do(a) participante: _____

Pesquisadora responsável: Lucimara Fabiana Fornari

Assinatura: _____

Brasília/ Campo Grande/ Curitiba, ____ de _____ de 2018.

APÊNDICE E – Instrumento Coleta de Dados Revisão de Escopo

Número do artigo:

Autores:

Título:

Ano de publicação:

País:

Idioma: ( ) espanhol ( ) inglês ( ) português

Área do conhecimento:

( ) ciências sociais

( ) ciências da educação

( ) ciências da saúde

( ) ciências exatas

( ) outra: qual? _____

Desenho metodológico:

( ) relato de experiência

( ) estudo experimental

( ) estudo qualitativo

( ) estudo de caso

( ) estudo quantitativo

( ) método misto

( ) outro: qual? _____

Referencial teórico:

( ) lúdico

( ) serious games

( ) outro: qual? _____

Tipo de jogo:

( ) simulação

( ) digital

( ) tabuleiro

( ) cartas

( ) outro: qual? _____

Público alvo:

( ) crianças

( ) adolescentes

( ) adultos

( ) profissionais

( ) outro: qual? _____

Categoria da abordagem:

( ) prevenção

( ) enfrentamento

( ) outra: qual? _____

Tipos de violência:

( ) física ( ) psicológica ( ) moral ( ) patrimonial ( ) sexual ( ) todas

Objetivo da pesquisa:

Metodologia da pesquisa:

Contribuições da pesquisa:

Limitações da pesquisa:

Objetivo do jogo:

Descrição do jogo:

Principais conclusões:

ANEXO

ANEXO 1 – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da EEUSP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Titulo da Pesquisa: Potencialidades e limites do jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero

Pesquisador: Lucimara Fabiana Fornari

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 66467517.2.0000.5392

Instituição Proponente: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo - EEUSP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.026.647

Apresentação do Projeto:

O objeto desta pesquisa são as potencialidades e os limites do jogo Violetas para enfrentamento da violência de gênero. A violência contra a mulher é um fenômeno social, complexo e historicamente construído. Para tanto, se faz necessária a utilização de ferramentas e estratégias educativas inovadoras que estimulam a compreensão da violência de gênero. Nesta perspectiva, o jogo Violetas mostra-se como uma tecnologia educativa que possibilita aos jogadores uma aproximação com a temática da violência de gênero, pois aborda elementos que permitem subsidiar o desenvolvimento e a implementação de medidas de enfrentamento para as mulheres em situação de violência. No jogo Violetas cada jogador(a) assume o papel de um dos personagens (educador(a), operador(a) de direito, integrante de políticas públicas/profissional de saúde, cidadã(o) do movimento de mulheres), todos jogam coletivamente contra o tabuleiro para conter a violência contra a mulher. Os jogadores enfrentam a violência por meio de respostas as perguntas relacionadas a cenas de filmes e ações estratégicas em defesa da cidadania.

Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, de abordagem qualitativa. A aproximação e a compreensão do objeto de pesquisa serão realizadas a partir das categorias analíticas de gênero, violência de gênero e educação crítico-emancipatória, ancoradas no materialismo histórico e dialético. A pesquisa terá como cenário de investigação as unidades em funcionamento da Casa da

USP - ESCOLA DE
ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE DE SÃO

Continuação do Parecer: 2.026.647

Mulher Brasileira, localizadas em Brasília, Campo Grande e Curitiba. Os participantes da pesquisa serão os profissionais da Casa da Mulher Brasileira, responsáveis ou envolvidos no atendimento de mulheres em situação de violência. Os dados serão coletados a partir de Oficina de Trabalho Crítico-emancipatória, gravados, transcritos na íntegra e analisados segundo a proposta de Bardin para a emergência de categorias empíricas. A análise dos dados também contará com o apoio do Software WebQDA.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral

Compreender as potencialidades e os limites do jogo violetas para o enfrentamento da violência de gênero.

Objetivos específicos

- identificar e analisar as percepções dos profissionais em relação à violência contra a mulher, à luz da categoria gênero.
- identificar e analisar as percepções dos profissionais em relação ao jogo Violetas, à luz das categorias gênero, violência de gênero e educação crítico-emancipatória.
- verificar e analisar as potencialidades e os limites do jogo violetas para o enfrentamento da violência de gênero.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O risco apontado é o de que o participante possa sentir-se desconfortável ou emocionado antes, durante e após a participação nas sessões da oficina, pois esses momentos podem fazer com que você se lembre de alguma situação de violência que presenciou, atendeu ou sofreu. Consta que, caso necessário, o participante poderá contar com apoio psicológico especializado.

O benefício é verificar a eficácia do uso de um jogo específico como um instrumento que possa vir a auxiliar no aprimoramento de profissionais que atendem mulheres em situação de violência de gênero.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa original que busca verificar a eficácia de um instrumento que poderá eventualmente ser útil no preparo e/ou aprimoramento de profissionais que prestam atendimento à comunidade.

USP - ESCOLA DE
ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE DE SÃO

Continuação do Parecer: 2.026.647

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

TCLE contém as informações necessárias.

Cronograma de acordo com a fase atual.

Gastos serão arcados pela pesquisadora

Não são apresentadas cartas de anuência das instituições em que os dados serão colhidos, que são as Unidades Casa da Mulher Brasileira de Brasília, de Campo Grande e de Curitiba. A autora pretende submeter o projeto e pedir as autorizações a partir de maio de 2017 (entende-se que ela necessite da aprovação prévia do CEP para submeter o projeto a essas instituições).

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

- Este CEP informa a necessidade de registro de resultados parciais e finais na Plataforma Brasil
- Este parecer não substitui a autorização da instituição coparticipante, antes do início da coleta de dados.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_890657.pdf	30/03/2017 09:53:05		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLELucimara.docx	30/03/2017 09:41:18	Lucimara Fabiana Fornari	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoTeseLucimara.docx	30/03/2017 09:40:59	Lucimara Fabiana Fornari	Aceito
Folha de Rosto	FolhaRostoLucimara.pdf	30/03/2017 09:40:11	Lucimara Fabiana Fornari	Aceito

USP - ESCOLA DE
ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE DE SÃO

Continuação do Parecer: 2.026.647

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 22 de Abril de 2017

Assinado por:
Marcelo José dos Santos
(Coordenador)